

## RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 28/05/2022.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS**

**Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira  
metade do Quatrocentos**

**FRANCA**

**2020**

**FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS**

**Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura

**Orientação:** Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França.

**FRANCA**

**2020**

Santos, Fernando Pereira dos

S237r Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos / Fernando Pereira dos Santos. -- Franca, 2020

379 f. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Susani Silveira Lemos França

1. História Militar Medieval. 2. Guerra dos Cem Anos, 1339-1453.  
3. Vícios. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS**

### **Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

**Área de concentração:** História e Cultura

**Linha de pesquisa:** História e Cultura Social

### **BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França (presidente)

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca)

Prof. Dr. José Manuel Henriques Varandas

Universidade de Lisboa (FLUP)

Prof. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães

Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Fabiano Fernandes

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Rafael Afonso Gonçalves

Universidade de São Paulo (USP)

**Franca, 28/05/2020**

*Dedico o presente estudo aos meus pais, in memoriam.*

## AGRADECIMENTOS

É fundamental pontuar o reconhecimento ao apoio recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, sem o qual a realização do doutoramento não teria sido possível.

Registro minha gratidão a orientadora desta pesquisa, Professora Susani Silveira Lemos França, cuja serenidade e profissionalismo no desempenho do ofício docente foram imprescindíveis para a minha formação pessoal e profissional ao longo de toda a última década. Aqui também pontuo o inestimável auxílio da professora Catherine Nall durante minha estadia no *Royal Holloway, University of London*. Suas sugestões durante o labor tradutório do *Livro da Nobreza* foram inestimáveis para elucidar passagens de maior nível de complexidade. Reconheço, em uma mesma medida, a presteza da professora Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT) em contribuir com a tradução de citações em latim realizadas por William Worcester naquele mesmo tratado.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, pela leitura minuciosa do texto e das discussões realizadas durante as duas ocasiões. Seus contributos certamente enriqueceram a versão final do presente trabalho, assim como minhas ponderações futuras sobre o tema investigado.

Também é fundamental lembrar aqui dos servidores da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca, sobretudo aqueles que atuam ou atuaram na biblioteca da instituição no quadriênio 2016/2019. Seu comprometimento em prover um espaço de qualidade ímpar para os estudos influenciou positivamente na possibilidade de desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, os anos empenhados na realização da pesquisa tornaram-se mais brandos com o apoio, em muitos sentidos, de Gláucia Pereira dos Santos, Maria Cardoso de Moura, Joel Tavares e Magda Semprini.

*Em registros fidedignos, encontram-se os nomes daqueles que, em favor da honra e da glória imortais, diligenciaram seu amor, probidade e obediência ao príncipe e aos seus domínios em todas as horas de necessidade, servindo-lhe com o mesmo bom propósito e dedicando-lhe o dispêndio de suas vidas. Há, contudo, também aqueles perniciosos traidores que agiram de modo contrário aos seus soberanos e aos seus domínios por meio de conluios e de meios ardilosos, rebelando-se contra aqueles que os governam. A despeito de seu dever em auxiliá-los, foram indolentes, e por isso, em uma mesma medida, devem ter seus nomes conhecidos e associados à infâmia, reprovação e vergonha eternas. (Acusações do cavaleiro inglês Sir John Hardyng sobre os inimigos do rei e também acerca de seus próprios pares de armas, c. 1457).*

SANTOS, Fernando Pereira. **Reflexões sobre a conduta dos guerreiros na Inglaterra da primeira metade do Quatrocentos.** 2020. 378f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

## RESUMO

Ao longo da primeira metade do Quatrocentos, expedições militares levaram à ocupação efetiva de domínios na França pleiteados pelos monarcas ingleses. Apesar do sucesso dessas campanhas iniciadas em 1413, a governação daqueles territórios até primórdios da década de 1450 foi marcada, segundo relatos conhecidos, por instabilidades decorrentes da conduta inadequada dos guerreiros de um lado e de outro da contenda. Tais descaminhos foram alvo das inquietações de William Worcester (1415-1480/5?), letrado que denunciou em seu tratado *Boke of Noblesse* um fazer bélico contemporâneo descompassado, pouco virtuoso e marcado por desvios, distante, pois, dos modelos recomendados aos cristãos. Suas reflexões, quando comparadas com outras externadas por seus contemporâneos, trazem indicações sobre as etapas de organização e execução do conflito e permitem questionar características do fazer marcial quatrocentista tanto dos adversários franceses como dos próprios guerreiros ingleses. Ao atentar para esse aspecto, o objetivo desta investigação é perquirir o que se julgou condenável no empreendimento das contendas, interrogando, a partir da produção escrita inglesa, a redefinição dos caminhos para a condução do conflito e dos planos de conquista. Em síntese, a pesquisa dispõe-se a questionar sobre uma fração particular da história da guerra: os juízos e avaliações sobre os combatentes, esmiuçando seu papel como espelho para interpretar as condutas dos povos para além do próprio conflito.

**Palavras-chave:** Guerra dos Cem Anos – moralidade marcial – escritos sobre a guerra – William Worcester

SANTOS, Fernando Pereira. **Fifteenth-century England reflections on warrior's conduct.** 2020. 378f. Ph.D. Degree in History – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University, Franca, 2020.

## ABSTRACT

At the first half of fifteenth-century, military expeditions led to the effective occupation of French domains claimed by English monarchs. Despite the successful results achieved in the campaigns started in 1413, it was generally asserted that, until the beginning of 1450's, the governance of those territories was characterized by instabilities originated from the inadequate behavior of warriors on both sides of the struggle. Such state of overall jeopardy was noticed by William Worcester (1415-1480/5?) in his treatise *Boke of Noblesse*, where he denounced a state of disorderly warfare, on the one hand, poorly associated with virtues and, on the other, strongly related to vices, stretched away from Christian recommended models. When compared to his contemporaries ideas, William Worcester's offer evidences regarding crucial steps in conflict organization and performance, enabling, in like manner, a proper questioning of both French and English martial enterprises characteristics. Aware of such perspective, this inquest targets what was understood as condemnable in war making, and, therefore, it interrogates English writings about the desired paths to be tread on effective conflict development and conquest plans. Shortly, this research aims to question a particular fraction of military history: the reasonings and evaluations concerning warriors' behaviour, scrutinizing their role as a mirror that enables a deeper interpretation of people's conducts beyond war itself.

**Keywords:** Hundred Years War – martial morality – writings about war – William Worcester.

SANTOS, Fernando Pereira. **Reflexiones acerca de la conducta de los guerreros en la Inglaterra de la primera mitad del Cuatrocientos.** 2020. 378f. Tesis (Doctorado em História) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

## RESUMEN

A lo largo de la primera mitad del Cuatrocientos, expediciones militares llevaron a la ocupación efectiva de dominios en Francia pleiteados por los monarcas ingleses. A pesar del éxito de estas campañas iniciadas en 1413, la gobernación de aquellos territorios hasta principio de la década de 1450 fue marcada, según relatos conocidos, por instabilidades consecuentes de la conducta inadecuada de los guerreros de un lado y de otro de la contienda. Tales descaminos fueron objeto de las inquietudes de William Worcester (1415-1480/5?) letrado que denunció en su tratado *Boke of Noblesse* un hacer bélico contemporáneo descomedido, poco virtuoso y marcado por desvíos, distante, pues, de los modelos recomendados a los cristianos. Sus reflexiones, cuando equiparadas con otras externas por sus contemporáneos, traen indicaciones sobre las etapas de organización y ejecución del conflicto y permiten cuestionar características del hacer marcial cuatrocentista tanto de los adversarios como de los propios guerreros ingleses. Al atenerse para este aspecto, el objetivo de esta investigación es perquirir lo que se juzgó condenable en el desarrollo de los pleitos, interrogando, desde la producción escrita inglesa, la redefinición de los caminos para la conducción del conflicto y de los planes de conquista. En síntesis, la pesquisa se dispone a cuestionar una fracción particular de la historia de la guerra: los juicios y evaluaciones sobre el comportamiento de los combatientes, desmenuzando su papel como espejo para interpretar las conductas de los pueblos para más allá del propio conflicto.

**Palabras clave:** Guerra de los Cien Años – moralidad marcial – escritos sobre la guerra – William Worcester

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	13
<b>PRIMEIRA PARTE: Pensar o fazer armado e a sua configuração durante um século de animosidades</b> .....	18
<b>1. CAPÍTULO 1: Reflexões sobre a guerra</b> .....	18
1.1. Por uma “nova cavalaria” .....	18
1.2. Reflexões sobre as armas antes do Quatrocentos .....	23
1.3. Os saberes e o conflito nos reinados dos dois Henriques .....	32
1.4. Escritos sob o amparo de cavaleiros .....	41
<b>2. CAPÍTULO 2: O ofício de armas</b> .....	54
2.1. Uma cavalaria de comuns .....	54
2.2. Enobrecer por meio dos feitos guerreiros .....	65
<b>SEGUNDA PARTE: As acusações contra os franceses</b> .....	84
<b>3. CAPÍTULO 3: As práticas contrárias ao bom fazer marcial</b> .....	84
3.1. A justa medida no conduzir das armas .....	84
3.2 Os inimigos franceses demarcados pelo descumprimento de sua palavra .....	92
3.3. Mediar as relações entre guerreiros através da honra.....	99
3.4. Combate a homens de um mesmo credo .....	107
<b>4. CAPÍTULO 4: Períodos de paz para preparar a guerra</b> .....	119
4.1. O emprego irregular dos períodos de tréguas .....	119
4.2. A pretensão pela paz duradoura de dois reinos governados pelo mesmo monarca .....	126
4.3. A interrupção deliberada das hostilidades durante as décadas de ocupação inglesa .....	134
<b>TERCEIRA PARTE: Os ingleses e os desvios na prática marcial</b> .....	154
<b>5. Capítulo 5. A intemperança guerreira marcada por comportamentos reprováveis</b> .....	154
5.1. Os apetites do corpo e o direcionamento inadequado das armas.....	154
5.2. O desnorteamento guerreiro relacionado às mulheres e a embriaguez .....	160
5.3 A recusa em combater .....	173
5.4. Atos guerreiros ilícitos.....	179

<b>6. Capítulo 6: Combater por riquezas e os seus descaminhos.....</b>	<b>186</b>
<b>6.1 Os alertas e recomendações a respeito da forma de guerrear no século XV ...</b>	<b>186</b>
<b>6.2. A insegurança para os contendores ingleses .....</b>	<b>199</b>
<b>6.3. A cobiça dos capitães e dos combatentes comuns.....</b>	<b>206</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO 1: Sobre o Livro da Nobreza: introdução e o estilo da escrita de William Worcester .....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXO 2: Tradução integral do Livro da Nobreza .....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>357</b>
<b>Corpus documental .....</b>	<b>357</b>
<b><i>Sites</i> consultados .....</b>	<b>363</b>
<b>Obras de referência .....</b>	<b>363</b>
<b>Dicionários e enciclopédias .....</b>	<b>363</b>
<b>Estudos.....</b>	<b>364</b>

## APRESENTAÇÃO

Entre as palavras de enaltecimento ao monarca lançadas por John Capgrave em seu *Liber de Illustribus Henricis*<sup>1</sup>, datado de 1440, o letrado inglês anunciou suas expectativas a respeito da continuidade de uma série de conflitos travados contra os franceses que perduravam há mais de cem anos: “acredito, Senhor, que testemunharei dias felizes, e as nossas fronteiras em paz e prosperidade antes de minha morte”.<sup>2</sup>

A esperança de que, em algum momento, os conflitos chegassem a seu fim em favor dos ingleses, com a glória do rei e a desonra dos seus contrários,<sup>3</sup> esmoreceu, entretanto, com o avanço do monarca adversário, Carlos VII (1429-1461), e de seus aliados sobre os domínios conquistados na época do rei Henrique V de Lancaster. Contrariamente ao período de campanhas vitoriosas ocorridas durante a década de 1410, quando o soberano e sua nobiliarquia guerreira foram capazes de subjugar em poucos anos uma vasta porção de territórios no reino da França e, assim, efetivar os pleitos em jogo desde o início das animosidades em 1337<sup>4</sup>, as décadas finais do conflito foram caracterizadas pelo gradual esfacelamento da autoridade inglesa no continente. Um outro letrado, de identidade desconhecida, mas contemporâneo de John Capgrave, apontou, acerca desse contexto, que em seu tempo faltavam “poderio régio e espadas” para se contraporem aos inimigos<sup>5</sup>, isto é, faltavam ações efetivas de Henrique VI, então reprovado por sua inação e inexperiência em feitos marciais.<sup>6</sup>

A despeito desses infortúnios, John Capgrave e outros de seus contemporâneos não deixaram de confiar na possibilidade de que as contendas findariam em favor dos ingleses. Mesmo vivenciando momentos de extrema adversidade, com a perda quase completa de seus domínios na França, nos primeiros anos da década de 1450, ainda se contava com uma guinada em sua sorte, pois foram muitos os exemplos de expedições vitoriosas, ocorridas em tempos passados, que subjugaram os inimigos e reforçaram as pretensões dos monarcas ingleses à Coroa do reino localizado no outro lado do mar.

---

<sup>1</sup> O *Livro dos ilustres Henriques* foi escrito entre 1446 e 1447. GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. v.2, p. 389.

<sup>2</sup> CAPGRAVE, J. **The books of the illustrious Henries**. Translated from the Latin by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858. p. 149-150.

<sup>3</sup> *Ibid*, p. 5.

<sup>4</sup> CURRY, A. **The hundred years war**. New York: St. Martin's Press, 1993. p. 32-57.

<sup>5</sup> WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v. 2, p. 159.

<sup>6</sup> GRUMMITT, D. **Henry VI**. New York: Routledge, 2015. p. 127.

Traduzem, em parte, essas esperanças finais os escritos de William Worcester (1415-1480/5), um homem versado em diversos ramos do conhecimento, que pintou, a partir dos primeiros anos da década de 1450, um cenário ainda favorável às armas inglesas com a finalidade de exortar os guerreiros para a retomada dos combates contra o monarca francês. Apesar, no entanto, do ímpeto de encorajar, o letrado não omitiu as dificuldades a serem enfrentadas por seus contemporâneos para colocarem em efeito tal intento, pois, para além do sem-número de vicissitudes próprias da guerra e da manutenção dos domínios conquistados, uma adversidade ganha destaque entre as suas preocupações: a condução imoderada do conflito pelos desvios correntes dos guerreiros.

Os pontos levantados a esse respeito em seu *Livro da Nobreza (Boke of Noblesse)*, mais do que interessarem por sua suposta singularidade, importam por estarem diretamente associados às preocupações observadas na produção escrita do período em geral, porém, com algumas diferenças amparadas na sua experiência própria e contatos com o cavaleiro John Fastolf (1380?-1459), seu amparador, nos territórios em conflito, diferentemente da erudição livresca dos tratadistas de seu tempo. Graças a essa vivência, Worcester, como veremos, traz à cena histórica as aflições dos homens de sua época, destinados a guerrear e, em contrapartida, traz as aflições daqueles que assistiam não só ao seu despreparo para fazê-lo como às condutas impróprias dos combatentes de um e de outro lado da contenda.

Inspirando-se, em certa medida, em obras como o *Quadriolog invectif* (1422), do francês Alain Chartier (1385?-1435?), que lamentaram a vitória do inimigo e ponderaram sobre a conduta dos guerreiros,<sup>7</sup> a obra do letrado inglês nos permite interrogar sobre ideais e malfeitos do fazer bélico quatrocentista que não se restringiram a um ou outro território. Considerando, entretanto, que algumas das reflexões de letrados franceses foram relegadas para um segundo plano e outras tantas ignoradas,<sup>8</sup> importa examinar as confluências e contrapontos dos saberes sobre a guerra produzidos naqueles dois redutos da Cristandade. Se na França foi profícua e intensa a elaboração de reflexões ao longo de todo o conflito, na Inglaterra não se testemunhou a formulação de livros de cavalaria em

---

<sup>7</sup> NALL, C. William Worcester reads Alain Chartier: Le Quadriologue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008. p. 135-148.

<sup>8</sup> Uma relação dos tratados produzidos na França é elencada por TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen: essays in honour of Maurice Keen**. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 69-70.

língua vernácula<sup>9</sup>, de forma que os escritos, neste território, tenderam a abordar os feitos marciais e as condutas, práticas e ritos recomendáveis ou evitáveis, não apenas por homens de estado cavaleiresco, mas também por outros a quem deveriam instruir e direcionar.

Tendo em vista os valores expressos pelos ingleses, foi fundamental examinar as condutas e códigos a nortearem a administração do conflito e a mudança de objetivos em relação à segunda metade do século XIV. Apesar dos níveis de qualidade diferentes dos escritos de guerreiros legados a propósito das armas, notamos certas expectativas dos que compuseram as hostes, grupos armados formados pela mescla de indivíduos com e sem estado cavaleiresco, estes últimos representados, segundo resumiu o letrado John Trevisa (1342?-1402?), pelos que combatiam montados ou a pé.<sup>10</sup> Diante da alteração gradual da composição dos grupos armados entre os reinados de Eduardo III e Henrique VI, marcada pela integração de números cada vez mais significativos de homens de estado inferior nas hostes, fez-se necessária a difusão de um conjunto sistemático de códigos a regular suas condutas nas batalhas e no controle das regiões e fortalezas que foram por eles subjugadas e, simultaneamente, diversos foram os questionamentos a respeito do não cumprimento de formas exemplares de conduta e dos descomedimentos nas regiões de conflito.

Para melhor examinarmos os tipos de denúncias correntes, atentaremos para os parâmetros constituintes daquilo que se tomou por válido ou não no desempenho guerreiro. Assim, ainda na primeira parte do estudo, questionaremos tais reflexões – ausentes em outros escritos – no âmbito das crônicas e das suas reflexões sobre as artes da boa governação, bem como nos relatos pontuais produzidos por membros da administração Lancaster em territórios continentais. Nesse âmbito, a investigação também ressalta a importância das tréguas que marcaram de forma contínua as décadas de conflitos, pois foram etapas cruciais de sua realização, nas quais eram fixadas as relações de reconhecimento social entre guerreiros a subsequente construção de elos entre

---

<sup>9</sup> Os primeiros nesse sentido foram traduções e posteriores edições de tratados de outros lugares da Cristandade realizados ao final do Quatrocentos por William Caxton. Uma breve síntese a esse respeito foi realizada por: BORNSTEIN, D. D. William Caxton's chivalric romances and the Burgundian Renaissance in England. *English studies*, v. 57, n. 1, p. 1 – 10, 1976.; TAYLOR, C.D. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen: essays in honour of Maurice Keen**. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 69-70.

<sup>10</sup> TREVISA, J. **The governance of kings and princes**. John Trevisa's middle English translation of the *De Regimine Principum* of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 397. Um escrutínio recente sobre homens de estado inferior ao de cavaleiros e suas funções dentro das hostes foi realizado por: BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 179-215.

inimigos a partir de uma honra cavaleiresca partilhada e, do mesmo modo, eram regulados os embates entre contendores que partilharam da mesma crença.

Outra questão trazida à cena: a denúncia dos excessos dos ingleses e de seus adversários, seja na relação com as mulheres, seja no consumo de bebidas inebriantes. Além desses excessos, os desvios em foco dizem igualmente respeito ao descumprimento de acordos por parte dos responsáveis por conduzirem os exércitos, inclusive de pagamentos para aqueles enviados para o outro lado do mar. Tal ameaça à sobrevivência dos combatentes, ao lado da busca desenfreada por riquezas, são também alguns aspectos que merecem atenção no mapeamento das agruras e soluções de guerra. Confrontando as denúncias realizadas por William Worcester com a de outros homens do período, são analisadas, portanto, as inquietações, os infortúnios experimentados pelos ingleses e os incômodos vividos no contexto das batalhas, com ênfase sobre o que se julgou lícito ou condenável na execução da guerra.<sup>11</sup>

No que se refere à terminologia empregada na investigação, vale esclarecer que o vocábulo “francês” foi usado para delimitar uma das partes em choque naquele momento. Todavia, não se pode negligenciar que, sob tal designação, se esconde um território fragmentado por lealdades a senhores locais. Assim, quando um relato ou registro contemporâneo menciona os franceses, refere-se a homens falantes de uma mesma língua mas necessariamente não submissos ao monarca Valois, como aqueles governados pelos duques da Borgonha e da Bretanha ou leais a Carlos VII – liderados pelos condes de Armagnac na região centro sul do reino. O mesmo pode ser dito a respeito do termo “ingleses”, isto é, homens submetidos ao monarca Lancaster e que não necessariamente seriam originários daquele reino, mas que, pela força da conquista, tornaram-se habitantes de regiões subjugadas e puderam manter seus bens e terras, desde que jurassem lealdade a Henrique V e, posteriormente, a Henrique VI.

Para além desses termos, o emprego corrente do vocábulo “cavalaria” remete não somente ao grupo dos guerreiros que receberam a honra da cavalaria por meio do ritual de adubamento, mas por referência aos códigos e saberes a nortearem a feitura da guerra,

---

<sup>11</sup> É válida a menção ao estudo de Matthew Strickland dentre aqueles muitos outros relacionados as manifestações do que teriam sido noções correntes a respeito das condutas e da validação social de práticas guerreiras. Muito embora trate de um período anterior ao investigado aqui, aquela obra extrapola o olhar meramente narrativo colocado sobre eventos militares para colocar em destaque as reflexões de letrados ingleses a respeito dos sentimentos e da força que os direcionamentos morais dos caminhos a serem tomados na feitura da guerra teriam exercido nas concepções de guerreiros e aristocratas ingleses. STRICKLAND, M. **War and chivalry: the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066 – 1217.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

que se estenderam para os combatentes de modo geral. Mais especificamente, quando grafado com inicial minúscula, o termo “cavalaria” refere-se ao grupo, isso é, aos cavaleiros, e quando grafado com inicial maiúscula, a “Cavalaria” faz menção ao conjunto de códigos.

Na mesma medida, o uso de correlatos como “combatentes”, “guerreiros” e até mesmo “soldados” também se justifica por sua presença na documentação analisada, mas foi usado com cautela para evitar associações com conceitos modernos, que pressupõem a existência de forças armadas de caráter permanente. Afinal, no Quatrocentos, aquelas experiências marciais sucessivas por anos a fio foram regradas por meio de “contratos” de duração limitada, que estipulavam os períodos e a natureza do serviço, pressupondo, assim, uma dedicação pontual, e não exclusiva, às demandas da execução da guerra.<sup>12</sup>

Muito mais do que o estudo em questão, a presente tese traz a tradução, inédita em língua portuguesa, do *Livro da Nobreza*. No anexo, foram reproduzidos dois mapas que auxiliam a compreender a extensão dos domínios ingleses na França, bem como os lugares e eventos pertinentes das décadas de conflito entre os súditos Lancaster e Valois na primeira metade do Quatrocentos, contexto abordado tanto no âmbito da investigação como nos escritos de William Worcester e de seus contemporâneos.

---

<sup>12</sup> BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 22.

## CONCLUSÃO

O citado tratado *Máximas e dizeres dos filósofos* aponta que observar preceitos recomendáveis para a ação armígera era fundamental para os príncipes desejosos em manterem o reino e os súditos em concórdia. O ensinamento, retomado de tratados mais remotos sobre a guerra, teve larga aceitação entre os ingleses na primeira metade do Quatrocentos, dado que era seguido de outros que associavam leis e procedimentos bélicos na manutenção da ordem. Melhor dizendo, o escrito descrevia que, do mesmo modo que os reinos eram mantidos em avença por meio de leis implementadas pelos monarcas e seus representantes, a boa governança dos homens dependia, complementarmente, dos saberes cavaleirescos, pois, graças à atenção diligente em compreender e bem executar o fazer marcial, o reino permaneceria em paz e em segurança. Entretanto, quando a execução da guerra levada a cabo segundo preceitos recomendáveis era negligenciada por aqueles que compunham o braço armado do rei, a segurança do reino e dos súditos tornar-se-ia um labor infrutífero, devido às ações descomedidas em tempo de conflito. O tratado alerta, ainda, que os súditos dispendiam suas riquezas para custearem as armas encabeçadas pelo monarca e os outros senhores do reino, por isso esperavam que fossem empregadas para fortalecer uma governação amparada pela justiça e contrária, portanto, à realizada de modo iníquo.<sup>935</sup>

William Worcester e seus contemporâneos, atentos a tais ensinamentos, observaram que, na primeira metade do Quatrocentos, era notável o decaimento nos modos marciais, tanto por parte dos guerreiros e senhores ingleses, como dos inimigos franceses. O que foi aqui examinado por ele foram as ponderações letradas e os receios dos homens da ilha a respeito das tensões latentes no seio das contendidas, especialmente nas décadas da ocupação Lancaster na França. Destacamos aqui as acusações feitas por Worcester a respeito da improbidade dos adversários nos acordos de trégua ou os problemas de custeio para a manutenção das regiões e de guerreiros ingleses para defendê-las. Não bastassem tais obstáculos a desafiarem a capacidade dos responsáveis pela administração, ainda tiveram de fazer frente a outros contendores ingleses, seus pares de armas, que, por suas posturas impróprias, colocavam em risco a autoridade sobre os territórios do outro lado do mar.

---

<sup>935</sup> BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dictes and sayings of the philosophers**. Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 176.

De um polo a outro das denúncias correntes nos escritos, emerge o desregramento como uma das principais causas de derrota e favorecimento do poderio dos adversários. Nesse sentido, combater e regular a prática de excessos do corpo guerreiro, evitando desvios – recomendação conhecida de longa data na Cristandade e retomada na Inglaterra quatrocentista –,<sup>936</sup> mostrou-se especialmente relevante quando investidas contra as regiões de domínio da Coroa, perpetrados pelos inimigos e pelos próprios guerreiros ingleses, sobrepuseram o anseio comum de aplicação da justiça e de correto governo dos homens. Assim, ponderações de viés moralizador, nos escritos examinados, incidiram, por um lado, sobre a improbidade dos contendores adversários, por outro, recaíram sobre os seus conterrâneos, denunciados por suas paixões desmedidas no trato com as mulheres, no prazer da embriaguez e, sobretudo, por sua cobiça.

Às ações destemperadas são atribuídas, em larga medida, a destruição ligeira das conquistas do monarca Henrique V, já fragmentadas durante o reinado de seu herdeiro. Tal fato ocorreu não apenas por meio da pressão externa exercida por Carlos VII e seus aliados, ao perseguirem os meios necessários para retomarem a dianteira do conflito, mas, sobretudo, pelo fato de que os próprios homens de armas sob o governo dos Lancaster cederam às suas paixões, manchando igualmente a sua honra e, até mesmo, em certas ocasiões, sujando o fio de suas espadas com sangue de ingleses. Para mais, desobedeciam a preceitos correntemente aceitos quanto ao comprometimento de cada estado às suas obrigações com o rei e com o reino, evitando transgressões dos guerreiros que poderiam culminar em ações de destruição irreversível.<sup>937</sup>

Diante desse horizonte, muitos foram os letrados que lamentaram a decadência vivida pela cavalaria inglesa, que se eximiu de combater de modo justo para se engajar em atos moralmente inaceitáveis, a exemplo daquele contra os habitantes de Rouen em 1441. Confrontados com a total inépcia no provimento de socorro militar contra as incursões inimigas, os súditos ingleses vivenciaram um cenário em que parte da ameaça que se abatia sobre eles vinha daqueles que deveriam protegê-los. Assim, declararam a

---

<sup>936</sup> A necessidade de se refrear os males causados pelos guerreiros em meio a **guerras** formaram um conjunto coeso de prescrições formulados em outros pontos da Cristandade. Na Inglaterra anterior ao século XV, é possível destacar quando João de Salisbury mencionou ser fundamental punir os guerreiros indisciplinados “em seus bens, honra e corpo”. KAEUPER, R. **Chivalry and violence in Medieval Europe**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999. p. 11-29.; **THE STATESMAN’S BOOK OF JOHN OF SALISBURY, being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from seventh and eight books, of the Policraticus**. Translated into English with an introd. by John Dickinson. New York: Russell & Russel, 1963. p. 190.

<sup>937</sup> ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries**. New York: Columbia University Press, 1959. p. 232-233.

Henrique VI que sua liderança do conflito se assemelhava a um navio à deriva, “agitado no mar pelos muitos ventos, sem capitão, sem piloto, sem leme e sem vela”. Como resultado dessa impotência absoluta, confirmada nos anos subsequentes até amargurarem sua derrota final, as armas inglesas abandonaram os súditos “longe do porto da segurança e do auxílio humano”, destinando-os a uma cruel fortuna e a adversidades de todo tipo.<sup>938</sup>

Ao longo deste estudo, as relações estabelecidas a partir da observação de que boas práticas vinham sendo deturpadas ou mesmo descuidadas por aqueles que deveriam justamente zelar por sua execução foram esmiuçadas. O lamento dos habitantes da capital normanda foi, entretanto, apenas um dentre tantos outros a bem exemplificarem a avaliação dos próprios ingleses sobre as suas armas. Se em tempos de outrora foram capazes de fazer frente a todos os que eram contrários “aos bons desígnios e ao bem comum” daquele reino, isto é, eram “conquistadores”, segundo as palavras de Henrique V<sup>939</sup>, ao longo do reinado de seu sucessor, tais qualidades foram gradualmente alteradas, até que, ao início da década de 1450, passaram a “capitular” e a serem “conquistados” não apenas pela pujança e organização marcial dos inimigos, mas em função de sua própria incapacidade de refrear a suas paixões na via marcial.

O esforço, nesta investigação, foi o de demonstrar que os cuidados com o governo da guerra contemplavam as obrigações dos guerreiros, estabelecidas por meio de juramentos e asseveradas por escrito nas *indentures*. Foi, igualmente, de esmiuçar os ímpetos, de enriquecimento ou pela simples satisfação corpórea, dos cavaleiros e demais guerreiros em prejuízo do bem comum e de sua própria honra. A partir do entrecruzamento de leituras foi possível notar que a presença dos guerreiros que se deslocaram para combater os adversários franceses e a guarnecerem as regiões no continente de posse dos Lancaster não significou somente o socorro tão aguardado para robustecer as regiões sob assédio. Em muitos casos, ela foi a própria fonte de flagelos a erodirem com até mais vigor os próprios ingleses e a sua Coroa do que os seus inimigos.

Durante as campanhas realizadas entre 1389 e 1414, não foi incomum a presença de cavaleiros advindos dos estratos inferiores da sociedade e com algum grau de ligação com a aristocracia a dedicarem grande parte de seu tempo à administração local na Inglaterra e, pontualmente, a atenderem às expedições de caráter temporário encabeçadas

---

<sup>938</sup> STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England.** London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861-1864, v.2, pt.2, p. 606.

<sup>939</sup> KINGSFORD, C.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Clarendon Press, 1905. p. 46.

pelos reis. Contudo, a partir da década de 1410, com a proposta de expansão dos domínios do reino e a tentativa de consolidação do controle direto sobre os territórios franceses consumada por Henrique V, muitos dos que partiram permaneceram por lá.<sup>940</sup> Isso produziu uma ruptura entre os que gradualmente se furtaram a observar os bons princípios das atividades marciais para se voltarem a seus próprios interesses naquelas regiões, naturalizando a expectativa de recebimento de auxílios vindos da Inglaterra a serem complementados pela busca de recursos nas localidades na França, tanto “oficialmente”, combatendo os adversários em campanha, quanto no engajamento em atividades de rapina e de extorsão quando não estavam sob as ordens do rei.<sup>941</sup>

Afinal, fato é que a guerra esteve imbricada no jogo social do Quatrocentos, e o conjunto de sugestões e de inquietações elaboradas sobre a sua condução foi sustentado sobre princípios da ordem e da moral cristãs. Ao mesmo tempo em que vimos a exigência do emprego das armas para corrigir agravos, assistimos a um cenário muito distante das realidades idealizadas pelos testemunhos de letrados e de outras figuras diretamente envolvidas nos conflitos. Em comum, eles compartilharam a inquietação com a condução da guerra não gerida pelos princípios aceitos de longa data, bem como contrária às demandas do rei e do reino.

---

<sup>940</sup> BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 125-129.

<sup>941</sup> KING, A. The English gentry and military service, 1300-1450. **History Compass**, London, v. 12, n. 10, 2014, p. 763-764.

## ANEXO 1: Sobre o *Livro da Nobreza*: introdução e o estilo da escrita de William Worcester

Em meados da década de 1950, Kenneth Bruce Mcfarlane, um dos mais eruditos estudiosos do período quatrocentista inglês, dedicou-se a esboçar elementos pontuais de uma biografia de William Worcester. De lá para cá, a vida do letrado de Bristol já foi objeto de escrutínio de investigações pontuais as quais, via de regra, lançaram luz a respeito das inúmeras aptidões daquele homem ligado aos baixos estados da *gentry*<sup>942</sup>, sobretudo no que diz respeito ao seu ávido interesse em coletar e realizar registros sobre um amplo rol de saberes, a exemplo da astrologia, geografia e história<sup>943</sup> como também da medicina e mesmo de questões militares<sup>944</sup>, amostras, portanto, da mente arguta daquele que também foi um viajante, inventariante e permaneceu fiel ao cavaleiro John Fastolf até os dias finais.<sup>945</sup>

Dentre os seus escritos, figuraram os três volumes dos *Antiquitates Anglie*, o *De Agri Norfolcensis familiis antiquis*, e o *Acta domini Johannis Fastolf*, todos perdidos<sup>946</sup>, além, é claro, daqueles outros legados ao presente: registros de viagem no *Itinerarium*<sup>947</sup>, a tradução do *Da velhice* de Cícero<sup>948</sup>, a revisão intitulada *Ditos e máximas dos filósofos*, em companhia de Stephen Scrope<sup>949</sup>, e sua reflexão mais admirável, o *Livro da Nobreza*.<sup>950</sup> Muito embora sua figura não tenha permanecido negligenciada por completo

<sup>942</sup> MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 201.

<sup>943</sup> BROADWAY, J. The afterlife of William Worcester. Disponível em: <<http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf> <http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020. p. 1.

<sup>944</sup> WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430-1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 94.

<sup>945</sup> Mcfarlane, op. cit., p. 203.

<sup>946</sup> DAVIES, N. The epistolary usages of William Worcester. PEARSALL, D.A.; WALDRON, R.A. **Medieval literature and civilization**: studies in memory of G. N. Garmonsway. London: The Athlone Press, 1969. p. 251-253.

<sup>947</sup> WORCESTRE, W. **The topography of medieval Bristol**. Edited by Frances Neale. Bristol: Bristol Record Society, 2000.

<sup>948</sup> WORCESTER, W. **Tullius de senectute**. Westminster: William Caxton, 1481. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?view=toc>>. Acesso em: 07. mar. 2019.

<sup>949</sup> BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dictis and sayings of the philosophers**. Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941.

<sup>950</sup> WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860.

nas centúrias subsequentes a sua morte<sup>951</sup>, o olhar acadêmico do século XX pontuou o seu exercício de múltiplos ofícios.<sup>952</sup> De qualquer forma, ainda que tenha vivido em um universo das letras balizado ao início do Quatrocentos por figuras como John Trevisa, Geoffrey Chaucer e, ao seu final, por William Caxton, sua figura ganha mais relevância quando vislumbrado o fato de que, juntamente a John Rous, é reconhecido como o primeiro humanista da Inglaterra.<sup>953</sup>

Essa mesma energia com que investigaram a respeito de sua vida, no entanto, não confluíu para o escrutínio de seus escritos, sobretudo o *Livro da Nobreza*, e assim apenas dois elementos daquele tratado parecem ser pontos pacíficos. O primeiro é o de que teria sido iniciado, em meados da década de 1450, como uma espécie de reflexão *post-mortem* do conflito, a fim não de lamentar, mas de refletir a respeito dos porquês da derrota militar perante os franceses durante o reinado de Henrique VI.<sup>954</sup> A bem dizer, ele pretendeu menos relatar e mais refletir a respeito daquele incômodo que permeou a sociedade reinol durante a segunda metade do Quatrocentos, norteando seus entendimentos a partir de um eixo moralizante que enxergou nos desvios os pontos-chave na condução da guerra daquele momento.

O segundo aspecto é que aquele tratado foi um labor empreendido por longa data, um trabalho em constante construção, mesmo décadas adiante dos eventos que circundaram a perda dos domínios continentais, realizado não como uma atividade primeira de William Worcester, mas sim como um exercício reflexivo entre as outras atribuições que desempenhou durante e após décadas de serviço em nome de John Fastolf.<sup>955</sup>

---

<sup>951</sup> No século XVIII, uma coletânea de missivas trocadas entre membros da *gentry* e ligados à família Paston, editada no século XVIII, registrou algumas delas como sendo do letrado, na mesma medida em que a edição realizada no século posterior. FENN, J. **Original letters, written during the reigns of Henry VI, Edward IV and Richard III**. London: G.G.J. and J. Robinson, 1787.; GAIRDNER, J. **The Paston letters, A.D. 1422-1509**. Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. 4 v.

<sup>952</sup> Uma reflexão que buscou pontuar seu exercício de funções ligadas às demandas de John Fastolf, sobretudo a de inventariante, à ocasião de decesso do cavaleiro, foi a de: RICHMOND, C. William Worcester: 1459 – 1460. In:\_\_\_\_\_. **The Paston Family in the fifteenth century: Fastolf's will**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

<sup>953</sup> GRANSDEN, A. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000. p. 308-341.

<sup>954</sup> ALLMAND, C.; KEEN, M. History and the Literature of War: The Boke of Noblesse of William Worcester. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 92.

<sup>955</sup> WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature: 1430-1530**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 95.

De qualquer maneira, frente a um cenário dos saberes marcado pela sistematização fragmentada dos entendimentos desejáveis a respeito da guerra, o *Livro da Nobreza* é fundamental como testemunho a creditar os insucessos das armas de Henrique VI em parte à conduta imoderada de inimigos, mas, sobretudo, à intemperança dos próprios ingleses em contender. Dessa forma, para além da investigação que perquiriu tais elementos, integra o presente anexo a tradução integral do tratado, realizada a partir do cotejo entre o único manuscrito conhecido, *MS. 18 B XXII*, atualmente sob guarda da *Royal Collection do British Library*, e a edição publicada em 1860 por John Gough Nichols.

Nesse sentido, vale ressaltar que a escrita de William Worcester é marcada por repetições de termos e pela variação entre a primeira pessoa do singular (alguns breves comentários de caráter subjetivo) e a segunda do plural (ao se dirigir por meio de recomendações e alertas tanto aos monarcas ingleses como aos praticantes do ofício marcial). Sempre que possível, privilegiei a legibilidade do texto, sem prejuízos para sua compreensão geral.

Ademais, o texto original é marcado por inserções realizadas posteriormente, ora por William Worcester, ora pela mão de outro escriba, não identificado, com a finalidade de oferecer explicações e exemplos que corroboram a argumentação. Tais inserções foram apontadas na presente tradução entre parênteses e em itálico. Não obstante, pontualmente também foram adicionados certos vocábulos para complementar o sentido de frases, os quais, por sua vez, estão demarcados entre colchetes. Além disso, é preciso mencionar que o letrado realizou algumas citações em latim e que foram mantidas entre aspas e sublinhadas.

Dessa forma, o acréscimo de informações realizado contemporaneamente corrobora a possibilidade de que o *Livro da Nobreza* foi sendo adaptado segundo os sabores da segunda metade do século XV, quando a derrota inglesa na França foi um dos elementos da retórica dos apoiadores de Eduardo de York, futuro Eduardo IV, contra as políticas e ações ineficazes de Henrique VI para a manutenção e defesa de territórios no continente. Uma vez que muitos homens do reino optaram por se aliarem ao primeiro depois de anos a fio de colaboração com o regime Lancaster<sup>956</sup>, pode ter sido desejável também adaptar o texto às mudanças nas configurações de poder do reino, algo

---

<sup>956</sup> A exemplo de John Fastolf, que apenas estreitou laços já iniciados em 1441. MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 162.

corroborado pelo fato do nome de Henrique VI ter sido raspado e alterado para o de Eduardo IV, e, subsequentemente, para o de Ricardo III.<sup>957</sup>

Soma-se à tradução do *Livro da Nobreza* uma introdução realizada pelo filho de William Worcester, cujo nome é desconhecido. A escolha por verter aquele excerto se justifica pelo fato de serem mencionadas características a respeito de como a compilação final teria sido concebida em algum momento durante a década de 1470, uma vez que foram esboçados sumariamente pontos “acerca das opiniões a respeito de instruções para a guerra” de uma documentação que não foi legada de forma integral até o presente. Nesse sentido, é importante observar que, atualmente, o manuscrito do *Livro da Nobreza* não está acompanhado de qualquer outro texto, bem como não possui imagens marginais, o que talvez possa indicar um trabalho incompleto, o qual, por razões desconhecidas, permaneceu ou foi deliberadamente isolado de outros documentos complementares.

### **Sobre a tradução de nomes próprios**

Um dos desafios tradutórios foi o da padronização de nomes próprios, pois, ao longo da narrativa, a erudição de William Worcester fez com que recorresse não apenas a exemplos de ações armadas inglesas, mencionando os seus perpetradores, mas valeu-se também de exemplos retirados de sábios franceses e da Antiguidade para amparar sua argumentação. Com vistas a explicitar os critérios de padronização, optei por classificá-los dentro dos três grupos mais recorrentes ao longo do texto, isto é, dos monarcas, de outros membros da nobiliarquia e dos homens de saberes. Cada qual seguirá um tipo de princípio norteador, conforme explicado na sequência:

#### **1. Monarcas**

Os nomes de monarcas referenciados por William Worcester são, na sua quase totalidade, aqueles da Inglaterra e da França, os quais se encontram consagrados em língua portuguesa. Assim, nomes como Eduardo, Henrique, Carlos e Ricardo apresentar-se-ão em lugar de suas versões em inglês e francês moderno, muito embora seja preciso apontar algumas exceções, sobretudo do período de governo anglo-saxão, como Bituito

---

<sup>957</sup> MCFARLANE, K.B. *England in the fifteenth century*: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 162.

e Cnut. Nesses casos específicos, optei por manter a grafia padrão de acordo com obras bibliográficas mencionadas em suas respectivas notas explicativas.

## 2. Membros da aristocracia

Os nomes de membros da aristocracia apresentam dentre os seus percalços a designação ligada a topônimos, o que nem sempre viabiliza uma tradução elucidativa. Por exemplo, enquanto que Richard of York a princípio comportaria “Ricardo de Iorque”, Thomas of Clarence apresenta um ruído maior se traduzido seu primeiro nome e mantido o segundo. O mesmo vale para nomes e sobrenomes incomuns em língua portuguesa, como os de Humphrey, duque de Gloucester e do cavaleiro John Fastolf, respectivamente. Frente a tal impasse, o princípio padronizador foi o de manter a todos eles em sua forma inglesa moderna.

## 3. Sábios e personagens romanos

Por sábios, são abarcados todos aqueles pensadores do período clássico e também da França sobre os quais William Worcester estruturou suas recomendações e reprimendas. Muito embora, em sua maioria, existam versões consagradas de seus nomes em língua portuguesa e não existam razões para que sejam alterados, a exemplo de Catão, Cícero, Vegécio e mesmo dos generais Aníbal e Camilo, há, é claro, algumas exceções. Christine de Pisan, por exemplo, pode ser referenciada como “Cristina de Pisano” ou mesmo “Cristina de Pizan” e, frente à falta de um critério aparente, optei por manter o padrão empregado em inglês moderno pelas obras de referência.<sup>958</sup> Há também aqueles outros como Honore Bonet, por vezes referido pela bibliografia anglófona como Honore Bovet.

Por fim, é preciso mencionar o caso do próprio autor do tratado em questão, William Worcester. Embora os nomes de sábios ingleses de maior renome possuam versões consagradas em língua portuguesa, como Rogério Bacon, João de Salisbury e

---

<sup>958</sup> É preciso notar que em língua inglesa há também discrepâncias nesse sentido. Dois exemplos de obras de referência nesse sentido são: BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea**. Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970.; SUMMIT, J. The city of ladies in the library of gentlemen: Christine de Pizan in England, 1450-1526. In: \_\_\_\_\_. **Lost property: the woman writer and English literary history, 1380-1589**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2000. p. 61-108.

Guilherme de Ocam, optei por não traduzir o nome de William Worcester para Guilherme Worcester pelo mesmo princípio que mantive anglicizados os nomes de membros da nobiliarquia. Soa-me mais palatável mencionar William, o conquistador sem que existam, a princípio, prejuízos ao entendimento do leitor; porém, ao contrário dele, William Worcester ainda está por iniciar sua jornada em meio acadêmico brasileiro e, por essa razão, creio ser prudente apresentá-lo pela denominação ainda em língua inglesa.<sup>959</sup>

Apesar de todos esses cuidados, é preciso reconhecer que tais critérios são insuficientes para resolver de forma satisfatória os obstáculos levantados pela tradução de nomes. Isso porque aqueles mais comuns, a exemplo de John, podem remeter tanto a reis, duques, cavaleiros e mesmo a homens de menor importância social. Além disso, um fator complicador é que mesmo no corpus documental empregado, há variações na grafia de nomes, podendo ser ora mencionados em inglês, ora em francês, como John e Jean, ou ainda em latim, no caso específico do eclesiástico *Iohannes Wallensis*. Logo, a fim de seguir a normatização apresentada, ele será traduzido por “João” no caso de monarcas ingleses e franceses, porém mantido como “John” em outras menções.

Da mesma forma, também é preciso notar que as duas dinastias inglesas mencionadas ao longo do tratado, Plantagenet e Lancaster, possuem correlatos no idioma nacional: Plantageneta e Lencastre. No entanto, enquanto que Plantageneta parece ser um consenso em meio a trabalhos historiográficos produzidos por aqui, Lancaster parece ser empregado lado a lado com sua versão portuguesa Lencastre. Ao fim, optei por manter os termos “Plantageneta” e “Lancaster”.

### **Sobre os topônimos**

Em uma mesma medida, os topônimos também estão longe de encontrarem um consenso. Assim, foram consultadas edições modernas de documentos contemporâneos, bem como obras historiográficas que ponderaram a respeito do conflito e seus respectivos mapas com designações daqueles lugares. Logo, o caminho tomado foi aquele de manter os seus correspondentes em suas línguas modernas, a exemplo de Shrewsbury, Nájera e Fougères.

---

<sup>959</sup> É preciso mencionar que, para além de variações gráficas de seu nome, William Worcester também assinou documentos ao longo de sua vida como William Botoner. DAVIES, N. The epistolary usages of William Worcester. PEARSALL, D.A.; WALDRON, R.A. **Medieval literature and civilization: studies in memory of G. N. Garmonsway**. London: The Athlone Press, 1969. p. 249.

## Sobre os valores pecuniários

Os valores pecuniários não partilharam de uniformidade para sua padronização ao longo do período entre as regiões mencionadas na tradução, a exemplo da libra inglesa, da parisiense e a de Tours, denominada *tournois*, todas com valores e proporções próprias. De qualquer forma, não cabe discutir tais nuances, porém pontuar que os principais elementos daquela terminologia do século XV possuem nomenclatura em língua portuguesa, a saber: as libras (*pounds*), o xelim (*shillings*) e o pêni (*pence*) ou dinário (*denar*), este último representando a duodécima parte do xelim e este, por sua vez, a vigésima parte de uma libra.<sup>960</sup> Não obstante, é preciso mencionar que as transações pecuniárias poderiam ser conduzidas tanto a partir do “dinheiro de cômputo” (*money of account*) como do “dinheiro de pagamento” (*money of payment*). Na Inglaterra, o chamado “*mark*” foi o dinheiro de cômputo mais utilizado, equivalente a dois terços de uma libra, isso é, a 13 xelins e 4 dinários.<sup>961</sup>

Além disso, William Worcester mencionou o *tornouis* e o *salut*, unidades monetárias emitidas ou ao menos empregadas durante a governação dos territórios na França, que em nada se relacionaram com a moeda empregada dentro da Inglaterra e que, especialmente no caso daquela última, sofreram fortes flutuações e desvalorização, sobretudo em períodos contínuos de conflito.<sup>962</sup> Tais medidas, no entanto, eram expressões de valores de mensuração, ao passo em que as moedas, enquanto objetos físicos empregados para o pagamento, possuíam outras denominações. Nesse sentido, basta mencionar que dentre muitas daquelas moedas correntes no período, duas foram mencionadas ao longo do *Livro da Nobreza*: o nobre (*noble*) inglês e o *ecu* francês, denominado por contemporâneos de William Worcester como coroa (*crown*).<sup>963</sup>

De qualquer forma, tais referências pretendem tão somente apontar, de modo superficial, para as unidades de medida contemporâneas a fim de que se possa dimensionar as grandezas destacadas pelo letrado. Nesse sentido, basta dizer que, em meados de 1350, uma libra esterlina representou, sob circunstâncias regulares, o

<sup>960</sup> CASTOR, H. **Blood and roses**: one family's struggle and triumph during England's tumultuous civil war. New York: Harper Collins, 2006. p. X.

<sup>961</sup> GREEN, D. **The Hundred Years War**: a people's history. New Haven: Yale University Press, 2015. p. XII.

<sup>962</sup> Uma discussão sobre ambas é apresentada por: **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449**. Translated by Janet Shirley. Oxford: Clarendon Press, 1968. p. 33-34.

<sup>963</sup> **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449**. Translated by Janet Shirley. Oxford: Clarendon Press, 1968. p. 33-34.

pagamento equivalente a cinco dias de serviço para um *man-at-arms* com seu cavalo, pajem e equipamento de guerra.<sup>964</sup> Mediante as flutuações de valores, em 1436, quando as ofensivas de Carlos VIII e do duque da Borgonha causaram a reconfiguração do esforço marcial no continente, a expectativa média dos rendimentos anuais advindos de propriedades giraram em torno de 60 libras para um cavaleiro, de 24 libras para um escudeiro e de algo entre 15 a 19 libras para um arqueiro.<sup>965</sup> Já a média esperada com os pagamentos anuais pela atuação guerreira era de 9 libras para homens hierarquicamente inferiores aos grandes aristocratas, porém em função de comando como capitão de uma hoste ou de uma guarnição, o qual poderia ser um cavaleiro, um escudeiro e até mesmo um arqueiro, em certos casos.<sup>966</sup>

Frente ao modelo de pagamento a nortear toda a logística de arrolamento e de serviço durante o Quatrocentos, o aumento gradual daqueles custos esteve em consonância com as dificuldades para o custeio da guerra e os desdobramentos lançados sobre o eixo moral escrutinados na última parte da investigação.

---

<sup>964</sup> SUMPTION, J. **The hundred years war: divided houses**. London: Faber and Faber, 2009. p. 593.

<sup>965</sup> SEWARD, D. **The hundred years war: the English in France, 1339-1453**. London: Constable, 1978. p. 251.

<sup>966</sup> BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 106.

## TABELAS E MAPAS

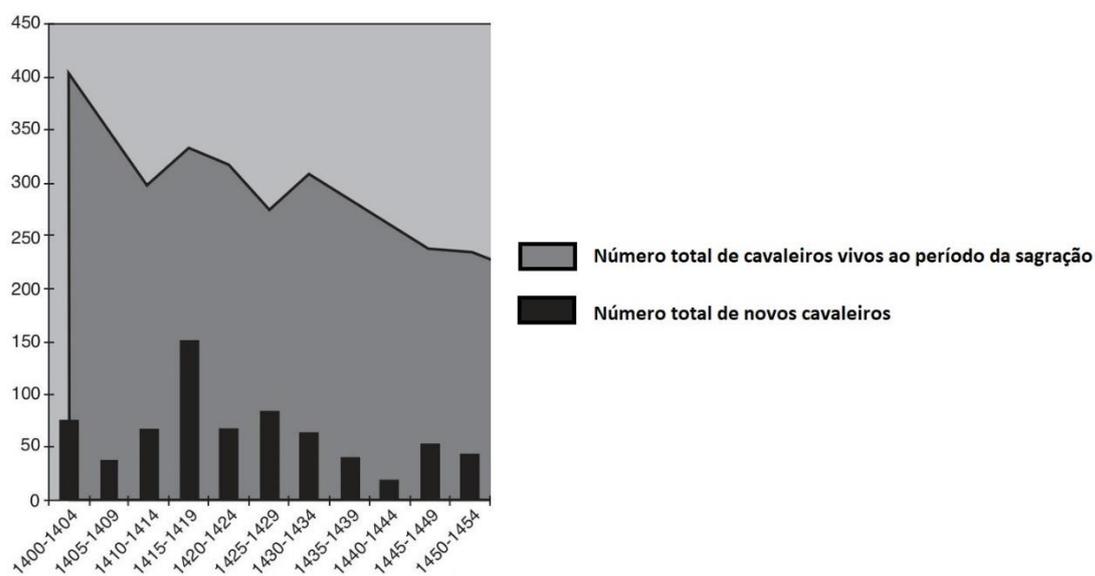
Tabelas a respeito da flutuação no número de homens de armas a serviço da Coroa durante a primeira metade do Quatrocentos.<sup>967</sup>

Ano	Campanha	Proporção de men-at-arms em relação a arqueiros
1415	França	1: 4
1415	Expedição Marítima	1: 2
1416	Expedição Marítima	1: 2
1417	França	1: 3.5
1418	Expedição Marítima	1: 2.1
1419	Calais	1: 3
1419	Expedição Marítima	1: 2.1
1420	França	1: 3.5
1420	Expedição Marítima	1: 2
1421	França	1: 3
1423	França	1: 3
1423/9	Gasconha	1: 200
1424(?)	França	1: 3
1425	França	1: 3
1426	França	1: 3
1427	França	1: 3
1428	França	1: 5.1
1429	França	1: 7
1429	França	1: 19
1430	França	1: 11.6
1430	França	1: 3
1431	França	1: 4.1
1431	Gasconha	1: 35
1432	França	1: 5.1
1433	França	1: 4.5
1434	França	1: 5.6
1434	França	1: 4
1435	França	1: 1.6
1436	França	1: 5.5
1436	Calais	1: 7.3
1436	França	1: 4.3
1437	França	1: 5.9

<sup>967</sup> Adaptado a partir de: BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 272-274.

1438	França	1: 3.8
1439	França	1: 3.1
1439	Gasconha	1: 6.7
1440	França	1: 19.6
1441	França	1: 3.7
1442	França	1: 11.5
1442-3	Gasconha	1: 28.5
1443	França	1: 6.6
1444	França	1: 3
1448	França	0: 1.000
1449	França	1: 9.2
1450	França	1: 9.3
1450	França	1: 3.
1451	Calais	1: 4.4
1453	Gasconha	1: 9.9

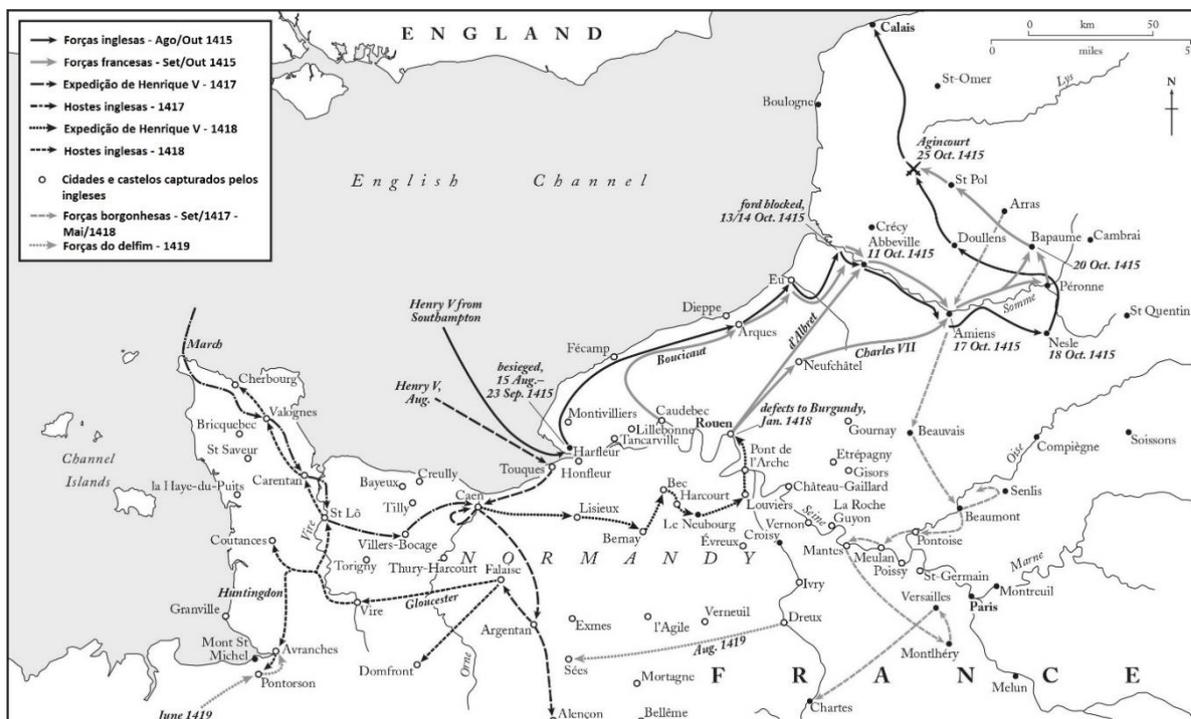
### Distribuição de homens sagrados cavaleiros (1400 – 1453)<sup>968</sup>



<sup>968</sup> Adaptado a partir de: DAW, B.M. English knighthood in decline: the last years of the Hundred Years War, 1435 – 53. *Bulletin of the John Rylands Library*, Manchester, v.3, n. 87, 2001, p. 201 – 220.

## Mapas dos domínios ingleses na França: 1415 – 1453<sup>969</sup>

### 1. Campanhas de conquista: 1415 - 1419



<sup>969</sup> Ambos os mapas foram adaptados a partir de: GREEN, D. **The Hundred Years War: a people's history**. New Haven: Yale University Press, 2015. p. XIX – XX.

## 2. Máxima expansão territorial dos domínios ingleses na França (1429)



## ANEXO 2: Tradução integral do Livro da Nobreza

### DEDICATÓRIA AO REI EDUARDO IV

#### As guerras dos ingleses na França e na Normandia<sup>970</sup>

Ao mais distinto, poderoso e excelente príncipe cristão Eduardo, o qual, graças à divina providência, é o terceiro rei da Inglaterra e da França<sup>971</sup>, senhor da afamada ilha da Irlanda e de muitas outras ilhas e territórios habitados, situados nas cercanias de ambos os reinos e a eles pertencentes.

Dignificado e exaltado seja Deus, todo poderoso, o qual deve ser temido e obedecido com toda a devida reverência e submissão por vossos verdadeiros e afetuosos súditos, em razão de vosso acréscimo e promoção do bem público no que diz respeito à defesa e à conservação equânime de ambos os reinos supramencionados, através do exercício das quatro virtudes cardeais, denominadas, Justiça, Prudência, Fortaleza e

---

<sup>970</sup> Tanto o título como o subtítulo não constam nos respectivos fólhos do manuscrito “*Lambeth MS. 506*”. Essa introdução foi traduzida a partir de sua edição publicada em 1864 por Joseph Stevenson e por ele denominada de *As compilações de William de Worcester concernentes às guerras dos ingleses na França e na Normandia* [*The collections of William of Worcester respecting the wars of the English in France and Normandy*], realizada apenas quatro anos após aquela do *Boke of Noblesse* por John Gough Nichols. Na obra em questão, o editor arrolou uma série de documentos pertinentes às décadas de governo inglês na França durante o século XV, sendo de especial interesse a última seção do volume, a qual apresenta a dedicatória aqui traduzida, composta pelo filho do letrado. Assim como em algumas passagens do *Boke of Noblesse*, o nome de Henrique VI (r. 1422-1461/ 1470-1471) foi apagado e substituído pelo de Eduardo IV (r. 1461-1470/ 1471-1483). Nessa introdução, o nome daquele último sofreu o mesmo processo, desta vez em detrimento do nome de seu irmão e sucessor, Ricardo III (r. 1483-1485). Além disso, muito embora evidências internas do texto forneçam indícios para contextualizar sua produção à época da invasão da França em 1475 por Eduardo IV, a passagem mencionando que John, duque de Bedford (1389-1435), “foi escolhido {para exercer tal ofício} pela aquiescência dos senhores da França sob *vossa obediência*” (grifo meu) indica que, nesse caso, nem Ricardo III e nem Eduardo IV se encaixam em seu alvo, mas sim Henrique VI. Isso pode significar que, assim como o *Boke of Noblesse*, a introdução igualmente foi escrita e revisada ao longo dos anos. Seja como for, junto ao tratado, estão uma série de outros documentos pertinentes ao tema da guerra e do governo dos territórios na França, reunidos para que o monarca a aceder ao texto pudesse vir a arrazoar com maior embasamento a respeito de como proceder no trato para com aqueles inimigos. Infelizmente, nem todos os documentos indicados encontram-se editados, porém, mesmo assim, oferecem uma boa perspectiva de como teria sido concebido o códice completo. MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 212-213.

<sup>971</sup> Muito embora o pleito sobre a coroa francesa lançado por Eduardo III em 1337 tenha sido transmitido aos seus herdeiros, essa situação não se alterou até o reinado de Henrique V. Após o sucesso na campanha de Agincourt em 1415, meia década depois foi assinado o tratado de Troyes junto a Carlos VI, que o reconhecia como herdeiro ao trono francês em detrimento do delfim. Conforme relata o próprio William Worcester, Henrique VI foi coroado com grande pompa em Paris em 1429. Curiosamente, o parlamento de outubro de 1472 contraria tal perspectiva, denominando Henrique IV, Henrique V e Henrique VI de “os três últimos reis usurpadores”. **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504**. Edited by Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 13, p. 13-14. Disponível em: <http://www.sd-editions.com/PROME/home.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

Temperança; cada uma delas em sua devida ordem e empregadas conforme se fazem necessárias.

Ó príncipe excelente e digno de honra, vossa poderosa e nobilíssima coragem é diariamente inclinada e incitada a cumprir obrigações pertinentes às supramencionadas virtudes cardeais, em especial a da Fortaleza, a fim de subjugar vosso grande adversário na França, por meio do poder de Deus, clamando a Ele acima de todos por Sua graça e socorro, [*como São Paulo aconselhou em sua epístola “Gratia in me non vacua fuit<sup>972</sup>”*]. Igualmente tal virtude {se faz necessária} para submetê-lo a uma nova conquista, ou então para que se possa garantir uma paz final, ambas com a finalidade de recuperar vosso verdadeiro título de herdeiro e governante do supramencionado reino da França e do ducado da Normandia; este último deve permanecer sob vosso poder sem {o intermédio de} qualquer outro soberano que lhe seja superior, à exceção de Deus, como é mencionado em escritos antigos.

Dessa forma, é possível observar que a preparação do mais corajoso príncipe tem se mostrado, diariamente, notável e mais intensa, sob o propósito de empreender vossa digníssima expedição, com o intuito de recuperar, de forma exitosa, a supramencionada herança.<sup>973</sup> A justa posse da mesma deu-se por um período longo e ininterrupto, como se faz presente nos ilustres registros de vossos nobres ancestrais, reis desta terra, onde é demonstrado como eles assenhorearam-se dela por muitos anos, fato esse conhecido por todos os príncipes cristãos.<sup>974</sup>

Eu, vosso humilde súdito, graças a meu parco arrazoar, não estou apto a compreender o raciocínio e os livros que muitos sábios filósofos de grande autoridade escreveram sobre a virtude da Fortaleza. Entretanto, meu pobre pai, William Worcester – que por certo tempo foi servo e súdito de seu reverenciado mestre, o cavaleiro John

---

<sup>972</sup> Refere-se 1 Coríntios, 15:10. “Mas pela graça de Deus sou o que sou; e a sua graça para comigo não foi vã. **DOUAY-RHEIMS BIBLE**. Disponível em: <http://www.drbo.org/chapter/53015.htm>. Acesso em: 07 mar. 2019.

<sup>973</sup> Em 1472, Eduardo IV submeteu ao Parlamento uma petição para o emprego de “13.000 arqueiros” para sua expedição à França, a qual viria a ser levada a cabo apenas três anos mais tarde. **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504**. Edited by Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 14, p. 3-8. Disponível em: <http://www.sd-editions.com/PROME/home.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

<sup>974</sup> O título ao ducado da Normandia foi um elemento central nos conflitos entre ingleses e franceses mesmo em séculos anteriores a Guerra dos Cem Anos. À época do estabelecimento dos normandos, no século X, a região foi reconhecida como um território sob seu domínio daqueles homens a partir do governo do então duque Rollo e, posteriormente, William, futuramente conhecido como o Conquistador, o qual viria a se tornar também rei da Inglaterra em 1066. CURRY, A. **The hundred years war**. New York: St. Martin’s Press, 1993. p. 33.

Fastolf, que atuou continuamente nas guerras por cerca de quarenta e quatro anos<sup>975</sup> – decidiu escrever sobre tal assunto. Ele compilou o presente livro para o príncipe mais ilustre e digno de honra, vosso nobilíssimo irmão e predecessor<sup>976</sup>, segundo sua modesta sabedoria e em conformidade com os saberes de mestres da filosofia, como {Públio Flávio} Renato Vegécio, em seu *Livro das Batalhas*; {Sexto} Júlio Frontino, em seu *Livro dos labores da cavalaria*, conhecido em grego como *Estratagemas*<sup>977</sup>; e também de uma nova obra de autoridade {Honore Bonet}, chamado de *A Árvore das Batalhas*. Contudo, apesar dos ensinamentos das autoridades supramencionadas, {ainda assim} era mais relevante a experiência dos homens em feitos de Cavalaria, levados a cabo por meio das armas e com condutas adequadas, tanto em terra como sobre o mar.

Sob vosso gracioso perdão e nobre correção, submeto-me, humildemente, a assumir a tarefa de rememorar, nesse pequeno codicilo<sup>978</sup>, por meio do exemplo, os regramentos e a orientação da justa e nobre Cavalaria do príncipe de grande renome em seus dias, John, duque de Bedford, regente do reino da França, o qual partilhou ascendência consanguínea com vossos progenitores. Ele foi escolhido {para exercer tal ofício} pela aquiescência dos senhores da França sob vossa obediência, bem como pelo comum consentimento dos senhores da Inglaterra, tendo concordado em ser o regente do mencionado reino da França e do ducado da Normandia. Sob o grande renome da Cavalaria, ele permaneceu {no exercício} daquela função por 13 anos, até a sua morte, fato sobre o qual, em seguida, se fará uma breve menção.

Junto a seu exemplo na forma de conduzir os feitos de armas, ações marciais, expedições militares, cercos e retomadas de localidades, todas realizadas em seu tempo

---

<sup>975</sup> A princípio, sabe-se que ele foi armado cavaleiro em 1416 e atuou no governo dos homens e das armas tanto nos territórios da ilha da Irlanda como em regiões da França até se retirar de vez em 1439, quase sexagenário. Conferir a breve discussão presente no tópico 2.2 da tese. MCFARLANE, K.B. *The investment of Sir John Fastolf's profits of war. Transactions of the Royal Historical Society*, Cambridge, v.7, 1953, p. 93.

<sup>976</sup> Em conformidade com a discussão apontada na primeira nota explicativa, é possível que essa passagem possa ter sido concebida tanto com Eduardo IV em mente, como com Ricardo III, uma vez que aquele último sucedeu a Eduardo IV em 1483.

<sup>977</sup> No original denominado de “*Boke of Knyghtly Laboures*”, a obra de Sexto Júlio Frontino não apenas foi um texto amplamente conhecido na Cristandade, como costumeiramente era anexado ao *De re militari* de Vegécio, formando uma obra de pretensa teoria militar. Além disso, não era incomum o emprego de ambas as obras para o amparo de prescrições como denota a dedicatória. Um deles foi a tradução de William Caxton “*The boke of fayttes of armes and of chyualrie*”, impressa em 1489, realizada a partir do “*Le livre des faits d'armes et de chevalerie*” de Christine de Pisan. BYLES, A.T.P (Ed.). **The book of fayttes of armes and of chyualrye**. Translated and printed by William Caxton. London: Oxford University Press, 1937. p. 1.

<sup>978</sup> No sentido de um “adendo a um documento de caráter legal”. Verbete *codicil*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED8238>. Acesso em: 23. out. 2019.

de regência, menciono também aqueles outros exemplos nobilíssimos e prudentes de feitos de guerra, através dos vários movimentos {de tropas}, cercos, ações marciais no mar e em terra e os bons resultados obtidos pelo justo e vitorioso príncipe de nobre memória, o rei Eduardo III, o qual laborou continuamente por 35 anos para a conquista do reino da França. Igualmente, é preciso assentar os exemplos de grandes e variadas expedições e de nobres feitos de armas, realizados graças à Cavalaria de desmedida bravura na conquista empreendida pelo ilustre e famoso príncipe Henrique V, denominado rei, tanto no ducado da Normandia como no reino da França. Ali, ele esteve presente em pessoa por sete anos completos e 15 dias.

Imediatamente após a sua morte, o dito John, duque de Bedford, tornou-se regente daquele reino durante os anos de juventude do rei {Henrique VI}, o qual tinha à época apenas nove meses de idade e, pelos estatutos da França, deveria ter 14 anos de idade para tornar-se apto a assumir o seu comando. No décimo quarto ano de seu governo, John morreu enquanto exercia a função de regente.<sup>979</sup> A fim de manter um registro perpétuo para a memória de que exerceu tal ofício e dignidade de modo duradouro, e em razão da grande autoridade e proeminência que tal função proporcionava, sua vontade foi a de que seu corpo fosse enterrado dentro do reino {da França} na catedral de Rouen, onde também repousa o rei Ricardo, Coração de Leão.

Caso o dito duque de Bedford tivesse se recusado a assumir a função regencial no momento da morte do monarca Henrique V, um senhor de elevada posição e membro do pariatto da França teria sido declarado regente por meio de eleição do parlamento dos três estados. Tal fato teria sido um grande retrocesso tanto para a nobreza desse vosso reino como para a pretensão ao título de vossa nobre herança e, na mesma medida, para a sustentação e a elevação do sangue daqueles membros da realeza que devem, por suas nobres prerrogativas, suceder na coroa da França.

O dito duque encarregou-se do governo do bem público, mantendo e defendendo os ditos reinos e ducados. Em pouco tempo, reuniu um massivo poderio de cavaleiros, cujos nomes são mencionados nesse livro compilado para vossa excelentíssima Pessoa régia, bem como as obrigações e posições a eles atribuídas sob tal intento, de modo que tanto o grande renome da cavalaria e dos atos e feitos de reverência por eles obtidos devem permanecer, como uma memória perpétua para que jamais venham a ser esquecidos. Deve-se considerar também a proximidade dele com vosso nobilíssimo

---

<sup>979</sup> Essa menção a quatorze é aqui traduzida em conformidade ao texto da edição empregada. Na realidade, o duque morreu em 1435, e não no ano anterior.

sangue, da mesma forma que se estreitaram laços graças à mais ilustre princesa, a mãe da rainha, a senhora Jacquetta, a duquesa de Bedford, com a qual foi casado.<sup>980</sup>

Nesse escrito, declara-se minuciosamente como cada estado, de acordo com sua hierarquia adquirida por meio do nascimento e atos de bravura, foi nomeada e designada para funções de grande reverência; alguns deles foram representantes e comandantes da guerra no campo de batalha, enquanto outros se tornaram capitães de castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte.<sup>981</sup> Do mesmo modo, certo número de senhores e nobres, graças às suas longas experiências na guerra e em função de sua sabedoria e boa conduta, foram designados com poderes delegados para o grande conselho da França, a fim de aconselharem a respeito das supramencionadas virtudes cardeais da Justiça e da Temperança, as quais devem ser administradas com moderação.

Eles também foram responsáveis em ordenar e providenciar todo tipo de arsenais, fortificações e equipamentos de guerra, agindo de modo similar às artérias para o acréscimo da guerra em sua conquista.<sup>982</sup> Com o emprego da quarta virtude cardeal, chamada de Prudência, pondera-se que ela produz maior efeito e melhor conduz àquela outra virtude, a da Fortaleza, tanto na conquista do campo de batalha, como também no cerco e na guarnição de castelos, fortalezas e de cidades de maior e de menor porte, tanto as de maior como as de menor porte.

---

<sup>980</sup> Jacquetta de Luxemburgo (1415/6-1472) casou-se com o duque de Bedford em 1443. Após a morte do marido, ela casou novamente com um nobre inglês, Richard Woodville. Dessa união nasceu Elizabeth Woodville, a qual seria desposada por Eduardo IV. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 8.

<sup>981</sup> No original, tanto o responsável por essa dedicatória como também William Worcester empregam os termos *cite* seguido de *town*, tanto no singular como no plural. Atualmente a distinção entre um e outro é dada não tão somente em função de seu tamanho e número de habitantes (que em geral são estipulados por *city* para aquelas de maior porte e *town* para as de pequeno), mas pelo título conferido pelo rei às mesmas, fazendo com que mesmo pequenas localidades sejam chamadas de *city*. Além disso, as *cities* possuem prerrogativas especiais, como na permissão para a existência de uma catedral ou mesmo da construção de muros; prerrogativa que exigia a autorização real para a cobrança de impostos para erguê-los proporcionais ao poderio econômico do povoamento para angariá-los. Em um escrito datado de 1443, John Lydgate (1385?-1449) aparentemente utilizou-se de modo análogo de ambos os termos, ao mencionar que “a paz é como uma princesa, filha da Caridade, responsável por manter a tranquilidade nas cidades sob proteção régia (*cités and roial touns*)”. Os verbetes do *Middle English Dictionary Online* parecem confirmar tais hipóteses, denominando como *city* um lugar maior e cercado por suas muralhas e catedrais, enquanto *town* é menor e com alguma relevância local. A fim de denotar essa distinção, optei por traduzir, daqui em diante *cities*, por “cidades de maior porte” e *towns* por “cidades de menor porte”. Verbetes “cite”: **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED7804>. Acesso em: 19 jun. 2018.; Verbetes “toun”: Ibid., Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED46572>. Acesso em: 19 jun. 2018.; WOLFE, M. **Walled towns and the shaping of France: from the medieval to the early modern era**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 57-74.

<sup>982</sup> No sentido de que eram responsáveis por distribuírem tais provisões, as quais eram vitais ao bom andamento do conflito.

Aqui também são mencionados os diversos tipos de soldos, taxas e pagamentos que àquela época foram alocados e atribuídos a cada um dos oficiais e conselheiros. Enumera-se aqui a hierarquia dos oficiais régios, como o chanceler, o tesoureiro, precedentes do parlamento, os juízes<sup>983</sup>, os mestres de solicitações<sup>984</sup>, o camareiro<sup>985</sup>, os recebedores<sup>986</sup>, os procuradores<sup>987</sup>, os defensores<sup>988</sup>, e todos os outros oficiais régios e administradores em concordância com os costumes da França, com os diversos tipos de pagamentos e taxas para cada um respectivamente. Declara-se a quantia de rendimentos e lucros ordinários, com os emolumentos anuais do dito reino e ducado por um período de alguns anos, pertinentes às rendas senhoriais e a outros cálculos específicos

---

<sup>983</sup> Provavelmente refere-se aos *justice-in-eyre* ou mesmo aos *justice of the Peace*. Em ambos os casos, tratava-se de homens com título cavaleiresco com atribuições de aplicadores da justiça régia em âmbito local. Competia-lhes, por exemplo, ouvir e arbitrar casos na esfera de uma localidade, reunindo-se costumeiramente quatro vezes ao ano em sessões de júri e com poderes capitais. William Worcester apresenta uma relação hierarquizada, escalonando os graus de poderes de forma descendente, uma vez que tais postos vão gradualmente sendo ocupados a partir do século XIV por membros da *gentry*, assumindo funções administrativas que lhes garante poder e prestígio, ao mesmo tempo em que eram frutos de queixas por ações indevidas, como o desvio de víveres que deveriam abastecer as hostes que embarcavam para a França. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 168.

<sup>984</sup> Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: “*Maysters of requests*”. Esse cargo detinha por finalidade tratar de casos sob jurisdição das “*courts of requests*”, órgão jurídico de menor importância sob a responsabilidade do “Guardião do selo régio” (*Lord Privy Seal*). Ali, eram realizadas audiências, apresentadas por indivíduos de menor estatura social e servos do rei, sendo julgadas em pouco tempo pelos “*masters of requests*”. COKE, E. **The fourth part of the institutes of the laws of England: concerning the jurisdiction of courts**. London: W. Clarke and Sons, 1809. p. 96-98.

<sup>985</sup> No original “*Maystre of the Chambre of Accomptis*”, possivelmente William Worcester está se referindo ao cargo originalmente denominado de “*chamberlain*”. O indivíduo a ocupar tal posição normalmente era um membro da aristocracia laica, com ao menos o título de escudeiro “*squire*”. Sua principal tarefa era a de supervisionar os membros do séquito do monarca, cuidando para prover-lhe os alimentos e segurança em seus aposentos privados. Tal função difere daquela do responsável pelo guarda-roupas (*wardrobe*) no sentido de que, enquanto aquela se dedicava às finanças de todo o séquito, esse cuidava especificamente das finanças do monarca. GIVEN-WILSON, C. **The English nobility in the late middle ages: the fourteenth-century political community**. London: Routledge, 2003. p. 91.; GREEN, R.F. **Poets and princepleasers: literature and the English court in the late middle ages**. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980. p. 5.

<sup>986</sup> Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: “*receyvoours*”. Dentro da hierarquia do séquito régio, os recebedores eram aqueles que ficavam a cargo da administração das propriedades, cabendo-lhes entregar seus dividendos ao tesoureiro. Embora uma função inferior, ainda assim era um posto de confiança e, ocasionalmente, poderiam vir a aconselhar os seus superiores. GIVEN-WILSON, C. **The English nobility in the late middle ages: the fourteenth-century political community**. London: Routledge, 2003. p. 92; 97.

<sup>987</sup> Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: “*procutours*”. Esse era um termo genérico para referir-se a qualquer um que fosse incumbido a agir em nome de outrem, nesse caso o monarca ou mesmo a Coroa, representando-os legalmente. Verbete *procutour*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED34788>. Acesso em: 19 out. 2019.

<sup>988</sup> Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: “*vocatis*”. Refere-se a um defensor responsável por interpor junto às instâncias jurídicas do reino. Verbete *advocat*. Ibid. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED614>. Acesso em: 19 out. 2019.

relacionados a remunerações diversas,<sup>989</sup> entregues ao regente como parte de vossa justa herança.

Aquela última está atrelada ao condado de Maine, o qual ele<sup>990</sup> conquistou junto aos condados de Harcourt e Dreux; dos viscondados de Elbeuf, Lillebonne, Beaumont; do baronato de La Rivière Thibouville; e dos baronatos e senhorios da Antuérpia e Newburgh; assim como de outros senhorios de grandes rendas, as quais vinham aumentando em função da cobrança de diversas taxas, talhas e impostos dos comuns, como o *gabelle*<sup>991</sup>, advindo da taxação anual do sal; os *quaterismes*<sup>992</sup>, das bebidas; assim como aqueles excedentes adquiridos pelas presas de guerra e das trocas por prisioneiros capturados nos conflitos<sup>993</sup>; e, por fim, das declarações de pagamentos ordinários, custos e encargos para a custódia e salvaguarda do dito reino {da França}, ducados e condados durante o período daquela regência.

Nesse livro também são mencionados um destacamento<sup>994</sup> da valorosa cavalaria e uma declaração de um ano de seus custos e encargos à época em que o ilustríssimo e poderoso príncipe Ricardo, duque de York, vosso nobilíssimo pai, tornou-se regente em sua segunda expedição.<sup>995</sup> Naquela ocasião, ele liderou seu exército na França e na Normandia, com vistas a resguardar aquele ducado durante o período em que foi acordada a última trégua entre o rei<sup>996</sup> Henrique VI e o seu adversário da França, Carlos VII. Aqui são informadas quantas lanças a cavalo e a pé<sup>997</sup> foram concedidas e designadas para

---

<sup>989</sup> O termo original “yefte” pode referir-se a remunerações advindas de heranças, títulos, etc. Verbete *yefte*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: Cf. <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED53959>. Acesso em: 19. out. 2019.

<sup>990</sup> O duque de Bedford.

<sup>991</sup> Uma espécie de taxa senhorial. Verbete *gavel*. Ibid. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED18302>. Acesso em: 19. out. 2019.

<sup>992</sup> Uma taxa de cerca de 25% sobre o valor das bebidas. Verbete *quatrime*. Ibid. <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED35480>. Acesso em: 19. out. 2019.

<sup>993</sup> Isto é, do pagamento de resgates.

<sup>994</sup> Mesmo sob o risco de anacronismo, o termo é empregado pela falta de outro mais preciso. Assim, o seu sentido na passagem é do um grupo específico de guerreiros, no caso, aqueles que compunham a expedição liderada pelo duque de York.

<sup>995</sup> No original está “gouvernaunte”, porém, o autor parece se referir ao fato de substituir Bedford como regente.

<sup>996</sup> No manuscrito há uma rasura, assim como no BN, nas situações em que Henrique VI é denominado rei. Tal processo era usual durante as revisões quando se alterava o nobre a ser presenteado e havia dissensões. Conferir a primeira nota sobre essa introdução.

<sup>997</sup> O termo original “*lance*” era outra designação possível para os “*men-at-arms*”, a qual, por sua vez, era uma designação um tanto quanto genérica, que abarcava uma plethora de guerreiros, isto é, desde homens da alta nobiliarquia até outros com estado sub-cavaleiresco, à exceção de arqueiros. Empregada em outros pontos da Crístandade, tal designação na Inglaterra comumente tencionava referir-se a um único guerreiro, enquanto, nos territórios franceses e italianos, remetia a uma unidade de três homens: um líder com armadura completa da cabeça aos pés (porém, não necessariamente um cavaleiro ou aristocrata), um segundo com armadura mais leve e um pajem. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 99-100.

ingressarem nos castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte, cujo armamento completo foi-lhes providenciado sem quaisquer reservas. Posteriormente, o desenrolar dos eventos mostraram que, mesmo antes de seu período como regente terminar, tal ofício foi transferido por sua majestade a Edmund, duque de Somerset, o qual o assumiu em substituição ao duque de York.<sup>998</sup>

Também é apresentado um resumo do conteúdo de vários artigos, como aqueles sobre a conferência em Calais, onde injustas petições foram demandadas pelo conselho régio em nome de Carlos, o supramencionado grande adversário.<sup>999</sup> Ali esteve presente o bispo de Winchester, cardeal da Inglaterra, acompanhado por outros representantes na embaixada enviada por esse reino, acompanhados ainda pelo duque de Orleans, o qual permaneceu por um longo período, de 24 anos, aprisionado<sup>1000</sup>, e também por outros membros da embaixada dos contendores franceses, no décimo oitavo ano do rei<sup>1001</sup> Henrique VI.

Tais petições e demandas, em seu conteúdo, eram das mais desarrazoadas, e foram propostas pelos representantes dos franceses durante a conferência da mais solene embaixada reunida na cidade de Arras, {a qual perdurou por} 10 semanas ou até mais; ocasião na qual o cardeal da Inglaterra e muitos outros homens de diversos estados nobiliárquicos desse reino estiveram reunidos. Ali também estiveram presentes os dois cardeais de Saint Cross, de Ypres, enviados papais, bem como outros homens de elevado

---

<sup>998</sup> Ricardo, duque de York, era descendente direto de Eduardo III, o que o tornava um postulante ao trono, pleito que tentou levar a cabo em 1460. Antes disso, entretanto, ele foi nomeado como o responsável pelas campanhas militares na França em 1440 e, muito embora tenha recebido amparo financeiro da Coroa, sua atuação foi pífia, sendo substituído pelo duque de Somerset em 1443 e transferido para o governo dos territórios irlandeses no mesmo ano. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 268.

<sup>999</sup> Um dos membros atuantes das embaixadas inglesas, o cardeal de Winchester, Henry Beaufort (c.1375-1447), voltou a ocupar um lugar pivotal na conferência de Calais em 1439. Amplamente favorável a um acordo de paz final com os franceses, ponto de vista partilhado pelo monarca, enfrentou a tenaz oposição do duque de Gloucester e de outros simpatizantes da continuidade do conflito. DICKINSON, J.G. **The congress of Arras 1435**. A study in medieval diplomacy. New York: Biblio and Tannen, 1972. p. 33-37.; WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 48.

<sup>1000</sup> Aprisionado na batalha de Agincourt em 1415, o duque de Orleans permaneceu por 25 anos em cativeiro, sobretudo pelo desinteresse dos monarcas ingleses em libertá-lo. Sua sorte mudou quando Carlos VII, já fortalecido por vitórias contra os ingleses e por meio de seus representantes enviados à embaixada de 1435, apresentou, como condição incontornável a uma nova paz, a necessidade de sua libertação. Henrique VI, por sua vez, condescendeu afirmando que “não se parece com os costumes ou com as leis das armas aprisionar perpetuamente um homem que foi feito cativo de forma honesta na guerra, sendo que o mesmo está pronto para arcar com o pagamento de seu resgate”. STEVENSON, J. (Ed.). Lp, v1, p. 58; LP, v2, pt.2, p. 458.

<sup>1001</sup> Essa palavra está apagada no original.

estado da representação francesa. Tudo isso ocorreu à época do último ano de vida do dito regente da França, o duque de Bedford.<sup>1002</sup>

Após a dissolução daquela última conferência, onde se aguardou que os termos propostos fossem satisfatoriamente estudados, seus originais, junto às respostas diligentemente consideradas, foram enviados por escrito pelos conselheiros de ambos os monarcas para os representantes desse reino, à época presentes em Rouen. Em suas respostas, eles recomendaram a preservação de vosso direito à coroa da França. Dessa forma, caso tais petições e demandas venham a ser apresentadas futuramente por vossos contendores adversários sobre Vossa Alteza para que responda em conformidade com as exigências da ocasião, vosso conselho, nobre e prudente, pode emendar a situação por meio de respostas aos erros e demandas apresentadas por eles a tais questões de grande importância.

Por fim, na última parte desse codicilo, foram registrados por escrito os pontos de vista e arazoamentos do mordomo-mor do séquito<sup>1003</sup> do dito regente. Elaborado na cidade de Rouen e enviado ao conselho de Arras, eles contrariam e invalidam as demandas do grande adversário.<sup>1004</sup> Além disso, demonstram-se também os arazoamentos sobre as questões pétreas que embasam o justo título de herança, bem como sobre o estímulo e a efetivação da guerra contra os mesmos, após as circunstâncias e as perspectivas de uma guerra contra eles ser considerada a melhor forma de ação.

Ainda que agora<sup>1005</sup> tais circunstâncias, arazoamentos e causas {do conflito} tenham se alterado de forma drástica, graças à fortuna e às venturas mundanas, tal qual ocorreu nos dias da morte do dito regente, segundo a opinião de muitos, elas não devem ser colocadas de lado, esquecidas, e nem seu bom propósito perdido.

Isso porque é possível argumentar, acerca daquilo previamente discutido {nas tratativas de paz}, que um homem é capaz de elaborar, arazoar e embasar mais adequadamente {seu ponto de vista}, caso assim se faça exigir no momento.

---

<sup>1002</sup> John Bedford faleceu apenas uma semana antes da conclusão da tratativa de paz em 24 de setembro de 1435 entre o duque da Borgonha e de Carlos VII. Cf. Wagner, 2006, p. 178.

<sup>1003</sup> Esse termo foi cunhado a partir da expressão original apresentada por William Worcester: “*Gret Stiward of the howsolde*”. O mordomo do séquito costumava exercer autoridade áulica sobre seus membros, com poderes para julgar infrações cometidas dentro dos limites de sua jurisdição. Tal cargo, por vezes ocupado de forma hereditária por um membro da alta aristocracia, igualmente exigia o cumprimento de funções de natureza civil, e não militar, junto aos membros mais próximos do monarca. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 265; VALE, M.G.A. **The princely court: medieval courts and culture in north-west Europe, 1270-1380**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 24

<sup>1004</sup> Ou seja, dos franceses.

<sup>1005</sup> Isso é, em 1475

Na mesma medida, na última parte deste escrito são mencionados certos aconselhamentos e instruções a respeito do estímulo à guerra. Tais recomendações foram empreendidas por meio de grande deliberação do alto conselho de guerra para o supracitado ilustre e poderoso príncipe, vosso nobilíssimo pai, à época de sua segunda expedição; ocasião em que foi eleito para governar o reino da França. Foram essas consultadas e copiadas a partir de escritos que contêm o conhecimento do que foi previamente discutido, aconselhado e recomendado naquele período.

Muito embora hoje tais pontos tragam pouco conforto e as circunstâncias tenham se alterado, seu conhecimento por parte de homens de grande circunspeção e com grande experiência marcial pode vir a auxiliá-los a proferir objeções e a aconselharem com maior segurança sobre aquilo que for mais oportuno e expediente para o estímulo à guerra, como tem feito atualmente vosso grande contendor adversário.

Aqui também é detalhada uma grande parcela do inventário das grandes provisões {realizadas pelo} mencionado duque de Bedford, assim como da artilharia de guerra, que restou em apenas um dos seus principais castelos da Normandia, Rouen, além de outras regulações e {os números de} artilharia em outros dos principais castelos da França, como Saint Julian de Maunce, Maine, Sainte-Suzanne<sup>1006</sup>, e também em outros castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte nos ducados da Normandia, Gasconha e Guiena, bem como nas ilhas de Jersey e Guernsey.

Finalmente, este codicilo menciona pontos sumariamente esboçados acerca das opiniões a respeito de instruções para a guerra elaboradas pelo nobre príncipe Edmund, duque de Somerset, quando da época em que ficou encarregado de ser o representante do rei para a proteção do reino da França e do ducado da Normandia. Caso tais pontos tivessem sido arranjados e levados a cabo pelo mencionado duque, os territórios, castelos, fortalezas e as cidades de maior e de menor porte não teriam sido perdidas de modo tão similar e em um período de tempo tão curto, tanto nos ducados da Guiena e da Gasconha, como de fato o foram, e nem no ducado da Normandia, como tais pontos mais claramente levam a crer.

---

<sup>1006</sup> Segundo acusações contemporâneas levantadas no parlamento, tais regiões fazem parte do território entregue aos franceses “de forma traiçoeira e ímproba” por William de la Pole, duque de Suffolk. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England**. Oxford: Claredon Press, 1911. p. 123.

## O LIVRO DA NOBREZA

### INTRODUÇÃO

**O Livro da Nobreza, compilado para o mais ilustre e poderoso príncipe Eduardo IV, com a finalidade de elevar e promover o bem público dos reinos da Inglaterra e da França**

Primeiramente, é preciso reverenciar a Santíssima Trindade e evocar Sua graça e adoração ao início de cada bom trabalho. Deve-se também mencionar que essa pequena epístola foi escrita para substanciar a coragem e oferecer conforto aos nobres homens das armas para que sejam perpetuamente lembrados por seus nobres feitos, como convenientemente é correto que assim se faça e como também é especificado por meio da autoridade do nobre senador de Roma, Gaio {Flamínio}, sob os seguintes termos<sup>1007</sup>: E, portanto, somos uma geração de suprema nobreza, capaz de narrar os seus maiores feitos; sendo capaz de exigir a honra pública em seu benefício; sendo capaz de reivindicar a glória da república para vingar a honra por razões hereditárias. Todavia, eles mesmos fazem parte do corpo e da imagem muito clara de seus pais; em seus rostos mostram isso razoavelmente e todos reconhecem essa nobreza. O que ainda dizem as pessoas nobres, se não aquelas que nasceram dos pais mais nobres?

### CAPÍTULO 1

#### O remédio para a desventura da República

A seguir são apresentados exemplos evidentes e razões para asseverar em prol de uma correção a ser efetivada em função das lastimáveis queixas e sofríveis aflições sucedidas em razão da ultrajante e atroz perda do reino da França, bem como dos ducados

---

<sup>1007</sup> Conforme mencionado ao longo da primeira parte da pesquisa, William Worcester era versado não apenas em inglês, mas também em francês e em latim. Em certas passagens do *Livro da Nobreza*, ele transcreve passagens de algumas de suas possíveis fontes, em latim, às quais recorreu para reforçar a argumentação desenvolvida ao longo dos respectivos capítulos. Sua tradução para a língua portuguesa foi parcialmente realizada e totalmente revisada por Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Doutora em História e professora de Latim, Filologia e Língua Portuguesa (Instituto de Linguagens – Departamento de Letras – Universidade Federal de Mato Grosso).

da Normandia, Gasconha e Guiena<sup>1008</sup>; e também dos condados de Maine<sup>1009</sup> e Poitou.<sup>1010</sup> No sentido de socorrer e de retomar o supramencionado reino, bem como seus ducados [e condados], serão apresentadas exortações e aconselhamentos, amparados por autoridades, com a finalidade de corrigir, emendar e oferecer exemplos de ações de armas, sejam aquelas advindas da experiência e também aquelas outras conhecidas, realizadas e declaradas por meios diversos. Em ambos os casos, tanto um como o outro têm por finalidade encorajar e aplacar os corações da nação inglesa, originada a partir do nobre e venerável sangue de Tróia mais de mil anos antes do nascimento de Cristo; seus vestígios, assim como as provas da antiga linguagem advinda dos que partilhavam o sangue de {Marco Júnio} Bruto, permanecem, até os dias de hoje, tanto no principado de Gales como na antiga província e ducado da Cornuália, a qual era chamada, naqueles tempos, de “Grécia corrupta”.<sup>1011</sup>

Tempos depois, o valente duque Cerdic chegou a esse reino, originário do poderoso sangue da Saxônia, outrora também conhecida como uma província na Germânia. Ele travou uma violenta guerra com Artur, rei daqueles de sangue bretão,

---

<sup>1008</sup> O ducado da Aquitânia, também chamado de Guiena (*Guyen[ne]* no original), detinha a Gasconha entre outras regiões sob sua jurisdição. Ali, o poderio do monarca inglês era reconhecido através do título de duque desde o século XII, em função de integrar o antigo Império Angevino, cuja natureza do controle efetivo tenha sido objeto de inúmeras disputas e arrazoamentos na Coroa francesa através de tratados como o de Paris, de 1259, e o de Bretigny em 1360. Ao longo período Quatrocentista, tal disputa manteve-se entre os reis Lancaster, reconhecidos então como duques por parte dos gascões, e os monarcas Valois, que pleiteavam seu domínio sobre uma região que, a seu ver, integrava o reino da França. Bons retrospectos, tanto acerca de tais disputas, bem como especificamente sobre os desdobramentos dos conflitos naquelas paragens no século XV, encontram-se disponíveis em: VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399 – 1453: a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War**. London: Oxford University Press, 1970.

<sup>1009</sup> Uma apresentação concisa sobre a expulsão inglesa, não apenas dessas regiões, mas como de todo o norte da França, encontra-se disponível em: GRIFFITHS, R.A. **The reign of King Henry VI: the exercise of royal authority, 1422-1461**. London: E. Benn, 1981. p. 178-205.

<sup>1010</sup> No original “*Pointiff*”. É muito provável que seja um erro de grafia e que se refira ao condado de Poitou, pois o mesmo integrava parte do império Angevino junto às regiões mencionadas anteriormente por William Worcester. CURRY, A. **The hundred years war**. New York: St. Martin’s Press, 1993. p. 32.

<sup>1011</sup> Tal expressão pode ser uma referência às alterações linguísticas causadas pelas influências de vários dialetos naquela região de intenso intercâmbio cultural. POLWHELE, R. **Historical views of Devonshire**. Exeter: Cadell, 1793. p. 192.

sendo-lhe permitido, entretanto, que aqui habitasse.<sup>1012</sup> Os saxões também descendiam da nação dos gregos, conforme descrito por Bartolomeu, no *Livro das propriedades*.<sup>1013</sup> Posteriormente, vieram os destemidos homens da nação danesa, os quais também possuíam ascendência grega e, sob a liderança do grande rei magistrado Cnut, subjugarão essa terra e aqueles de sangue saxão.<sup>1014</sup>

Ulteriormente, vieram os nobres normandos, também provindos da nação danesa, de onde descende William, o Conquistador, o qual subjogou essa terra e do qual descendem<sup>1015</sup> diretamente. Por fim, menciono o vitorioso sangue dos Angevinos, que integra a linhagem real através do casamento entre o poderoso conde Geoffrey Plantageneta, filho e herdeiro de Fulk, rei de Jerusalém, e a senhora Matilda, imperatriz e única filha do rei de grande renome, Henrique, o primeiro da Inglaterra, cuja linhagem perdura diretamente de forma valorosa até os dias de hoje.

Ademais, a mencionada nação inglesa permanece aturdida e atônita acerca da necessidade de reparação e retomada de uma nova conquista em prol de seu justo e verdadeiro título acerca da herança do reino da França e do ducado da Normandia. Aquele último foi perdido iniquamente no ano de 1450 do nosso Senhor, dentro do espaço de quinze meses, através de ardilosas conspirações empreendidas pelos franceses, sob as

---

<sup>1012</sup> Retratado pela literatura como Cercic (e por Cerdicius segundo William Worcester), o personagem em questão liderou uma das invasões saxãs contra a Britânia, reinando entre 519 e 534. Para o responsável pela *Anglo-Saxon Chronicle*, Cercic “combateu os britânicos” em 519, e “a partir daquele dia, a família real dos saxões do Oeste passaram a governar”. Já Roger Howeden relatou que “no ano de 494, Cerdic chegou à Britânia com cinco navios” e “foram atacados por uma grande quantidade de pessoas”, ao que, devido a sua “persistência, os bretões fugiram, e os saxões, gradualmente, foram estendendo seu domínio sobre a área costeira, travando, contudo, muitos conflitos com os nativos”. Esses eventos também são mencionados na crônica de John Somer, empregada por William Worcester durante a composição do *Boke of Noblesse*. Igualmente, também é possível conceber que tenha retirado esse dado da crônica de Mariano Escoto, conforme ele próprio menciona em seus *Itinerarios*. **AN ANGLO-SAXON chronicle**. Edited by M.J. Swanton. Exeter: University of Exeter Press, 1990. p. 16. WENDOVER, R. **Flowers of History**. Translated from the latin by J.A. Giles. London: H.G. Bohn, 1849. p. 26-27. **THE CHRONICLE OF John Somer**. Edited by Jeremy Catto and Linne Mooney. **Camden fifth series**, Cambridge, v.10, p. 201-285, jul. 1994.; WORCESTER, W. **The topography of medieval Bristol**. Edited by Frances Neale. Bristol: Bristol Record Society, 2000. p. 157.

<sup>1013</sup> William Worcester refere-se a Bartolomeu, o inglês, e a seu “Livro das propriedades das coisas”. Aquela obra, composta na segunda metade do século XIII, teria dentre suas metas providenciar instruções, norteamento espiritual e encorajamento moral aos irmãos mais jovens em seu *studium*. Dentre as cópias existentes na Cristandade, uma delas foi traduzida para o inglês médio por John Trevisa em 1398. KEEN, E. **Journey of a book: Bartholomew the Englishmen and the Properties of things**. Canberra: The Australian University Press, 2007. p. 2-5.

<sup>1014</sup> Cnut (990-1035) foi sagrado monarca da Inglaterra, Dinamarca e Noruega entre 1013-1035, tendo ainda influência direta sobre outras regiões como Gales, Escócia e Irlanda. Uma discussão pormenorizada sobre seu reinado pode ser encontrada em: BOLTON, T. **The empire of Cnut the Great: conquest and the consolidation of power in Northern Europe in the early eleventh century**. Leiden; Boston: Brill, 2009.

<sup>1015</sup> O tratado foi direcionado, originalmente, para Henrique VI (r.1422-1461/ 1470-1471). Contudo, seu nome foi posteriormente raspado e substituído pelo de Eduardo IV conforme mencionado em outro momento. NALL, C. **The production and reception of military texts in the aftermath of the Hundred Years War**. 342f. Tese (Doutorado) – University of York, 2004. p. 32.

sombras de dissimuladas alegações de uma paz levada a cabo há pouco tempo entre vosso antecessor, o rei Henrique VI, então proclamado monarca, e vosso grande adversário da França, Carlos VII.

Assim, ao passo em que as queixas lastimáveis e dolorosas consternações por parte de vossos retos e obedientes súditos em função da perda das supramencionadas regiões não foram mitigadas e nem ouvidas, restou-lhes, por muitos dias, pouco consolo. No entanto, mesmo assim, nem os sofrimentos, inquietações e desavenças dos últimos tempos, em razão de conflitos internos<sup>1016</sup>, podem impedi-los, da maneira como for possível, de repararem e de se recuperarem das ultrajantes derrotas sofridas por esse reino, o qual tem sido enfraquecido e subjugado através de súbitos e variados acasos da instável Fortuna. {Além disso}, o tempo para o alívio e para o socorro não foi empregado em prol daqueles em necessidade tanto de uma graça maior como também de um remédio mais vantajoso para encorajar-lhes a uma nova conquista; da mesma forma, tal auxílio e socorro não surgirá através da conclusão de um tratado que garanta a paz duradoura para sua recuperação.<sup>1017</sup> É preciso seguir, assim, o conselho do bom senador de Roma, Boécio, que, na segunda parte de seu primeiro livro da consolação, afirma: “o tempo está mais propício para a correção do que para as queixas”.<sup>1018</sup>

Dessa forma, todos os vossos amados súditos, {isto é}, tanto aqueles que lhe devem reverência por meio da amizade, como por meio de nobres alianças, devem deixar para trás essas vãs consternações e colocarem de lado os pensamentos e a grande tristeza causada por aqueles lamentáveis assuntos e paixões, lançando-os ao esquecimento. Entretanto, eles não devem se afastar da recordação dos atos e feitos de armas dos afamados e vitoriosos reis, príncipes, condes, barões e nobres cavaleiros, assim como de muitos outros valorosos homens no exercício de armas que, como verdadeiros mártires e almas abençoadas, encontraram seu derradeiro fim na guerra; alguns foram feridos e outros aprisionados em função {da defesa} de tão justo título da conquista sobre a vossa herança na França e na Normandia, Gasconha e Guiena.

Todos devem lembrar-se também do afamado rei e poderoso príncipe Eduardo III, primeiro herdeiro do reino da França; do príncipe Eduardo, seu filho mais velho, e de

---

<sup>1016</sup> Os termos originais “*cyvyle bataille*” possivelmente fazem menção aos choques entre apoiadores das casas de Lancaster e York durante a Guerra das Duas Rosas.

<sup>1017</sup> Tanto no sentido de recuperação dos territórios perdidos como da excitação do brio para a retomada das armas.

<sup>1018</sup> Tradução do latim realizada a partir da versão bilíngue presente em: STEWART, H.F.; RAND, E.K. (Eds.). **The theological tractates & the consolation of philosophy**. Translated by H.F. Stewart and E.K. Rand. London: Heinemann, 1968. p. 134-135.

todos os nobres irmãos daquele último, os quais {diligentemente} lutaram em busca de seus títulos e de seus direitos, pela força das armas, até meados do ano de Cristo de 1415, realizando uma nova conquista ao subjugarem tanto o reino da França e o ducado da Normandia sob as ordens daquele príncipe de abençoada memória, o rei Henrique V. Além disso, os três nobres príncipes, vossos irmãos<sup>1019</sup>, prestaram grande auxílio para o grande renome e reverência desse reino, assim como outros duques e senhores de grande poderio, representantes designados para a feitura da guerra naquelas localidades, como é notoriamente conhecido por toda a Cristandade.

## CAPÍTULO 2

### **Como, durante a guerra, todo homem [*valoroso*] nas armas deve ter a compleição semelhante à de um leão**

De modo geral, conclui-se que todo homem deve fazer com que as paixões advindas dos sofrimentos que foram causados pelos infortúnios transformem seu espírito e o tornem vivaz, com coragem ardente, atos de bravura e destemor, de modo similar à compleição de um leão. Assim como a ira, a fúria e o destemor são tomados por virtudes no leão, na mesma medida as ditas compleições são tomadas por virtudes e renomadas por seu valor entre todos aqueles que se empenham nas armas. Estes devem, portanto, ser furiosos e destemidos contra seus oponentes e não se portarem de modo deplorável e pesaroso após algum dano ter-lhes sido causado.

Assim, com um coração intrépido, é preciso que levem a cabo vossa bravura através da realização de feitos de armas, para que, dessa forma, todos os homens valorosos, que devem ser mantidos juntos e resolutos, possam agir com propósito, inclinação e aquiescência comuns, a fim de que se encontrem presentes em muitos

---

<sup>1019</sup> Além do primogênito que veio a governar a Inglaterra após a sua morte, Henrique IV (r. 1399-1413) teve outros três filhos, todos sagrados duques e com importante participação nos conflitos contra os franceses: Thomas, duque de Clarence (1389-1421); John, duque de Bedford (1389-1435) e Humphrey, duque de Gloucester (1390-1447).

lugares, como um próspero desabrochar<sup>1020</sup>, e que sejam encorajados, através do destemor da força<sup>1021</sup> e do poder, à justa execução de ações contra nossos antigos adversários franceses, em face de seus iníquos opróbios<sup>1022</sup>.

Aqueles últimos, recentemente, lograram usurpar-nos o supramencionado reino<sup>1023</sup> e seus ducados através de dissimulações injustas e pelas sombras da alegação da abstinência de guerra e de uma trégua - a qual foi concluída, firmada e sacramentada há pouco tempo na cidade de Tours, no vigésimo oitavo dia de maio, no ano de 1444 da era de Cristo.<sup>1024</sup> Por meio de tais ardis, aquela [última] trégua foi perdurando ano após ano e, no findar de cinco anos, causou a esse reino onerosas despesas, até que finalmente eles conspiraram e se empenharam em seu próprio favor e proveito, algo confirmado

---

<sup>1020</sup> É possível que William Worcester estivesse fazendo uso da ideia amplamente difundida pelo *éthos* cavaleiresco de que aqueles guerreiros deveriam vaguear por distintas paragens da Cristandade, empregando suas armas sob os auspícios de outros príncipes em busca de fama e renome. Isso se dá pelo fato de parte da aristocracia de seu tempo não demonstrar interesse em trilhar o caminho das armas, conforme destaca no capítulo 64. Tal ponto é corroborado pela queixa realizada por William Caxton ao final de sua tradução do *Livro da ordem de cavalaria* de Raimundo Lúlio: “Ó, cavaleiros da Inglaterra, onde encontra-se a nobre prática cavaleiresca outrora exercida? Ao contrário daqueles tempos, vocês dormem, são ociosos e se afastam da verdadeira Cavalaria”. ADAMS, R. **The book of the order of chivalry**. Huntsville, Texas: Sam Houston State University Press, 1991.; KEEN, M. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 1984. p. 179-183.

<sup>1021</sup> Muito provavelmente no sentido de força física.

<sup>1022</sup> Para o termo original “*halden*”, cf. STRATMANN, F.H. **A middle-English dictionary, containing words used by English writers from the twelfth to the fifteenth century**. Edited and revised by Henry Bradley. Oxford: Oxford University Press, 1891. p. 320; 331.

<sup>1023</sup> Isso é, a França.

<sup>1024</sup> Em meados de 1440, Henrique VI engajou-se em estabelecer uma paz duradoura junto a Carlos VII (r. 1422-1461) influenciado pela impossibilidade dos ingleses em manter acesa a chama do conflito graças às dissensões internas entre seus principais comandantes, bem como à falta de dinheiro para enviar e conservar suas hostes. Negociando, assim, sob termos desvantajosos, o intervalo de cinco anos enquanto perdurou esse interstício de ações de armas permitiu aos inimigos franceses a reorganização de seus exércitos. Contudo, pelas convenções de armas, durante tais intervalos de contendas entre dois ou mais príncipes cristãos, eram proibidas a obtenção de vantagens que poderiam ser postas em uso no caso de um eventual reinício das animosidades. Tal entendimento estava ligado a princípios éticos da honra e do juramento, eixos fundamentais às atividades cavaleirescas e implícitos nas palavras de William Worcester. Conferir a discussão sobre a proibição francesa no capítulo 3 da presente tese. CURRY, A. **The hundred years war**. New York: St. Martin's Press, 1993. p. 114.; KEEN, M. **The laws of war in the middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 209-217.

diariamente por meio da experiência. Sob tal pretexto, eles lançaram vitupérios contra esta terra e precipitaram o rompimento da trégua.<sup>1025</sup>

### CAPÍTULO 3

#### Como os contendores franceses se anteciparam em transgredir e em romper a trégua

Uma das primeiras ações nesse sentido foi a de tomarem vossos navios e mercadorias em pleno mar, mantendo aprisionados súditos e homens de nascimento nobre que estavam sob obediência de vosso predecessor<sup>1026</sup>, como o nobre e íntegro cavaleiro *Sir Gilis*, filho do duque da Bretanha. Este, em razão de grande retidão, amor e zelo que nutria por vosso reino, recebeu um tratamento incompatível com sua valentia e veio a fenececer na prisão.<sup>1027</sup> Além dele, antes do cerco a Fougères, o cavaleiro *Sir Simon Morhier*, prefeito de Paris, um senhor favorável aos ingleses e líder do conselho régio, foi aprisionado em Dieppe e obrigado a pagar um grande resgate para ser libertado.<sup>1028</sup> Pouco tempo depois, possivelmente no mês de janeiro, antecedente à tomada de Fougères, certo Mauncelle, escudeiro, viajava de Rouen para Dieppe acompanhado por outras vinte pessoas, onde todos foram feitos prisioneiros naquela cidade, sob as sombras de

---

<sup>1025</sup> Dentre os termos para o início das conversas de paz, era exigida não apenas a já mencionada soltura do duque de Orleans, mas também o casamento de Henrique VI com Margaret de Anjou, sobrinha de Carlos VII e a cessão do território de Maine, até então sob posse inglesa. Contudo, o aragonês sagrado cavaleiro da Ordem da Jarreteira Francisco de Sarriera, também conhecido como François de Surienne (1398-1462), atacou a fortaleza de Fougiers em 1449 sob as ordens do duque de Somerset, marcando o estopim que deflagraria a retomada dos conflitos. William Worcester acusou-o de traição por esse ato, em boa medida sob influência de seu amparador, que o responsabiliza, junto ao duque de Somerset, pelos infortúnios que recaíram aos ingleses em decorrência daquela ação desastrosa. MCCULLOCH, D.; JONES, E.D. Lancastrian politics, the French war, and the rise of the popular element. *Speculum*, Chicago, v. 58, n. 1, p. 95 – 138, jan. 1983.; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864. v. 2, pt. 2, p. 451-460; 620; 718.

<sup>1026</sup> Isso é, do monarca Henrique VI.

<sup>1027</sup> A cronologia de seu aprisionamento e morte, bem como os desdobramentos para as relações anglo-francesas, estavam ligadas diretamente a seu favorecimento de Henrique VI. KEEN, M. English diplomacy and the sack of Fougères in 1449. KEEN, M. English diplomacy and the sack of Fougères in 1449. **History: the journal of the historical association**, London, v. 59, n. 197, 1974, p. 379-387.

<sup>1028</sup> Simon Morhier foi mais um dos diversos indivíduos advindos da *gentry* cuja família não havia provido sequer um único cavaleiro para as guerras contra os franceses no século anterior. Sua fortuna nas armas em eventos como a batalha de Rouvray em 1429, onde encabeçou a liderança daquela hoste junto a John Fastolf permitiu-lhe galgar a posição de tesoureiro geral. BARKER, J. **Conquest: the English kingdom of France, 1417-1450**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012. p. 100; BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 77; NEWHALL, R.A. **Muster and review: a problem of English military administration 1420-1440**. Cambridge: Harvard University Press, 1940. p. 83; STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt. 2, p. 531.

dissimuladas alegações de uma trégua.<sup>1029</sup> Ulteriormente, o senhor Fauconberge também foi aprisionado por meio de um ardiloso e iníquo estratagema, disfarçado de salvo-conduto por vosso adversário<sup>1030</sup> em Pont-de-l'Arche, no décimo quinto dia de maio, no ano de 1449 da era de Cristo. Também é preciso dizer que a supramencionada fortaleza de Pont-de-l'Arche foi tomada no mesmo dia pelos ardis colocados em efeito contra o dito senhor Fauconberge<sup>1031</sup>, fato que se apresenta contrário à referida trégua, forjando, portanto, falsas prerrogativas a respeito de tão detestável disputa.

A fim de corrigir esses grandes malefícios que foram conspirados, demonstrados e colocados em prática, todos<sup>1032</sup> devem pesar tais eventos e questões passadas. Venham e juntem-se àqueles de vossa linhagem, parentes consanguíneos, súditos, aliados e todos que vos apoiam de boa vontade. Se ao princípio,<sup>1033</sup> a ira flamejava através da coragem, agora, por razão de nosso embotamento e da torpe preguiça cotidiana, tal esforço luziu e apagou, uma vez que o derramamento de sangue de bons cristãos realizado durante a conquista de seus predecessores atualmente não traz mais proveito. Conforme as palavras de Jó, bradem e lamentem-se amigos e parentes consanguíneos, atentem com compaixão a vosso sangue.

## CAPÍTULO 4

### **Uma questão de grande responsabilidade e importância: deve-se estipular se é lícito travar a guerra contra outros de sangue cristão**

<sup>1029</sup> Nos anais em latim de William Worcester que compõem o conjunto de escritos editados por Joseph Stevenson, o letrado menciona que um certo Walter Mauncelle foi adubado junto a outros homens na ocasião do casamento de Eduardo IV. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt.2, p. 784.

<sup>1030</sup> Em escritos contemporâneos, é comum a referência aos franceses e principalmente ao seu rei como “adversário(s) da França” no sentido de apontar para a suposta ilicitude de seu governo frente ao pleito àquela Coroa pelos monarcas ingleses. N.T.

<sup>1031</sup> Pouco tempo após o ataque a Fougères, Robert de Floques e Jean de Brézé, capitães dos territórios na Bretanha de Évreux e Louvier, tomaram de surpresa a cidade de Pont-de-l'Arche com o auxílio de um mercador, Guillaume Hoel. Naquela ocasião, William Neville, conde de Kent e senhor de Fauconberge (1405-1463), foi aprisionado pelas mãos de um arqueiro, permanecendo cativo por três anos. Sobre sua carreira marcial e uma descrição contextualizada desse evento, cf.: BARKER, J. **Conquest: the English kingdom of France, 1417-1450**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012. p. 374-376.; BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 38-39.

<sup>1032</sup> Em referência à cavalaria inglesa.

<sup>1033</sup> Nos momentos de sucesso marcial. N.T.

A princípio, é preciso refletir sobre uma questão à qual a senhora Christine {de Pisan}<sup>1034</sup> faz menção no segundo capítulo da *Árvore das Batalhas*<sup>1035</sup>, a saber: de acordo com a Justiça, amparar e aderir a guerras e a batalhas é ou não algo lícito? Na opinião de muitos, entende-se que o exercício das armas e da guerra não é lícito e nem justo, pois seu emprego e prática, em conjunto a atos violentos e ilícitos, causam incontáveis males, como assassinatos, matanças em grandes números, derramamento de sangue, despovoação de territórios, a devastação de castelos e de cidades de maior e de menor porte, por meio de incêndios, dentre muitos outros incontáveis danos.

Dessa maneira, à primeira vista, pode parecer que a continuidade da guerra é um feito pernicioso, e não seria correto fazê-la perdurar. A tal questionamento pode-se responder que as expedições armadas, assim como as guerras realizadas e fundamentadas sobre uma causa justa e um título reconhecido são amparadas por Deus, conforme sugerido pela senhora Christine no primeiro livro da *Árvore das Batalhas*<sup>1036</sup>, isto é, sobre que bases estão sustentadas as razões sobre as causas pelas quais os príncipes devem apoiar a guerra e a prática marcial.<sup>1037</sup> Nesse sentido, a supramencionada senhora Christine elencou cinco motivos principais, sendo três deles relacionados à retidão e outros dois à força.<sup>1038</sup> O primeiro motivo refere-se à manutenção do que é correto e da

<sup>1034</sup> Doravante, mencionada apenas pelo primeiro nome.

<sup>1035</sup> Muito embora os diversos textos de Christine de Pisan fossem conhecidos pela aristocracia inglesa, os mesmos normalmente eram atribuídos a homens quando traduzidos ao vernáculo. Stephen Scrope argumenta, no prólogo de sua tradução da *Épître d'Othéa*, que, “por recomendação e preces dirigidas por uma sábia e nobre senhora da França, chamada Christine, esse livro foi compilado e amparado pelos famosos doutores do ilustríssimo e nobilíssimo clero da Universidade de Paris”. Outras traduções de seus textos tanto da Epístola como do *Livro da cidade das damas* (*Le livre de la cité des dames*) foram realizadas e impressas ao final do século, onde também se atribuem suas respectivas composições a homens que eram, na realidade, os seus tradutores ou mesmo, no caso dos *Provérbios morais* (*Les proverbes moraux*) a Geoffrey Chaucer, sem oferecer fundamentação para tal. Vale atentar que o cerne da mensagem, isso é, de que guerras com objetivos justos são recomendáveis, foi copiado diretamente de Christine de Pisan. BORNSTEIN, 1970, p. 215.; SUMMIT, J. **Memory's library: medieval books in early modern England**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008. p. 62; WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode**. Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to Sir John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904. p. 3.

<sup>1036</sup> A *Árvore das Batalhas* é um tratado composto por Honoré Bonet, o qual serviu de modelo para outros tratados sobre a guerra e a cavalaria, como o *Le livre des faits d'armes* de Christine de Pisan, conhecido na Inglaterra já na primeira década do século XV, mas que viria a ser traduzido e publicado somente em 1489 enquanto que uma versão em escocês médio já era conhecida em 1456.

<sup>1037</sup> Ao comentar sobre os arazoamentos da manutenção dos conflitos, Honoret Bonet ampara sua argumentação de que a guerra é boa e virtuosa, uma vez que primordialmente deve ser travada para reparar agravos e resolver desentendimentos. Ainda, ele prossegue: “se na guerra muitas ações ruins são perpetradas, essas nunca se originam de sua natureza, mas, ao invés disso, de seu emprego incorreto, como quando um homem de armas ataca uma mulher e lhe causa vergonha e a injúria, ou atea fogo a uma igreja. Tais casos não estão atrelados, portanto, a natureza da guerra propriamente, mas, em última instância, a sua má condução”. BONET, H. **The tree of battles**. English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949. p. 125.

<sup>1038</sup> Dado o desdobramento do tratado, William Worcester refere-se ao emprego não racional da força física de modo não racional e prudente, algo que, sob sua concepção, é demeritório ao cavaleiro.

Justiça; o segundo, à resistência a todos os malfeitores que perpetraram ímprobos aflições e oprimem as pessoas dos territórios que o rei ou príncipe governam; o terceiro, remete à recuperação de terras, senhorios e bens [*que*] foram iniquamente saqueados, tomados à força, ou usurpados, os quais deveriam permanecer em posse do rei e do príncipe do respectivo senhorio, ou mesmo na de seus respectivos súditos, que porventura possam conservá-las.

Os demais remetem à violência<sup>1039</sup>, sendo o primeiro relacionado com a busca da vingança em razão dos danos e prejuízos causados por outrem; enquanto o segundo refere-se à conquista de territórios estrangeiros sem qualquer título que ofereça direitos sobre os mesmos, de maneira similar a quando o rei Alexandre sobrepujou os romanos. Muito embora a conquista ou a vitória obtida por meio da violência ou do poder régio soem como feitos de armas valorosos, ainda assim nenhum príncipe cristão deve empregar aqueles dois últimos motivos. Não obstante, no que concerne aos três primeiros, o príncipe deve atentar, antes de iniciar uma expedição armada, para como a mesma será empreendida em nome de uma causa justa e que {será objeto} de uma grande discussão guiada pelos aconselhamentos dos homens mais sábios e estimados do reino ou território no qual se encontra. Tal empreitada deve ser realizada para fins de uma contenda justa, como requer a correta execução da Justiça – uma das quatro virtudes cardeais.

Entretanto, se, ao invés disso, o emprego das armas e o exercício da guerra forem levados a cabo em expedições ilícitas sob fins de magnificência, orgulho e de intenção deliberada para destruir reinos e territórios através do grande poderio régio, não serão concebíveis maiores tiranias, extorsões e crueldades [*perpetradas por meio de discórdias*]. É o caso daqueles que buscam a vingança sem possuírem prerrogativas e títulos nobiliárquicos para tal, e enunciam “longa vida ao mais forte”, [*o que*] significa permitir que aqueles com maior possibilidade de empregarem excessivamente a violência subjuguem o campo de batalha.<sup>1040</sup>

<sup>1039</sup> No sentido de uso exacerbado e descomedido da força, ultrapassando a licitude e justeza das ações marciais, conforme William Worcester ilustra logo na sequência. N.T.

<sup>1040</sup> Essa é uma tradução aproximada para o termo original “*maistren*”. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED26571>. Acesso em: 15 jun. 2019.

*[A exemplo de quando o duque da Borgonha, em razão dos conflitos internos pelo domínio do trono<sup>1041</sup>, expulsou da cidade de Paris os apoiadores e amigos do duque de Orleans no ano de 1412 da era de Cristo, massacrando violentamente centenas de milhares sem qualquer título, {amparado pela} justiça e perpetrando tal ato tão somente por vingança a uma contenda particular entre ambos os príncipes, {iniciada} em função da morte do duque de Orleans, assassinado na vigília de São Clemente por Raoul d'Anquetonville da Normandia, no ano de 1407 da era de Cristo.<sup>1042</sup> Também foi assim<sup>1043</sup> na batalha de Saint-Cloud<sup>1044</sup>, próxima a Paris, a qual foi empreendida pelo duque da Borgonha, com o auxílio de capitães ingleses enviados desse reino, e foi vigorosamente travada pelo supramencionado duque, o qual ganhou o campo de batalha contra os contendores adversários.*

*Entretanto, o duque de Orleans pagou por outro exército,<sup>1045</sup> composto por ingleses, para socorrer o revés que lhe incorreu em Saint-Cloud, e as dissensões entre o duque de Orleans e o duque da Borgonha perduraram por onze anos na França, até que, no ano de 1418 da era de Cristo, Felipe, duque da Borgonha, um grande defensor daquela terra, lamentavelmente foi morto em Montreux, tendo a cidade de Paris*

---

<sup>1041</sup> Tal menção relaciona-se ao conflito entre os aderentes dos Armagnacs e dos Bourbons, duas facções que protagonizaram uma disputa acirrada pelo controle da regência francesa durante o período de senilidade de Carlos VI e, posteriormente, durante a minoridade do delfim. Nesse contexto, tanto Luís I, duque de Orleans, como João sem Medo, duque da Borgonha, foram assassinados. Esses eventos inflamaram os membros de suas dinastias e, no caso desse último, foi um fator crucial para motivar o ingresso de seu sucessor junto aos ingleses na guerra contra a Coroa francesa. Uma das cláusulas acordadas pelo tratado de Arras de 1435 foi a do pedido de perdão, por parte de Carlos VII, em nome da Coroa, a Filipe, o Bom, neto do duque assassinado, bem como a isenção daquele último em prestar juramento de fidelidade ao monarca francês por seu título enquanto estivesse vivo, cabendo tão somente ao seu sucessor fazê-lo. NEILLANDS, R. **The hundred years war**. London: Routledge, 2001. p. 193-271.

<sup>1042</sup> A aparente confusão no trecho refere-se ao fato de que William Worcester menciona dois duques de Orleães. O primeiro, Luís (1392-1407), foi assassinado por partidários do duque da Borgonha, fazendo com que seu filho, Carlos (1407-1465), assumisse seu título. O planejamento e assassinato do duque da Borgonha levou a desdobramentos posteriores de inimizade entre borgonheses e os apoiadores do delfim, sacramentando o apoio daqueles primeiros aos ingleses no tratado de Troyes em 1420. Uma breve descrição a respeito desses eventos pode ser conferida em: SUMPTION, J. **The hundred years war: cursed kings**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 234-277.

<sup>1043</sup> No contexto de injustiças causadas pelo uso desmedido da força e das prerrogativas do príncipe para a violência. N. do T.

<sup>1044</sup> O cronista francês Enguerrand de Monstrelet oferece uma narrativa sobre o evento em sua crônica, escrita poucas décadas mais tarde. Sumption, v.4, p. 303-304 pdf; **THE CHRONICLE OF Enguerrand de Monstrelet**. Translated by Thomas Johnes. London: H. G. Bohn, 1810. p. 198-200.

<sup>1045</sup> Muito embora a Coroa inglesa estivesse afinada aos interesses dos duques da Borgonha, provavelmente William Worcester faz menção a aventureiros ingleses de baixa origem social que atuavam como “mercenários” nos conflitos, podendo lutar contra qualquer um dos lados de acordo com o pagamento. Essa complexa rede de patronato e filiação armígera considerava não apenas as alianças entre os príncipes, pois mesmo em tese lutando contra seu próprio monarca, tais homens poderiam recorrer a questões técnicas para tentar justificar, nem sempre com sucesso, a opção por tal curso de ação. KEEN, M. **The laws of war in the middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965. p. 82-100.

*novamente sido tomada pelos borgonheses. No mesmo ano, o senhor Jean de Villiers<sup>1046</sup>, principal capitão e condestável do conde de Armagnac, foi morto pelos comuns].*

## CAPÍTULO 5

### **Como São Luís exortou e aconselhou seu filho a não travar guerras contra outros cristãos**

São Luís, o abençoado rei da França, exortou e ordenou em seu testamento – escrito por suas próprias mãos à época de sua morte no ano de Cristo de 1270 – que seu filho Filipe, o qual governou posteriormente, protegesse o reino e que não travasse guerra contra nenhum cristão, a menos que fosse agravado inicialmente. Se o adversário busca os caminhos da paz, da graça e do perdão, é vosso dever perdoá-lo e emendá-lo de modo a agradar a Deus. Porém, apesar do aconselhamento desse sagrado rei, é notório e amplamente conhecido por todos os reinos cristãos que nossos adversários travaram e instigaram guerras e a prática marcial tanto por terra como por mar contra esse nobre reino, sem qualquer embasamento amparado pela Justiça ou por títulos, sem demonstrarem, assim, modos de se alcançar a paz. Nesse sentido, é preciso defender vosso probro título dos agressores, sem que se demonstre qualquer sinal de tirania, assentando, conjuntamente, o dever de conquistar vossa legítima herança.

## CAPÍTULO 6

### **Uma exortação do corajoso planejamento para a correção de um agravo cometido<sup>1047</sup>**

Ó, valorosos homens da nação inglesa, que descendem do nobre sangue de Bruto de Tróia, não se permitam afligir para que vossa ilustre e respeitável coragem não seja subjugada e nem embaída pelos vossos conhecidos adversários da França; e também não se permitam serem repreendidos e nem retardem {vossas ações} nessa questão, pois ela resultará em vossa mais absoluta desonra e opróbio aos olhos das nações estrangeiras,

---

<sup>1046</sup> No original “*Lyseladam*”, uma corruptela para Jean de Villiers de l’Isle Adam (1384-1437), proeminente guerreiro borgonhês. Sobre sua carreira marcial, cf. Capítulo 59.

<sup>1047</sup> As recomendações de capítulo foram copiadas do *Le livre des Faits d’Armes et de Chevalerie*, de Christine de Pisan. BORNSTEIN, D. D. **The chivalric manual in fifteenth-century England**. 398f. Tese (Doutorado). New York University: New York, 1970. p. 194.

sem que isso possa ser remediado a tempo [*como vossa majestade agora compreende*].<sup>1048</sup> Vós, que antes fôsseis conquistadores, agora capituleis e sois conquistados, em função da negligência e de um bom e diligente remédio, pela falta de provisões para os homens de armas, recursos pecuniários e meios para arrecadar um número suficiente de mantimentos em épocas e ocasiões apropriadas, cujo pagamento deveria assisti-los. Não fostes, pois, vós aqueles que outrora, através de vossa grande [*bravura*], coragem, destemor, brio e força, afrontastes e curvastes o poderio e a grande força de destemidos e audazes guerreiros de todas as nações estrangeiras que ousaram se lançar contra esta terra?

## CAPÍTULO 7

### **Sobre como muitos reis valorosos dessa terra realizaram grandes conquistas não apenas em regiões distantes na Terra Santa, mas também para a defesa e os direitos dessa terra e do ducado da Normandia**

Menciono o exemplo e sabedoria do rei Artur, sob cujo estandarte foi derrotado e feneceu o imperador de Roma por meio de batalha<sup>1049</sup>, tendo também conquistado uma grande parte das regiões ocidentais para Roma. Várias outras conquistas anteriores a seus dias foram realizadas por muitos reis valorosos desse reino, como Brennius, irmão do rei Belinus, um duque audaz que viveu antes da Encarnação e venceu e conquistou Roma, à exceção de seu capitólio.<sup>1050</sup> Posteriormente, seguiram-se outros reis e príncipes vitoriosos, como Edmundo “*Ironsides*”, o qual lutou muitas batalhas e aniquilou os

---

<sup>1048</sup> Essa passagem está anotada por uma segunda mão. Provavelmente se refira ao fato de Eduardo IV estar planejando uma nova campanha contra os franceses.

<sup>1049</sup> Assim como outros letrados posteriores a Geoffrey of Monmouth, Ranulf Hidgen relata em sua *Polychornicon* ceticismo a respeito deste evento “em função da inexistência de evidências de que Artur matou” não o imperador romano, mas o seu representante, “Lúcio Hiberno”. Uma breve discussão é apresentada nos apêndices da seguinte edição: MONMOUTH, G. **The history of the kings of Britain**. Edited and translated by Michael A. Faletra. Peterborough, Ontario: Broadview, 2008. p. 290-291.

<sup>1050</sup> Segundo a narrativa de Geoffrey of Monmouth, ambos os reis experimentaram sérios entressofres pelo controle da Britânia. Uma vez selada a paz entre ambos, marcharam contra as tribos gálicas e, posteriormente, Roma, subjugando parte de seus domínios. Nas palavras do cronista “quando os cônsules perceberam que ninguém poderia opor-se a matança perpetrada por Belinus e Brennius, obtiveram uma permissão do senado para negociar sua paz e amizade. Foram-lhes oferecidos muitos presentes de ouro e prata, bem como um tributo anual em troca da paz para governarem”. MONMOUTH, G. **The history of the kings of Britain**. Edited and translated by Michael A. Faletra. Peterborough, Ontario: Broadview, 2008. p. 76.

daneses em nome do zelo pela Inglaterra.<sup>1051</sup> E que feitos e ações vitoriosas William, o Conquistador, realizou em batalha contra os contendores franceses [*tendo empreendido muitas conquistas*]!

Depois dele, seu filho, Henrique, defendeu a Normandia, tendo construído e fortificado muitos castelos robustos em suas terras, a fim de preservar o ducado contra os contendores franceses.<sup>1052</sup> Seu irmão Roberto empregou as armas de modo vitorioso para a conquista da Terra Santa e, em função de sua grande bravura, foi eleito rei de Jerusalém, porém, recusou em razão da excepcional cobiça para tornar-se duque da Normandia. Ao retornar para seu lar, nunca mais foi agraciado com vitórias.<sup>1053</sup> É válido igualmente lembrar como o nobre guerreiro Fulk, conde de Anjou, pai de Geoffrey Plantageneta, vosso nobre ancestral, delegou o condado para seu filho e travou guerra contra os sarracenos na Terra Santa. Em função de seus nobres feitos, ele foi coroado rei de Jerusalém no ano de Cristo de 1131.<sup>1054</sup>

O rei Ricardo I, intitulado Coração de Leão, dirigiu-se à Terra Santa em uma cruzada em companhia de Baldwin, arcebispo de Canterbury; Hubert, bispo de Salisbury; Randolf, conde de Chester; Robert Clare, conde de Gloucester; levando a guerra às terras

---

<sup>1051</sup> Suas façanhas são descritas na *Historia Anglorum*, do cronista Henry of Huntingdon (c. 1088-1157). Em linhas gerais, William Worcester refere-se aos conflitos no período final de sua vida, relatados por Huntingdon: “Ele combateu os daneses na Nortúmbria, subjugando-os gloriosamente e matando muitos reis vigorosos”, até ser morto em combate. HUNTINGDON, H. **Historia Anglorum: the history of the English people**. Edited and translated by Diana E. Greenway. Oxford: Clarendon, 1996. p. 333.

<sup>1052</sup> Filho de William, o Conquistador, Henrique I seguiu o caminho inverso de seu pai e, já coroado rei da Inglaterra, marchou rumo à Normandia para assegurar seus direitos por lá em oposição aos senhores locais. O cronista Florence of Worcester narra que “a época de sua chegada, quase todos os barões normandos desertaram o conde, seu senhor, e concorreram em multidão para o lado do rei, graças ao ouro e prata que ele trouxe consigo, colocando os castelos e cidades fortificadas em suas mãos”. Esse é um paralelo importante com a argumentação de William Worcester sobre a importância do dinheiro para o bom desdobramento dos conflitos em seu tempo. **THE CHRONICLE OF FLORENCE OF WORCESTER with the two continuations: comprising annals of English history, from the departure of the Romans to the reign of Edward I**. Translated from the latin with notes and illustrations by Thomas Forester. London: H.G. Bohn, 1854. p. 213.

<sup>1053</sup> Roberto II, duque da Normandia, foi um importante personagem na Primeira Cruzada (1096-1099). Embora tenha sido um de seus líderes, foi forçado a voltar para a Normandia em função da disputa do condado com seu irmão, Henrique I. Sobre sua atuação na Terra Santa e o evento ao qual William Worcester faz menção, cf: AIRD, W.M. **Robert Curthose, duke of Normandy: c. 1050-1134**. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2008. p. 153-190.

<sup>1054</sup> Nas duas primeiras cruzadas, os monarcas ingleses empenharam-se em ir à Terra Santa, cabendo a outros grandes senhores fazê-lo. Fulk Fitz Warin (1089/92-1143), então conde de Anjou, abdicou do título em nome de seu filho para casar-se com a herdeira do trono de Jerusalém, sob o título de Fulk V. Sobre os laços estabelecidos pelo governo angevino, as cruzadas e suas posteriores implicações para os ingleses, cf. BARTLET, R. **England under the Norman and Angevin kings, 1075-1225**. Oxford: Clarendon Press, 2000. p. 111-120.

dos infiéis em companhia do rei da França, Filipe {II}, o ‘enviado por Deus’<sup>1055</sup>, onde venceram os sarracenos pela força do poder régio no ano de Cristo de 1192<sup>1056</sup>, aprisionando o rei de Chipre junto a tantos outros homens. Ele também subjuguou a terra da Síria e a ilha de Chipre, além da grande cidade de Damasco, por meio de um cerco, onde veio a fenecer o rei da Espanha chamado de Ferranus. Através de uma vigorosa guerra empreendida contra seu adversário Filipe, o ‘enviado por Deus’, rei da França, o mencionado rei Ricardo defendeu e manteve os ducados da Normandia, Gasconha, Guiena<sup>1057</sup>, os condados de Anjou, Maine, Touraine<sup>1058</sup>, Poitou, Auvergne e Champagne, nos quais ele era rei, duque, conde e senhor, por meio de sua herança, da mesma forma que seus predecessores haviam sido antes dele.<sup>1059</sup>

De modo similar, o sábio rei Eduardo, o primeiro após a conquista, laborou e colocou-se em grande risco entre os Sarracenos no território da África, enquanto ainda era príncipe, por volta do ano de 1270 da era de Cristo. Ali, presenciou a conquista da grande cidade do reino de Túnis [*local onde naquele mesmo ano São Luís, rei da França, feneceu, e a cruzada teria perdido ímpeto em função de sua morte, caso o exército do mencionado príncipe Eduardo não estivesse por lá preparado para realizar a santa viagem à Jerusalém, como de fato a fez junto a muitos outros nobres da Inglaterra*]. Ele também se empenhou nobremente na defesa e salvaguarda da grande cidade de Acre, localizada nas terras da Síria, a qual teria sido perdida e entregue aos sarracenos, caso não fosse possível contar com o poderio [*de seu exército*]. Por um ano inteiro, ele acampou

---

<sup>1055</sup> William Worcester referencia seu epíteto em francês, isso é, *Dieu donné*, que se refere ao suposto milagre de seu nascimento, pois seu pai, Luís VII, casou-se por três vezes e teve de esperar por muitos anos por um herdeiro. HAYES, D.M. Christian Sanctuary and repository of France’s political culture: the construction of holiness and masculinity at the Royal Abbey of Saint-Denis, 987-1328. In: LEWIS, K.; CULLUM, P.H. (Eds.). **Holiness and masculinity in the middle ages**. Cardiff: University of Wales Press, 2004. p. 135.

<sup>1056</sup> Na batalha de Jaffa.

<sup>1057</sup> O ducado da Guiena corresponde a um território onde os ingleses buscaram constituir um domínio independente, a integrar a herança do monarca desde o casamento de Henrique de Anjou (que viria a se tornar Henrique II) e Leonora da Aquitânia em 1152. Uma discussão sobre o governo e, sobretudo, os conflitos ocorridos ao longo do século XV até sua retomada pelos franceses é realizada no estudo seminal de Malcolm Vale: VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399-1453: a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War**. London: Oxford University Press, 1970.

<sup>1058</sup> Há uma menção que essa região foi cedida aos franceses pelo duque de Bedford. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v.1, p. 20.

<sup>1059</sup> Ricardo I (1157-1199), também conhecido pelo epíteto “Coração de Leão”, dispendeu grande parte de sua vida empenhado nas cruzadas e em combates pela manutenção de seus territórios da França. Assim como Fulk Fitz Warin, ambos eram duques com poderio efetivo na ilha e no continente. A seleção desses exemplos por William Worcester reforça seu ponto de vista que um monarca inglês também pode assenhorar regiões no continente, cujo poder é independente da Coroa francesa. Sobre os anos conflituosos de combates por aqueles ducados, cf: GILLINGHAM, J. **Richard I**. New Haven; London: Yale University Press, 1999. p. 283-320.

por lá, tendo permanecido naquela região em uma época em que uma grande pestilência e mortandade reinaram, as quais foram responsáveis por trazerem enorme ruína para seus homens.

Ali também ele foi ferido de modo quase letal em seus aposentos, graças ao ato traiçoeiro de um ímprobo mensageiro sarraceno enviado a mando do sultão da Babilônia, em função não apenas da guerra cruel e violenta que o supramencionado Eduardo empreendeu contra os sarracenos, mas também do grande medo e dúvidas que ele sentia em relação ao dito príncipe Eduardo e do seu poder; eventos esses que podem ser observados com maior embasamento a partir dos labores daquele monarca.<sup>1060</sup> Seu pai, o rei Henrique III, feneceu enquanto seu filho estava na Terra Santa lutando contra os sarracenos. E quão valoroso foi Ricardo, imperador da Alemanha<sup>1061</sup> e irmão do dito rei Henrique, pois realizou grandes feitos de armas na Terra Santa no ano de 1240 da era de Cristo. Ademais, o dito rei Eduardo manteve sob seu jugo a Irlanda, Gales e a Escócia, os quais eram revoltosos e habitadas por pessoas de compleição selvagem. Ele também protegeu e defendeu os ducados da Gasconha e Guiena, sua herança legítima.

## CAPÍTULO 8

### **Como o rei Eduardo III sagrou-se vitorioso na batalha de Sluys, obteve Caen por meio de um assalto, venceu a batalha de Crécy [e conquistou Calais por meio de um cerco]**

A respeito de tais assuntos, tratarei a seguir a respeito de como, no ano de 1340 da era de Cristo, o mais nobre, famoso e renomado cavaleiro, o rei Eduardo III, por meio de seu poderio régio, venceu [*no dia de São João Batista*]<sup>1062</sup> a grande batalha marítima de Sluys contra Filipe de Valois, o qual se autointitulava rei francês. Mesmo com seu

---

<sup>1060</sup> Antes de assumir o trono em 1272 como Eduardo I, aquele nobre participou de uma expedição à Terra Santa, onde relatos minoram o impacto de sua presença quando considerado o contexto mais amplo. Independentemente disso, ele sofreu um ataque em seus aposentos e ficou convalescente, esperando pela retomada dos conflitos mesmo com um tratado de paz assinado em 1272. Com a morte de seu pai, retornou sem realizar grandes feitos à Inglaterra e com uma dívida vultuosa concernente aos custos de sua expedição, muito embora tenha cumprido um dos preceitos para integrar-se a ética da cavalaria de seu tempo: o combate ao inimigo infiel. PRESTWICH, M. **Edward I.** Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988. p. 66-86.

<sup>1061</sup> No original “*emperoure of Almaine*”. Ricardo da Cornúália (1209 – 1272) foi um membro da dinastia Plantageneta e irmão do monarca Henrique III. Para além de sua atividade como cruzado e conde de territórios na Inglaterra e França, em 1257, ele foi eleito como “rei dos romanos”, título também conhecido como “rei da Alemanha” em sua função integrando ao Sacro Império Romano Germânico. PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360.** New York: Oxford University Press, 2005. p. 103.

<sup>1062</sup> 24 de junho.

poderio, a grande esquadra de navios daquele último foi destruída, tendo sido contabilizada em 230 navios de tamanhos variados<sup>1063</sup>, além de 2500 homens.<sup>1064</sup> Depois disso, no ano de 1346 da era de Cristo, o supramencionado rei Filipe tencionou invadir a Inglaterra e manteve, sob seu pagamento, um grande número de navios genoveses e de outras regiões. Por isso mesmo, o referido rei Eduardo III preferiu guerrear no território de seu adversário<sup>1065</sup> e, para tanto, viajou com 112 navios, dirigiu-se à Normandia a partir de La Hague, obtendo os territórios de Contentin [*a partir de Cherbourg*<sup>1066</sup>] até chegar a Caen, onde, por meio de grandes contendas, invadiu a cidade e tomou-a. Ali, ele combateu contra o capitão e os burgueses do meio-dia até o anoitecer.<sup>1067</sup>

Nessa ocasião, o conde d’Eu, condestável da França, o conde Tancarville<sup>1068</sup> e outros cavaleiros e escudeiros foram feitos prisioneiros, porém o castelo e a torre principal ainda resistiam, defendidos pelo bispo de Bayeux junto a outros homens; em face disso, o rei preferiu partir, pois ele não pretendia infligir danos a seus homens [*em caso de um cerco*]. Após esse evento, no ano de Cristo de 1346, ele aniquilou e venceu o mencionado rei Filipe na grande e devastadora batalha de Crécy, ocorrida na Picardia no vigésimo sexto dia de agosto daquele ano. Ali, o rei da Boêmia foi morto, além do filho do imperador Henrique e de grande parte do sangue nobre da França composto por duques, condes e barões, como o conde de Alençon, irmão do rei francês, o duque da Lorena, o conde de Blois, o conde de Flandres, o conde de Harcourt, o conde de Sancerre, o conde

---

<sup>1063</sup> No original “*shippis and barges*”. Ao empregar ambos os termos, William Worcester fornece um indício de que haveria diferenças entre os tipos de embarcações destruídas, porém aquele último termo possuía conotações genéricas que impedem uma tradução mais precisa. De qualquer forma, um *barge* era menor do que um galeão, e empregado para um sem-número de funções, algumas delas marciais, como o patrulhamento da costa, reconhecimento do território e ataques repentinos a regiões inimigas. Além disso, a partir da segunda metade do século XIV, aquele termo passa a englobar também o que previamente se designava por galeões. Uma discussão sobre o termo pode ser conferida, especialmente nas p. 283-284, em: TINNISWOOD, J.T. English galleys 1272-1377. In: ROSE, S. (Ed.). **Medieval ships and warfare**. New York: Routledge, 2016. p. 276 – 315.

<sup>1064</sup> Após partir da Inglaterra em 22 de junho de 1340, Eduardo III dirigiu-se até o porto de Sluys, onde a frota francesa o aguardava em formação defensiva, como “uma linha de castelos enfileirados”, todos amarrados por uma corrente. Ao avançarem sobre os ingleses, estavam contra a corrente marítima e o sol, sendo fragorosamente derrotados, muito embora grande parte das mortes tenham ocorrido em função de afogamentos e não pela batalha em si. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 60-61; PRESTWICH, M. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 311-312.

<sup>1065</sup> Isso é, na França.

<sup>1066</sup> Atualmente denominada de Cherbourg-Octeville.

<sup>1067</sup> Esse itinerário é confirmado pela narrativa do cronista Geoffrey le Baker. BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012. p. 70.

<sup>1068</sup> Jean de Melun, conde de Tancarville (c. 1325-1382). Ele será mencionado logo a seguir.

de Fiennes, além de outros 50 cavaleiros que igualmente vieram a ser mortos<sup>1069</sup>, bem como um grande número de súditos, como é historiado mais claramente no trigésimo nono capítulo dos atos do dito rei Filipe.<sup>1070</sup>

Não obstante, também é preciso mencionar que, dotado de plena nobreza, o duque de Derby empreendeu uma campanha militar na mesma época em que governava o ducado da Guiena sob a autoridade do mencionado rei Eduardo, onde subjuguou uma região que ia da cidade de São João Evangelista até Poitiers, contra a qual ele também triunfou.

## CAPÍTULO 9

### Como Davi, rei dos escoceses, foi feito prisioneiro

Nos tempos do mencionado rei Eduardo, Davi, rei dos escoceses, foi feito prisioneiro, segundo meu entendimento, na batalha próxima a Durham, na marca com a Escócia.<sup>1071</sup> Eduardo manteve a Bretanha sob seu domínio, venceu Charles de Blois, seu duque, e realizou um cerco contra uma robusta fortaleza denominada *La Roche Derrien*, guarnecendo-a, após subjugá-la, com súditos leais.<sup>1072</sup> Após muitas investidas, grandes escaramuças e uma batalha vigorosamente pelejada, o mencionado duque foi capturado com sete ferimentos e apresentado ao mencionado rei Eduardo. Além disso, o monarca derrotou Calais por meio de um cerco longo e audaz, tanto pelo mar como por terra; os sitiados, tomados pela fome, não receberam auxílio do rei Filipe e, em função da falta de mantimentos, renderam-na ao rei Eduardo no quarto dia de agosto do ano de Cristo de 1347.<sup>1073</sup>

---

<sup>1069</sup> O cronista anônimo de Canterbury apresenta uma lista enumerando esses mesmos mortos, porém relacionando-os à batalha de Poitiers, ocorrida em 1356. **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346-1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 22-29; 83-85.

<sup>1070</sup> Sobre esse documento, cf. VILLALON, L.J.; KAGAY, D.J. **The hundred years war (part II): different vistas**. Leiden; Boston: Brill, 2008. p. 267-268.

<sup>1071</sup> Ele refere-se a batalha de Neville's Cross, ocorrida em 1346.

<sup>1072</sup> Essa fortaleza era um dos principais redutos ingleses na região da Bretanha. Durante a guerra de sucessão do ducado, apoiadores de dois pretendentes ao seu controle foram apoiados, respectivamente, pelos reis da Inglaterra e França. Charles de Blois, sob o apoio daquele último, atacou a fortaleza em maio de 1347, tomando-a e recebendo o amparo de habitantes da região. SUMPTION, J. **The hundred years war: trial by battle**. London: Faber and Faber, 1990. p. 573-576.

<sup>1073</sup> Um excelente resumo acerca do evento em questão pode ser conferido em: SUMPTION, J. **The hundred years war: trial by battle**. London: Faber and Faber, 1990, p. 535-592.

Ele também subjugou grande parte da Normandia e, também em seu tempo, o filho mais velho, Eduardo, príncipe de Gales, no décimo nono dia de setembro do ano de Cristo de 1356, aniquilou o exército de João, então chamado de rei da França, diante da cidade de Poitiers, em cuja ocasião aquele último foi feito prisioneiro. Naquela batalha, foram mortos o duque de Bourbon, o duque de Atenas, o senhor de Clermont, *Sir* Geoffrey Charny, que conduzia a auriflama<sup>1074</sup>, e também foi feito prisioneiro, junto ao rei João, o filho mais novo de *Sir* Filipe, [*o Ousado*]<sup>1075</sup>, duque da Borgonha, por cujo resgate, seu e de outros senhores, o rei Eduardo recompensou o príncipe com {o valor} de 2600 *Sterlings*. Naquele dia, também foi capturado *Sir* Jacques de Bourbon, conde de Ponthieu, e Charles, seu irmão, duque de Longville, primos de segundo grau do monarca, além de *Sir* Jean de Melun, conde de Tancarville; *Sir* Guillaume de Melun, arcebispo de Sens; o conde de Dammartin, o conde de Vendôme; o conde Vaudémont; o conde de Saarbrücken; o conde d'Alençon; *Sir* Arnoul d'Audrehem, marechal da França; e muitos outros cavaleiros e nobres, chegando ao número de 1700 prisioneiros, além de 70 cavaleiros *banneret*, que foram mortos.<sup>1076</sup>

{Para além deles, também foram capturados} o filho mais velho do rei Carlos, auto intitulado duque da Normandia; o irmão do rei, duque de Orleans; o duque de Anjou; o conde de Poitiers, posteriormente chamado de [*Jean*], duque de Berry; o conde de Flandres, com alguns outros senhores, bateu em retirada e escapou da batalha.<sup>1077</sup> Posteriormente, no ano de Cristo de 1357, no décimo sexto dia de abril, o mencionado príncipe Eduardo partiu de Bordeaux para a Inglaterra pelo mar, trazendo consigo o rei João, desembarcando no quarto dia de maio e chegando a Londres no vigésimo dia do

---

<sup>1074</sup> Geoffrey de Charny (c. 1306-1356) foi marechal da França e responsável por carregar a auriflama, a qual, quando desfraldada em campo de batalha, simbolizava a guerra total, isto é, sem possibilidade de capitulação ou aprisionamento do inimigo. Além disso, ele também se aventurou pelo caminho das letras e compôs três tratados, onde prescreve as qualidades necessárias e as expectativas do bom governo aos cavaleiros. CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 15.

<sup>1075</sup> O epíteto segue a tradução daquela empregada na edição brasileira da obra. GUENÉE, B. **O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Edusp, 1981. p. 95.

<sup>1076</sup> Assim como o cronista anônimo de Canterbury, que registrou a lista de mortos poucos anos depois da batalha de Poitiers, William Worcester aponta para o título em detrimento dos nomes dos cavaleiros fenecidos, indicando assim a grande mortandade da nobiliarquia francesa e a dificuldade de arrolar com precisão a lista que também contava com aqueles outros capturados. **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346-1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 83-85.

<sup>1077</sup> Essa acusação de fuga imputou-lhes a covardia. Contudo, é interessante pensar que dentro do fazer da guerra essa era uma opção a ser considerada, como o fez John Fastolf em Patay em 1429, onde também lhe recaiu a mesma acusação. COLLINS, H.E.L. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 114-140.

mesmo mês. O rei Eduardo, seu pai, tendo se encontrado previamente com o rei João no campo de batalha, prestou-lhe grande honraria e reverência.<sup>1078</sup> Tempos depois, no ano de Cristo de 1367, no mês de maio, o dito rei João teve o pagamento de seu resgate estipulado em três milhões de escudos de ouro, cada dois deles equivalendo a um nobre, sendo que 600 mil escudos foram pagos pelo mencionado rei João em sua chegada a Calais. Nos anos subsequentes, ele seria obrigado a pagar, sob certas garantias declaradas nas cláusulas da paz acordada entre ambos os reis, 400 mil, até que o montante de três milhões de coroas<sup>1079</sup> estivesse completamente quitado, algo que, segundo se diz, não foi realizado.

Depois disso, os príncipes Eduardo e Henrique e o nobre duque de Lancaster lutaram em Nájera, na Espanha, junto ao rei Pedro, contra o bastardo Henrique, que se auto intitulava monarca daquele reino. Mesmo aquele último tendo 6300 homens em sua hoste, Eduardo derrotou-o; motivo pelo qual o mesmo abandonou o campo de batalha, e muitos nobres cavaleiros da Inglaterra, Gasconha e Guiena, junto a outros valorosos nobres, combateram-nos vigorosamente. Entre muitos bons homens praticantes da Cavalaria, *Sir John Chandos* destacou-se naquela batalha [*atuando na vanguarda*], pois ele tinha em seu séquito 1200 cavaleiros de alta estirpe<sup>1080</sup> e 1000 homens a cavalo<sup>1081</sup>. Também estavam presentes *Sir William Beauchamp*, filho do conde de Warwick; o senhor *Hugh Hastings*, senhor de Neville; *Rais*, um bretão senhor de Auberré, em companhia de muitos outros gascões: *Sir Ralf Hastings*, *Sir Thomas Felton*, *Sir Robert Knolles*, *Sir Hugh Courtney*, *Sir Philip Courtney*, *Sir John Trevet*, [*Matthew de Gournay, da companhia*<sup>1082</sup> *do conde de Somerset*] e muitos outros notáveis da cavalaria Inglaterra. Juntos, atravessaram as altas montanhas dos Pirineus próximos a Roncesvalles, no

<sup>1078</sup> O cronista anônimo de Canterbury relata a chegada do monarca francês à Londres, onde um desfile foi realizado por várias ruas da cidade, levando os expectadores “a grande regozijo”. **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 35.

<sup>1079</sup> Há esse lapso entre denominar a mesma quantia de dinheiro como escudos e depois como coroas no original.

<sup>1080</sup> No original, “*penon*” refere-se a um tipo de estandarte alongado e estreito fixado a uma lança, com marcas e símbolos que permitiam distinguir a seus portadores, os quais geralmente eram os chamados *knight bachelors* (cavaleiros recém sagrados de altas famílias aristocráticas). Verbetes *penon*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED32856>. Acesso em: 19 jun. 2018.

<sup>1081</sup> No original “*horsmen*”, empregado para marcar uma diferenciação com aqueles apontados na nota anterior por não serem sagrados cavaleiros. Em geral, mesmo arqueiros poderiam empregar cavalos para o transporte, assim como outras categorias de guerreiros sem o título cavaleiresco também utilizavam-no como meio de combate.

<sup>1082</sup> O termo original “*comitatus*” refere-se a acompanhantes próximos, ou mesmo membros do séquito, de um determinado senhor. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 80.

território de Pamplona, partindo da cidade de Bordeaux rumo à Espanha. Lá *Sir Bartholomew Clekyn*, representante do rei francês, foi feito prisioneiro de guerra, junto ao marechal da França, o Basco, e muitos outros nobres notáveis. A supramencionada batalha de Nájera ocorreu no ano de Cristo de 1366<sup>1083</sup>, no terceiro dia de abril.

## CAPÍTULO 10

### Como o rei Henrique V conquistou [a Normandia e a França]

É preciso mencionar como em seu tempo o nobre príncipe Henrique V, em um espaço de sete anos e 20 dias, veio, por meio de prolongados cercos, [*a triunfar sobre a cidade de Harfleur em 15 dias, nomeando a seu tio, Thomas Beaufort, então conde de Dorset, como capitão. Aquele conde, por sua vez, nomeou seu representante Sir John Fastolf, cavaleiro, e concedeu-lhe a chefia de 1500 soldados*<sup>1084</sup>; estes, junto ao barão de Carew, que contava com 33 cavaleiros, continuamente defenderam aquela cidade contra o poderio da França pelo período de um ano e meio após a partida de Henrique V.<sup>1085</sup> Tal cidade foi cercada pelos contendores franceses tanto por terra como por mar, sendo ali empregada uma grande força naval composta por carracas, galeões e navios da Espanha.

Nesse entremeio, John, duque de Bedford, conde das marcas galesas e um de vossos mais nobres ancestrais, acompanhado por muitos outros nobres e com uma poderosa frota de navios, combateu e tomou muitas das carracas e navios atracados na foz do rio Sena antes de se dirigirem a Harfleur, ocasião onde vários homens vieram a fenecer, inclusive por afogamento. Logo depois, os suprimentos de Harfleur foram cortados, levando a uma situação de grande carestia, ao ponto da cabeça de uma reles

<sup>1083</sup> O ano correto de sua realização é 1367. Sobre a batalha de Nájera e a atuação inglesa nos conflitos ibéricos, cf. SUMPTION, J. **The hundred years war: trial by fire**. London: Faber and Faber, 1999, p. 540-591.

<sup>1084</sup> O termo “soldado” (*soudeour*) já era amplamente empregado durante o século XV, porém sem a conotação de um indivíduo pertencente a forças armadas permanentes, algo que viria a ser efetivado somente após as ordenações de Carlos VII em 1449 e é considerado um estágio embrionário das forças marvóticas da Era Moderna. Não obstante, as categorizações presentes na Inglaterra dos séculos XIV – XV indicam que havia um desejo mais forte de se estabelecer as divisões hierárquicas entre membros da aristocracia e em relação a outros combatentes de fora dessa esfera. Cf. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013; WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006, p. 90-91.

<sup>1085</sup> A denominação Carew ainda se faz presente para aquela localidade. Quanto ao evento narrado, é possível comparar suas similaridades com aquela realizada na *Gesta Henrici Quinti*. **GESTA HENRICI QUINTI**. The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 119-121.

vaca ser vendida por 15 xelins e oito dinários, enquanto a língua era negociada por 40 dinários, fato esse que contribuiu para a morte de mais de 500 soldados ingleses, em decorrência da falta de mantimentos.

Quanto à segunda expedição, ela foi realizada anteriormente à época do mencionado John, conde de Huntington, ter sido agraciado com a patente de almirante das novas forças destinadas a resgatarem Harfleur. Aquele cerco foi renovado por grandes navios e carracas dos contendores franceses, [os quais] foram combatidos e sobrepujados através de uma luta vigorosa.

Dessa maneira, foi possível fornecer mantimentos a Harfleur em um momento em que o duque de Dorset estava na Inglaterra para acompanhar de perto a vinda do imperador Sigismundo<sup>1086</sup>. Eu menciono brevemente tal incidente com a finalidade de que não sejam esquecidas como duas vigorosas batalhas marítimas vieram a ser travadas dentro do espaço de um ano e meio, e como a cidade de Harfleur foi defendida e mantida contra o poderio da França, que a cercou naqueles tempos. Além disso, com o intento de vigiá-la e guardá-la nas noites de inverno, ouvi Sir John Fastolf dizer que cada homem responsável pelo patrulhamento e vigia conduzia um cão de caça<sup>1087</sup> amarrado a uma corda<sup>1088</sup> para latir e alertar, caso algum inimigo se aproximasse dos fossos ou mesmo da cidade com a intenção de escalar suas muralhas.

O príncipe Henrique V], após travar muitas batalhas a grande custo para seus súditos, conquistou [a cidade de Harfleur], assim como o ducado da Normandia e, posteriormente, o reino da França. Ambos foram subjugados, graças a seus grandes atos de bravura e também com o auxílio do poderio de seus nobres senhores e dos comuns, fazendo assim com que o vigoroso poder real da França fosse curvado através de cercos prolongados, ocorridos tanto em sua primeira expedição a Harfleur como naquela segunda, onde ele vigorosamente cercou Caen e as cidades de Rouen, Falaise<sup>1089</sup>, Argentan, Maunt, Vernon, Melun, Meaux, Embury, e muitos outros castelos, fortalezas e cidades de maior e de menor porte; algo que não pretendo relatar para não me estender.

<sup>1086</sup> Sigismundo foi uma das figuras centrais para o fim do Grande Cisma da Igreja Católica do Ocidente. Visitou as cortes da Borgonha, França e, em 1416, a da Inglaterra, pretendendo assim angariar apoio para a unificação da Igreja, ocorrida dois anos depois. Cf. DREES, C.J. (Ed). **The late medieval age of crisis and renewal, 1300 – 1500**: a biographical dictionary. London: Greenwood Press, 2001. p. 102; 449.

<sup>1087</sup> Verbete “Mastif”. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED27036>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>1088</sup> Verbete lês(se). **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY**. Disponível em: [https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search\\_field=hnf&q=lies](https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search_field=hnf&q=lies). Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>1089</sup> John Fastolf liderou o cerco a essa localidade em 1417.

Ele também travou grandes combates marítimos contra um bom número de enormes carracas e navios que cercaram Harfleur após a mesma permanecer sob domínio inglês.

Além disso, ele obteve uma grande vitória na batalha de Agincourt no ano de Cristo de 1415, em sua primeira expedição, onde muitos duques, condes, senhores e cavaleiros foram mortos e feitos prisioneiros; de forma que, ainda hoje, isso permanece na lembrança dos homens daquela época que se encontram vivos.<sup>1090</sup> Após esses eventos, o monarca casou-se com a filha do rei francês, Carlos VI, e, em função dessa aliança, grande parte do reino da França foi entregue à sua autoridade.

Essa nobre conquista permaneceu sob o jugo da nação inglesa por 35 anos contínuos e assim foi mantida pelo poder régio. Fundamentalmente, em seu princípio, tal fato deu-se devido ao {empenho} do nobre e afamado príncipe John, duque de Bedford, regente e governante do reino da França por 13 anos. Esse, contando com o auxílio e poder dos nobres senhores desta terra, foi-lhe possível zelar tanto pelo seu reino da França como pelo ducado da Normandia, subjugando os inimigos e mantendo-os à distância.

## CAPÍTULO 11

### **Como nos tempos de John, duque de Bedford, o conde de Salisbury, seu representante, sagrou-se vitorioso na batalha de Cravant**

Conforme registram as evidências, no primeiro ano do reinado de Henrique VI, o tio do monarca tomou sobre si a responsabilidade e a designação de regente do reino da França, e aqui se faz menção ao fato de que ele se sagrou vitorioso na batalha de Cravant.<sup>1091</sup> Naquele tempo, Thomas Montagu, nobre conde de Salisbury, além do conde de Suffolk e do senhor Willoughby<sup>1092</sup>, marechal da Borgonha, juntos a uma grande força também composta pela hoste de Filipe da Borgonha, apoiou o grupo de contendores sob as ordens de John, regente da França e duque de Bedford, o qual igualmente contava com

<sup>1090</sup> A batalha de Agincourt foi amplamente comemorada por um número significativo de registros cronísticos, tanto na Inglaterra como na França e em regiões subjacentes. Para uma discussão sobre tais registros, cf: CURRY, A. **Agincourt: sources and interpretations**. Woodbridge: Boydell Press, 2000.

<sup>1091</sup> A batalha de Cravant ocorreu em 31 de julho de 1423 nas cercanias daquela cidade borgonhesa, impedindo o avanço das forças leais ao delfim em direção à Paris. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 104-105.

<sup>1092</sup> Robert, conhecido como o senhor Willoughby, iniciou sua carreira militar por volta de 1412 junto ao duque de Clarence, chegando a ser encarregado de capitanear Paris em 1435. Ele foi um dos muitos indivíduos cujos laços familiares compeliaram seus membros a tomarem as armas nas guerras encabeçadas pelos monarcas ingleses. ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415-1450: the history of a medieval occupation**. Oxford: Clarendon Press, 1983, p. 248-249; **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449**. Translated by Janet Shirley. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 296.

o auxílio dos probos súditos desta terra. Dessa maneira, sobrepujaram os inimigos que, reunidos, chegavam a um número estimado de 9 mil franceses e escoceses na batalha de Cravant, ocorrida no ducado da Borgonha. Ali, foram mortos 4 mil inimigos, além de outros 2 mil terem sido feitos prisioneiros, dos quais grande parte eram escoceses, sendo que o conde de Buchan era seu capitão. Aquele último, pouco tempo antes, foi responsável pela malsucedida campanha {inglesa} em Baugé, onde o famoso e vitorioso cavaleiro Thomas, duque de Clarence, vosso primo de primeiro grau, foi morto enquanto, na liderança de uma pequena companhia, combatia pelo direito do monarca à Coroa da França.<sup>1093</sup>

Naquela ocasião, junto a muitos outros senhores nobres, barões, cavaleiros e escudeiros da Inglaterra, eles enfrentaram um número muito maior de escoceses que lhes atacaram no campo de batalha, e nunca antes havia se observado tão grande derrota de senhores e de homens de sangue nobre. Conforme foi relatado, cerca de 250 cotas de malha<sup>1094</sup> foram mortos e feitos prisioneiros pelos escoceses que lutavam junto aos contendores franceses, muito embora Deus, em sua infinita bondade, logo após a mencionada batalha de Cravant e aquela outra em Verneuil, lançou sua punição contra os escoceses por sua vingativa crueldade e por causarem a morte do vitorioso príncipe, o duque de Clarence, e de outros nobres senhores e cavaleiros que o acompanhavam.

---

<sup>1093</sup> Em 22 de março de 1421, um exército franco-escocês derrotou um pequeno destacamento inglês próximo ao vilarejo de Baugé. Tal fato por si só já seria meritório de registro por se tratar de uma das poucas derrotas inglesas até então no campo de batalha, porém, como destacou William Worcester, o evento foi marcado pela morte do duque de Clarence, o qual fazia parte da linha sucessória ao trono inglês. Milner, 2006, p. 484-507.

<sup>1094</sup> Esse tipo de proteção corporal, que poderia ou não envolver os membros superiores e a cabeça, recebeu diversos nomes desde ao menos o século XI. Independentemente de seu formato ou terminologia, aquele era um tipo de material custoso, indicando certo nível de nobreza, conforme indica o fato de que aqueles que o usavam na ocasião descrita por William Worcester foram feitos prisioneiros e não executados logo após a batalha. Dessa forma, pode-se inferir que seriam homens sem sagração cavaleiresca, mas ainda assim como prestígio e dinheiro o suficiente para usar tal material, como os escudeiros e, além disso, pode também ser um termo genérico, na mesma medida que *men at arms* englobava uma ampla gama de guerreiros. Um breve levantamento e histórico sobre a existência desse tipo de material sob a guarda da Torre de Londres indica que na segunda metade do século XIV esse tipo de indumentária, junto a outras que compunham o conjunto defensivo de soldados ordinários, passaram a ser produzidos e estocados com maior frequência a mando da Coroa, política essa que parece ter perdurado até meados da centúria posterior. CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 184-188. RICHARDSON, R.T. **The medieval inventories of the Tower armouries**, 1320-1410. 374f. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2012, p. 31-50.

## CAPÍTULO 12

### Como John, duque de Bedford, envolveu-se pessoalmente na batalha de Verneuil

Nessa mesma época, pouco após Cravant, no vigésimo sétimo dia de agosto do ano de Cristo de 1423, terceiro do reinado de Henrique VI, o duque John Bedford obteve uma grande vitória na batalha de Verneuil em Perche, onde aniquilou seus adversários da França e da Escócia. Ali, John, autointitulado duque de Alençon, representante dos contendores franceses, foi feito prisioneiro da mesma forma que o supramencionado conde Buchan da Escócia. {Este último, o qual também era} marechal da França e foi responsável pelo decesso do nobre príncipe Thomas, duque de Clarence, acabou derrotado e morto.<sup>1095</sup> Além dele, também morreram o conde de Douglas, sagrado duque de Touraine, assim como seu filho e herdeiro, os quais estiveram no campo de batalha de Shrewsbury<sup>1096</sup> contra o rei Henrique IV e, em outra ocasião, lutando contra John, duque de Bedford, em Homildon Hill<sup>1097</sup>, na Escócia, junto a muitos outros grandes senhores franceses que também pereceram ou foram feitos prisioneiros.

## CAPÍTULO 13

### Como foram rendidas grandes partes do condado de Maine, além da cidade de Le Mans e muitos outros castelos

Não muito tempo depois para além do que foi relatado, a cidade de Le Mans, vossa antiga herança no condado de Maine, foi conquistada e subjugada pelo regente, o duque

---

<sup>1095</sup> Desastrosa para aqueles adversários, provou-se ainda pior para os escoceses que os auxiliavam, pois tamanho foi seu desbarate a ponto de não voltarem a ter uma participação efetiva no continente até o final da Guerra dos Cem Anos.

<sup>1096</sup> Contanto com o apoio de vários membros da alta nobiliarquia reinol, Henrique de Lancaster destronou Ricardo II e veio a intitular-se Henrique IV. Como parte das promessas realizadas para o apoio recebido naquele período, estava a cessão de terras ou pagamentos vultuosos, o que em pouco tempo levou a Coroa a endividar-se e a ficar impossibilitada de quitar tais débitos. Um desses nobres, Henry Percy, rebelou-se, levando o monarca a mobilizar suas tropas para combatê-lo. Em 1403, Henry Percy e seus aliados foram derrotados na batalha de Shrewsbury, onde foi morto e os outros líderes capturados. SUMPTION, J. **The hundred years war: cursed kings**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 112-115.

<sup>1097</sup> Sobre essa batalha, cf. NEILLANDS, R. **The hundred years war**. London: Routledge, 2001. p. 192.

de Bedford, com auxílio do poderio dos senhores e de outros que lhe prestaram auxílio<sup>1098</sup> [o conde de Salisbury, {Thomas}, lord Scales, John Fastolf, Sir John Popham, Sir N. Montgomery<sup>1099</sup>, Sir William Oldhall, todos cavaleiros, e muitos outros nobres de valor]. Desde então, o condado de Maine passou a prestar auxílio em dinheiro, no valor de 1200 libras, com a finalidade de dar suporte e amparo às guerras na França, bem como socorro dos súditos obedientes ao rei que executaram atividades marciais para avançar aquela conquista.

Não obstante, o regente da França, com a força de seu sangue nobre e a de seus senhores, sagrou-se vitorioso no campo de batalha, na supramencionada batalha de Verneuil, em Perche, onde se reuniram 4000 guerreiros sob as ordens dos contendores franceses e lá, John, autointitulado duque de Alençon e representante de Carlos VII, a quem se denominava rei da França, foi feito prisioneiro, junto a outros senhores, barões, cavaleiros e outros nobres de valor. O pagamento do resgate somente daquele primeiro foi de 1160 *salux* junto ao regente, o duque de Bedford, sem mencionar outros custos e obrigações, algo que, ao fim e ao cabo, veio a ser de grande auxílio à conquista. Essa batalha ocorreu no ano de 1424 da era de Cristo<sup>1100</sup>, terceiro do reinado de Henrique VI.

---

<sup>1098</sup> A princípio a informação de William Worcester não parece de todo correta. Le Mans foi tomada em 1425, pouco tempo após a batalha de Verneuil, ocorrida no ano anterior, “a mando do regente”. Entretanto, ela foi retomada por apoiadores do delfim em 1428 quando estava sob o governo de John Talbot, o qual conseguiu expulsá-los pouco tempo depois. Neillands argumenta que a cidade foi tomada pelo duque de Salisbury, em conformidade com o relato de William Worcester, o qual menciona sua presença dentre os participantes. **A PARISIAN JOURNAL, 1405-1449**. Translated by Janet Shirley. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 204; 223-224; NEILLANDS, R. **The hundred years war**. London: Routledge, 2001, p. 250.

<sup>1099</sup> Quanto aos companheiros de armas de John Fastolf naquela expedição, N. Montgomery e John Popham tem as identidades mais obscuras. Aplicando o critério de busca para aqueles nomes a partir da batalha de Verneuil, isso é, 1424, o “*Medieval Soldier Database*” indica a existência de um John Montgomery, servindo como arqueiro em 1417 e atuando como cavaleiro ao início da década de 1430, ao passo em que há menção a um Nicholas Montgomery, porém o mesmo serviu em 1394. Não é impossível, entretanto, que se trate do mesmo indivíduo, pois, embora não fosse comum, era possível contar com homens de idade avançada nas hostes inglesas. Quanto a John Popham, o mesmo teria iniciado como um “*men-at-arms*” em 1415 e encerrado suas atividades em 1434. Se partirmos da pressuposição de que todos os registros para aqueles nomes se refiram, respectivamente, apenas aqueles dois guerreiros, é possível que tenham sido homens que, assim como John Fastolf, ascenderam hierarquicamente em função de seu desempenho marcial.

<sup>1100</sup> Ao longo do tratado, William Worcester recorre à repetição de certas passagens. Isso pode ser um erro durante o seu processo de composição e revisão, mas também é possível conceber que se trate de uma estratégia mnemônica para a fixação de determinados nomes e eventos caso o texto fosse lido em voz alta para as cortes, por exemplo.

## CAPÍTULO 14

### Como Henrique VI foi coroado rei graças ao poderio dos grandes senhores

Um grande ato para ser lembrado e, portanto, digno de registro por meio da escrita, foi vossa<sup>1101</sup> coroação como rei da França na nobre cidade de Paris, no ano de Cristo de 1429, nono de vosso reinado, em uma esplêndida solenidade, que contou com a presença dos senhores espirituais e temporais. Ali, foi apoiado pela grande força e poderio, tanto em bens como em riquezas, de vosso ilustre tio Henry, cardeal da Inglaterra e bispo de Winchester, e, da mesma maneira, com a grande força e poderio de vosso tio John, regente do reino da França e duque de Bedford. Ambos estiveram presentes naquela ocasião em que demonstraram a disposição em levar a cabo responsabilidades no sentido de resistirem ao grande inimigo da França, que se denominava delfim, sob seus próprios custos.<sup>1102</sup> Desde que o reino da Inglaterra começou a ser habitado, nunca, em situação similar, se viu um ato digno de tanto valor ser realizado, e por isso o renome advindo daquela coroação espalhou-se por todos os reinos cristãos.

Ó príncipe, mui nobre e cristão, apesar das grandes batalhas e conquistas realizadas naquele reino pelo famoso rei e cavaleiro Eduardo III, ele nunca alcançou honras tão excelsas senão pela valentia dos ingleses<sup>1103</sup>, os quais, por meio da bravura, elevaram-no. E por isso governou de maneira tão nobre, como fora brevemente historiado e especificado anteriormente, juntamente a outros membros da nobiliarquia, os quais foram audazes e valentes antepassados, em várias regiões, especialmente na França, Normandia e nos ducados da Gasconha e da Guiena. {No entanto}, tal governo foi subitamente obstruído por conta da usurpação perpetrada contra toda a retidão e a Cavalaria.

Dessa forma, a fim de reparar tal intrusão inadequada lançada contra vós, protegei-vos, animai-vos e fortificai-vos contra o poderio de vossos adversários da França. Agora é o momento para vestir vossa armadura em defesa contra vossos inimigos, com as cotas

---

<sup>1101</sup> Aqui, William Worcester refere-se a Henrique VI, porém não alterou o pronome de tratamento ao presentear Eduardo IV.

<sup>1102</sup> Uma prática comum era a de que indivíduos com mais posses desempenhassem suas funções marciais com seus próprios recursos pecuniários para bancar todas as etapas da campanha. Quando finalizada, os mesmos poderiam solicitar o ressarcimento do monarca. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 9.

<sup>1103</sup> Isso é, mesmo tendo sido um dos monarcas mais destacados pelos seus feitos marciais durante a Guerra dos Cem Anos, nem mesmo ele foi capaz de levar a cabo o pleito pela coroa francesa, cabendo a Henrique VI ser o único rei inglês a efetivá-lo em função dos êxitos de seu pai, asseverados pelo tratado de Troyes em 1420.

de malha do destemor de vossos antecessores, mantendo a lembrança das conquistas vitoriosas de vossos nobres predecessores, cujas vestes {de combate} foram testemunhadas por muito mais histórias, crônicas e escritos do que esse meu humilde esforço, o qual é insuficiente no oferecimento de relatos detalhados por meio desta breve epístola.

## CAPÍTULO 15

### Sobre a nobreza de Heitor e de outros poderosos reis da Grécia

Permitam que seja trazida à memória a necessidade de seguir os passos da reputação e da nobre coragem adquiridas por meio dos poderosos feitos de armas do valente cavaleiro Heitor de Tróia [*do qual vossa nobreza ascende*]<sup>1104</sup>, os quais foram levados a cabo no cerco daquela cidade em prol da lembrança perpétua da Cavalaria. Igualmente é preciso retomar os feitos de armas de Agamenon, o audaz rei da Grécia, que, através de uma guerra cruel e feroz contra os troianos, foi capaz de conquistar aquela cidade em um período de dez anos.

Similarmente, é preciso lembrar-se do famoso cavaleiro Ulisses, o qual despendeu todos os seus dias em realizações marciais, bem como das doze audazes expedições marciais e feitos aventureiros que Hércules realizou, como é ilustrado e mencionado no sétimo verso do quinto livro de Boécio, afastando-se de prazeres voluptuosos e luxuriosos, e estando sujeito a grandes tarefas através das quais pôde conquistar renome e reverência.<sup>1105</sup> Embora as doze expedições marciais de Hércules sejam impossíveis de serem realizadas e empreendidas por qualquer mortal [*por serem apenas uma poesia*], {onde ocorrem atos}, como arrancar a pele de um leão ameaçador em pé sobre duas

---

<sup>1104</sup> Assim como outros reinos da Cristandade, ingleses e franceses pleiteavam que seus monarcas descendiam dos sobreviventes de Tróia. DESMOND, M.R. Reading and visibility in Stephen Scrope's translatio of Christine de Pizan's 'Epistre Othea'. In: GERTSMAN, E.; STEVENSON, J. (Eds). **Thresholds of medieval visual culture: liminal spaces**. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2012. p. 97.

<sup>1105</sup> Essa passagem faz menção ao final do livro IV na edição empregada para consulta desta tradução. Cf. BOETHIUS. **Tractates, de consolationi philosophiae**. Translated by H. F. STEWART and E.K. Rand. London: Heinemann, 1968. p. 361-363.

patas<sup>1106</sup>, lutar e derrotar os gigantes Anteu e Polifemo<sup>1107</sup>, matar a serpente chamada de Hidra, domar a altiva besta chamada de Centauro, que é metade homem e metade fera, e muitos outros maravilhosos feitos a ele atribuídos por meio da escrita; todas foram compostas em poesia a fim de encorajar e inspirar confiança em todos os outros nobres homens de nascimento a serem vitoriosos nas expedições de armas. Dessa maneira, concluindo, não há poder, audácia ou força que, mesmo empreendidos de forma bravia [*e com prudência*], possam resistir e opor-se aos grandes atos de grande valor.<sup>1108</sup>

## CAPÍTULO 16

### Como um conquistador deve empregar especialmente três coisas

Vegécio, em seu *Livro da Cavalaria*, aconselha que um conquistador deva empregar especialmente três coisas utilizadas pelos romanos, as quais fizeram com que, durante aqueles tempos, tenham se sagrado vitoriosos sobre seus inimigos. A saber, a primeira delas era a ciência, pela qual se deve compreender a prudência, a ser observada antes que se possa desfrutar do alívio trazido pelo sucesso frente às adversidades; a segunda é o exercício e a prática constante dos feitos de armas; e a terceira é o amor natural que um príncipe deve ter para com seu povo, pois executar essa proba diligência é benéfico para o bem comum. Tal ato deve ser entendido como a realização da justiça proporcional, pois isso os mantém em tranquilidade e em paz entre si.

## CAPÍTULO 17

### Como homens de nobreza devem se apartar das sensualidades e dos deleites

Não se deixem mais afligir, tolerar tibiezas<sup>1109</sup> e nem ajam de modo vil, deixando-se levar por certas sensualidades e deleites ociosos, pois o “*Alexandreis*” de Walter {de

---

<sup>1106</sup> Na heráldica, o termo se refere a um quadrupede em pé, como o símbolo heráldico da coroa escocesa é justamente o “*lion rampante*”, expressão originalmente empregada por William Worcester.

<sup>1107</sup> Ambos eram gigantes filhos de Poseidon. Enquanto que o primeiro foi derrotado por Hércules, segundo a Farsália de Lucano, o segundo foi sobrepujado por Odisseu na Ilíada. Em ambos os casos, o elemento moralizador recai sobre o fato de que os gigantes são superados não apenas pelo emprego da força física, porém, sobretudo, pela inteligência e a experiência para lidar com adversidades, ponto em consonância ao argumento central de William Worcester.

<sup>1108</sup> Essa passagem é obscura, mas provavelmente ela se refere ao fato de que mesmo que os franceses estivessem lutando de forma corajosa, não seriam capazes de fazer frente aos ingleses pois esses tinham maior justiça em suas ações.

<sup>1109</sup> No sentido de debilidade moral, tornar-se fraco (frente ao contexto de derrotas para os franceses).

Chantillon}<sup>1110</sup> menciona que os deleites voluptuosos são contrários ao exercício contínuo das armas. Logo, a partir do exemplo do javali que não conhecia sua força até ser perseguido e ver seu próprio sangue, peleje encorajando seu coração valente à guerra, e sua força será despertada e revivida novamente, colérica, furiosa e bravia como a de um leão, direcionada contra todas as nações que sem pleitos a quaisquer direitos os apartam de vossa herança legítima. E o que é mais sagrado, imaculado ou justo do que realizar a guerra contra as transgressões e danos causados por vosso adversário em detrimento de vosso título legítimo, uma vez que não são concebíveis outros meios para se alcançar a paz? Logo, ao se considerar, a partir dessa breve declaração, que vossos direitos e títulos a aquele reino e regiões são notórios: [...] <sup>1111</sup>

## CAPÍTULO 18

**Aqui é feita uma breve menção ao primeiro título da Normandia, e como o mesmo deve ser exercido livremente {em detrimento da submissão à Coroa francesa}**

Vosso antigo direito e pleito ao ducado da Normandia é conhecido por toda a Cristandade, e está muito bem registrado em livros dignos de confiança, como velhas crônicas e histórias que atestam a ascendência de William, o Conquistador, e do duque

---

<sup>1110</sup> No original “*Walter Malexander*”, uma possível referência ao *Alexandreis* de Walter de Châtillon, composta no século XII. É sabido que manuscritos daquele tratado foram produzidos na Inglaterra desde o início do século XIII, bem como sábios ligados à universidade de Oxford, onde William Worcester realizou seu treinamento letrado, compuseram antologias com textos diversos na segunda metade do Quatrocentos, dentre os quais figuravam a referida obra. É preciso destacar, ainda, o interesse de William Worcester no conhecimento dos feitos do rei Alexandre, o qual ocupa boa parte do *Dicts and Sayings of the Philosophers*, cuja tradução realizada por Stephen Scrope contou com sua participação. No entanto, é preciso ressaltar que a tradução daquele último texto, assim como as outras produzidas na Inglaterra do XV, advém daquela realizada na França dos *Dits Moraulx* por Guillaume de Tignonville, possivelmente antes de 1402, e não do texto de Walter de Châtillon. Seja como for, é fundamental denotar a proximidade entre os preceitos morais indicados por aquele letrado a respeito do decaimento do corpo guerreiro em função das paixões ligadas ao sexo e ao vinho e a preocupação de William Worcester a respeito dos prazeres voluptuosos. BRIDGES, V. Reading Walter of Châtillon’s *Alexandreis* in medieval anthologies. 2015. p. 1-21.; BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dicts and sayings of the philosophers**. Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. XI-XVII.; CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 52, 2008, p. 192.; CLARK, J.G. University monks in late medieval England. In: FERZOCO, G.; MUESSIG, C. (Eds.). **Medieval monastic education**. London; New York: Leicester University Press, 2000. p. 67.

<sup>1111</sup> Como mencionado anteriormente, a divisão em capítulos foi realizada por John Gough Nichols para ordenar com maior rigor a leitura do tratado. Entretanto, no manuscrito os títulos não se separam do corpo do texto, sendo realçados apenas por marcações com símbolos em tons avermelhados e pela técnica de sublinhar suas palavras. Assim, a leitura deve ser realizada pela conjunção da última frase com o título do capítulo posterior da seguinte maneira: “Logo, ao se considerar a partir dessa breve declaração que seus direitos e títulos a aquele reino e regiões são notórios, aqui é feita uma breve menção ao primeiro título da Normandia, e como o mesmo deve ser exercido livremente”.

Rolo, o qual foi cristianizado e nomeado Roberto. Aquele último saiu da Dinamarca por volta do ano de Cristo 912, e foi o legítimo duque da Normandia por mercê de Carlos, o Simples<sup>1112</sup>, rei da França, o qual casou sua filha com Rolo e entregou-lhe o mencionado ducado. Posteriormente, Ricardo, duque da Normandia, no ano de 945 da era de Cristo, em batalha ante a cidade de Rouen aprisionou Luís, rei da França, o qual renunciou àquele ducado em nome de Ricardo e de seus sucessores para que o governassem livremente sob seu poder e proteção, sem o questionamento de ninguém, senão o de Deus, como foi mencionado anteriormente do que foi visto e lido.<sup>1113</sup>

Posteriormente, William, o Conquistador, tornou-se rei da Inglaterra, do qual vossa majestade e seus nobres progenitores ascendem e recebem o título de monarca há 535 anos<sup>1114</sup>, detendo {como prova} as armas {heráldicas}, “campo avermelhado com dois leopardos dourados”, em razão do título da Normandia.<sup>1115</sup>

## CAPÍTULO 19

### **Há quanto tempo o rei detém o título e os direitos de herança de Anjou e Maine**

No que diz respeito a vossa outra herança, concernente tanto aos vossos direitos como aos de vossos progenitores sobre o ducado de Anjou e os condados de Maine e Touraine, é notoriamente sabido entre todos os príncipes cristãos, e também através de escritos que indubitavelmente atestam que a senhora Matilda, filha e única herdeira do poderoso rei Henrique I, casou-se com o imperador germânico. Após o fencimento daquele último, ela, então imperatriz, casou-se no ano de 1127 da era de Cristo com Geoffrey Plantageneta, filho de Fulk, rei de Jerusalém, o qual era conde de Anjou, Maine e Touraine, e daquele enlace resultou o nascimento do ilustre e renomado monarca Henrique II, o qual, em função dos direitos de sua mãe, herdou a coroa da Inglaterra e o ducado da Normandia.

Já a respeito dos direitos de seu pai, Geoffrey Plantageneta recebeu-os de forma ininterrupta, inconteste e sem quaisquer disputas de pleito os condados de Anjou, Maine

---

<sup>1112</sup> Carlos III foi rei da França entre 893-922 e da Lotaríngia entre 911 até 919/23.

<sup>1113</sup> William Worcester menciona anteriormente a chegada dos Normandos, porém aqui há o acréscimo de novas informações, permitindo-nos pensar que o letrado tenha planejado incluir dados suplementares em uma versão futura. Na passagem em questão, ele pretende dizer que isso foi dito e lido em outros tempos e está atestando aqui tal informação.

<sup>1114</sup> Essa data está incorreta em relação a 1066, porém se aproxima do reinado de Rolo.

<sup>1115</sup> No original “*feelde of gulis two libardis of golde*”.

e Touraine, os quais permaneceram sob domínio inglês por 347 anos. *[Os nobres atos dos ditos condes de Anjou, assim como suas linhagens genealógicas foram notavelmente registradas em crônicas chamadas de “Ymago historiarum” pelo mestre Ralf de Diceto, decano de São Paulo à época de São Tomás da Cantuária.<sup>1116</sup> Assim, os exércitos dos nobres condes seriam reverenciados por suas bravuras, permitindo-lhes sagrarem-se como reis de Jerusalém. Vossa alteza descende da linhagem masculina, isso é, de Geoffrey Plantageneta, conde de Anjou, ao passo que o condado de Maine foi unificado por meio de casamento ao condado de Anjou, entretanto, seria muito prolixo escrever sobre isso].*

## CAPÍTULO 20

### Aqui se faz menção ao título da Gasconha e da Guiena, e como há muito tempo tiveram sua posse transferida

Deve-se rememorar vossa antiga herança e justo título aos ducados da Gasconha e da Guiena, com as regiões, baronias e direitos senhoriais<sup>1117</sup> que vos pertencem. Assim se faz saber, por meio de conhecimentos corretamente adquiridos através de ilustres registros ordenados em várias crônicas, bem como em muitos outros livros historiados por autoridades, que, por volta do ano de 1307 da era de Cristo, William, duque da Guiena, morreu, sem deixar um herdeiro masculino, durante a viagem que realizava a Santiago {de Compostela}<sup>1118</sup>, tendo duas filhas e herdeiras, chamadas de Eleonora e Alice. O rei Luís da França, em sua juventude, com o consentimento de seu pai Luís, o Gordo, desposou Eleonora, a qual havia herdado todo o condado.

---

<sup>1116</sup> Ralf de Diceto (1120/30 – 1201) foi um eclesiástico ligado à igreja de São Paulo, em Londres. Seus dois principais escritos são a *Abbreviationes Chronicorum* e o *Ymages Historiarum*. Aquela última obra, mencionada por William Worcester, é uma crônica universal que trata da criação do mundo até meados de 1148 a partir de uma espécie de resumos compilados de uma boa variedade de outras fontes. Uma breve biografia e discussão acerca de seus escritos encontra-se em: GRANSDEN, A. **Historical writing in England I**: c. 550 – 1307. London: Routledge, 2000. p. 230 – 236.

<sup>1117</sup> Os responsáveis pelo governo de uma determinada região exerciam amplos direitos sobre a aplicação da lei e da justiça sobre aqueles hierarquicamente inferiores. Para uma discussão mais detalhada sobre o tema na Inglaterra do tardo medievo, cf. DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the late middle ages**. Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 158-170.

<sup>1118</sup> JONES, W.; RUSSELL, W. **The History of Modern Europe**: with a view of the progress of society from the rise of the modern kingdoms to the Peace of Paris, in 1763. New York: Derby & Jackson, 1857. p. 156.

Após o rei Luís alcançar a maioridade<sup>1119</sup>, os arcebispos de Sens, Reims, Rouen e de Bordeaux, junto a outros barões, informaram ao dito rei Luís que Eleonora possuía parentesco de sangue tão próximo ao seu que ele não poderia, lícitamente aos olhos da Igreja, mantê-la como esposa e, portanto, sob o aconselhamento dos mesmos, ambos se separaram legalmente, e Luís casou-se com Constança, filha do rei da Espanha. Eleonora, duquesa da Gasconha e da Guiena, por sua vez, dirigiu-se para Bordeaux. Então o supramencionado Henrique II da Inglaterra, que era filho e herdeiro do conde de Anjou, casou-se com ela por volta do ano de Cristo 1146, tornando-se duque da Gasconha e da Guiena, assim como seus herdeiros depois dele, de quem vossa majestade descende.

A partir daquele dia, Henrique II integrou a seu brasão de armas o leopardo de ouro, similar àqueles outros dois leopardos que já portava como duque da Normandia.<sup>1120</sup> Dessa forma, pelos direitos adquiridos através de sua mãe, a imperatriz Matilda, ele era rei da Inglaterra e duque da Normandia e, pelos direitos adquiridos através de seu pai, Geoffrey Plantageneta, era conde de Anjou, Maine e Touraine; pelos direitos de sua esposa, a senhora Eleonora, era duque da Guiena, o qual, junto ao ducado da Gasconha, tem estado em posse contínua de seus nobres progenitores há 328 anos completos, até que, por meio da intrusão de vosso adversário Carlos VII da França, foi privado da posse daquelas regiões no mês de junho do ano 1451 da era de Cristo<sup>1121</sup>, da mesma forma que ele o fez também com sua herança da França, Normandia e do condado de Maine, através das sombras da dissimulada alegação de trégua, agindo assim contra toda a honra e probidade da Cavalaria.

## CAPÍTULO 21

### **Como o historiador continua a proceder em seu discurso de admoestação**

Parece-me apropriado que todas as nações cristãs se engajem em batalhas se assim for necessário, e esse será o caso se a vossa herança não puder ser recuperada pelo correto

---

<sup>1119</sup> A maioridade aqui era entendida no sentido da capacidade de tomar decisões sem a necessidade da anuência de pais, conselheiros ou quaisquer outros anteriormente responsáveis. Entendia-se que aos 14 anos era possível engajar-se na guerra, e mesmo antes, por volta dos 7, algumas responsabilidades concernentes à práticas educacionais eram atribuídas ao indivíduo. Para uma discussão sobre a tratadística que versou sobre o assunto no reino inglês, cf.: ORME, N. **From childhood to chivalry: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530.** London; New York: Methuen, 1984. p. 6-43.

<sup>1120</sup> Aqui é apresentada uma explicação para a origem das armas inglesas.

<sup>1121</sup> Possivelmente aqui William Worcester direcionou o texto a Henrique VI e não revisou tal informação ao dirigir-se a Eduardo IV.

equilíbrio trazido pela paz. Assim, em nome de vossa defesa pela retomada do vosso reino da França, do ducado da Normandia e subsequentemente do ducado da Gasconha, que todos os príncipes cristãos venham a saber abertamente que aquela é vossa probíssima herança, a qual foi perdida por meios iníquos e que o combate é por sua salvação. Foi assim como escreveu [o mestre Alain Chartier, também conhecido como Alain de Auriga, o qual foi secretário de Carlos {VI}, o Bem Amado, em seu livro “Quadrilogue {Invectif}”<sup>1122</sup>, composto no ano de 1422 da era de Cristo, sob tais termos: “contra Henrique V, denominado rei”<sup>1123</sup>, ao incitar os contendores adversários a travarem guerra contra o rei Henrique. Segundo] disse o famoso e eloquente escritor Cícero em seu livro de retórica, dado que um homem provê o seu sustento em uma região ou território, ele é impelido pela razão natural a defendê-lo; em uma mesma medida, tanto a lei natural como a lei imperial<sup>1124</sup>, esta última sancionada pelo papa e pelo imperador, igualmente irão ceder e assentir.

Nesse mesmo sentido, Catão corroborou Cícero. Portanto, não tarda a tratar dessas grandes e inoportunas perdas resultantes de infortúnios, de grandes favores e da confiança depositada sobre vossos adversários; perdas essas a se abaterem sobre essa terra devido às dissimuladas alegações de trégua e de abstinência de guerra então acordadas em Tours entre Carlos VII, vosso adversário da França, e vosso predecessor Henrique VI. A isso

---

<sup>1122</sup> Trata-se da obra *Quadrilog Invectif*, ou, em tradução livre, “O diálogo invectivo entre quatro partes”. Composto por volta de 1422 por Alain Chartier, naquele momento notário do então delfim e futuro monarca Carlos VII, ali é apresentada uma alegoria em que a França, representada sob forma humana, acusa a nobiliarquia, ou melhor, os desvios cometidos pela mesma, como as causas de suas desventuras. Além disso, um sem número de paralelos podem ser estabelecidos entre o momento vivido pela França após o Tratado de Troyes, dilacerada pelas dissensões entre alguns de seus duques mais poderosos e o delfim, e a Inglaterra após 1453, fragorosamente derrotada no conflito. Uma discussão pormenorizada sobre tais aproximações foi realizada por: NALL, C. William Worcester Reads Alain Chartier: Le Quadrilogue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008. p. 135 – 147.

<sup>1123</sup> Era comum quando um escritor indicava dúvidas ou mesmo não aceitação de seu público alvo pretendido pelo título da figura abordada.

<sup>1124</sup> Maurice Keen argumenta que entre os séculos XIV e XV, não havia uma única base legal para a lei de armas, mas, ao invés disso, várias delas que se entrelaçavam a elementos como os costumes locais e a figura de autoridade da região onde a pretensa ilicitude teria ocorrido. Ao longo do período, juristas defendiam a existência de uma *jus gentium*, isso é, preceitos razoáveis e em comum que possibilitavam o governo das gentes pertencentes ou não à Cristandade, ao passo que o afunilamento das questões jurídicas exigiam a observação por outros tipos de códigos, como por exemplo aqueles voltados à proteção de mercadores, eclesiásticos ou mesmo para a punição de desvios cometidos em âmbito marcial. De qualquer forma, todas essas leis deveriam ser regidas, em última instância, pela *jus divinum* (autoridade divina) e pela *jus naturale* (razão natural). Essa discussão também foi realizada por Honore Bonet na “Árvore das Batalhas”. BONET, H. **The tree of battles**. English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949, p. 125-126; KEEN, M. **The laws of war in the middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965, p. 1-22.

ainda se soma o pouco tempo dedicado ao exercício e à prática da guerra, o que ocasiona a perda da coragem ou mesmo medo de iniciar uma nova retomada {das armas}.

Não mesmo! Que Deus nos proteja disso! Pois como disse o famoso poeta Ovídio, aquele que pauta a busca de boa fortuna pela desventura do próximo nunca será bem-sucedido. Walter de Chantillon<sup>1125</sup> concordou com tais dizeres, ao afirmar que a boa coragem do coração não deve ser aplacada, subjugada e nem reduzida em função da falta de prática e abandono das armas por um curto espaço de tempo, e nem por repentinos combates e ataques impulsivos, dos quais desventuras podem decorrer.

## CAPÍTULO 22

### **Como um grande número de romanos foram aniquilados pelos cartagineses em razão do descuido com o exercício de armas**

Ó, Deus todo piedoso! Quão terríveis foram as perdas dos romanos quando combateram contra os valentes homens de Cartago, pois, por descuido e negligência, deixaram de lado o exercício das armas, ainda que por pouco tempo. Contando com a participação de incontáveis homens nobres e corajosos, todo o poderio dos romanos foi reunido para a batalha, a qual, segundo dizem, teria sido travada entre o duque Caio {Terêncio Varrão}<sup>1126</sup> e Aníbal, príncipe de Cartago. A derrota do primeiro em Apúlia foi tamanha que os anéis de ouro tomados dos dedos dos cadáveres dos romanos, que eram homens dignos de exaltação e renome, foram avaliados e mensurados em 12 *quarters* ou mais; esses foram levados por Aníbal para Cartago como um sinal da vitória, segundo o relato realizado por Tito Lívio em seu livro de batalhas romanas.<sup>1127</sup>

---

<sup>1125</sup> Conferir nota anterior sobre esse letrado.

<sup>1126</sup> Os dois generais romanos presentes eram Caio Terêncio Varrão e Lúcio Emílio Paulo Macedônico.

<sup>1127</sup> O evento em questão é a batalha de Cannas (216 A.C.), onde o general cartaginês Aníbal derrotou uma força romana muito superior numericamente. Segundo Tito Lívio, em sua *História de Roma*, o filho de Aníbal, Mago, apresentou ao senado cartaginês “uma grande quantidade de anéis de ouro [...], a fim de demonstrar o tamanho da derrota romana, pois somente aqueles de mais alto status usavam aquele ornamento”. Essa passagem é retomada novamente por William Worcester no capítulo 34. Titus Livius, *Ab Urbe Condita*, livro 23, capítulo 12. LÍVIO, T. **The history of Rome** (Ab urbe condita). Translated with introduction, by Rev. Canon Roberts. London: J.M. Dent, 1912, livro 23, capítulo 12. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/From\\_the\\_Founding\\_of\\_the\\_City/Book\\_23#12](https://en.wikisource.org/wiki/From_the_Founding_of_the_City/Book_23#12). Acesso em: 20 jun. 2019.

## CAPÍTULO 23

### **Como, após a mencionada aniquilação, um pequeno número de romanos versados na guerra...**<sup>1128</sup>

...mesmo em função do ocorrido, os valorosos romanos não deixaram para outro dia a sua esperança e confiança de reestabelecimento. Em conformidade à vontade, reverência e permissão divinas, eles praticaram o manejo das armas diariamente, e após se acostumarem a empregá-las novamente na guerra, a experiência os instruiu e os encorajou. E então, através da exortação e do fortalecimento de um de seus príncipes, o qual reuniu aqueles poucos romanos que sobreviveram da batalha anterior para guerrearem novamente, sucedeu que, por meio do habilidoso emprego das virtudes, dos bons governos e da boa condução das ações marciais, eles se prepararam adequadamente, ao passo que os cartagineses não estavam cientes de seu aprovisionamento. Ao se oporem a Aníbal em certos desfiladeiros com passagens estreitas controladas pelos romanos, levaram à aniquilação e destruição daquele último, bem como de seu grande exército de Cartago.

## CAPÍTULO 24

### **Como homens com conhecimentos e experiência nas armas são mais valiosos do que quaisquer pedras preciosas ou opulentos tesouros**<sup>1129</sup>

A senhora Christine disse, no primeiro livro da *Árvore das Batalhas*, que não há nada mais digno de recomendação do que um território ou região que estejam

<sup>1128</sup> A passagem não se encontra disponível devido ao extravio de um ou mais fólhos do manuscrito.

<sup>1129</sup> O pretexto de William Worcester é o de mensurar que mesmo que os tesouros sejam importantes para o bom governo do reino ao possibilitarem o pagamento diligente dos guerreiros, é fundamental que, por outro lado, o governo da guerra seja levado a cabo de modo virtuoso pelos seus responsáveis. De certa forma, esse paralelo também é estabelecido por John Lydgate em seu texto *A moderação é um tesouro* (*Mesure is tresour*). Sobre essa relação, conferir o capítulo 3 da investigação. LYDGATE, J. *Mesure is tresour*. In: SPONSLER, C. (Ed). **Mummings and entertainments**. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 2010. Disponível em: < <http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/sponsler-lydgate-mummings-and-entertainments>>. Acesso em: 07 mar. 2018. Versos 1-11; 54-55.

aprovisionados e abastecidos com bons homens de armas com instrução e experiência.<sup>1130</sup> Isso porque o ouro, a prata e as pedras preciosas não conseguem sobrepujar e conquistar os inimigos, bem como nos tempos de paz não são capazes de governarem as pessoas para que permaneçam em avença. Por sua vez, um homem armado e poderoso é capaz de ambos.<sup>1131</sup>

## CAPÍTULO 25

### **Como um pequeno grupo de romanos, com grande experiência e perícia na guerra, aniquilou 1800 franceses graças ao ímpeto de seu príncipe, que foi gradualmente emendado**

Pode-se igualmente considerar o exemplo do rei Bituito, o qual afrontou os romanos com 1800 homens de armas do território da Gália, como anteriormente era chamada a França. Ao ver uma companhia tão reduzida de romanos se aproximando, ele os menosprezou, proclamando, com grande orgulho, que não estavam em número suficiente sequer para alimentar os cães de sua hoste.<sup>1132</sup> Entretanto, aquela pequena companhia era tão bem experimentada e instruída nas armas que bastou para sobrepujar e destruir o rei da Gália e toda a sua grande hoste.<sup>1133</sup> Tal história pôde ser comprovada em cada expedição e batalha ocorrida entre vossos predecessores e o adversário da França

---

<sup>1130</sup> Não há uma passagem específica na *Árvore das Batalhas* a respeito do tema, pois ele é recorrente ao longo de vários capítulos do tratado. Em certo momento, Honore Bonet aponta que “os fundamentos verdadeiros da guerra” são escorados por dois pilares. O primeiro é o da “força e poderio dos homens”, isto é, de sua força física para manejar as armas e capacidade de angariar recursos e outros combatentes para a empreitada marcial. O segundo é a “posse das armas”, uma vez que “um homem desarmado dificilmente sairia ileso da batalha, sendo provável a sua morte”. Nesse sentido, ele indica para a necessidade de um grupo de homens com aptidão para o combate por meio da experiência contínua em atividades marvóticas. BONET, H. **The tree of battles**. English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949, p. 130-131.

<sup>1131</sup> É o que afirma o John Trevisa ao dizer que os saberes da cavalaria servem não apenas para o combate aos inimigos externos, mas para aqueles outros súditos intra renóis que venham a vislumbrar atos de sedição. TREVISA, J. **The governance of kings and princes**. John Trevisa’s middle english translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997, p. 397.

<sup>1132</sup> Isto é, o número de cadáveres não proveria “alimento” o suficiente para os cães.

<sup>1133</sup> Bituito governou a Gália por parte do século II. A passagem a qual William Worcester se refere possivelmente advém de algum outro relato mais recente, contudo é mencionado, sob termos díspares, por Paulo Orósio em sua *História contra os pagãos*, no século V, e também por Flávio Eutrópio em seu *Breviarium Historiae Romanae*, escrito na centúria anterior: “Durante o 627º ano de fundação da cidade [ou seja, de Roma], os cônsules travaram guerra contra os gauleses transalpinos, [...] matando uma grande quantidade deles [...]. Uma presa de guerra considerável, que consistia de colares de ouro, foi trazida à Roma. Bituiu rendeu-se [...] e foi levado até Roma, onde os cônsules realizaram um triunfo com grande glória. EUTROPIUS. **Historiae Romanae, libri septem**. Edited by C. Bradley, with gramatical notes adapted to the public school latin primer by John T. White. London: Longmans, 1883. p. 92-93.

nos últimos 35 anos em que ela permaneceu sob a posse contínua, em razão das conquistas do rei [*intitulado*] Henrique V, até ser efetivamente perdida.<sup>1134</sup>

Foi assim na batalha de Agincourt, onde a vitória foi obtida por aquele rei [*com um número reduzido* {de homens}].<sup>1135</sup> Nas batalhas sobre o mar, outra vitória foi obtida, dessa vez contra as carracas, por John, duque de Bedford e conde das regiões fronteiriças, ambos seus principais comandantes [*com um número reduzido de homens em comparação com a grande marinha francesa*]. Também assim sucedeu na expedição de Cany, cujo êxito foi obtido por Thomas Beaufort, conde de Dorset e posteriormente duque de Exeter; [*o conde de Armagnac, condestável da França, tinha sob seu comando cerca de 10000 guerreiros contra 900 da companhia do conde de Dorset*].<sup>1136</sup> {Também foi dessa forma} na batalha de Cravant, vencida por [*John, duque de Bedford e seu representante*] Thomas Montagu, conde de Salisbury e pelo [*senhor*] Robert Willoughby; na batalha de Verneuil<sup>1137</sup>, disputada e vencida por John, regente e duque de Bedford, pelo conde de Salisbury e pelo conde de Suffolk, [*além dos senhores Willoughby, Poynings<sup>1138</sup>, Sir John Fastolf, e muitos outros nobres homens de armas*]; e na batalha de

<sup>1134</sup> As batalhas enumeradas na sequência tiveram como um de seus pontos em comum a participação de John Fastolf. Mais do que o emprego de outras fontes na seleção do que escolheu narrar, é possível que William Worcester tenha ouvido tais relatos em primeira mão do cavaleiro. É importante destacar que ele tentou compor uma crônica dos feitos de John Fastolf, empreitada a qual, entretanto, não chegou a levar a cabo. Cf. essa discussão na primeira parte da investigação.

<sup>1135</sup> Uma excelente síntese e discussão acerca dos relatos cronísticos produzidos na Inglaterra, França e alhures sobre esse evento nos séculos XV e XVI foi realizada por: CURRY, A. **Agincourt: sources and interpretations**. Woodbridge: Boydell Press, 2000.

<sup>1136</sup> Um ano após a vitória em Agincourt, os ingleses prosseguiram em expedições marciais na França. A cidade de Harfleur, sob seu controle, fornecia uma excelente base para desembarque na Normandia, porém exigia o provisionamento constante para o grande número de guerreiros estacionados ali para sua defesa. Em função disso, o conde de Dorset cavalgou com suas tropas até Cany, a pouco mais de 50 quilômetros de distância, saqueando vilarejos inimigos e, na sua volta, o conde de Armagnac foi ao seu encontro, ocasionando em uma batalha em que os ingleses se sagraram vitoriosos. No entanto, a disparidade no número de guerreiros é mais crível se entendida como um artifício retórico a amparar o argumento de que homens bem treinados são mais úteis a uma turba sem experiência nas armas. Sobre esse evento, cf. WADGE, R. **Verneuil 1424: the second Agincourt, the battle of the three kingdoms**. Stroud, Gloucestershire: Spellmount, 2015. p. 84-85.

<sup>1137</sup> Sobre essa batalha, cf. WADGE, R. **Verneuil 1424: the second Agincourt, the battle of the three kingdoms**. Stroud, Gloucestershire: Spellmount, 2015. p. 154-174.

<sup>1138</sup> Robert Poynings (c. 1419 – 1461) foi uma personagem envolvida com a casa York durante a Guerra das Duas Rosas. Ele atuou como representante régio na tomada de juramentos das hostes do condado de Surrey em 1434. Em uma carta escrita por John Payn, homem ligado ao séquito de John Fastolf, é realizado um relato sobre como foi incumbido pelo cavaleiro de entregar uma carta, porém, devido a sua filiação ao guerreiro, acabou sendo aprisionado pelo capitão da cidade de Kent, na Inglaterra. Ao ser levado para execução, Robert Poynings tomou sua defesa e afirmou ao capitão que se o fato ocorresse, “mais de cem homens iriam morrer”, salvando assim a vida daquele. Ele também esteve envolvido na revolta de Jack Cade em 1450, e William Worcester, em uma carta escrita em 1454, demonstra afeição a ele ao mencionar que “possui o coração muito bom”, e por isso, deseja-lhe que “Deus o conforte probamente”. GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422 – 1509**. Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. v.2, p. 154; 324-325.; **CALENDAR OF PATENT ROLLS**. Henry VI, 1422 – 1461. London, H.M.S.O., 1901 - 1911. v.2, p. 379.

Rouvray pelejada [*contra o bastardo de Bourbon e o bastardo de Orleans*] por *Sir John Fastolf* e *Sir Thomas Rempstone*, capitães, para provisionarem o cerco de Orleans<sup>1139</sup>; no resgate da cidade de Avranches, empreendido por Edmund, duque de Somerset, pelo conde de Shrewsbury e pelo senhor Fauconberg, capitães; {também foi assim} na segunda vitória em Harfleur obtida [*através de um cerco*] {liderado} por John, duque de Somerset, Edmund, conde de Dorset, e pelo conde de Shrewsbury; {na mesma medida, ocorreu algo similar} no resgate a Caen, movido por *Sir John Fastolf*, *Sir Richard Harington* e sua companhia [*contra 1300 homens*], {bem como} em muitas outras [*expedições de assalto e*] violentos combates travados, demasiadamente extensos para serem narrados aqui.

Em qualquer batalha, expedição, campanha, [*cerco*] e resgate de lugares {levados a cabo} de acordo com as boas práticas, tem-se sempre observado que o poderio da França se dá pelo número em dobro ou triplo de homens reunidos contra o vosso poder {régio} e, ainda assim, vossos direitos e títulos são tão firmes e afortunados, defendidos por homens tão instruídos e hábeis nas armas, que mesmo contando com poucos deles, foi possível triunfar sobre um grande número de contendores adversários.

## CAPÍTULO 26

### Como Vegécio, em seu Livro da Cavalaria, igualmente recomendou a prática constante de armas

Vegécio, em seu livro de Cavalaria, disse: ó todos aqueles que conhecem as grandes maravilhas e hostis vicissitudes {inerentes} às atividades de armas e da cavalaria – as quais estão contidas e são mensuradas por meio de feitos levados a cabo pelos que são experimentados em tais labores –, por meio de uma conduta sábia e prudente, estais cientes de que podeis realizar campanhas marciais a qualquer instante. Ó, nobre cavalaria inglesa, não permitam que o aturdimento<sup>1140</sup> diminua vossa coragem e nem debilite vossa determinação. Que vós exciteis vossos corações audazes a tomarem as armas e a

<sup>1139</sup> WAGNER, J. A. *Encyclopedia of the Hundred Years War*. London: Greenwood Press, 2006, p. 154.

<sup>1140</sup> Isso se refere à atitude dos franceses em atacarem subitamente regiões sob controle inglês como retribuição à tomada de Fougères. Os franceses, entretanto, atacaram “subitamente”, aprisionando bens e pessoas, como o senhor Fauconberg, indício irrefutável de suas más intenções por ser “algo não costumeiro e contrário a retidão e a razão” segundo argumenta o duque de Somerset. STEVENSON, J. (Ed.). *Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449-1450*. London: Longman, Green and Roberts, 1863. p. 428-429.

realizarem expedições armadas inspirados por tantos bons exemplos de feitos de armas vitoriosos que vos antecederam, realizados por vossos nobres progenitores! Que sirvam de lição para que não vos deixem desencorajar! Considerem que vós já fostes reconhecidos por todos os lugares como os mais renomados na realização de feitos de armas, porém, atualmente, vós tendes sido considerados em causas marciais como canhestros, de pouco valor e reputação.<sup>1141</sup>

Supõe-se que tal fato decorre da negligência no exercício de armas nesses últimos 24 anos em que os territórios foram perdidos por meio da dissimulada alegação de trégua, pela falta de aprovisionamentos suficientes tanto de artilharia como da correta preparação para a guerra e para o pagamento de soldados em sua época estipulada. {A isso se soma} a cobiça individual que impera entre algumas pessoas encarregadas do governo dos bens materiais, pessoas que não partem facilmente {junto às hostes} sem receberem sua recompensa [*estipêndio*] e pagamento em tempos de necessidade, {demonstrando} falta de coragem e de atos de bravura. Durante a guerra, nunca deverão se mostrar menos ferozes e corajosos na realização de feitos de armas, uma vez que assim poderão vir a ser estimados e reverenciados futuramente, como tem sido até o presente dia.

## CAPÍTULO 27

### **Como a senhora Christine aconselhou que os soldados fossem pagos corretamente**

Deveis ler a primeira parte da *Árvore das Batalhas*, onde a senhora Christine exorta e aconselha que cada comandante e capitão dos homens de armas deva receber bons pagamentos e garantias para que possa remunerar seus soldados pelo tempo que julgarem que venha a perdurar a campanha marcial. Tal questão deve ser particularmente observada por todos os capitães, pois é a causa primordial da boa condução de sua expedição armada em tempo hábil, e, se os pagamentos não forem realizados adequadamente aos soldados, tal conduta e negligência [*causam o efeito inverso*]. Ultimamente, nota-se claramente que nenhum comandante consegue angariar e manter por muito tempo bons homens de armas que sejam mal pagos ou mesmo que permaneçam

---

<sup>1141</sup> Uma série de significados, sobretudo morais, eram atrelados ao emprego do lado direito ou esquerdo do corpo, uma vez o toque com um ou outro lado imputava diferentes propriedades àquele ou aquilo que era tocado. Uma discussão sobre o assunto no âmbito letrado inglês pode ser conferido em: WOOLGAR, C.M. Touch, virtues and holiness. In: \_\_\_\_\_. **The senses in late medieval England**. London: Yale University Press, 2006. p. 29-32.

estacionados por muito tempo em um mesmo lugar<sup>1142</sup>, uma vez que, quando seu pagamento minguava, ficam desencorajados e, caso exista a possibilidade, pedem permissão ao seu príncipe para partirem, ou mesmo vão embora sem pedi-la.

Tal fato traz excesso de confiança e de vantagens para vossos adversários da mesma maneira que as tréguas dissimuladas, e também quando os capitães se importam mais com a tomada de bens do que com a reverência e com a aplicação da justiça. Igualmente quando negligenciam a prática de largueza para com vossos diligentes súditos, não recompensando e nem prezando aqueles que se sujeitam e resolutamente prestam juramento para se manterem sob vossas ordens, mas, ao invés disso, fazem com que sejam oprimidos e continuamente taxados injustamente de diversas maneiras, recaindo-lhes severos encargos e talhas. Como se não fosse suficiente, ainda buscam provisões tanto para os cavalos quanto para os homens em territórios {daqueles súditos} sem recompensá-los ou acordarem os seus valores. Uma vez que a falta de autoridade faz com que vossos homens não recebam seus pagamentos e estipêndios, a simples falta de remuneração [*fez com que o ducado da Normandia fosse perdido*].

A mesma senhora Christine, no décimo quarto capítulo, menciona que um comandante bom e nobre deve empregar a Justiça para satisfazer a Deus durante o exercício da liderança de uma companhia na guerra. Além disso, a fim de permanecer não apenas na graça e complacência do mundo, mas também na dos homens de seu séquito e daqueles outros sob seu comando, ele deve pagar-lhes seus estipêndios de forma justa e proba, sem negligenciá-los ou reduzi-los, para que assim {os guerreiros} não precisem viver da pilhagem, extorsão e rapina dos territórios dos amigos que estão sob obediência do príncipe.

Dessa forma, a hoste nunca deve permanecer desguarnecida, mas, ao invés disso, deve ser provisionada com todas as despesas necessárias e com mantimentos em quantidade suficiente. Deve-se providenciar {ainda} que os mercadores e negociantes de víveres possam ir e vir, e que sejam efetuados pagamentos razoáveis, e que nenhum

---

<sup>1142</sup> O sistema de *muster*, isto é, de agrupamento de homens para partirem em direção à guerra sob um capitão definido, exigia o cumprimento de uma série de etapas. Em linhas gerais, uma vez acordados os termos das *indentures*, algo equivalente a um contrato temporário onde eram listadas as obrigações de ambas as partes, parte do dinheiro era entregue pelo tesoureiro ao capitão para que, por sua vez, pudesse realizar o pagamento inicial a seus homens. Uma vez chegado o dia da *muster*, o tesoureiro dirigia-se até o local pré-acordado para conferir a conformidade da presença de todos. Era possível também que tais checagens ocorressem durante a campanha, e, ao seu final, o capitão apresentasse suas justificativas sobre possíveis acréscimos de despesas em função de particularidades da expedição. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 9.

homem, sem realizá-los, possa tomá-los à força, como declarado nas proclamações feitas pelo vitorioso príncipe Henrique V à sua hoste [*e também nos estatutos realizados por John, regente da França e duque de Bedford, no Parlamento em Caen, no segundo ano de reinado de Henrique VI, acerca da condução da guerra, os quais entreguei selados à vossa majestade, no dia anterior a vossa partida de Londres, e que permaneceram em posse de Sir John Fastolf por sua grande autoridade*].<sup>1143</sup>

E que nenhum dano ou agravo sejam cometidos contra os mercadores. É extremamente arriscado e perigoso para uma hoste quando a cobiça da pilhagem e da rapina reina com mais força entre os homens de armas do que sua intenção de observar e manter as prerrogativas daqueles ligados a seu príncipe. A reverência da cavalaria e dos saberes Cavaleirescos repousa sobre o fato de que, para obtê-la, é preciso diligenciar vossas ações; de tal modo, aqueles que se prestam à indisciplinada propensão da cobiça e da rapina deveriam ser chamados de saqueadores, ladrões e extorsionários, e não de homens de armas praticantes da Cavalaria.<sup>1144</sup> Por exemplo, a senhora Christine defendeu que os homens de armas da região da Gália, que hoje corresponde à França, obtiveram uma grande vitória sobre os romanos, reunindo-se em uma grande hoste ordenada para batalha próxima ao rio Reno na Borgonha,<sup>1145</sup> e ali obtiveram formidáveis despojos de guerra, como arneses para cavalos e baús cheios de ouro e de prata, porém, como não atribuíam valor e nem apreço a bens terrenos, lançaram-nos no rio.

Algo similar é dito sobre o regente John, duque de Bedford. No dia de sua vitória na batalha de Verneuil, ele exortou seus homens, enfatizando em suas palavras<sup>1146</sup> que não cedessem à cobiça e não se deixassem afetar<sup>1147</sup> ao avistarem joias e a riqueza de

<sup>1143</sup> As ordenações do Henry V foram copiadas ao longo do Quatrocentos e oferecem parâmetros de conduta para as campanhas inglesas até o final da primeira metade do século. É possível que aqui esteja se referindo ao conjunto de documentos que deveriam ter sido arrolados junto ao tratado e que foram editados por Stevenson no século XIX.

<sup>1144</sup> Essa afirmação se assemelha ao que assevera Christine de Pisan a respeito do auto escrutínio a ser realizado para o ingresso na ordem da Cavalaria. BYLES, A.T.P (Ed.). **The book of fayttes of armes and of chyualrye**. Translated and printed by William Caxton. London: Oxford University Press, 1937. p. 48-49.

<sup>1145</sup> O rio Reno serviu como fronteira para o império romano. É possível que Worcester tenha feito menção a partir de algum comentário a que tenha acedido sobre o período, como as Guerras Gálicas de Júlio César ou mesmo a batalha de Arausio de Tito Lívio. De qualquer forma, não há menção a esse evento na edição do “Árvore das Batalhas” empregada nesse estudo.

<sup>1146</sup> No original “*oration*”. Esse termo remete às palavras dirigidas pelo príncipe a seus homens antes da batalha a fim de exaltá-los e relembrar as razões, normalmente virtuosas, pelas quais combatem, bem como os perigos que os cercam em caso de derrota. Em certos relatos, é muito provável que tenham sido empregados como artifícios retóricos pelo narrador para evidenciar as qualidades do príncipe no governo da guerra. Embora não se remeta ao período em questão, um excelente estudo sobre o tema é: BLIESE, J.R.E. Rhetoric and morale: a study of battle orations from the central middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 15, p. 201-226, 1989.

<sup>1147</sup> No sentido de cair na tentação de pegar as joias e deixar a batalha em segundo plano.

correntes de ouro, itens ornamentados com pedras preciosas<sup>1148</sup> e anéis caídos diante de si ou abandonados no campo de batalha, uma vez que isso poderia ocasionar a derrota {da hoste} caso não se mantivessem firmes até que Deus lhes mostrasse seu poder e fortuna. Ao invés disso, deveriam tão somente levar a cabo aquilo que viria a dar-lhes reverência e que, de fato, vieram fazer<sup>1149</sup>.

Assim, por meio do julgamento divino, sagraram-se vitoriosos, com grande reverência e riquezas, obtidas através do resgate de prisioneiros e também por suas boas ações de armas naquele dia, pelas quais foram recompensados pelo dito regente, tanto em terras como em bens, recebidos em forma de rendas ou mesmo de propriedades<sup>1150</sup> no condado de Maine no valor anual de 1000 marcos, que equivaliam a 1091 *tournaiss*, como apontam os registros. Agiram, assim, em oposição ao modo dos romanos, pois, ao perceberem que {os gauleses} pouco se importavam com os bens e tão somente com a reverência, os supramencionados romanos ficaram atônitos e temeram seu poder, pois nunca haviam visto algo assim antes.

Quisera Jesus em Sua altíssima graça que todo príncipe, comandante ou capitão fosse de compleição tão nobre como essa que acaba de ser mencionada! Fui informado de modo confiável por aqueles que estiveram presentes em batalhas com o nobilíssimo e vitorioso príncipe de renome, o rei Henrique V, vosso primo e antecessor<sup>1151</sup>, de que ele também empregava tal instrução em suas hostes. Na batalha de Agincourt, por meio de exortação do dito nobre príncipe Henrique V, os homens foram instruídos a não conservarem nenhum tesouro, despojos, joias e baús com ouro e prata, fossem aqueles que eventualmente lhes pertenciam e viessem a perder {durante a batalha}, fossem

---

<sup>1148</sup> O termo original “*nouche*” pode remeter a uma série de jóias como broches, braceletes, brincos, etc, ornamentados com pedras preciosas. Verbete *nouche*. Seu uso no texto não oferece meios de desambiguação. Verbete *nouche*. MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED29927>. Acesso em: 24. nov. 2019.

<sup>1149</sup> Isto é, combater aos inimigos.

<sup>1150</sup> Assim como outros membros da *gentry*, John Fastolf foi um daqueles indivíduos a receberem tais adventos em decorrência de seu empenho e sucesso nas armas. ALLMAND, C. The Lancastrian Land Settlement in Normandy 1417-1450. *The economic history review*, v. 21, n. 3, p. 461-479, dez. 1968.

<sup>1151</sup> Ou seja, de Eduardo IV.

aquelas joias que tivessem obtido {dos adversários vencidos}<sup>1152</sup>, mas tão somente deveriam atentar aos seus direitos e ao ganho de reverência.<sup>1153</sup>

O também nobilíssimo e vitorioso príncipe, vosso primo John, duque de Bedford, seguiu os passos de Henrique V nos dias em que foi regente do reino da França. Na ocasião em que as carruagens contendo seus tesouros e baús foram roubadas pelos lombardos e por outros soldados, lutando sob o comando dos contendores adversários na batalha de Verneuil, em Perche, ele ordenou que a hoste, já apostada para a batalha, não saísse da formação e nem desistisse [*de sua formação*] em razão da conquista ou manutenção de bens terrenos, mas sim que somente se preocupassem em obter reverência pelos direitos da Inglaterra naquele dia, e assim se sagrou vitorioso, obtendo grande renome.

Ademais, é preciso suportar pacientemente a boa fortuna, que é concedida a vossos inimigos no presente, permitindo, pois, que as circunstâncias se tornem uma oportunidade para um novo aprendizado, para afiar a justa coragem, e para reformar e emendar vossa sagacidade, pois Ovídio, o laureado poeta, disse que ocasionalmente desventuras ensinam aqueles que foram conquistados a serem sábios. Dessa forma, aqueles que em outras circunstâncias foram derrotados nas ações e feitos de armas em decorrência da falta de providência ou mesmo pelo simples infortúnio, [*em uma ocasião posterior*] tais desventuras ensinaram-lhes a se tornarem conquistadores.

Ainda não se havia observado tamanho infortúnio e revés da sorte como os que recaem {sobre os ingleses} nos dias de hoje [*à exceção daquele observado à época do rei João. Em seu esplendor, o rei Eduardo III laborou na tomada da Normandia e de muitos castelos e cidades na Guiena em posse de Carlos V*].<sup>1154</sup>

---

<sup>1152</sup> O sentido da frase é que não se deveria pegar sequer as joias que alguém carregava e perdia durante a marcha ou a batalha, assim como a dos vencidos.

<sup>1153</sup> A princípio, relatos contemporâneos produzidos na Inglaterra não mencionam algo nesse sentido. De qualquer forma, vale a pena mencionar o relato de Pierre de Fenin, um nobre francês presente na batalha, ao alegar que “enquanto os ingleses lutavam contra nossos homens”, alguns outros se aproveitaram para pilhar sua bagagem, “onde encontraram muitas joias e coisas de grande valor”. Na *The first English life of Henry V*, composto na Inglaterra do Quinhentos, a cobiça de guerreiros franceses é corroborada. Ali, menciona-se que a bagagem da hoste inglesa “foi roubada e levada pelos ladrões franceses” e, dentre os objetos furtados, estavam “muitas joias de grande valor”. CURRY, A. **Agincourt: sources and interpretations**. Woodbridge: Boydell Press, 2000, p. 116-119; 203-219.

<sup>1154</sup> Aqui é feita uma comparação entre João, aquele que perdeu a Normandia em 1203 e assinou um tratado reconhecendo sua derrota, e, em oposição, a situação do fim do século XIV, quando os ingleses tomaram o controle após a assinatura de Brétigny. Essa noção é retomada no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 28

### **Como o ducado da Normandia foi perdido em função da incapacidade do rei João [da Inglaterra] em ordenar um exército adequadamente pago em tempo hábil**

Um infortúnio e ruína similares {àquelas ocorridas nos tempos do rei João} recaíram sobre nós em razão da negligência da providência e do auxílio em tempo hábil; pela concupiscência de apetites desenfreados do corpo, empregados de maneira imprópria; pela falta de pagamento e de provisões a fim de quitar os estipêndios dos grupos de bons homens para lutarem na Normandia e em outras regiões; e pela dissimulada alegação da trégua. Graças a tudo isso, ocorreu a privação completa de vosso ducado da Normandia, dos territórios de Anjou, Maine e Touraine, além de uma grande parte da Gasconha e da Guiena, da mesma forma como nos tempos do rei João, pelas mãos do rei Filipe da França, o enviado por Deus, no ano de Cristo de 1203, no início do mês de maio.

## CAPÍTULO 29

### **Como por diversas vezes as tréguas acordadas entre os reis Ricardo I, João I e Eduardo III em busca de uma paz duradoura com os monarcas da França foram posteriormente quebradas por iniciativas destes últimos**

Assim ocorreu sob as sombras e dissimuladas alegações de tréguas que, por diversas vezes, foram acordadas entre vossos nobres progenitores, como o rei Henrique II; e também por meio de vários tratados e numerosas tréguas realizadas entre os supramencionados reis João e Ricardo e o monarca francês Filipe, o enviado por Deus. Apesar das muitas e recorrentes tréguas e tratados entre os supramencionados reis da Inglaterra e da França, em todas as situações em que os franceses encontravam alguma oportunidade ou alguma alegação para quebrar a trégua e agir em seu próprio benefício, eles o faziam a fim de lançar uma nova guerra contra esta terra.

Deve-se mencionar que uma trégua foi pactuada em Paris no mês de outubro do ano de Cristo de 1259 entre os reis Henrique III e Luís da França, estando este último ciente de que, mesmo sem títulos que garantissem seu domínio legítimo, mantinha sob seu controle o ducado da Normandia e os condados de Anjou, Maine e Touraine, alijando-os dos reis da Inglaterra; ainda assim, ele pactuou uma trégua com o monarca Henrique

III.<sup>1155</sup> O mesmo rei Luís garantiu a concessão, para o mencionado rei Henrique e seus herdeiros, de todos os direitos e poderes de que poderia dispor no ducado da Gasconha, com três bispados, também chamados de dioceses, além das cidades naquela região, a saber, Limoges, Cahors e Périgord, bem como Agenois e Poitou em perpetuidade. Quando a paz foi alcançada entre ambos os monarcas, estabeleceu-se a condição de que Henrique III deveria abrir mão de todos os seus direitos, em favor do rei Luís, sobre a Normandia e as regiões de Anjou, Maine e Touraine, fazendo com que seu domínio tradicional a tais regiões fosse diminuído.

Mesmo se o rei Henrique III tivesse, por conta própria, realizado tal ação, ela não possuiria força e nem efeito, pois nunca fora permitida pela autoridade do parlamento e dos três estados de seu reino. Deve-se admitir, assim, que nem por meio de qualquer lei imperial e nem por bom juízo se pode esperar que um príncipe possa vir a ceder seus ducados, condados ou mesmo os senhorios herdados a um estranho, seja qual for seu estado, sem a anuência e o consentimento de um parlamento composto por senhores temporais e espirituais e com a convocação dos comuns, em número suficiente, conforme ditam os costumes.

Em suma, tal cessão de territórios realizada pelo rei Henrique III ao rei Luís foi e é inválida. {Em sentido contrário, isto é,} se quaisquer ações nesse sentido por parte do rei Luís ao rei Henrique referentes ao ducado da Gasconha tiverem sido colocadas em prática, as mesmas permanecem, na prática, com pouco efeito, tendo em vista que aquela região já pertencia à herança do dito rei Henrique, por meio de seu antecessor, o rei Henrique II, este casado com a senhora Eleonora, duquesa e herdeira da Guiena, como mencionado anteriormente. Assim, a cessão por parte do rei Luís do mencionado ducado da Guiena em favor do rei Henrique III foi uma confirmação da posse daquele último, bem como da renúncia perpétua daquele território por parte de quaisquer outros reis da França.

Vale ainda mencionar que houve uma trégua, sucedida por um período de paz, no ano de 1279 da era de Cristo, em Amiens, entre o rei Eduardo I e o rei Filipe da França, em que ao monarca inglês cabia o controle pacífico de todas as terras da Gasconha. Outra

---

<sup>1155</sup> Um aspecto interessante do tratado de Paris é que a despeito dos pontos mencionados por William Worcester, nenhum monarca inglês conseguiu revertê-los até o início da Guerra dos Cem Anos. Além disso, algumas das áreas entregues ao comando inglês tinham sofrido alterações dentre seus mandatários, os quais nem sempre eram simpáticos à sujeição aos reis Plantagenetas, tornando o equilíbrio de poder ainda mais tênue. Grosso modo, é possível creditar que tais disputas não resolvidas dessas quase oito décadas viriam a ser um fator primordial a reacender as chamas do conflito nos tempos de Eduardo III. CURRY, A. **The hundred years war**. New York: St. Martin's Press, 1993. p. 36-37.

trégua, com subsequente período de paz, foi realizada em Paris, no ano de 1286 da era de Cristo, entre os mesmos monarcas, também concernente ao ducado da Guiena.<sup>1156</sup> Entre eles também foi firmada uma outra, em Paris, no ano de 1303 da era de Cristo,<sup>1157</sup> no mês de maio, na qual foi estipulado que mercadores e toda a sorte de homens poderiam transitar entre os reinos da Inglaterra e da França sem qualquer impedimento, porém, tal acordo não perdurou por muito tempo.

Subsequentemente, no reinado de Eduardo II, uma trégua foi acordada concernente ao ducado da Guiena, aquela no ano de 1313 da era de Cristo, em uma cidade que em latim se denomina *Pissaicus*.<sup>1158</sup> Também no ano 1324 da era de Cristo, o rei Carlos da França e de Navarra confiscou algumas cidades e fortalezas na Guiena em função da não-realização do juramento de fidelidade por parte de Eduardo II pelo dito ducado, as quais, posteriormente, foram devolvidas por intermédio de Edmund, duque de Kent, seu representante.<sup>1159</sup> Outra paz foi realizada no ano de 1325 da era de Cristo, entre o rei Eduardo II e o rei Carlos de Valois da França, por meio do qual se realizou o casamento entre o mencionado rei Eduardo II e Isabel, filha do rei Carlos da França e única herdeira do reino da França. Naquele tempo, o rei Eduardo concedeu a seu irmão, Edmund, a representação régia do ducado da Guiena, o qual foi por ele nobremente governado.

De modo similar, no ano 1340 da era de Cristo, décimo terceiro do reinado de Eduardo III, aquele monarca sagrou-se vencedor na batalha de Sluys contra seu adversário, Filipe de Valois, e realizou o cerco de Tournai, na Picardia, no qual aquele

---

<sup>1156</sup> Em 1279, Eleonora de Castela, esposa de Eduardo I, herdou o condado de Ponthieu e um acordo foi realizado junto ao rei francês em 1279, conhecido como tratado de Amiens. Anos depois, Eduardo I prestou juramento por Agenois e, em comum ao momento anterior, estava a fórmula de juramento empregada, a qual reconhecia a supremacia do monarca francês sobre aquelas regiões: “Eu me torno seu homem (isso é, submeto-me a vosso serviço) pelas terras que recebo de vós neste lado do mar, em concordância com o modo de estabelecer a paz realizado entre nossos ancestrais”. Tradução nossa, a partir de: CURRY, A. **The hundred years war**. New York: St. Martin’s Press, 1993, p. 39.

<sup>1157</sup> Em maio de 1303, um novo tratado de Paris foi assinado, visando assegurar que todas os territórios tomados por Eduardo I na guerra travada entre ambos os monarcas entre 1294-1303 seriam mantidos, desde que o mesmo aceitasse a submissão por elas ao seu adversário. *Ibid*, p. 42.

<sup>1158</sup> Muito provavelmente William Worcester referiu-se à comitiva encabeçada pelo próprio monarca que rumou até Paris em 1313 a pedido do papa e de Filipe IV. Lá, participou de uma série de negociações a respeito das escaramuças ocorridas na Gasconha, tendo obtido o perdão do monarca francês para todas as acusações contra ele e seus súditos. PHILLIPS, J.R.S. **Aymer de Valence, earl of Pembroke, 1307-1324: baronial politics in the reign of Edward II**. Oxford: Claredon Press, 1972. p. 64.

<sup>1159</sup> Em 1324, territórios sob controle inglês foram confiscados devido a um ataque de súditos gascões aos franceses. A solução encontrada foi exigir o pagamento de indenização pelos estragos causados pelo conflito, além de Eduardo II nomear a seu filho, o futuro Eduardo III, como duque da região, e enviá-lo para prestar homenagem ao monarca francês. CURRY, A. **The hundred years war**. New York: St. Martin’s Press, 1993. p. 43.

monarca<sup>1160</sup> e os senhores franceses que o acompanhavam foram notavelmente derrotados e humilhados. Em função disso, aqueles últimos realizaram uma trégua a partir do mês de setembro até as festividades de São João no ano seguinte, algo que resultou em grande malefício à conquista do rei Eduardo.<sup>1161</sup> Enquanto isso, os bretões, em razão de uma trégua dissimulada, lançaram uma guerra mortal contra essa terra, e uma grande batalha foi travada contra eles pelas mãos do duque de Northampton, o representante do rei na região, resultando-lhes uma grande derrota e, desse modo, foram subjugados e mantidos como súditos. No ano de 1363 da era de Cristo, no décimo nono dia de janeiro, outra grande trégua com duração de um ano foi estabelecida com Filipe de Valois, que se declarava rei, e com seus aliados. Contudo, ela foi por ele quebrada três anos depois, ao exigir que os bretões fossem às armas contra os vossos progenitores.<sup>1162</sup>

Não foi a única ocasião onde o nobre rei Eduardo III viu-se em guerra contra o dito Filipe. A partir do mês de julho do ano 1347 da era de Cristo, o vigésimo de seu reino, sagrou-se vitorioso com a tomada da vigorosa cidade de Caen, [e] protagonizou a terrível batalha de Crécy, sendo que o castelo de Calais, por meio de um duro cerco, cedeu poucos dias depois e...<sup>1163</sup>

Não obstante, uma paz final<sup>1164</sup> foi formalmente acordada com total consentimento do rei João da França, o qual, mesmo prisioneiro, ainda se manteve como a autoridade máxima daquele reino. Aquela paz foi firmada por vários artigos solidamente amparados pela autoridade papal, confirmando que deveria ter sido efetivada em não mais do que seis ou sete anos. No entanto, uma guerra mortal perdurou por mais treze anos a partir daquela data, até que uma paz geral definitiva foi realizada pelo acordo entre os reis

---

<sup>1160</sup> No original é repetido o nome de Filipe de Valois.

<sup>1161</sup> É preciso apontar que, mesmo vitorioso em seus primeiros movimentos na busca do pleito pela Coroa francesa, Eduardo III enfrentou graves problemas entre 1340-1341. Devido à falta de pagamento, aliados no continente passaram a desertar, e o Sacro Imperador Luís, até então seu aliado, passou a negociar também com Filipe de Valois, fato que culminou na remoção daquele do título de vicário imperial. Teve de lidar com a suspeita do Parlamento de que a Inglaterra não se tornaria submissa à França em caso do sucesso da conquista, bem como precisava garantir o pagamento a banqueiros italianos que financiaram sua conquista, e ainda lidar com o pleito de Davi II, filho de Robert Bruce, pela Coroa escocesa, iniciando um conflito contra Eduardo Balliol, o qual era apoiado por Eduardo III. Ibid, p. 58 – 60.

<sup>1162</sup> Isso é, os antecessores de Eduardo IV, nomeadamente Eduardo III e seu filho Eduardo.

<sup>1163</sup> Esse trecho encontra-se não terminado.

<sup>1164</sup> Em setembro de 1347, uma trégua foi firmada entre ambos os lados contendores nas cercanias da recém tomada cidade de Calais. Em tese, ela deveria restringir o número de ingleses no território e extinguir as ações armadas até o ano seguinte. Entretanto, as entrelinhas não impediam que capitães agissem de forma independente, sem a anuência do monarca, para iniciarem expedições privadas contra os territórios franceses, acentuando o flagelo sobre os súditos Valois. Sobre o tratado e esse período em questão, cf. SUMPTION, J. **The hundred years war: trial by fire**. London: Faber and Faber, 1999. p. 1-50.

Eduardo III e João da França no mês de maio de 1360<sup>1165</sup>, em Brétigny, com o consentimento do papa e a mediação de cardeais, arcebispos, bispos, abades, duques, condes, barões e senhores; e pelo comum acordo entre as partes da Inglaterra e da França.

Tal acordo foi confirmado pelo papa e sacramentado por ambos os reis, tanto por suas respectivas partes, como também por seus enviados, de maneira tão digna e resoluta que todos os príncipes cristãos pensaram que perduraria de modo estável para sempre. Entretanto, tal paz duradoura mal perdurou por oito anos, pois foi quebrada de maneira fraudulenta por pretextos dissimulados e falsas disputas apresentadas pelos contendores franceses, como aquelas do conde de Armagnac e de outros senhores da Guiena.<sup>1166</sup>

Tempos depois, o rei Carlos V da França, filho do rei João, sob a alegação da dita trégua e da paz duradoura feita por seu pai, retardou todas as conquistas do rei Eduardo III, bem como a de seus filhos e a de seus representantes, assim com os apartou de todas as terras conquistadas por aquele monarca na França, Normandia, Borgonha, Flandres e muitos outros condados, baronatos e senhorios. {Também foi assim em relação a} uma grande parte do ducado da Guiena, cujos condados e senhorios, da mesma forma como na Gasconha, deveriam ser concedidos plenamente sem qualquer necessidade de homenagem ou de reconhecimento de preeminência de status,<sup>1167</sup> senão por decisão do nobre rei Eduardo e de todos os seus herdeiros, para nunca mais retornarem para os seus adversários da França, nem por meio de homenagens e nem de juramentos. Isso está expressamente ordenado e inscrito nos registros de todas as homenagens realizadas pela

---

<sup>1165</sup> O tratado de Bretigny é possivelmente um dos mais emblemáticos de todo o período de conflitos, pois formalizou a posse dos territórios na França ao monarca inglês, além de exigir uma vultosa soma para o resgate do rei francês, a qual nunca foi inteiramente paga. Uma versão de seus pontos foi copiada poucos anos após sua assinatura pelo cronista anônimo de Canterbury. **CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346-1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008. p. 67-105.

<sup>1166</sup> Em 1369, Eduardo III encontrava-se velho e adoecido, fato que fez o governo do reino ser levado a cabo por um de seus filhos, John Gaunt. A partir de ataques simultâneos à várias regiões, combinados com a inabilidade inglesa em angariar fundos para uma resposta armada, levou a uma série de enteveros desfavoráveis aos ingleses que perduraram pelas décadas seguintes. SUMPTION, J. **The hundred years war: divided houses**. London: Faber and Faber, 2009. p. 18-60.

<sup>1167</sup> Aqui empregado no sentido de o rei da Inglaterra não ter de prestar juramento formal ao rei na França como duque daquela região.

Guiena e Gasconha, produzidas pelo conde de Armagnac, o senhor da Bretanha<sup>1168</sup>, viscondes, barões, cavaleiros e escudeiros, e todos os outros nobres notáveis dos ditos ducados; homenagens essas realizadas ao rei Eduardo e ao príncipe Eduardo, duque da Guiena, representante do rei.

Tais homenagens foram prestadas na catedral de Saint Andrew, em Bordeaux, no décimo nono dia de julho, no ano de 1363 da era de Cristo, onde estiveram presentes *Sir* Thomas Beauchamp, conde de Warwick, um intrépido e bem afortunado cavaleiro daqueles dias, bem como *Sir* John Chandos de Herefordshire<sup>1169</sup>, visconde de Saint-Sauveur [*na Normandia*], que esteve presente em muitas batalhas. Ele comandou cerca de mil lanças e atuou como representante<sup>1170</sup> do rei Eduardo com uma vigorosa hoste de indivíduos bem armados na Guiena. Ademais, depois que o príncipe Eduardo recebeu todas as homenagens concernentes ao domínio de Bordeaux, Bourdelois e Bazadois<sup>1171</sup>, como o senescal da Gasconha, ele e os ditos representantes dirigiram-se a todas as outras regiões e receberam as homenagens e juramentos tanto em nome do rei Eduardo III, em função de seu título régio, como por seu título de duque da Guiena. Não houve diferenças entre as duas homenagens prestadas ao rei e ao duque da Guiena, exceto pelo fato de que aquele a prestar homenagem, durante o pronunciamento de seu voto ao duque, reservava-se a mencionar tal excelência e a {expectativa de} proteção de seu senhor soberano, o rei Eduardo.

---

<sup>1168</sup> É possível que se refira ao senhor da Bretanha. O verbete “*bretein*” no *Middle English Dictionary Online* aponta que essa pode ser uma forma variante de *Britain*, isso é, Bretanha. Esse termo pode ser encontrado grafado de forma similar em documentos contemporâneos. Um cronista anônimo de Londres menciona que Henrique VII ordenou a proclamação da prisão de um indivíduo que se auto declarava monarca “*through out all England, France, Scotland, Bretten and Sayland*”. Em uma carta escrita em 1462, um certo John Ruse menciona ter ouvido sobre uma frota de navios avistada na costa oeste do reino, composta por “*lx. seile of Spanyards, Brettenys, and Frenshemen*”. Outra possibilidade é que se refira à localidade de Breteville, cujo visconde acompanhou o séquito do arcebispo de Reims nas negociações com Henrique V ao final de sua primeira campanha na segunda metade do século XV. GAIRDNER, J (Ed). **The Paston letters, A.D. 1422-1509**. Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904, v.4, p. 57.; **GESTA HENRICI QUINTI**. The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 157-159. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England**. Oxford: Clarendon Press, 1911. p. 32.

<sup>1169</sup> John Chandos foi um dos capitães mais destacados em seu tempo, e, além de ser um homem de confiança do príncipe Eduardo, seu heraldista produziu um panegírico àquele último, onde não deixa de realizar um vívido registro das guerras no período. **THE LIFE** of the Black Prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910. p. LIV-LX.

<sup>1170</sup> Do original “*comissarie*”: representante de uma autoridade superior a quem certas funções são delegadas com poder de agir. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: [https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search\\_field=hmf&q=comissarie](https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary?utf8=%E2%9C%93&search_field=hmf&q=comissarie). Acesso em: 23 out. 2019.

<sup>1171</sup> Todas as três regiões próximas geograficamente e integrantes do ducado da Gasconha. MALTE-BRUN, M. **A system of universal geography**: or a description of all the parts of the world, on a new plan, according to the great natural divisions of the globe. Boston: Samuel Walker, 1834, v.3. p. 1021.

[*Logo o príncipe Eduardo*] recebeu as homenagens de todos os vassallos e súditos nas senescalias de Agen, Landes, Périgord, Courson, Rouergue, Limousin, Saintonge e nos condados de Bigorre, Aiguillon, Poitou e Poitiers. Dessa forma, pode-se considerar que os condados e regiões referidos compreendiam um amplo território e muitos milhares de pessoas estavam e ainda haverão de estar sob vossa obediência.<sup>1172</sup> {Ainda a respeito daqueles tempos}, o príncipe Eduardo e os representantes régios empreenderam suas jornadas por oito meses até o quarto dia de abril do ano 1364 da era de Cristo, para que pudessem receber todas as homenagens devidas. Entretanto, atualmente, no ano de 1451 da era de Cristo<sup>1173</sup>, após toda a Normandia ter sido perdida, e da mesma maneira a Gasconha e a Guiena<sup>1174</sup> terem sido entregues em razão da falta de assistência [*de um exército*] em tempo hábil, muitos de seus verdadeiros súditos foram conquistados pelos adversários da França.

Desse modo, milhares de pessoas nobres, assim como muitas outras, foram coagidas pelo uso da força, contra seus propósitos e o desejo presente em seus corações, a prestarem homenagem ao vosso adversário, em decorrência da completa privação do ducado da Guiena, bem como da Normandia. Com a ajuda do todo-poderoso Deus e de São Jorge, defensor e protetor primaz de vossas terras, e com o conforto oferecido por vossos verdadeiros súditos, ambos não permanecerão por muito tempo sob o domínio e nem sob a governança dos adversários.

Quanto aos últimos tempos, uma paz duradoura foi firmada solenemente com o rei Carlos VI em Troyes, Champagne, no vigésimo primeiro dia de maio do ano 1420 da era de Cristo.<sup>1175</sup> Tendo sido registrada na corte do parlamento, ela confirmou que todas as divisões e disputas entre os reinos da Inglaterra e França deveriam cessar terminantemente. Entretanto, aquela paz duradoura não perdeu por dois anos completos, tendo sido interrompida pouco após a morte do vitorioso príncipe Henrique V, o qual se casou com a rainha Catarina. Por fim, a última das grandes tréguas levadas a cabo foi aquela de Tours entre Henrique VI, o príncipe inocente, e Carlos VII, seu

---

<sup>1172</sup> De Eduardo IV.

<sup>1173</sup> Outro indício das várias temporalidades a entrecortarem a escrita do texto. Possivelmente não foi revisado para Eduardo IV.

<sup>1174</sup> A Guiena veio a ser efetivamente perdida após 1453. Esse é um possível indício das revisões que sofreu o texto por antecipar em dois anos tal evento.

<sup>1175</sup> O tratado de Troyes foi firmado em 1420, e, em linhas gerais, estabelecia que Henrique V herdaria a Coroa da França após a morte de Carlos VI, deserdando desse modo o delfim. Uma cópia dos pontos daquele tratado é apresentada por um cronista londrino Quatrocentista em: GAIRDNER, J (Ed). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century**. London: Camden Society, 1876. p. 128-138.

adversário da França, no vigésimo quarto ano de seu reino, formalmente jurada e sacramentada, e posteriormente quebrada pelos contendores franceses.

Nenhuma dessas tréguas foi observada ou mantida, a despeito de quaisquer sacramentos, juramentos [ou] promessas realizadas por vosso adversário e por seus duques, condes e barões, mas, pelo contrário, sempre foram quebradas quando quer que pudessem obter alguma vantagem contra nós, como abertamente demonstrado. Assim, elas servem como um espelho para que todos os príncipes cristãos suspeitem de qualquer trégua levada a cabo por vosso dito adversário, bem como por seus aliados e súditos, sejam eles o duque da Bretanha, o duque de Orleans ou qualquer outro de seus cúmplices<sup>1176</sup>, pois houve algum momento em que vossos nobres progenitores tiveram confiscada a posse do dito ducado da Normandia?

Desde os dias do duque Rolo da nação da Dinamarca, no ano 912 da era de Cristo, ela foi adquirida por meio de uma conquista {militar} sobre Carlos, o Simples, o qual ofereceu sua filha em casamento ao dito duque, tendo o domínio sido continuado sucessivamente pelos seus herdeiros por 251 anos, período durante o qual nunca esteve nas mãos de um monarca da França, até ter sido perdida nos tempos do rei João da Inglaterra.<sup>1177</sup> Em razão dos infortúnios ultimamente enfrentados [*sob as alegações de trégua e a fim de diminuir Artur da Bretanha*<sup>1178</sup>], ela foi perdida e cedida ao rei Filipe, o enviado por Deus, no ano 1203 da era de Cristo, entre o primeiro e o segundo ano do reinado do rei João. A partir do primeiro ano de seu reinado, a posse do dito ducado da Normandia foi descontinuada por 136 anos, isto é, até o ano 1339 da era de Cristo, quando seu direito e sua posse foram restaurados pelo vosso nobre progenitor, o rei Eduardo III, o qual, por muitos anos lançou cercos e confrontou, por meio de batalhas, Filipe de Valois e João da França, usurpadores daquele reino.

---

<sup>1176</sup> O rancor inglês aqui se deve ao fato de os duques da Bretanha e Orleans terem se aliado ao monarca francês após décadas de apoio formal à Coroa inglesa, frustrando não apenas os planos para o prosseguimento do conflito, mas efetivamente pondo em risco a estabilidade das regiões conquistadas. No tratado de Amiens de 1423, John Bedford chegou a firmar uma aliança pessoal com aquele primeiro duque e também com o da Borgonha, porém suas expectativas foram frustradas poucos anos depois com o reinício das animosidades entre todas as partes. LOBANOV, A. *The treaty of Amiens (1423): towards a reconsideration*. **Proslogion**, St. Petersburg, v. 2, n. 14, p. 242-261, 2016.

<sup>1177</sup> A extensão de tempo correta são 292 anos, pois o ducado foi perdido por João I em 1204.

<sup>1178</sup> Arthur de Richemont (1393-1458) foi duque da Bretanha e condestável da França, sendo responsável pela articulação do tratado de Arras em 1435, o qual levaria ao tratado de Tours em 1444. Além de ter participado em campanhas vitoriosas como as de Formigny e aos cercos de Caen e Cherbourg em 1450, sua marca mais significativa, entretanto, foi ser o encarregado do rei em organizar as *companies d'ordonnance*, uma espécie de embrião de forças armadas permanentes que viriam a aumentar a superioridade francesa nas décadas finais do conflito. Por todas essas razões, certamente era um alvo do rancor inglês. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 33-34; 91-92.

## CAPÍTULO 30

### Como o rei Eduardo III se aliou àqueles de elevado estado e começou a contender na França

O rei Eduardo aliou-se com poderosos príncipes para que o socorressem e o assistissem nas guerras. Primeiro, aliou-se com Luís, imperador germânico, a quem recompensou com cinquenta mil sacos de lã para que provisionasse e fornecesse guerreiros sob seu pagamento para que fossem em auxílio da sua conquista.<sup>1179</sup> Posteriormente, ele se aliou com o conde de Hainault e com o conde de Flandres, e também com o duque da Bretanha – alianças essas que forneceram grande socorro e auxílio em sua conquista da França e da Normandia, pois ele obteve por meio da primeira incursão feita pelo mar 2500 cidades e castelos e, dali em diante, ele reinou e continuou exercendo atividades de armas por 34 anos, subjugando o rei francês e os seus respectivos aliados em detrimento do direito de suas heranças, como podem perceber mais claramente aqueles que se deleitam com a leitura do livro de seus atos do [*mestre*] {Jean} Froissart.

Seus dias continuaram a proceder dessa maneira até o tempo da dissimulação realizada sobre a grande paz firmada em Brétigny no ano 1360 da era de Cristo entre ele e o seu prisioneiro, o rei João da França. Após a morte deste último, seu filho, Carlos, o Sábio, causou grandes obstáculos às conquistas do rei Eduardo III na França, Normandia e em parte da Guiena. Desde então, esforços mais efetivos e feitos de armas foram realizados pelo vitorioso príncipe Henrique V, o qual acompanhou pessoalmente muitos cercos, tomando castelos de assalto, além de ter participado de batalhas e expedições a partir do segundo ano de seu reinado, [*priorizando-as*] até o dia de sua morte no intervalo de sete anos. Parte desses esforços foram brevemente especificados anteriormente.

Além do mais, seus verdadeiros e obedientes súditos foram expulsos das terras e propriedades<sup>1180</sup> a eles conferidas por vossos predecessores, assim como também o foi o grande e poderoso príncipe Richard, duque de York, vosso pai<sup>1181</sup>, o qual realizou duas

---

<sup>1179</sup> Sobre esse evento, cf.: BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 75-76.

<sup>1180</sup> Após a expulsão dos ingleses da França, muitos se queixaram das terras perdidas que eram fontes de rendimentos. Conforme aponta por meios quantitativos, boa parte dos guerreiros ingleses na França, especialmente nas décadas finais do conflito, eram originários das camadas inferiores da *gentry*, ou mesmo sem quaisquer ligações com a nobiliarquia, uma vez que sua perspectiva era a de ascender por meio das armas e adquirir bens, terras e títulos. BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 207.

<sup>1181</sup> A menção a Ricardo, duque de York, como pai do monarca evidencia que essa passagem é voltada a Eduardo IV.

expedições como representante e governante da França, cujo serviço prestado a eles em sua conquista não foi recompensado por sua perda.<sup>1182</sup> Ó, meu Deus, bradavam eles! Quem na época poderia fielmente acreditar que os contendores franceses ou que seus aliados iriam mantê-las, levando-se em consideração, pois, as diversas vezes em que fomos ludibriados e prejudicados por meio de tais tréguas dissimuladas como as anteriormente ditas?

Mesmo que todos esses inconvenientes tenham recaído sobre nós por meio das conspirações e logros sobre as sombras de tais tréguas dissimuladas, é preciso que fique bem claro que, embora eles nunca antes tivessem se apresentado de modo tão orgulhoso, audaz e potente, e nem mesmo tão artiloso e astuto em tais fraudes e conspirações, por Deus, eles serão sobrepujados e trazidos ao correto lugar ao qual pertencem. {Isso ocorrerá} quando a proba diligência {na retomada das armas} for demonstrada por nós ao executarmos a busca por tais direitos, uma vez que o título e pleito à herança ao trono da França são legítimos, como é verificável brevemente através dos exemplos enunciados anteriormente.

### CAPÍTULO 31

**Por quais razões Deus permite que ocasionalmente aqueles com direitos e títulos legítimos sejam sobrepujados? Mesmo que isso ocorra, nenhum homem deve sentir-se desencorajado a buscar seus direitos**

Por vezes, Deus permite que aqueles com direitos e títulos legítimos e que vivem de acordo com as Suas leis sejam penosamente perseguidos e expostos a grandes perigos, labores e aflições; bem como, ocasionalmente, que sejam sobrepujados, aprisionados ou mortos em batalha, de acordo com a divina providência, quando Ele assim determina, mesmo que tais pessoas jamais tenham deixado de serem boas, e suas alterações, títulos e direitos legítimos se apresentem mais probos do que nunca. Contudo, {ainda} não havia sido experimentado tamanho infortúnio como aquele que recaiu no ano 1450 da era de Cristo, quando um notável exército foi sobrepujado em Formigny, onde o cavaleiro *Sir Thomas Kyriell*, representante régio naquela expedição, [*foi aprisionado junto a cerca de*

---

<sup>1182</sup> Em meados de 1440, o duque de York ofereceu uma série de recomendações ao monarca a respeito de como a guerra deveria ser conduzida enquanto ele fosse o representante régio na França. Dentre suas asserções, estavam a de que, em caso de fracasso nas expedições, não devolveria o dinheiro pago pelo rei e pelos súditos, além de não ser culpabilizado pelo insucesso em caso de pagamento e envio de víveres de forma não diligente. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v.2, pt.2, p. 585-591.

*outros 900 homens*] em razão de muitos capitães de menor importância não terem seguido as ordens estipuladas durante aquele combate repentino, e também por demoraram mais do que o necessário em seus deslocamentos, tanto após ele ter desembarcado, como enquanto ele se dirigia para alguma fortaleza.<sup>1183</sup>

Um outro grande exército em deslocamento foi obstado pela negligência na pronta realização de seu pagamento no ano de 1450 da era de Cristo. Eles estavam prontos para se dirigirem à Guiana, porém, permaneceram estacionados na costa da Inglaterra por quase um quarto do ano, esperando que seu pagamento fosse realizado.<sup>1184</sup> Nesse meio tempo, a cidade de Bordeaux foi perdida por falta de socorro. Entretanto, que Deus nos proteja de que, por tais adversidades, sejamos profundamente desencorajados.

Busquemos exemplos a respeito do que foi relatado. Está escrito no livro dos Macabeus, no oitavo capítulo, como o venerável Judas Macabeu, ao ver o povo de Deus enormemente enfraquecido e desorientado em função de seus muitos fracassos, disse a seus cavaleiros: “Ouçam, é melhor prosseguirmos e morrermos em batalha do que continuarmos por um extenso período a permitir a continuidade das grandes paixões e aflições que causam o nosso infortúnio”.<sup>1185</sup> E desde aquele tempo em diante, pela vontade de Deus, e também pela boa coragem e confiança que lhes foi inspirada, eles se tornaram conquistadores e sagraram-se vitoriosos em todas as suas batalhas.

Outro exemplo é aquele de São Luís da França, o qual, na tentativa de expandir a fé cristã, dirigiu-se com grandes exércitos à Terra Santa [*por volta*] do ano 1270 da era de Cristo, e sofreu grandes adversidades entre os sarracenos. Ele e seus cavaleiros foram subjugados e aprisionados pelo sultão da Babilônia, que exigiu o pagamento de um grande

---

<sup>1183</sup> Em resposta ao ataque inglês a Fougères em 1449, Carlos VII iniciou uma série de cercos à localidades da Normandia na expectativa de retomar o seu controle perdido décadas antes sob o governo de Henrique V. Em uma tentativa de parar o seu avanço, o monarca inglês despachou um pequeno exército sob o comando de Thomas Kyriell, os quais foram ao encontro do inimigo na vila de Formigny, alcançando-os em 15 de abril de 1450. Incapaz de fazer frente ao poderio do adversário, os guerreiros ingleses remanescentes na Normandia foram derrotados e muitos deles mortos, fato que veio selar a retomada do ducado. É válido destacar que essa justificativa levantada por William Worcester se aproxima daquela outra, inclusive textualmente, elencada por John Fastolf. Cf. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt.2, p. 595. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 127 – 128.

<sup>1184</sup> Um cronista contemporâneo chegou a afirmar que “um grande poderio de soldados foi enviado a Calais para guarda-la e, em seguida, partirem para a Guiana”. No entanto, muito embora não mencione esse período de retardo na costa inglesa, ele destaca que foram reunidos “a grandes custas dos comuns de Londres, a ponto que cada pessoa de boa reputação foi taxada e cedeu parte de seus bens [...], taxaçaõ aquela levada a cabo por meios estranhos e ardilosos”, o que indica o problema recorrente do pagamento das hostes apontado por William Worcester. FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England**. Oxford: Clarendon Press, 1911. p. 126.

<sup>1185</sup> Essa passagem está no Livro 2 de Macabeus, capítulo 8, versículo 16. **DOUAY-RHEIMS BIBLE**. Disponível em: <http://www.drbo.org/chapter/46008.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

resgate; além disso, seus homens morreram em grande número em razão de doenças, fome e sede, até que Deus o socorreu, e ele retornou à França sob grande reverência.<sup>1186</sup>

## CAPÍTULO 32

### Outra admoestação feita pelo historiador

Ó, grande e poderoso príncipe, rei da Inglaterra e da França, e também vós, nobres príncipes e audazes senhores de variadas condições, velhos e jovens, de uma linhagem tão antiga e valorosa que descende do nobre sangue de Tróia, conforme consta nos registros de muitos cronistas e em histórias de nobres sábios, assentadas e estabelecidas por sua autoridade. Somente vós mantivestes sem máculas e deformidades perante a lei dentre os mais poderosos em todas as regiões, dentro e fora da Cristandade, garantindo sob vossa regência e governo uma quantidade expressiva de nobres homens da Cavalaria, os quais fizeram com que seu reino se sobressaísse a todas as outras terras tanto em dimensão como em suas proporções.<sup>1187</sup>

Permitam que tais antepassados sirvam como espelhos, em função de suas qualidades, e que permaneçam perante vossos olhos em lembrança contínua, a fim de que o exercício de seus nobres atos de conquista os levem ao êxito o mais vigorosamente possível, da mesma forma que eles alcançaram por meio da proeza e da valentia com as armas, como é bem demonstrado aqui, que, por meio de feitos vitoriosos, foi-lhes constituída a reverência. Contrariamente a outras nações, eles sempre favoreceram e demonstraram o renome e a excelência da coragem de vossos respectivos antecessores, tanto em regiões desconhecidas – dentre os sarracenos na Síria e na Turquia, como

---

<sup>1186</sup> Nessa passagem William Worcester mescla dois momentos das empreitadas cruzadísticas do rei Luís. Na primeira, em meados da década de 1250, ele foi aprisionado junto a outros guerreiros cristãos e foi libertado apenas o pagamento de um vultoso resgate, além da promessa de uma trégua de dez com os infieis. De lá, ele partiu para a Palestina e retornou à França em 1254. Em julho de 1270, ele partiu uma segunda vez para o norte da África, e, ao chegar em Tunis, adoeceu e veio a falecer. BIRD, J.; PETERS, E.; POWELL, J.M. (Eds.). **Crusade and Christendom**: annotated documents in translation from Innocent III to the fall of Acre, 1187-1291. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013. p. 348-349.

<sup>1187</sup> Possivelmente William Worcester refere-se a área total que o reino inglês chegou a ter com a anexação efetiva de vastas porções de terras na França, ou ainda, que proporcionalmente ao tamanho do reino inglês, houve uma quantidade expressiva de bons guerreiros sob o governo do monarca.

também nas regiões próximas: na França, Espanha, Lombardia, Prússia e em outras.<sup>1188</sup> Dessa maneira, vós deveis enaltecer e exaltar sempre a Deus, pois, desde a morte do príncipe Eduardo e do bom Henry, duque de Lancaster<sup>1189</sup>, [*tem havido poucos como eles no exercício das armas*].

### CAPÍTULO 33

#### **Aqui é feita uma breve menção ao valor de Henrique V e seus irmãos Thomas, John e Humphrey, quatro nobres príncipes**

Nos últimos tempos, onde estavam aqueles que descendiam de sangue nobre e eram tão corajosos em feitos de armas como foi o poderoso príncipe de renome de vossa linhagem, Henrique V, bem como os três poderosos e nobres príncipes, seus irmãos, dos quais dois são primos de vossa linhagem? Em seus dias, eram como os pilares e as colunas de sustentação daqueles que resistiam na [*última conquista e na*] posse de vossa justa herança, tanto no reino da França como na manutenção da justiça, tranquilidade e da paz de seu reino da Inglaterra, assim como nos ducados da Normandia, Gasconha, Guiena e no condado de Maine.

Aponto e relembro brevemente como Thomas, duque de Clarence, em sua juventude, no ano de Cristo de 1403, representante de toda a Irlanda, e posteriormente representante e governador de vossos ducados da Gasconha e Guiena, defendeu vossos verdadeiros súditos dos adversários, mantendo-os sob vossas leis e protegendo vossos direitos. Posteriormente, em companhia do vitorioso príncipe Henrique V, laborou por meio das armas na nobre conquista da França e no ducado da Normandia, tornando-se representante de suas regiões fronteiriças. Em meio a seus adversários em Baugé, no ducado de Anjou, travou uma inesperada batalha de maneira valorosa, contando em sua companhia com apenas alguns senhores e nobres. Deixando sua hoste para trás, lançaram-se, sem esperá-la, contra um grande número de inimigos franceses e escoceses, sendo

---

<sup>1188</sup> A prática de errar beneficiava aos cavaleiros engajados nesse tipo de conduta do renome adquirido em paragens diversas, fosse combatendo em torneios ou nas guerras de outros príncipes. Isso porque expunham-se a perigos físicos e a riscos de perdas financeiras, como quando eram aprisionados, tinham sua armadura, armamentos e cavalos confiscados pelos inimigos e assim por diante. Em contrapartida, isso permitia-lhes criar e estreitar laços com outros homens de armas, favorecendo a possibilidade de estreitamento de futuras alianças, como na guerra e na realização de casamentos. KEEN, M. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 1984. p. 224.

<sup>1189</sup> Vale ressaltar que Henrique V é chamado de duque de Lancaster, provavelmente por razão dessa passagem ter sido escrita quando John Fastolf debandou em favor dos York durante a Guerra das Duas Rosas. Contudo, ele ainda será chamado de rei em momentos mais adiante.

morto por eles no ano de 1421 da era de Cristo. Contudo, Deus, por seu poder, permitiu que os capitães dos escoceses fossem subjugados posteriormente nas batalhas de Cravant, Verneuil e Rouvray.<sup>1190</sup>

Similarmente, seu segundo primo, John, duque de Bedford, que em sua juventude foi representante das marcas, realizou grandes expedições militares e batalhas contra os escoceses, mantendo-os em sujeição. Posteriormente, ele foi feito almirante e mantenedor do mar, onde esteve presente em uma grande e mortal batalha, na qual derrotou carracas, galeões e outros grandes navios. Por certo tempo, também foi representante e protetor dessa terra<sup>1191</sup>; e zelou pela conquista da França e da Normandia nos dias do devoto príncipe Henrique VI, tendo sido nomeado regente e governador sobre todos os súditos da França e da Normandia por 13 anos, conquistado o condado de Maine, além de ter defendido, mantido e governado tais regiões em grande tranquilidade e paz, para a grande reverência de ambos os reinos. Lá, encontrou seu fim sereno em Rouen, no ano de 1435 da era de Cristo, no décimo quarto dia de setembro, onde ainda jaz.

Por fim, é preciso mencionar o terceiro irmão, Humphrey, duque de Gloucester, cujo notável poder foi colocado à disposição da conquista da Normandia junto a seu outro irmão.<sup>1192</sup> Na batalha de Agincourt, ele foi ferido gravemente e, posteriormente, foi capaz de vencer e [*com o auxílio do nobre conde da marca e do conde de Suffolk*] submeter, em detrimento de seus adversários na Normandia, o castelo de Cherbourg, as cidades de Bayeux, Constances, com todos os arredores de Contentin e Avranches, Saint Louis, Carentan e Valognes, bem como todas as fortalezas e vilarejos naquela região fronteiriça, por meio da força e de cercos. Desde então, ele atuou como o protetor e defensor do reino da Inglaterra no período em que o monarca Henrique VI era jovem, mantendo grande justiça, tranquilidade e paz dentro de vosso dito reino.<sup>1193</sup>

Na ocasião em que vossa nobre cidade e o castelo em Calais foram cercados no ano de 1436 da era de Cristo, sem grande demora, ele vigorosamente foi ao seu

---

<sup>1190</sup> Em todas elas, John Fastolf esteve presente e sagrou-se vitorioso.

<sup>1191</sup> Em seu leito de morte, Henrique V teria solicitado a Bedford que assumisse a regência do reino até a maturidade do futuro Henrique VI. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 177.

<sup>1192</sup> O duque do Bedford.

<sup>1193</sup> Pouco antes de sua morte, Henrique V nomeou o duque de Gloucester como tutor e protetor de seu filho e futuro rei, então com menos de um ano de idade. Dessa forma, ele pretendeu agir como regente, porém teve seus poderes limitados pelo conselho régio integrado por seu irmão, o duque de Bedford, o qual lhe impôs a chefia daquele conselho, o qual exerceria o governo do reino de modo compartilhado entre seus membros. SAYGIN, S. **Humphrey, duke of Gloucester (1390-1447) and the Italian humanists**. Leiden, Boston: Brill, 2002. p. 18-29.

resgate.<sup>1194</sup> Muitas outras soberanas e principescas disposições de caráter foram demonstradas por ele no seu reino da Inglaterra, como quando [*se diz, doou livros de todas as sete ciências no valor de 1000 marks para a universidade de Oxford, tanto aquelas da divindade como as das leis espirituais e civis*<sup>1195</sup>, e] estimou o nobre clero de vosso reino. Ele também teve grandes custos e gastos para demonstrar gentileza e favores a todos aqueles advindos de fora do reino, fossem membros de embaixadas, mensageiros e da nobreza, que buscavam a reverência das armas, os quais, provindos de várias regiões, visitaram essa terra, tendo recebido generosos presentes, com grandes recompensas entregues a eles, para o renome de seu nobre estado, cujo nome se difundiu entre todos os reinos cristãos e pagãos. Após muitos invernos vividos de modo valoroso, ele encontrou seu fim na cidade de Bury {St. Edmunds}, no ano de 1447 da era de Cristo, no vigésimo quinto dia de fevereiro.<sup>1196</sup>

Logo, foram sobre esses vigorosos feitos que se mantiveram os quatro nobres príncipes em seus dias, e subsequentemente muitos de seu nobre sangue, como primos e outros aliados de proximidade consanguínea, com títulos de duques, condes, barões, os quais faleceram na época da última conquista da França e da Normandia.

## CAPÍTULO 34

### Por qual razão foram ordenados os cavaleiros da ordem e irmandade de São Jorge

Deve-se mencionar os valentes cavaleiros escolhidos para comporem a nobre e valorosa Ordem da Jarreteira<sup>1197</sup>, fundada pelo justo e nobre príncipe e rei Eduardo III no castelo de Windsor no vigésimo terceiro ano de seu reino e cujos membros devem ostentar

<sup>1194</sup> As relações entre o duque de Gloucester e o da Borgonha chegaram a um nível insustentável quando aquele último abandonou a aliança com os ingleses após o tratado de Arras em 1435. Nesse contexto, ainda se somam a morte do duque de Bedford em 1435 e o descrédito do cardeal Beaufort junto aos pares do reino, ambos os quais advogavam por uma paz final com os franceses em oposição a Gloucester, favorável a retomada dos conflitos. Alçado a principal liderança militar do reino nesse período, tais fatores foram agravados por disputas pelo controle de territórios na Normandia, o que o levou a liderar uma expedição a Flandres e a organizar a defesa bem sucedida de Calais em resposta à contra-ofensiva de seu adversário borgonhês. *Ibid.*, p. 69-72.

<sup>1195</sup> A seu interesse letrado no amparo da produção e cópia de escritos, muitos de cunho moralizante e voltados aos saberes da cavalaria, foram mencionados na primeira parte da investigação. Duas inquirições a respeito do tema, e mais especificamente sobre o papel e a importância de sua doação de obras para a biblioteca de Oxford, foram realizadas em: PETRINA, A. **Cultural politics in fifteenth-century England: the case of Humphrey, Duke of Gloucester**. Leiden; Boston: Brill, 2004. p. 224-258; SAYGIN, op. cit., p. 81-97.

<sup>1196</sup> Sua morte ocorreu em 23 de fevereiro de 1447. WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006. p. 157.

<sup>1197</sup> Sobre o papel dessa ordem entre os séculos XIV e XV, cf. COLLINS, H.E.L. **The order of the garter, 1348-1461: chivalry and politics in late medieval England**. Oxford: Clarendon Press, 2000.

na perna essa insígnia. [*Segundo dizem*], {ela representa} o valor daquele que, ao estar na batalha, não deve fugir, independentemente da fortuna que lhe recair, devendo assim suportar o que Deus lhe enviar.<sup>1198</sup> Tal ordem foi fundada por aqueles realizadores de proezas, atos de bravura e provados em armas por seus grandes labores na guerra e com valentes feitos de armas, os quais juntaram-se a Deus e devem ser lembrados.

Fosse nos perigos da batalha ou dos cercos dos quais participaram em função do justo título da coroa da França, eles sempre levaram adiante tal empreitada seguindo o mais sublime exemplo de boa coragem junto a seus companheiros, sempre objetivando obter a predominância {nos feitos de armas}. Ó, meu Deus! Nunca houve testemunho de que qualquer um deles tenha batido em retirada ou fugido de batalhas ou dos feitos de valor<sup>1199</sup>, mas, ao invés disso, avançavam {sobre o inimigo} antes de qualquer outro {guerreiro}, como o fez o nobre cavaleiro, um membro da Jarreteira, *Sir John Chandos*, como um leão lutando no campo [*na batalha de Nájera, na Espanha, com o príncipe Eduardo*<sup>1200</sup>]. De natureza similar à de um leão, defendeu o reino da França de vossos adversários, preservando vossos direitos de príncipe e os de seus súditos, auxiliando na conquista da França, Normandia, Anjou, Maine e do nobre ducado da Gasconha e da Guiena, mantendo a honra e estado dos mesmos, para o bem de ambos os seus reinos e socorro dos verdadeiros súditos desta terra.

Além disso, eles assumiram a compleição de leões, lutando com grande força, vigor e de maneira inflexível para se contraporem a seus inimigos, muito embora boa parte dos contendores adversários tenham evitado, fugido ou abandonado o campo e seus companheiros, em situações em que deveriam ter resistido. Por exemplo, a nobilíssima expedição realizada no ano de 1431 da era de Cristo, em Senlis<sup>1201</sup>, onde, de um lado, o vosso representante e autoridade estiveram presentes e, do outro, Carlos VII, vosso grande

---

<sup>1198</sup> Propositalmente ou não, William Worcester realiza uma rima no original: “*what fortune fille shuld not void the feeld, but abide the fortune that God lust sende*”.

<sup>1199</sup> Embora a tentativa de enaltecer a ordem possa ser parte do jogo de intenções de William Worcester para exaltar a retomada do conflito e a convencer os homens de armas a buscarem pautar suas ações por meio dos saberes cavaleirescos, igualmente é possível pensar que o letrado tentou minorar os opróbios que recaíram sobre o nome de John Fastolf, o que foi formalmente acusado de fugir da batalha de Verneuill por outro membro da Jarreteira, John Talbot. No artigo de Collins, há um cotejo de relatos contemporâneos em que, muito embora alguns deles denigram a imagem do cavaleiro, outros, como Jean de Wavrin, o qual esteve presente naquele evento ao lado dos ingleses, defendem que sua retirada foi fundamental para salvar a vida e a integridade de seus companheiros de armas, uma vez que a batalha já estaria perdida para os ingleses. COLLINS, H.E.L. *Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century*. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 122-124.

<sup>1200</sup> No original “*Fizar*”.

<sup>1201</sup> NEILLANDS, R. **The hundred years war**. London: Routledge, 2001. p. 263.

adversário da França, com todo o seu poderio expresso pelos 1500 guerreiros a seu lado. Embora tenha se mantido em prontidão para guerrear por três dias no campo, fugiu sem lutar contra vosso parente John, duque de Bedford, naquela ocasião representante régio, o qual igualmente permaneceu presente no campo de batalha por três dias.<sup>1202</sup> Pouco tempo depois da valorosa expedição a Senlis, vosso dito adversário da França dirigiu-se à cidade de Paris com todo o seu poderio real, tencionando adentrar a mesma e expulsar a vosso dito primo, o duque de Bedford.

Ao tomar conhecimento desse fato, aquele último imediatamente tomou medidas [*muito embora tivesse recebido tal aviso subitamente e tivesse poucos homens sob seu comando*] para afrontar novamente aquele adversário, o que o colocou em grande perigo. Entretanto, ele conseguiu adentrar Paris, guarnecê-la e defendê-la como prometido, enviando notícias posteriormente e trazendo alegria e conforto {aos seus habitantes}. Quanto ao vosso dito adversário, que tencionava tomar aquela cidade através de um numeroso cerco, resistiu vigorosamente com homens e artilharia, porém, foi gravemente ferido, ficando feliz em partir de imediato.

Nessa questão, mostra-se evidente que os senhores verdadeiramente obedientes ao rei e os nobres comandantes, também verdadeiros súditos, renunciaram a seus corpos, colocando-os em risco frente ao perigo da morte ou de se tornarem prisioneiros, e ainda assim Deus os auxiliou para que, através de Sua graça e de seus atos de bravura, acompanhados do sábio governo, [*eles*] fossem capazes de obter a vantagem sobre os adversários. Assim, foram capazes de manter tanto a dita cidade como o campo junto a outros homens que ali resistiram, quando os contendores adversários se apresentaram em dobro ou triplo de seus números, como dito anteriormente. Naquela ocasião em que a mencionada cidade foi tão vigorosamente assediada, o cavaleiro *Sir John Radcliff*, junto a seus companheiros, obteve grande reverência.

Ó justos e nobres mártires! Em função do verdadeiro e justo título à Coroa da França, pelo bem da majestade real, pela dignidade de ambos os reinos da Inglaterra e da França, e na defesa do que é correto e na busca de reverência, em várias ocasiões eles se colocaram em perigo, assim como era feito no tempo dos valorosos romanos. Portanto,

---

<sup>1202</sup> Esse tipo de prática poderia estar ligada a *journeé*, isso é, quando ambos os lados contendores acordavam um dia e local para a realização da batalha, e, por motivações de diversas ordens, era possível que uma ou mesmo as duas hostes abandonassem o campo sem lutarem. Seja como for, é um aspecto interessante de ser levantado no *Boke of Noblesse*, uma vez que ao mesmo tempo em que William Worcester critica aquele que morrem por lutarem de modo imprudente e em sob condições desvantajosas, ao mesmo tempo a fuga também poderia vir a ser motivo de reprovação. Cf.: JONES, M.K. The battle of Verneuil (17 August 1424): Towards a history of courage. **War in history**, v.9, n.4, p. 390-391, 2002.

pode-se dizer que estavam sempre dispostos e obedientes ao soberano, mesmo em face dos riscos e do perigo de morte. Que assim Jesus tivesse desejado à época da breve, súbita e vil invasão sofrida em consequência do desonroso confisco de terras e da expulsão da França, Normandia, Anjou, Maine e dos ducados da Gasconha e Guiena, ocorridos dentro do espaço de um ano e quatorze semanas, isto é, a partir do décimo quinto dia de maio do ano de 1449 da era de Cristo até o décimo quinto dia do mês de agosto do ano de 1450, quando cada castelo, fortaleza e cidade passíveis de serem defendidos nos ditos ducados [*foram entregues por meio da força ou de acordos feitos com os contendores adversários*<sup>1203</sup>].

Caso elas tivessem sido permanentemente provisionadas com o número necessário de homens, com quantidade suficiente de artilharia, víveres, e seus pagamentos tivessem sido realizados rigorosamente, eles poderiam ter sido encorajados e compelidos a manterem com firmeza tais territórios. Isso porque, antigamente, eram da estirpe de leões<sup>1204</sup> de furiosa coragem, resiliência e {dispostos a realizarem} atos de bravura naquelas regiões da Normandia, tendo sido capazes de conquistá-la, mantê-la e defendê-la pelo intervalo de 35 anos completos e sete dias, desde o início da última conquista, no terceiro ano do rei Henrique V, até que a roda da fortuna girou contra essa terra. Ademais, a conquista da França e da Normandia, empreendida pelo rei Eduardo III, não chegou a durar 34 anos.<sup>1205</sup>

Após a negociação de certas condições, um breve período de paz foi acordado entre ele e o rei João da França, em que ficou estipulado que aquele último deveria entregar uma parte do dito reino e ducado, além de certos condados, baronatos e senhorios, os quais deveriam estar sob nosso controle irrestrito na Guiena e em outras regiões. Tudo isso foi amplamente declarado no tratado final de paz realizado em Brétigny e, apesar dos juramentos, sacramentos, e dos selos de ambos os reis e de seus

---

<sup>1203</sup> Dentre os documentos arrolados por William Worcester e editados por Joseph Stevenson no século XIX, está uma lista de lugares e dos respectivos capitães responsáveis por sua defesa. Ali, o letrado aponta de modo sucinto para a maneira como foram perdidos, isto é, por fraude, covardia, traição, e etc. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1864, v.2, pt.2, p. 619-633.

<sup>1204</sup> Ou seja, os ingleses, tanto pelo seu vigor moral, mas também uma possível referência ao brasão plantageneta.

<sup>1205</sup> A referência aqui é a de que após o tratado de Brétigny, assinado em 1362, as animosidades foram retomadas e os ingleses enfrentaram adversidades a partir da década de 1370. Assim, William Worcester compara aquele primeiro momento ao vivido após as campanhas de Henrique V, quando entre as décadas de 1410-1440 os ingleses ocuparam de fato vastas regiões no território continental da França.

senhores, ele foi quebrado pouco tempo depois pelos contendores adversários quando puderam tirar proveito da situação, algo ocorrido no ano de 1371 da era de Cristo.<sup>1206</sup>

Ó, meu Deus! Nós, vítimas de intoleráveis perseguições e misérias, o que devemos fazer ou dizer frente à perda de honra, de meios de subsistência que não foram recompensados<sup>1207</sup> e de bens móveis dos quais fomos privados? Devemos nos prolongar nessa aflição, angústia e penúria? Certamente não! Que Deus nos defenda de que tais invasões, erros e tiranias continuem impunes, e tão grande perda não permaneça sem punição e reparo! Uma forma de alcançar o reequilíbrio e, portanto, a correção, pode advir do empenho de vossos senhores em renovar suas antigas alianças com aqueles de regiões e territórios desconhecidos, como os romanos fizeram quando guerrearam na África contra os cartagineses; e como também, em dias mais distantes, o rei Eduardo III deu o exemplo e, similarmente, o rei Henrique V, em nossos dias, assim como o vosso nobre irmão John, duque de Bedford, depois dele.

Tais alianças estão praticamente exauridas para nossa grande desolação; elas costumavam ser renovadas por meio de casamentos daqueles de nascimento privilegiado, e também pelo apreço aos senhores, nobres e mercadores das regiões com as quais nos aliamos, ou desejávamos oferecer renome e honra através das armas aos príncipes com os quais pretendíamos nos aliar. Na mesma medida, também ocorria por meio do envio ocasional, quando necessário, de embaixadas aos príncipes compostas por homens estimados como valorosos e de estado elevado, agraciados com reverência em diversas regiões e que, de modo prudente, pudessem propor e declarar a causa urgente e necessária deste reino. É correto pensar, dessa forma, que vossos verdadeiros súditos da França foram menosprezados e aviltados pela presente situação, porém, nossos supostos aliados os teriam fortalecido com todo o seu poder e pujança em favor da correção daquelas ditas intrusões, as quais, sob as dissimuladas alegações de tréguas, foram lançadas contra nós.

A exemplo desta questão, já se fez menção anteriormente, porém cabe destacar novamente como foram narradas situações similares nas histórias romanas, quando

---

<sup>1206</sup> Em 1372, desentendimentos sobre a governança da Gasconha levaram a novas campanhas e a oposição entre ingleses e franceses. SUMPTION, J. **The hundred years war: divided houses**. London: Faber and Faber, 2009. p. 61-114.

<sup>1207</sup> Expulsos da França, aqueles homens voltaram à Inglaterra e esse foi um dos catalisadores para o enfrentamento à ineficácia governativa do rei que fomentou a Guerra das Duas Rosas.

Aníbal, príncipe cartaginês, infligiu uma fragorosa derrota a {Caio Terêncio} Varrão<sup>1208</sup>, responsável pela hoste romana, resultando na coleta de anéis de ouro das mãos daqueles mortos em batalha, em quantidade suficiente para encher três grandes recipientes.<sup>1209</sup> Isso mostrou que o poder de Roma estava menosprezado e enfraquecido. Dessa forma, quando as notícias chegaram a Cartago, Hanno, um sábio e senador, exigiu conhecer a extensão de tal derrota...

## CAPÍTULO 35<sup>1210</sup>

... qualquer que seja o dano, pois é mencionado por Cícero no livro que compôs sobre adivinhações<sup>1211</sup>, bem como pelo famoso doutor, Santo Agostinho, no livro do livre-arbítrio,<sup>1212</sup> e, igualmente, por Boécio, em seu livro sobre a consolação<sup>1213</sup>, também conhecido como “conforto contra o infortúnio” - de acordo com ele próprio -, que não devemos confiar tão somente naquelas coisas que se assemelham à adversidade ou à má fortuna, as quais, por vezes, nos vem de encontro ou nos atingem pelo lado esquerdo, em razão de nossas ofensas e pelo fato de não atentarmos às leis de Deus. Há aqueles que realizam previsões amparadas por tais bases, as quais, fortuitamente, vêm a ocorrer por meio de profecias, ou ainda por meio de outras influências e mesmo das constelações de

---

<sup>1208</sup> Embora no original William Worcester tenha denominado Caio Terêncio Varrão por “*Camos*”, as principais fontes sobre o evento denotam que as forças romanas foram lideradas em conjunto por ele e por Lúcio Emílio Paulo Macedônico. Considerado o teor moralizante do *Boke of Noblesse* e o fato de que considera a derrota militar um desdobramento esperado em caso de desvios morais dos homens de armas, é possível que William Worcester tenha empregado o exemplo de Varrão como alguém despreparado para a função, pois em diversos relatos do evento ele é apontado como o filho de um açougueiro, fato reprovável por Vegécio quando diz que homens rústicos (os que aram a terra, são açougueiros, etc) devem combater, porém devem ser guiados por homens de nobreza. (Cf. Trevisa). Uma discussão sobre a batalha de Canas e as expectativas morais sobre seus comandantes é realizada por DALY, G. **Cannae: the experience of battle in the Second Punic War**. London; New York: Routledge, 2002. p. 119-123. TREVISA, J. **The governance of kings and princes**. John Trevisa’s middle english translation of the *De Regimine Principum* of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 399-402.

<sup>1209</sup> No original, o vocábulo empregado é “*muī*”, o qual, segundo o *Middle English Dictionary Online*, era uma medida utilizada para mensurar objetos secos, como o trigo, ou, nesse caso, os anéis dos combatentes abatidos. Tal medida, segundo o dicionário, a cerca de quatro “*bushel*”, uma medida moderna cuja unidade tem serventia similar e equivale a pouco mais de 35 litros. Essa passagem encontra-se também em LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius’ De re militari**. Heidelberg: Winter, 1988. p. 75.

<sup>1210</sup> Devido à perda de um fólio, tanto a conclusão do capítulo 34 como o início do capítulo 35 encontram-se indisponíveis, e por tal motivo não há título aqui.

<sup>1211</sup> CICERO, M.T. **On divination**. Translated with introduction and commentary by D. Wardle. Oxford: Clarendon Press, 2006.

<sup>1212</sup> Ele se refere ao *De Libero Arbitrio Voluntatis*. AUGUSTINE. **On the free choice of the will, on grace and free choice, and other writings**. Edited and translated by Peter King. New York: Cambridge University Press, 2010.

<sup>1213</sup> Em referência ao *A consolação da filosofia*. BOETHIUS. **The consolation of philosophy**. English translation by H.F. Stewart. London: Heinemann, 1918.

estrelas no céu; entretanto, tais julgamentos não são necessariamente verdadeiros, pois se aproximam da verdade mais como algo contingente do que inevitável, isto é, igualmente passível de vir ou não a ocorrer.<sup>1214</sup>

Se, por ventura, uma constelação ou profecia predissesse que, em determinado ano ou dentro de um tempo específico, a guerra, as doenças ou a escassez de recursos recairiam sobre um território ou região, ou mesmo que a perda de um território viria a se confirmar, isso seria dito de modo incerto, não sendo, pois, algo predestinado e infalível, pois se assim o fosse, deveríamos entender que as profecias, constelações e influência das estrelas seriam mestras sobre o poder de Deus, o que soaria como uma heresia ou mesmo um grande erro.<sup>1215</sup>

Portanto, se tais profecias e influência de ditas constelações pudessem ser tomadas por verdadeiras, ainda assim é preciso considerar que Deus imbuuiu as almas dos homens com soberania para que aqueles imaculados fossem capazes de enfrentar situações adversas, assinaladas pelos julgamentos apresentados pelas constelações e profecias. Conforme afirma o famoso astrólogo Ptolomeu em sua principal obra, chamada de *Centiloquium*, “os homens sábios dominam os astros”, ou seja, um homem é soberano sobre as sentenças das constelações.<sup>1216</sup>

---

<sup>1214</sup> Mesmo sem o fôlio, é possível inferir, pelo teor das informações subsequentes, que William Worcester tenha pretendido aconselhar sobre necessidade de se manter firme perante as adversidades, em conformidade com a virtude da Fortaleza, destacada na introdução produzida por seu filho. A astrologia era um importante meio de aconselhamento de príncipes, conforme o título que atribui a obra de Boécio, e nesse sentido é importante apontar que no castelo de Caister havia ao menos um tratado sobre o tema. Segundo um registro contemporâneo, William Worcester empenhou-se em criar tábuas astronômicas para o uso de John Fastolf em 1438 e, além disso, no *Boke of Knyghthode*, há sequências de capítulos tratando da influência dos astros e dos humores nos comportamentos humanos, relacionando-os com virtudes e paixões dos cavaleiros. BÜHLER, C.F. (Ed). **The epistle of Othea**. Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970. p. 16 – 22; MCFARLANE, K.B. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981. p. 202.

<sup>1215</sup> A escrita de profecias políticas apontando para períodos de bonança ou de miséria destacavam desvios cometidos por eclesiásticos e nobres laicos em sua governança, mas que acabavam por impingirem a retribuição divina sobre toda uma comunidade ou mesmo sobre o reino. Bons exemplos desse tipo de escrito encontram-se em: ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries**. New York: Columbia University Press, 1959. p. 113-121.

<sup>1216</sup> Tal sentença foi atribuída durante o período medieval ao *Centiloquium* e também ao *Almagesto*, dois tratados escritos por Ptolomeu, muito embora ela não se encontre presente em nenhum deles. É possível que William Worcester tenha tido acesso a comentários em latim ou francês, bem como algumas máximas do filósofo sobre a sabedoria e o governo do corpo encontram-se no *Dicts and saying of philosophers*, traduzido por Stephen Scrope e revisado por William Worcester. No castelo de Caister havia uma cópia do *Almagesto*, além de quatro outros livros sobre o tema. BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dictes and sayings of the philosophers**. Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 224-228.; Hawkyard, 205, p. 61; TESTER, S.J. **A history of Western astrology**. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 1987. p. 177.

Dessa maneira, não se deve admitir e nem acreditar que a grande adversidade que recai sobre nós advém de uma profecia ou mesmo da influência de constelações de estrelas, mas tão somente dos pecados e desventuras, assim como da falta de prudência e de governança política no tempo correto que nos levou a negligenciar o bem comum. Preocupamo-nos assim mais em nos magnificar e em enriquecer por meio de uma particular avareza, acostumando-nos a receber grandes recompensas e a extorquir os mais pobres. Em razão de tais atos legalmente e moralmente impróprios, Deus julgou-nos e enviou-nos aflições por meio de Sua divina providência, e, por meio de Seus inúmeros segredos e mistérios que desconhecemos, impingiu-nos tal infortúnio, bem como a privação do dito reino da França e de vossos territórios.

Pode ser percebido por aqueles que leem com diligência as histórias de velhos cronistas, como as de Josefo, no *Antiguidades Judaicas*<sup>1217</sup>; de Orósio, na *História contra os pagãos*<sup>1218</sup>; de Tito Lívio, *Sobre as batalhas romanas*<sup>1219</sup> e, por muitas outras, como mudanças drásticas de reinos e territórios de uma nação para outra de língua diferente são levadas a cabo em razão dos pecados, desventuras e mau governo em vigência no reino conquistado. O velho historiador Gildas menciona como o orgulho, a avareza e as paixões desenfreadas da carne, comuns entre os velhos Bretões, senhores deste reino, fizeram com que Deus permitisse que os saxões, homens de língua danesa, uma nação estrangeira, pudessem expeli-los desta terra na Anglia, na Cornuália e em Gales.<sup>1220</sup>

E onde está Nínive, a maior das cidades em seus dias? E a Babilônia, a grande torre, atualmente habitada por bestas selvagens? E as duas grandes e magníficas cidades de Tróia e de Tebas? E Atenas, que também foi o poço de conhecimento e sabedoria? E

---

<sup>1217</sup> William Worcester refere-se a essa obra como *Libro antiquitatum*, sendo seu título correto em latim *Antiquitatum iudaicarum*.

<sup>1218</sup> No original ela é citada por sua outra nomenclatura: *Ormesta Mundi*. LAWER, T.; HANNA, R. **Jankyn's Book of Wikked Wyves: seven commentaries on Walter Map's "Dissuasio Valerii"**. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2014. p. 504.

<sup>1219</sup> Muito possivelmente William Worcester esteja se referindo ao *Ab Urbe condita*. Tanto essa obra como aquelas outras mencionadas anteriormente, de Josefo, Orósio, Bartolomeu, o Inglês, Júlio Cesar e Vegécio constam no inventário do castelo de Caister. CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008. p. 102-105.

<sup>1220</sup> Nascido provavelmente nas décadas finais do século V, Gildas é considerado o pioneiro na composição de uma narrativa histórica nas ilhas britânicas com sua *A ruína e a conquista da Britânia (De Excidio Britanniae et Conquestu)*. No prefácio daquela obra há uma passagem que certamente aproxima o teor de seu escrito com o do *Boke of Noblesse*. Ali, ao declarar o motivo de sua empreitada nas letras, ele esclarece que seu “propósito não se limita a narrar os perigos de uma guerra feroz levada a cabo por valentes guerreiros”, pois também é de seu interesse “expor os riscos causados por homens indolentes”. Tanto a tradução do título de sua obra como da passagem em questão foram realizadas a partir dos excertos presentes em: GRANSDEN, A. **Historical writing in England I: c. 550-1307**. London: Routledge, 2000. p. 1-2.

Cartago, a formidável cidade, vitoriosa e de grande renome, a qual acabou incinerada pelos romanos? E também Roma, gloriosamente exaltada por todo o mundo, tendo subjogado boa parte dele? E, da mesma forma, Jerusalém?<sup>1221</sup>

A fim de oferecer exemplos das muitas derrotas e conquistas desta terra por nações estrangeiras, desde que o sangue bretão aqui se fixou, é possível mencionar o povo denominado por Pictos, originário da parte mais setentrional do mundo. Depois deles, vieram os saxões que expulsaram o sangue bretão; por sua vez, os daneses conquistaram os saxões, e então os normandos conquistaram estes últimos. Pouco tempo depois, os angevinos da alta França, repleta de nobres cavaleiros de renome, como Geoffrey, conde Plantageneta e de Anjou, que se casou com a senhora Matilda, filha do duque da Normandia, e o rei da Inglaterra, Henry II, cuja filha, chamada de senhora e imperatriz Maud, manteve o sangue normando e dos angevinos até o presente.

Jó, em seu livro, disse que nada cai ou surge na terra sem uma causa e, da mesma forma, outros disseram que nenhuma adversidade nos recai senão por nossa maneira imprópria de viver e pelos pecados que reinam entre nós. Uma vez que, para nossa própria destruição, o orgulho, a inveja, a avareza individual e a concupiscência do corpo atualmente têm tido a primazia sobre nós, não temos tido zelo para com a prosperidade geral e o bem universal da comunidade. É válido lembrar como os valorosos senadores romanos nos deram muitos exemplos, como o de Lúcio Valério, e também o do nobre juiz e senador de Roma, Boécio, [*que grande amor*] sempre dispensou à cidade de Roma. O dito Lúcio Valério dispendeu grandes bens em prol do bem comum da cidade, a fim de zelar e manter a honra da mesma, defendendo-a de seus inimigos, assim como as áreas subjacentes, a ponto de morrer em grande pobreza. Entretanto, graças a seus feitos valorosos, os outros senadores providenciaram seu enterro da forma mais solene, no mesmo nível de sua importância.<sup>1222</sup>

Além dele, o supramencionado juiz Boécio amava que a retidão fosse mantida, e os pobres comuns de Roma confirmavam e defendiam que ele não poupava ninguém, fosse um senhor ou qualquer outro de estado superior. Contudo, ele ficou à mercê dos

---

<sup>1221</sup> Esse recurso ao questionamento de que os impérios são transitórios foi adaptado quase que literalmente de uma passagem do *Quadrilog Invectif* de Alain Chartier. Cf. BLAYNEY, M.S. **Fifteenth-century English translations of Alain Chartier's *Le traite de l'esperance and Le quadrilogue invective***. London: Oxford University Press, 1974. p. 137-139.

<sup>1222</sup> Esse ponto se aproxima daquele apresentado no *Declamacion of Noblesse*, onde Flamínio defende que a riqueza é sobrepujada pelos atos valorosos de homens com habilidades marciais e conhecimentos dos saberes, os quais trazem maiores benefícios para o bem comum. TIPTOFT, J. *The declamacion of noblesse*. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427-1470)**. London: Longmans, Green, 1938. p. 228.

perigos impostos pelo rei pagão de Roma, e preferiu ser exilado a transgredir a Justiça. Apesar de tais adversidades e tribulações terem recaído sobre ele pelo fato de encorajar e zelar pelo bem comum, todos os homens honrados devem colocá-lo em respeitosa lembrança, entre príncipes valorosos, para que ouçam sobre sua grande fama e renome. Assim, deve-se observar que aquela foi uma das principais causas que levaram os príncipes romanos a se tornarem grandes conquistadores e a dominarem reinos estrangeiros por tanto tempo, porém, apenas o emprego da retidão e da Justiça pôde manter suas conquistas.

## CAPÍTULO 36

### **Uma história nobilíssima a respeito de como Camilo, o duque de Roma, empregou a Justiça em sua conquista**

Nos exemplos que li nas histórias romanas de Tito Lívio no livro da primeira década<sup>1223</sup>, há o relato de um príncipe chamado Camilo, o qual realizou muitos feitos vitoriosos e amava profundamente o bem comum da cidade de Roma, e por isso foi chamado de o segundo Rômulo, em referência àquele que a fundou. Ele também sitiou a grande cidade de Falistes<sup>1224</sup>, que atualmente se chama Florença, a fim de que permanecesse sob o governo das leis romanas. Tal cerco prolongou-se por muito tempo e, após grandes batalhas e escaramuças, veio a acontecer que um mestre das ciências de Florença, que detinha sob seus cuidados crianças das mais variadas idades<sup>1225</sup>, filhos dos governantes e outros homens valorosos da cidade, para que os ensinasse as ciências

---

<sup>1223</sup> A passagem sobre o cerco a Florença, liderada por Marco Fúrio Camilo, é retirada dos escritos de seu contemporâneo, o humanista italiano Leonardo Bruni (1370-1444). William Worcester adapta certos pontos à sua narrativa com a finalidade de destacar as virtudes presentes no nobre Camilo. Nesse sentido, suprime a fala furiosa que o mesmo dirigiu ao mestre, bem como realiza uma menção, não existente no original, da entrega das chaves da cidade ao mesmo. Cf. BRUNI, L. **History of the Florentine people**. Edited and translated by James Hankins. Cambridge, Massachusetts; London: Harvard University Press, 2007, vol. 1, p. 43-45.

<sup>1224</sup> Sabe-se que John Fastolf ordenou a feitura de uma grande tapeçaria sobre o cerco de Falistes para decorar seu castelo em Caister. Ela se localizava em uma posição estratégica para ser visualizada por aqueles que entravam no salão principal da fortaleza e, junto a outras peças de decoração que simbolizavam valores cavaleirescos, como a pintura de brasões heráldicos, teria sido parte da tentativa do cavaleiro de restaurar sua reputação, manchada pela acusação de covardia após bater em retirada na batalha de Patay em 1429. HAWKYARD, A. Sir John Fastolf's 'gret mansion by me late edified': Caister castle, Norfolk. In: CLARK, L. (Ed.). **The fifteenth century V**. Of mice and men: image, belief and regulation in late medieval England. Woodbridge, Suffolk: Boydell, 2005. p. 60.

<sup>1225</sup> No original *enfauntes and childryn*. Na concepção de William Worcester, o ponto central é mostrar que crianças de menor e maior idade provenientes da nobreza estão sob o poder do mestre. Sobre as classificações etárias segundo letrados ingleses, cf. ORME, N. **From childhood to chivalry: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530**. London; New York: Methuen, 1984. p. 1-43.

virtuosas, pensou que poderia receber uma grande recompensa e agradecimentos do nobre príncipe Camilo. Sob as sombras da traição, agindo contra a Justiça, o mencionado mestre labutou para convencer os senadores de Falistes a entregarem a cidade ao príncipe. Ele, então, por meio da bajulação e de palavras lisonjeiras, levou seus pupilos para praticarem atividades desportiva no campo, do lado de fora da cidade, e os enganou com jogos variados até trazê-los para dentro do alcance do cerco e do poderio de Camilo.

Ao se aproximar de sua presença, o mestre disse que havia trazido os filhos de grandes senhores e governadores da cidade, pois, enquanto as crianças fossem mantidas cativas<sup>1226</sup>, seus pais entregar-lhe-iam a cidade sem prolongarem a guerra. Entretanto, o justo príncipe Camilo disse que aquela não era a natureza romana, ou seja, aplicar punições a inocentes que nunca haviam causado danos na guerra, e sequer sabiam do que ela se tratava. Por isso, não pretendia fazer com que Falistes fosse despojada da área da cidade e de seus arredores por meios fraudulentos, injustos e traiçoeiros, ou mesmo sob falsos acordos e alianças impróprias. Ao invés disso, alegou, seria tomada por uma guerra que naturalmente favoreceria aqueles providos da capacidade de a realizarem por meio da bravura e de feitos de armas justos.

Em razão disso, o supramencionado príncipe ordenou que o mestre escola, em razão de seu grande engodo, tivesse suas roupas arrancadas e fosse açoitado nu, com varas cortantes por seus próprios pupilos, enquanto o conduziam de volta à cidade. Dessa forma, os governadores e mestres da cidade, tendo ponderado sobre a grande justeza e atos de bravura empregados naquela conquista, enviaram uma embaixada até Camilo, com as chaves da cidade, e dirigiram-se a ele, dizendo: “Ó tu, pai e príncipe da Justiça, consideramos a boa honra e renome dos feitos vitoriosos e da Justiça que reinam dentre vós, romanos, pela admissão daquela última”.

A partir dali, foi compreendido que os príncipes romanos empregavam a fé e a Justiça, e {os governadores} laboraram assim para manterem, por meio dela, os habitantes da cidade conquistada, submetidos à sujeição de Roma. Eles ficaram contentes e satisfeitos sob às leis {romanas}, e então lhes entregaram [*as chaves e*] a cidade, {algo de grande acrescentamento} para o renome do dito príncipe, o qual foi amplamente exaltado pelos romanos.

---

<sup>1226</sup> Estranhamente William Worcester utiliza o vocábulo “*servage*”, cujo campo semântico se aproxima de escravidão ou serviços sem contrapartidas por parte do senhor, em vez de, por exemplo, “*ransom*”, mais comum ao vocabulário do período. É possível que tenha sido uma tradução literal de um escrito latino.

## CAPÍTULO 37

### **História da senhora Christine, a qual declarou como um príncipe e qualquer um encarregado da governação deve empregar a Prudência e a Justiça através do exemplo do nobre senador chamado {Caio} Fabrício {Luscínio}**

A senhora Christine, no décimo quinto capítulo da primeira parte de seu livro, intitulado *Árvore das Batalhas*, oferece um nobre exemplo e explica que, dentre as virtudes que deveriam almejar um príncipe e qualquer um encarregado da governação, como duques, comandantes, governantes de territórios e de cidades, tanto as de maior e de menor porte, estavam aquelas da prudência, sabedoria e grande probidade. A fim de exemplificar tal ponto, ela escreveu acerca do probo senador Fabrício, um líder de hostes romanas. Devido à sua grande retidão, coragem em batalha, atos de bravura e sábio governo, seu adversário, o rei Pirro, ofereceu-lhe um quarto de seu reino, tesouro e bens, para que não apenas se rendesse, mas também se tornasse seu aliado e companheiro de armas. Em resposta a Pirro, Fabrício respondeu que um homem probo não deve ter ódio exacerbado, ao passo em que deve, na mesma medida, desprezar tesouros e riquezas obtidos por meio de traições e falsidades em situações onde pode perfeitamente, por meios honoráveis e retos, subjugar e vencer seu adversário pelas armas, devendo evitar, portanto, falta de probidade e o falseamento.<sup>1227</sup>

A respeito dessa questão, Vegécio, em seu livro da Cavalaria, menciona que, para um príncipe, o qual está compromissado com algo tão importante como o que lhe é entregue, isto é, o comando e a governança da nobreza da Cavalaria, os feitos e as expedições armadas pertinentes ao ofício de comando estão atrelados à confiança no governo do bem público de um reino, ducado, condado, baronato ou senhorio, castelo, fortaleza e cidades de maior e de menor porte - os quais vulgarmente são chamados de bem comum, assim como da segurança e da salvaguarda de todos os territórios mencionados. Em razão da fortuna das batalhas, ele deve não apenas ter uma vasta diligência e cuidado, por todos em sua hoste e pelas pessoas, territórios e cidades que estão sob sua responsabilidade, mas também se empenhar em observar cada obrigação e assuntos que carecem de remédio e socorro por intermédio de sua autoridade. Por isso

---

<sup>1227</sup> Essa passagem encontra-se na *História Romana* de Dião Cássio. Ali, ele narra como o general Caio Fabrício Luscínio, “um homem incorruptível, firme contra qualquer tipo de suborno” é assediado por Pirro, rei de Epiro e da Macedônia. DIO. **Roman History**. Translated by Earnest Cary on the basis of the version of Herbert Baldwin Foster. London: Macmillan, 1914. p. 287; 339-343.

mesmo, todo o infortúnio que decorre das injúrias contra o bem comum, em razão da negligência de remédios de quaisquer obrigações e assuntos, por menores e ímpares que o sejam, e que em função disso possam se avolumar, caso ocorram, deve ser considerado sua falta.

Logo, para concluir esse ponto, tomemos por exemplos nobres e edificantes a serem seguidos os dos referidos senadores. Igualmente, devemos evitar as ofensas e os agravos contra nosso Criador soberano, ou seja, evitar agir em desacordo com a Justiça, prática essa que vem sendo realizada através de nossa vida pecadora e desventurada, contrária às Suas leis. {Devemos, assim,} preservar-nos para que Ele não mais se coloque contra nós, impingindo-nos tal sofrimento em razão de nossas ofensas e fazendo com que sejamos sobrepujados, repreendidos e punidos como temos sido. Ao invés disso, devemos perseverar em uma vida reta, seguindo os Seus dez mandamentos, para que assim Ele não tenha motivos para nos mostrar o cajado de sua correção, como tem feito.

## CAPÍTULO 38

**Outra admoestação para que as leis de Deus sejam seguidas, pois não há dúvidas de que, caso contrário, Ele permitirá aos nossos adversários que nos punam com Seu cajado**

Ó poderoso Deus, se as coisas são como dizem as Sagradas Escrituras, as quais não devem ser postas em dúvida, não merecemos, afinal de contas, sermos punidos? Observando como diariamente reinam entre nós tantos pecados vis, os quais seguem sem correção, deveríamos saber que somos merecedores de mais correções e maiores punições por parte de Deus, uma vez que Ele é justo e imutável. Pois está escrito no livro de *Crônicas* que, dentre os grandes pecados cometidos pelos israelitas, Deus, em sua retidão, afligiu os filisteus, os quais nunca haviam sido tão maus nem integrado uma disputa tão maléfica como aquela de se tornarem opressores e destruidores da terra da Judéia e do povo de Deus.<sup>1228</sup> Estes últimos, isto é, os israelitas, haviam recebido anteriormente uma lei pelas mãos de Moisés, porém não a seguiram.

---

<sup>1228</sup> Essa passagem refere-se àquela narrada no Livro 1 das *Crônicas*, capítulo 14. **DOUAY-RHEIMS BIBLE**. Disponível em: <http://www.drbo.org/chapter/13014.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

## CAPÍTULO 39

### Como cada um daqueles que ocupam ofícios espirituais e temporais devem se empenhar em suas incumbências para o acréscimo do bem comum

Deve-se lembrar, dentre todas as coisas que são mencionadas nessa epístola, que cada homem, de acordo com seu poder e estado, deve se empenhar e laborar para o acréscimo do bem comum de um séquito da mesma forma como para o de quaisquer região, território, e cidades de maior e de menor porte; pois, como todos os letrados famosos já escreveram, em especial o sábio senador de Roma, Cícero, em seu livro *Dos Deveres*<sup>1229</sup> [*Sobre a república, ao qual Nonius Marcellus*<sup>1230</sup> *faz menção em vários capítulos*], e em outros livros como seu *Sobre a amizade*<sup>1231</sup>, *Paradoxos dos Estóicos*<sup>1232</sup> e as *Discussões Tusculanas*<sup>1233</sup>, a coisa pública<sup>1234</sup>, quando bem cuidada e mantida, é o suporte para o bem-estar e a prosperidade de todas as pessoas.

É preciso, assim, atentar-se à justa explicação desses dois termos, “*res*” e “*publica*”, como disse Santo Agostinho no vigésimo oitavo capítulo do quinto livro da Cidade de Deus, bem como o mencionado Cícero, famoso por sua capacidade retórica, proferiu em latim: “A República é a coisa do povo, a coisa da pátria, a coisa do público (acessível) e todos os que pretendem o bem comum do povo, da pátria e o bem-estar das pessoas, pretendem melhorar, preservar, proteger e salvar a justiça e o Estado.”<sup>1235</sup>

No sentido de aprender e considerar sobre quais virtudes a república se estende, li um tratado que João de Gales, um nobre letrado, escreveu em seu livro denominado

<sup>1229</sup> *De officiis*.

<sup>1230</sup> Nonius Marcellus foi um sábio que viveu por volta do século IX d.C. De possível origem africana, há apenas uma única obra conhecida lhe é atribuída, a *Compendiosa doctrina ad filium*. Tal compêndio provém citações de várias outras obras da literatura romana, revelando-se uma excelente fonte de excertos de pensadores como Salústio, Virgílio e Cícero. BUNSON, M. **A dictionary of the Roman Empire**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 258.

<sup>1231</sup> *De amicitia*.

<sup>1232</sup> *Paradoxa Stoicorum*.

<sup>1233</sup> *Tusculanas quaestionibus*.

<sup>1234</sup> No original, “*res publica*”.

<sup>1235</sup> Essa referência encontra-se no livro V, capítulo 18 da Cidade de Deus de Santo Agostinho e no Livro I, capítulo 25, de A República, de Cícero. AUGUSTINE OF HIPONA. **The city of God against the pagans**. With an English translation by George E. McCracken. Cambridge: Harvard University Press, 1957. Vol. 1.; CICERO, M.T. **De re publica; De legibus**. English translation by Clinton Walker Keyes. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1928. p. 64-65.

*Diálogo Comum*<sup>1236</sup>, capítulo 3, primeira parte. Ali, ele diz que “a República ordena pelas suas virtudes o que é conveniente à lei justa e sólida, por meio da harmonia e da unanimidade da fidelidade mútua, por meio da reunião saudável direcionada ao honesto comportamento e ordenada pela intenção.” A primeira parte desse argumento foi verificada por Cícero no primeiro livro de sua *Retórica*<sup>1237</sup>: “É necessário que todas as leis da república, diante da comodidade, julguem e restituam o que é necessário. A lei nada mais é que a reta razão e a alma justa que proíbe o que é contrário.” Assim, é adequado que todos aqueles responsáveis por ofícios ligados à justiça, a governança, ou mesmo aqueles com maior poder nos territórios e cidades de maior e de menor porte, devem exercer suas funções em prol do bem comum, seguindo o aconselhamento prudente e as boas recomendações dos homens mais velhos e experientes. Isso porque, antigamente, um governante do bem comum era nomeado entre os romanos, possuindo o estado que naqueles dias costumava ser chamado [por] todos de alto dignitário, onde estavam inclusos o imperador, reis, príncipes, duques, marqueses, condes, viscondes, barões, baronetes, cônsules, cavaleiros, escudeiros, além de membros do conselho municipal<sup>1238</sup>, juízes, bailios, prebostes, oficiais civis<sup>1239</sup> e outros em ofícios similares. Dessa forma, Cícero, no primeiro livro dos deveres, {menciona que}: “as armas possuem pouco valor no campo {de batalha} a menos que haja bons conselhos em casa”.<sup>1240</sup>

<sup>1236</sup> Iohannes Wallensis (c. 1260-1283/5) foi um clérigo franciscano responsável por vários escritos de teor moralizante, sendo aquele mencionado por William Worcester o *Summa collationum ad omne genus hominum*, também conhecida como *Communiloquium*. A obra em questão, possivelmente completada entre as décadas de 1260 – 70, era uma espécie de tratado para pregadores e tinha por objetivo, segundo assevera o letrado, “instruir e emendar, não apenas durante os sermões, mas também por meio de conversas amigáveis” de acordo com as circunstâncias, idade e status dos ouvintes. Segundo Daniel Wakelin, sabe-se que William Worcester teve acesso a um outro tratado de João de Gales por volta de 1449, também de teor moralizante: o *Breuilloquium de uirtutibus*. Além dele, John Tiptoft, conde de Worcester, demonstrou interesse pelo texto e possuiu uma cópia do *Communiloquium*. SWANSON, J. **John of Wales: a study of the works and ideas of a thirteenth-century friar**. Cambridge, Cambridgeshire; New York, NY: Cambridge University Press, 1989. p. 63-64; 263. WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature: 1430-1530**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 103.

<sup>1237</sup> Essa passagem é retirada do livro I, capítulo 38 da obra *Da Invenção*, de Cícero. Assim como João de Gales, excertos da obra de Cícero embasaram as concepções de virtudes e de bem comum do *Boke of Noblesse*. CICERO, M.T. **De invention. De optimo genere oratorum topica**. With and English translation by H.M. Hubbell. London: Heinemann, 1949. p. 110-111.; WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature: 1430-1530**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 103.

<sup>1238</sup> No original, “*alderman*”, cujas atribuições recaíam o controle de uma guilda, ou mesmo, posteriormente, a magistratura de um vilarejo. COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 9.

<sup>1239</sup> No original “*maires*”. Tal função poderia ser a de um oficial civil em uma cidade inglesa, irlandesa ou galesa, tendo poderes de governo da cidade ou mesmo de ser escolhido para tal função. Verbete *maire*. MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED26555>. Acesso em: 15 out. 2019.

<sup>1240</sup> A tradução deste excerto do Latim foi realizada a partir de sua versão bilíngue para o inglês. CICERO, M.T. **De officiis**. With an English translation by Walter Miller. London: Heinemann, 1913. p. 76-77.

## CAPÍTULO 40

**Como é mais apropriado que, ao invés de homens mais jovens, aqueles outros mais velhos, experimentados com o passar dos anos, sejam escolhidos como conselheiros, ou mesmo para governarem as cidades em nome do bem comum**

Cícero, em seu livro *Da velhice*<sup>1241</sup>, diz que um homem mais velho já experimentado pela idade oferece conselhos de forma muito mais proveitosa para a prosperidade e o governo do bem comum de cidades de maior e de menor porte, de vilarejos, assim como para suas respectivas posições de autoridade, do que aqueles outros mais jovens, muito embora esses últimos tenham corpos mais vigorosos. Ele destaca o exemplo de homens em um navio, dentre os quais há aqueles jovens e com vigor para puxar a âncora, enquanto outros, com robustez, cuidam de prender as cordas, e outros, ainda, içam e baixam as velas segundo as ordens do mestre.

Enquanto isso, o mais velho e com maior sabedoria entre eles permanece no controle do leme e da popa [*do*] navio, e direciona-o conforme necessário para guiá-lo para todas as costas, agindo assim para o benefício e a segurança do navio frente aos perigos e as rochas, trazendo mais proveitos e vantagens à embarcação do que todos aqueles homens mais jovens cheios de paixões, responsáveis por remar, içar e escalar.<sup>1242</sup> Por esse motivo, pode-se concluir que homens mais velhos, autorizados por meio de ampla experiência, quando elevados a governantes e conselheiros de reinos, territórios e de cidades de maior e de menor porte, perfazem grandes feitos graças a seus sábios aconselhamentos, ao contrário daqueles outros que laboram no campo e na cidade e que possuem a força física em suas mãos.<sup>1243</sup>

Jó, no livro dos *Reis*<sup>1244</sup>, menciona que Roboão não atentou para os conselhos dos mais velhos, preterindo-os pelos dos mais jovens e, em função disso, perdeu [*o*] reino que

---

<sup>1241</sup> *De senectute*.

<sup>1242</sup> Todas essas funções faziam parte das atribuições que marinheiros deveriam realizar durante as viagens. Uma série de regulações sobre as funções dos marinheiros entre os séculos XIV-XV, especialmente em tempos de guerra, podem ser encontradas em: TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty**. London: Longman, 1871. v. 1. p. 3-177.

<sup>1243</sup> Essa passagem se aproxima com o discurso feito por Ápio Cláudio Cego ao senado romano. Sobre ele, cf. cap. 43. WORCESTER, W. **De senectute**. Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 18. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 20 jul. 2019; TREVISA, J. **The governance of kings and princes**. John Trevisa's middle english translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997. p. 399.

<sup>1244</sup> No texto original, William Worcester menciona apenas ao número “12”, ou seja, o capítulo 12 do primeiro livro dos *Reis*.

governava; tal exemplo faz-se necessário para que se mantenha vivo na lembrança dentro do coração de todos os governantes.<sup>1245</sup> Quisera Deus, todo poderoso, que os governantes mantivessem um amor probó e impecável na direção do bem comum por meio dos bons e sábios aconselhamentos, seguindo os caminhos, maneiras e exemplos dos nobres senadores de Roma, isto é, da maneira como se dedicaram ao bem comum, deixando de lado vantagens particulares. Isso porque, nas afamadas regiões e cidades sob seu governo, foi possível reinar por todo aquele tempo através da passagem de vários anos em grande reverência e prosperidade, como os exemplos que apresentarei para serem lembrados e que encontram escritos em muitas histórias, entre as quais se destaca aquela que vem a seguir.

## CAPÍTULO 41

### **Como {Quinto} Fábio, o nobre senador, não era movido pela busca de reverência ou por vanglória, mas tão somente laborou em prol do bem comum de Roma**

Na primeira parte do *Da velhice*, Cícero faz menção a um nobre príncipe romano chamado de {Quinto} Fábio, que se engajou em grandes expedições marciais e em batalhas contra Aníbal, príncipe de Cartago, a fim de manter o controle dos territórios romanos e de manter as liberdades e direitos {daquelas regiões} para o bem de todos os seus habitantes. Tal {Quinto} Fábio reprovava o renome e a vanglória, dedicando integralmente sua indústria e pensamento ao bem comum de Roma. Por tal razão, após a sua morte, ele foi posto em maior renome e magnificência entre os Romanos do que quando estava vivo.

Ainda vale mencionar que, segundo os direitos e costumes de seus dias, ele foi muito diligente em aprender e conhecer por meio de augúrios e de adivinhações de pássaros e por outros meios naturais a respeito de eventos vindouros durante as estações do ano. {Também se dedicou a aprender} acerca das épocas em que recaíram sobre os territórios romanos a prosperidade, a riqueza e a abundância e, igualmente, a fome e a escassez de cereais, vinhos [e] óleos, algo que trazia grande conforto para o alcance do bem comum. Ele se deleitava enormemente na leitura dos feitos de armas de nações

---

<sup>1245</sup> Possivelmente uma crítica de William Worcester ao conselho do rei, sobretudo ao cardeal Beaufort, apontado como um dos responsáveis pelos maus aconselhamentos que fizeram Henry VI cederem à pressão dos franceses e entregarem o condado de Maine sem qualquer contrapartida. WATTS, J. **Henry VI and the politics of kingship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 143-144.

estrangeiras, para que assim pudesse ter lembranças e experiências virtuosas sobre como governar o bem comum; este em situação muito melhor em seus dias do que em tempos passados, uma vez que nunca havia contado com um cônsul que se equiparasse a sua capacidade de governança, à exceção do valoroso Cipião.

De qualquer forma, faz-se necessário que os príncipes e senhores devam conhecer, por meio das causas naturais da filosofia, as estações e anos de prosperidade e adversidade que recaem sobre a região em que estão, a fim de que possam, posteriormente, realizar seu provisionamento. Contudo, é uma lástima que poucos dos grandes letrados desta terra sejam doutos sobre tais assuntos ou mesmo que deixem de lecionar tais matérias nas escolas, fazendo assim com que não existam livros sobre o assunto em quantidade suficiente. Probamente, eles colocam a seu encargo a sabedoria sobre questões legais para tomarem conhecimento sobre o que os herdeiros {da aristocracia} pensam sobre o assunto, não se tornando expertos, e, dessa forma, a nobre ciência de questões legais sobre causas naturais que dizem respeito à influência dos corpos celestes tem sido difamada e reprovada.<sup>1246</sup>

## CAPÍTULO 42

**Como os senadores Lúcio {Emílio} Paulo {Macedônico}, {Caio} Fabrício {Luscino}, {Mânio} Curio {Dentato} e {Tibério} Coruncânio<sup>1247</sup>, em sua velhice, dedicaram-se apenas ao estudo e ao aconselhamento visando o avanço do bem comum**

---

<sup>1246</sup> Philip Caudrey argumenta que a *East Anglia*, onde William Worcester teria vivido por décadas, testemunhou muitos casos de homens que se dedicaram ao ofício cavaleiresco por mais de trinta anos. Dessa forma, o lamento do letrado refere-se a gradual perda de conhecimentos que julgava cruciais ao bom governo, tanto dos homens quanto das armas, pois, como observado no capítulo 4, o descuido com a organização e distribuição de víveres parece ter sido uma constante nos territórios administrados pelos ingleses. No capítulo 60, William Worcester volta a tocar no assunto sob a fábula de Lisandro e Ciro. CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. *Nottingham Medieval Studies*, Nottingham, v. 52, 2008, p. 198.

<sup>1247</sup> No *Sobre a amizade*, Cícero aponta para suas virtudes a partir do vínculo entre alguns destacados cidadãos romanos. Mânio Curio Dentato (*Manius Curius Dentatus*) derrotou ao rei Pirro em 275 a.C, tendo sido eleito cônsul por três vezes e tido como um modelo de virtudes romanas. Já Tibério Coruncânio (*Tiberium Coruncanus*), o qual William Worcester denomina de *Cornicanus*, foi um eminente jurista que deteve todos os altos postos no governo romano, chegando a também ser cônsul em 280 a.C. Quanto a Lúcio Emílio Paulo Macedônico, ele foi um destacado líder militar, tendo subjugado a Macedônia e se tornado cônsul. Já Caio Fabrício Luscino foi um outro reputado líder militar, cujo episódio de negociação com o rei Pirro destacou suas virtudes, como será apontado mais adiante no tratado. Independentemente de William Worcester ter ou não concebido as funções virtuosas da amizade aplicadas à comunidade política do reino, o fato é que há registros de que possuiu ao menos uma cópia desse tratado e da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, ambos os quais chegou a emprestar para outras pessoas. CICERO. **De amicitia (on friendship)**. Translated from the Latin by Benjamin E. Smith. New York: The Century Co., 1906, p. 161-163.; WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature: 1430 – 1530**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 124-125.

É válido recordar que devem ser seguidos os passos do nobilíssimo cônsul de Roma, Lúcio Paulo, cuja filha se casou com o filho do sábio Catão. Além dele, menciono também os senadores chamados Fabrício, Mânio e Tibério, os quais, assim como o supracitado Fábio, quando alcançaram a velhice, não se dispuseram a nenhuma outra atividade senão as de deliberar, aconselhar e ordenar, amparados por sua autoridade, o que quer que fosse necessário ao bem comum da dita cidade de Roma.

### CAPÍTULO 43

**Como o alto sacerdote do templo de Minerva, Ápio<sup>1248</sup>, embora cego, propôs corajosamente aos romanos guerrear contra o antigo inimigo, o rei Pirro, até que fosse subjugado**

O [*alto*] sacerdote do tempo de Minerva, em Roma, chamado Ápio, mesmo cego e debilitado em função de sua velhice, { lembrou } quando Pirro, rei de Épiro, guerreou de modo tão furioso contra Roma que ele [*a enfraqueceu*] e tomou dela grandes territórios de modo que os romanos, contra sua própria honra, consideraram fazer paz e alianças com os mesmos, algo que lhes traria extrema desonra. Entretanto, Ápio, perante os nobres senadores romanos, proclamou e exigiu que seguissem o conselho de Ênio, o sábio cônsul: deveriam elevar seus corações e não deixarem que sua nobre coragem fosse enfraquecida, do contrário, tornar-se-iam súditos de Pirro, seu antigo adversário.<sup>1249</sup>

Deveriam, ao contrário, realizar novas expedições contra o mesmo e destruir seus exércitos e, por meio das sábias exortações de Ápio, os senadores tiveram suas coragens reanimadas, e foram capazes de derrotá-lo.

---

<sup>1248</sup> Ápio Cláudio Cego foi um eminente jurista, orador e cônsul romano, cujo discurso em questão é mencionado por Cícero no *Da velhice*. Ali, frente a uma Roma derrotada militarmente frente aos cartagineses, Ápio recomenda a continuação do conflito embasado em sua experiência: mesmo “sem estar capacitado” para “empregar” e “ocupar-se” da guerra e em feitos de armas “no ofício da cavalaria” em função de sua “idade avançada”, ele aponta que é sempre preciso estar pronto para “resistir” contra aqueles que atentam contra Roma, isso é, em prol do bem comum, como igualmente o fez por meio “de embaixadas” e “da atividade consular”. Dessa maneira, ele foi capaz de excitar a coragem de seus conterrâneos para o reinício do conflito, um paralelo evidente com a Inglaterra Quatrocentista a ser traçado em sua leitura por William Worcester. WORCESTER, W. **De senectute**. Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 17 – 19. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 20 jul. 2019

<sup>1249</sup> *Ibid.*, p. 18.

## CAPÍTULO 44

**Esse capítulo relata como Catão foi requisitado e confirmado em várias funções de autoridade, devido a seus grandes atos de bravura e sabedoria, bem como ele, em seu tempo, encorajou os jovens cavaleiros a partirem para o campo de batalha a fim de aniquilarem Cartago antes que ele viesse a fenecer**

Também é preciso recordar, do nobre senador de Roma, Catão, o qual era muito valente, prudente, e de aconselhamentos salutares. Em sua juventude, ocupou-se com o ofício de cavaleiro no exercício {efetivo} das armas<sup>1250</sup> e, em outras épocas, ocupou-se de outras posições, como a de magistrado, juiz encarregado entre os romanos e legado encarregado de embaixadas a territórios distantes. Em sua velhice, em razão da qual não poderia se expor a grandes labores, tornou-se cônsul de Roma, a fim de ocupar-se em aconselhar sobre os modos e os meios como os romanos deveriam sempre ser audaciosos na resistência contra Cartago. Isso era algo que ele verdadeiramente esperou, pois preferiria morrer a ver a cidade {de Roma} destruída.

Na presença dos jovens Cipião {Africano} e {Caio} Lélío, dois jovens nobres cavaleiros de Roma que o visitaram para serem orientados e ouvirem seus conselhos, Catão, então já em idade avançada e que tanto zelou pelo bem comum de Roma, solicitou e implorou aos deuses imortais a permissão para que não morresse até que tivesse notícias da destruição de Cartago por meio da vitória marcial; e que, {igualmente}, fossem vingadas a servidão e as aflições dos nobres romanos aprisionados com Quinto Fábio em Cartago há 33 anos.<sup>1251</sup>

---

<sup>1250</sup> Tal expressão provavelmente indica que o cavaleiro, mesmo quando não mais exercia sua função guerreira, ainda se mantinha como um membro ativo da ordem, senão com atos de bravura, então pelo direcionamento correto dos valores da Cavalaria. Tal ponto é discutido no capítulo 2 da investigação, onde é apontado que John Fastolf, mesmo em idade avançada, continua a ser um sábio nas armas e tanto o *Boke of Noblesse* como o *Boke of Knyghthode* auxiliam-no a manter sua mente afiada. Também pode ser um indício de uma distinção, apontada na tese, entre aqueles que de fato iam à guerra e daqueles que pretendiam tão somente se beneficiarem do título, porém sem exercer atividades armadas.

<sup>1251</sup> As duas personagens em questão são Caio Lélío (*Gaius Lelius*) e Cipião Africano, o Jovem (*Publius Scipio Africanus*). Sobre a discussão a respeito das virtudes no modelo de amizade apresentado por Cícero, com ênfase em ambos os personagens, cf.: PANGLE, L.S. Cicero's Laelius: political friendship at its best. In: \_\_\_\_\_. **Aristotle and the philosophy of friendship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 105-122.

## CAPÍTULO 45

### **Sobre uma disposição de caráter análoga à de Quinto Fábio, de acordo com Catão**

Muito embora não pudesse laborar em sua idade avançada, apartando-se do costume de sua juventude em que ensinava a outros jovens cavaleiros a correr, saltar, justar com lanças e lutar a pé com machados, ainda assim Quinto Fábio, em sua velhice, agia com grande diligência e ponderação visando o acréscimo do bem comum da cidade. Ele o fazia através de aconselhamentos, pelo emprego da razão e também das reflexões que realizava, ora de forma solitária, ora junto aos sábios senadores.

## CAPÍTULO 46

### **A definição do ofício que compete ao senado**

O termo senado refere-se à reunião de um grupo de homens em idade avançada.

## CAPÍTULO 47

### **Como Catão escreveu que as cidades e territórios governados por homens de pouca idade foram destruídos e seus meios de subsistência mal gastos**

Catão disse que aqueles interessados em lerem antigas histórias descobrirão que as cidades orientadas e governadas por homens de pouca idade foram destruídas e levadas à desolação, da mesma forma como ocorreu com Roma e algumas outras. Tais cidades não voltaram a ser reerguidas e nem a prosperar novamente, à exceção daquelas que seguiram os conselhos de homens mais velhos.

O mencionado Catão lançou uma pergunta aos jovens e apazíveis cavaleiros, Cipião e Lélío, tendo inquirido-os sobre o porquê eles e outros jovens conselheiros despenderam e acabaram com suas heranças, também chamadas de legado, enquanto o bem comum de suas cidades e territórios era destruído. Eneu, o poeta, adiantou-se em responder e disse que aqueles tornados conselheiros com a finalidade de zelar pelo bem comum da cidade, assim como os que deveriam aconselhar Cipião e Lélío, não passavam de novos e recém-criados mestres [*e portanto sem experiência*], oradores ignorantes, jovens com pouco embasamento e inexperientes tanto em questões das leis como na correta orientação [*sobre*] a governança; eles, por sua tolice e pela própria natureza dos

anos de juventude, fizeram com que os patrimônios de Lélío e Cipião fossem perdidos, assim como as regiões sobre as quais detinham o poder de governar.

Assim, aquele que necessita de aconselhamentos prudentes e recomendações seguras deve recebê-los de homens de idade avançada, tanto em relação a questões civis como na condução de exércitos e hostes de homens de armas na guerra tendo em vista a defesa do bem público.

## **CAPÍTULO 48**

### **Sobre a resposta e o arraçoamento feito por Agamenon, duque e líder da hoste grega contra os troianos**

Agamenon, o nobre cavaleiro que era líder e governante das ações marciais dos gregos contra os nobres troianos...<sup>1252</sup>

## **CAPÍTULO 49**

### **Acerca da sabedoria do rei Nestor, um troiano**

Quando {Agamenon} ouviu falar do rei Nestor, e como era tido como o homem mais sábio na prática do aconselhamento, além de possuir grande eloquência quando em idade avançada...

## **CAPÍTULO 50**

### **Sobre a recomendação da bravura de Ajax, um cavaleiro da Grécia**

Na mesma medida, Ajax, um cavaleiro da Grécia, era reconhecido como o melhor guerreiro entre os gregos que combatiam aos troianos. Ele era tão apreciado a ponto de os gregos desejarem apenas que os deuses imortais lhes concedessem não mais do que 40 cavaleiros pugnazes, como Ajax, para que lutassem contra os troianos...

---

<sup>1252</sup> No original, esses capítulos pequenos se mantêm, bem como algumas passagens em capítulos anteriores são claramente voltadas a Henrique VI, sendo possível que tenham sido iniciadas sob a perspectiva de serem finalizadas em momentos posteriores.

## CAPITULO 51

**Como o duque Agamenon depositou grande confiança nos conselhos dos homens de idade avançada, e por isso solicitou aos deuses imortais que lhe concedessem outros seis homens, como o rei Nestor, pois assim derrotaria Tróia em pouco tempo**

Porém, o nobre duque Agamenon solicitou aos deuses seis vetustos similares a Nestor, pois não tinha dúvidas de que assim, dentro de pouco tempo, Tróia seria tomada e destruída.<sup>1253</sup>

## CAPÍTULO 52

**Como o nobilíssimo senador Públio Décio<sup>1254</sup>, tão impetuoso em batalhar, avançou uma enorme distância no combate, em certa ocasião onde os romanos estavam prestes a serem subjugados, tencionando, assim, estimulá-los, nem que para isso tivesse de morrer; foi o que de fato aconteceu, não sem que antes se sagraassem vitoriosos**

Analogamente { aos guerreiros supramencionados }, Cícero escreveu que o valente cidadão romano Públio Décio, em certa época, foi escolhido cônsul e comandante das hostes romanas e, ao presenciar como uma delas estava a ponto de ser desbaratada, decidiu dentro de sua alma que iria arriscar seu corpo ao perigo de morte para que assim os romanos combatessem com mais ferocidade e avidez, ao se inflamarem por meio da crueldade de seu fencimento. Ele então esporeou seu cavalo, e lançando-se dentre os adversários, atracou-se com os mesmos, recebendo tantos ferimentos que caiu morto ao chão. Os romanos, ponderando em seus bravos corações como ele, para o benefício de todos, lançou-se à batalha de modo tão cavaleiresco até a morte acometer-lhe,

<sup>1253</sup> Nestor era conselheiro de Agamenon na *Ilíada*.

<sup>1254</sup> Públio Décio (*Publius Decius Mus*) foi cônsul romano e empenhou sua vida para derrotar aos inimigos latinos na batalha de Vesúvio em 340 a.C. Tanto esse episódio como a morte de seu filho são narrados por Cícero: “ Quando ele (Públio) empreendeu carga contra as fileiras dos latinos, entregando-se à morte e colocando seu cavalo à galope, teria ele vislumbrado acerca de seu próprio prazer? Quando e onde ele teria se deleitado com isso? Ele sabia que viria a morrer em instantes, e assim buscou a morte com maior paixão do que Epicuro teria nos aconselhado a buscar o deleite. Caso sua ação não tivesse sido válida de reputação, seu filho não teria imitado-o [...], e nem o filho deste teria-o feito da mesma maneira quando travou guerra na posição de cônsul contra Pirro. Ele também morreu em batalha, e assim três gerações seguidas realizaram o sacrifício supremo por sua nação”. A tradução do excerto foi realizada a partir de: CICERO, M.T. **On moral ends**. Edited by Julia Annas. Translated by Raphael Woolf. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 47.

encorajaram-se, animaram-se e sentiram-se exortados a ponto de lutarem tão vigorosamente contra seus adversários, até que finalmente conseguiram obter a vitória.

[*Lembro-me de que ouvi meu amparador*<sup>1255</sup> *Fastolf* comentar, em certa ocasião em que recebeu<sup>1256</sup> jovens cavaleiros e nobres, sobre como há duas disposições de caráter entre os homens valentes: uma corresponde propriamente a tais homens valentes<sup>1257</sup>, e a outra corresponde aos que são impetuosos<sup>1258</sup>. Ele disse que os primeiros devem ser recomendados, muito mais do que os impetuosos, pois estes últimos, sem o discernimento dos bons conselhos, podem se lançar ao campo de batalha para que os outros os considerem corajosos, e tão somente por meio de grandes riscos conseguem escapar, abandonando sozinhos seus companheiros, deixando-os para trás, sobrepujados.

*Quanto ao homem valente, sua forma de conduta é a de lançar-se junto aos seus companheiros na escaramuça ou em combates inesperados, e para tal emprega um sábio julgamento a fim de triunfar sobre seus adversários, mantendo-se assim a si próprio a salvo juntamente com seus companheiros. Portanto, o risco que Públio Décio correu não*

<sup>1255</sup> No original “*auctor*”. Tal vocábulo remete a um indivíduo que, por sua autoridade sobre um assunto, forneça opiniões ou mesmo informações de grande valia.

<sup>1256</sup> Provavelmente William Worcester se refira à reunião de uma corte, em que não era incomum que feitos de armas e outras realizações marciais fossem debatidas para fins de entreter e educar os presentes. Como aponta Nicholas Orme, era comum o envio de jovens para serem educados em outras cortes, e possivelmente esses fariam parte da audiência aqui mencionada. Vale ressaltar também que esse termo pode ser traduzido por “confortar”, o que seria pertinente ao contexto de composição do tratado. GREEN, R.F. **Poets and princepleasers: literature and the English court in the late middle ages**. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980.; ORME, N. **From childhood to chivalry: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530**. London; New York: Methuen, 1984.

<sup>1257</sup> O vocábulo original, “*manlie*”, possui uma série de conotações que dependem do contexto da narrativa de William Worcester para serem compreendidos. Segundo os verbetes do *Middle English Dictionary Online*, ele pode referir-se a “masculino”, trazendo consigo para sua esfera semântica sentidos como “bravio” e “corajoso”, tanto em palavras como em ações. Além disso, os outros verbetes prosseguem apontando para, dentre outros, “confiável”, “generoso”, mas também “nobre”, “correto”, “valoroso”, “cortês”, “refinado” em ações, modos e compreensão. Logo, pelo contexto, optei por uma palavra que sobrevalorizasse algum desses aspectos devido ao contexto: é, portanto, válido compreender tal nota de William Worcester em comparação às ações de homens como os Duques de Clarence e Bedford, além de Cipião e Lucius Publius para se ter uma noção de que o código de armas que aborda em seu tratado é fluído e oferece margens interpretativas sobre uma mesma ação, atribuindo valores virtuosos ou ligados às paixões, conforme discutido ao longo da tese. Cf. Verbetes *Manli*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED26801>. Acesso em: 20 out. 2019.

<sup>1258</sup> Na mesma medida que a nota anterior, aqui optei por traduzir o original “*hardie*” por “impetuoso” dado o direcionamento do relato atribuído à *Fastolf*, em que diferencia aqueles que empregam virtudes, como a prudência em sua maneira de guerrear, frente àqueles outros que se deixam levar pelas paixões e incorrem em graves consequências, como aquela enfrentada pelos ingleses a partir da década de 1450. A distinção, portanto, é do caráter como conduzem suas ações: uns refletem para agir, ouvem a conselhos dos mais velhos, como Cipião e o próprio *Fastolf*, apartado da função de armas após 1439, enquanto outros agem de forma impulsiva, sem aconselhamento, ou então valorizando mais os seus jovens companheiros de armas em detrimento daqueles com maior experiência. Cf. Verbetes *Hardien*. *Ibid.*, <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED19982>. Acesso em: 20 out. 2019.

*é compatível com as recomendações das leis cristãs, devido ao desejo, seu e de seu filho, de encontrarem a morte].*

## CAPÍTULO 53

### Como o filho de Públio morreu da mesma maneira

O filho de Públio, que foi eleito e escolhido por quatro vezes como cônsul dentre os romanos, colocou-se em tamanho perigo na batalha em nome da segurança, prosperidade e bem-estar dos romanos, que veio a fenecer de maneira semelhante.

## CAPÍTULO 54

**Aqui segue a história da nobilíssima e perene recomendação de Marco Atílio {Régulo}<sup>1259</sup>, um importante duque das hostes romanas, o qual as resguardou contra a fome e a escassez de cereais, vinhos [e] óleos; também é feita menção sobre como ele, graças à fortuna da guerra, foi mantido prisioneiro em Cartago entre seus inimigos mortais, e, embora tenha sido estipulado um resgate, optou por morrer na prisão ao invés {de permitir que} os romanos pagassem uma soma avultante por sua soltura, uma vez que ele estava em idade avançada e extenuado para continuar batalhando**

Foi historiado e tornado motivo de valorosa recordação como o probo amante do bem comum dos romanos, Marco Atílio, dedicou-se ao cultivo e à melhoria de terras e pastos, a fim de prover e guarnecer aquele território com uma grande quantidade de cereais e víveres; posteriormente, em função de sua louvável forma de conduta, sabedoria e atos de bravura, tornou-se cônsul e condestável das ações marciais romanas, e desde então, frequentemente sobrepujou seus adversários de Cartago. A certa época, quando já se encontrava em idade avançada, foi aprisionado ali devido às vicissitudes da fortuna ocorridas em batalha.

{Como condição} para sua soltura, os governantes daquela cidade desejaram que ele laborasse no sentido de exigir que Roma libertasse um grande número de jovens guerreiros cartagineses que ali se encontravam prisioneiros. Se assim o fizesse, {ele} seria

---

<sup>1259</sup> Marco Atílio Régulo (*Marcus Atilius Regulus*) foi mais um dos cônsules romanos a atuarem na guerra contra os cartagineses. Essa passagem foi parafraseada do primeiro livro da obra *Dos deveres*. CICERO, M.T. *De officiis*. With an English translation by Walter Miller. London: Heinemann, 1913. p. 43.

liberto sem a necessidade de efetuar o pagamento do resgate. Entretanto, o mencionado Marco Atílio negou-se veementemente, pois preferia morrer na prisão a permitir que os guerreiros de Cartago fossem libertados por sua causa, pois ele amava o bem comum e aquilo que era proveitoso à Roma. Em razão do nobre Marco Atílio não condescender em libertar tais prisioneiros, ele sofreu tormentos físicos<sup>1260</sup> na prisão, morrendo da forma mais cruel que se pode conceber. Tal ação, deve-se dizer aqui, teria feito mesmo um homem impassível verter lágrimas pelos olhos.<sup>1261</sup> A morte voluntária à qual se submeteu Marco Atílio, em nome do bem estar, prosperidade e proveito de Roma fez com que servisse de exemplos a outros, e assim ser perpetuamente lembrado por seu valor.

## CAPÍTULO 55

### **Como o nobre duque Cipião Africano se colocou em grande risco contra os cartagineses já em idade avançada, preferindo a morte em vez de uma vida de servidão**

Para que sejam seguidos os passos dos nobilíssimos e gloriosos campeões, os irmãos Cipião Africano e Cipião Asiático, é preciso lembrar-se de que todos os dias, enquanto estiveram vivos, ocuparam-se de várias expedições marciais e de batalhas contra os africanos, para a salvaguarda e defesa do bem comum de Roma. Cipião Africano deliberadamente preferiu morrer pelas armas da Cavalaria do que viver em servidão e em sofrimento em meio a seus adversários em Cartago.<sup>1262</sup>

---

<sup>1260</sup> Embora uma prática não recomendada, expor o prisioneiro a suplícios a fim de forçá-lo a realizar o pagamento de seu resgate era uma tática passível de ser empregada. FLORI, J. **Caballeros y caballeria en la Edad Media**. Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001. p. 159-164; KING, A. ‘Then a great misfortune befell them’: the laws of war on surrender and the killing of prisoners on the battlefield in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History**, v. 43, n. 1, 2016, p. 1-12.

<sup>1261</sup> Tal pleonasma se encontra no original.

<sup>1262</sup> Após impingir uma dura derrota à Cartago, Cipião Africano sofreu um processo acusatório pelo Senado Romano, pois se acreditou que ele “recebeu pagamentos ilícitos” dos inimigos, bem como teria negociado com os mesmos, pois afinal “seu filho foi aprisionado e libertado sem o pagamento de um resgate”. No entanto, Tito Lívio aponta que tais acusações eram “amparadas mais por suspeitas do que por provas cabais”. Possivelmente William Worcester pode ter se referido ao episódio relatado no livro 38 de Tito Lívio, particularmente do capítulo 50 em diante. Contudo, também é provável, como alguns dos capítulos que se seguem no *Boke of Noblesse*, que tenha se baseado no *Da velhice*. WORCESTER, W. **De senectute**. Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 57. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 20 jul. 2019.

## CAPÍTULO 56

**Como Cipião Asiático, um nobre conquistador romano, ainda em seu tempo, foi invejado, acusado pelo rei Antíoco, [e] desgraçadamente morreu na prisão pela falta de pagamento de resgate**

Apesar dos muitos triunfos e vitórias obtidos por Cipião Asiático, que subjugou a região da Ásia e enriqueceu substancialmente os tesouros de Roma através de suas conquistas, pessoas invejosas falsamente o acusaram, para o rei Antíoco, de ter se apropriado do tesouro de Roma, sendo condenado à prisão, onde permaneceu até o fim de seus dias.<sup>1263</sup>

## CAPÍTULO 57

**Como Lúcio Paulo, um senador, foi morto em batalha em razão da negligência de sua hoste aos aconselhamentos**

Similarmente, Lúcio Paulo, um nobre cônsul romano, não se resguardou e morreu na batalha de Apúlia<sup>1264</sup> junto a outros 300 nobres romanos que foram reunidos por ele de forma desarrazoada e, em decorrência da falta de aconselhamentos, ele não foi capaz de governar-lhes: ao ver outro cônsul romano tomar a iniciativa do ataque e ser subjugado junto a seus homens, o mencionado Lúcio Paulo precipitou-se em direção aos adversários, acompanhado por aqueles outros romanos remanescentes, e morreu junto a eles, pois tencionava que todos soubessem que a dita expedição não foi perdida por sua culpa.

---

<sup>1263</sup> Em realidade, segundo afirma Tito Lívio, pouco tempo após a morte de Cipião Africano, seu irmão, Cipião Asiático, foi julgado e condenado pelo Senado romano também sob a acusação de ter enriquecido ilícitamente nas campanhas contra os cartagineses.

<sup>1264</sup> No original, William Worcester emprega o termo “*Puylle*”, isso é, Apúlia, onde foi realizada a batalha de Canas, já mencionada anteriormente. Em sua tradução do *De Senectute*, ele menciona que uma hoste foi reunida na cidade de “*poyle callid Cannes*”. WORCESTER, W. **De senectute**. Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 56 – 57. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 20 jul. 2019.

## CAPÍTULO 58

**Como Marco Marcelo, um cônsul, pelo bem estar de Roma e sem grande deliberação, lançou-se precipitadamente contra Aníbal de Cartago; este, entristecido pela morte de um duque tão valente, fez com que fosse enterrado com as maiores reverências possíveis<sup>1265</sup>**

[*Deve-se*] lembrar de Marco Marcelo, um cônsul romano que menosprezava a morte e, em certo momento, sem grande deliberação ou recomendações, quis combater Aníbal, o príncipe de Cartago, responsável por reunir um grande poderio contra os romanos, os quais eram bravios...<sup>1266</sup>

## CAPÍTULO 59<sup>1267</sup>

...de homens, suas abelhas para obter mel, seus campos abastecidos para o sustento dos grandes animais, e para que a cada homem, segundo o seu estado, pudesse abastecer-se. Assim, quando por meio da fortuna o clima se apresentar insólito, como pelo excesso de umidade, frio, calor, ou mesmo por enfermidades nas plantas<sup>1268</sup>, ou pela sorte das batalhas e da guerra, tal território, cidade de maior e de menor porte, vilarejo ou lar<sup>1269</sup>, abastecido e provisionado com antecedência, será capaz de resistir com maior facilidade, caso tenha de suportar o tormento causado pela escassez e pela fome causados [*pelos*] meios supramencionados. Além disso, o termo “*res publica*”, que na língua inglesa é denominado de “bem comum”<sup>1270</sup>, igualmente se refere ao abastecimento e à sábia

<sup>1265</sup> Situação similar é descrita no relato em que Alexandre, o Grande, persegue incansavelmente o rei Persa Dário, e a sua morte, realiza um cortejo funerário que demonstra toda a sua magnificência. BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dictes and sayings of the philosophers**. Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941. p. 191-192.

<sup>1266</sup> Nesse trecho faltam páginas do manuscrito.

<sup>1267</sup> Sem o fólio na parte inicial.

<sup>1268</sup> No termo original, “*mildewis*”. Embora ainda desconhecemos a existência de fungos, algo que veio a ser catalogado somente no século XVIII por Pier Antonio Michelli, as doenças causadas por fungos parasitas já eram observadas de longa data. O termo moderno para tal doença, “míldio”, é anacrônico, e por isso optei pela tradução de modo mais genérico. Vale notar ainda que William Worcester demonstrou interesses em muitas áreas, dentre elas a agricultura, e pode ter tido acesso a tratados sobre o tema, como aquele presente no castelo de Caister. HAWKYARD, A. Sir John Fastolf’s ‘gret mansion by me late edified’: Caister castle, Norfolk. In: CLARK, L. (Ed.). **The fifteenth century V**. Of mice and men: image, belief and regulation in late medieval England. Woodbridge, Suffolk: Boydell, 2005. p. 61.

<sup>1269</sup> Esse termo apresenta uma ambiguidade singular, pois ao mesmo tempo em que pode significar “*household*”, isto é, o lar ou mesmo o séquito de um indivíduo, também pode significar “*exercito*”. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED27295>. Acesso em: 21 out. 2019.

<sup>1270</sup> No original “*comyn profit*”.

governança do lar ou de uma área rural, da mesma forma que é o meio de sábia governança de um vilarejo, cidade de maior e de menor porte, território ou região.

*[... deve-se lembrar o caso da rebelião que recaiu sobre Paris na ausência do rei Henrique V enquanto estava na Inglaterra com sua rainha. Não sou capaz de apontar quaisquer traços de vanglória quando escrevo a respeito de meu amparador, pois encontro informações em seus livros onde registrou como, em cada castelo, fortaleza e cidade de maior e de menor porte, ele prudentemente as abasteceu com cereais, carnes de porcos<sup>1271</sup> e de bois, além de peixes secos com e sem sal vindos de fora da Inglaterra por meio de embarcações.<sup>1272</sup> Essa forma de conduta foi uma das principais causas pelas quais o regente da França e os senhores do alto conselho régio concederam-lhe a guarda de tantos castelos; tarefa para a qual ele dispunha anualmente de 300 lanças e arcos.*

*Analogamente, ele abastecia ano a ano tecidos brancos e vermelhos tanto para os trajes de seus homens como para o de seus cavalos<sup>1273</sup>, bem como as armarias com equipamento para que um homem nu estivesse prontamente apto a realizar suas tarefas em prol do rei e do supracitado regente. No oitavo ano do reinado do monarca Henrique V, John Fastolf era capitão da bastilha de Santo Antônio de Paris, e Thomas Beauford, duque de Exeter, era o capitão da cidade. Ocorreu que este último aprisionou o senhor Jean Villiers, que contava com grande simpatia dos habitantes da cidade e, em pouco tempo, todos os comuns [tomaram] as armas e se rebelaram contra o duque de Exeter,*

---

<sup>1271</sup> O termo original, “*larde*”, possui ao menos duas acepções. Uma delas é a de “carne de porco curada em salmoura ou por meio de defumação”, servindo, portanto, como alimento para os homens que guarneciam tais lugares. Contudo, a segunda acepção, “a banha derretida de porco, empregada para selar ou proteger uma superfície” também é um indicativo de que era empregada para outras finalidades bélicas, como untar mecanismos de armas e equipamentos de cerco. Verbete *larde*. **MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: Cf. <https://quod.lib.umich.edu/cgi/m/mec/med-idx?type=id&id=MED24679>. Acesso em: 21 out. 2019.

<sup>1272</sup> Foi justamente em uma dessas incursões para transportar mantimentos que John Fastolf foi surpreendido pelas forças inimigas na supramencionada batalha de Rouvray, também conhecida por batalha dos arenques. Além disso, é preciso mencionar que a realização dessas atividades provinha lucros aos capitães, como o próprio John Fastolf, o qual possuía ao menos seis barcos para o transporte de víveres e outros produtos para as hostes inglesas no continente. MCFARLANE, K.B. The investment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society**, Cambridge, v.7, 1953. p. 115.

<sup>1273</sup> Nas ordenações de Henrique V, é apontado que todos “aqueles combatendo ao nosso lado, independentemente da hierarquia ou da região de origem, devem utilizar o sinal das armas de São Jorge tanto na frente quanto atrás, sob o risco de que se não o fizer e terminar ferido ou morto, ninguém será culpabilizado por isso”. Além disso, “nenhum inimigo deve portar o sinal de São Jorge, seja ou não prisioneiro, sob a pena de ser executado”. CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500**. Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 244.

*seu exército e aqueles outros que o acompanhavam, obrigando-os, para sua segurança, a se abrigarem na bastilha.*<sup>1274</sup>

*Ao chegarem lá, a pergunta mais importante que {o mencionado duque} fez ao dito {John} Fastolf foi sobre se havia estoques de cereais, trigo, favas, ervilhas e aveia para alimentar os cavalos, além de outros mantimentos. Sua resposta foi a de que havia em quantidade suficiente para mais de meio ano. Isso ofereceu imenso alívio ao príncipe. Então o duque deixou a artilharia de prontidão para disparar contra os rebeldes com grandes armas e poderosas flechas, as quais eram mantidas em seu acampamento. Na ocasião, o rei e a rainha da França estavam na cidade, defendida contra os rebeldes, e em pouco tempo os burgueses foram obrigados a se submeterem e a se colocarem sob a graça do duque].*

## CAPÍTULO 60

### **Catão magnifica o príncipe que estima e ampara os que laboram a terra**

Catão escreveu que uma das principais tarefas de um príncipe é a manutenção, proteção e incentivo ao labor da terra. Todos aqueles empenhados em tal atividade deviam ser estimados, pois {a agricultura} é uma necessidade incontornável aos reinos, territórios e cidades, {uma vez que ela permite que sejam} abundantes, ricos e isentos de agitações. O filósofo Sócrates escreveu que Ciro, rei da Pérsia, era valoroso em sabedoria e glorioso no governo de seus senhorios. Em seus dias, um certo Lisandro, da cidade grega de Lacedemônia, tomado como alguém de grande virtude e nobreza, chegou de terras distantes para ver o rei Ciro, que estava na cidade de Sardis, e presenteou-lhe com tecidos de ouro, joias e outras riquezas enviadas pelos cidadãos de Lacedemônia.

Por sua vez, o rei Ciro recebeu-o com toda a reverência em seu palácio e, para demonstrar toda a enorme riqueza real e o prazer que o dito rei Ciro tinha em prestar-lhe reverência e estima, ele trouxe o dito Lisandro para contemplar seus jardins e herbários, sendo que tais jardins eram dispostos a uma distância proporcionalmente apropriada e repletos de árvores viçosas e de frutas diversas. Tais jardins eram muito bem conectados

---

<sup>1274</sup> Em meados de 1421, Jean de Villiers de l'Isle Adam foi acusado de organizar um conluio para permitir a entrada das tropas do delfim em Paris. Ele foi aprisionado e uma turba reuniu-se rapidamente enquanto ele era levado para a bastilha. Embora o duque de Exeter tenha conseguido controlar a sublevação graças ao apoio de centena de soldados ingleses, a instabilidade de seu governo fez com que mudasse seus aposentos para a bastilha em função de sua melhor capacidade defensiva. SUMPTION, J. **The hundred years war: divided houses**. London: Faber and Faber, 2009. p. 727.

entre si para que se pudesse passear entre eles e eram organizados em canteiros que contavam com muitas ervas desconhecidas, sendo que os herbários eram preenchidos pela fragrância das flores e ervas de cores variadas, de modo que aquela era a visão mais encantadora e prazerosa que Lisandro já havia presenciado.

Então, o dito Ciro disse a Lisandro que ele havia concebido e ordenado que os herbários fossem planejados, agrupados e construídos, e muitas das árvores foram plantadas por suas próprias mãos. O mencionado Lisandro, contemplando tal beleza e encanto de sua pessoa, além dos ricos tecidos que usava adornados de panos com fios de ouro e de pedras preciosas, disse que a fortuna e a felicidade mundanas estavam entrelaçadas com sua virtude e nobreza régia, uma vez que o dito Ciro, em momentos oportunos, era diligente na preparação, cultivo e labor de suas terras para que produzissem cereais e frutos, sendo a riqueza natural do contentamento terreno o principal motivo de felicidade e regozijo mundanos.

Cícero também escreveu que {Marco} Valério {Messala} Corvino<sup>1275</sup>, um antigo cidadão romano, realizou grandes esforços e diligência para laborar terras e torná-las ricas, com sua preparação e cultivo para o bem comum da cidade de Roma. Nos anos de escassez, os jardins de Roma estariam sempre abastecidos com grãos, pois era preciso que o preço do trigo fosse sempre mantido em um patamar razoável.

## CAPÍTULO 61

### **Como os nobres senadores de Roma colocaram-se diante de grande risco e perigo contra seus adversários em prol do bem comum dos romanos**

O famoso letrado Cícero, na quinta parte do livro já mencionado anteriormente, rememora quais dos nobres e famosos duques, príncipes e senadores dos romanos abnegaram seus corpos e bens ao expô-los aos riscos extremos do campo de batalha contra seus adversários, em prol do desenvolvimento e manutenção da prosperidade, reverência e bem estar de Roma. Dentre eles, esteve Lúcio {Júlio} Bruto. Quando Tarquínio, que governava outras pessoas, reuniu uma grande hoste contra os romanos a fim de derrotá-los e colocá-los em servidão para que não exercessem sua liberdade, o nobre Lúcio,

---

<sup>1275</sup> William Worcester baseia todo esse capítulo em passagem do *Da velhice*, no qual Cícero destaca os benefícios para o bem comum apontados por Lisandro e por Marco Valério Messala Corvino (*Marcus Valerius Messalla Corvinus*). WORCESTER, W. **De senectute**. Westminster: printed by William Caxton, 1481. p. 45-46. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 20 jul. 2019.

naquela ocasião o responsável pelas hostes romanas, ponderou que era preferível morrer combatendo-o, a fim de subjugar-lo, a permitir que a cidade fosse levada à servidão.

Assim, ele montou seu cavalo, reclinou sua lança e, com uma coragem poderosa, empreendeu carga furiosamente contra Tarquínio bem no meio de sua hoste, e, por puro acaso, ambos causaram ferimentos mortais um ao outro. Quando em meio à hoste houve a compreensão de que Tarquínio, principal inimigo dos romanos, estava morto, ela bateu em retirada do campo de batalha, algo que não teria acontecido se não fosse pelo grande risco de morte intencional {à qual se expos} o dito Lúcio Bruto.<sup>1276</sup>

## CAPÍTULO 62

**Como um príncipe, ao ser feito regente, governador<sup>1277</sup>, duque, comandante, representante, capitão, condestável ou marechal deve sempre realizar o justo pagamento de seus soldados, para evitar que maiores faltas possam vir a ocorrer**

Ademais, todo poderoso e ilustre príncipe<sup>1278</sup>, de graça e providência benignas, caso agrade vossa alteza ponderar sobre os caminhos da Justiça e da segurança do reino, busque remediar uma transgressão e dano particularmente causados àquele sob seu domínio, os quais, pelas leis de Deus, da razão e da natureza, são condenáveis e repreensíveis. Essa terrível transgressão, como se tem dito costumeiramente, espalha-se e é mais recorrente entre [*o que costumavam ser*] territórios sob sua sujeição na França e na Normandia do que em outras regiões estrangeiras. Para qualquer um que seja bem aconselhado é fácil compreender que se trata de algo que pode muito bem ser emendado e corrigido, e pode vir a ser uma excelente maneira de recuperar vossas terras das mãos dos contendores adversários.

---

<sup>1276</sup> Toda essa passagem é mencionada em: *Ibid.*, p. 55.

<sup>1277</sup> O termo “*governour*” era passível de distinção dentre outras honrarias concedidas a membros da nobiliarquia reinol. Um excelente exemplo é o do conselho régio de 1453, o qual outorga ao duque de York o título de “chefe do conselho régio” (*chief of the kynges counsaill*), especificando que tal nomenclatura tem sua razão de ser justamente por diferenciar-se daquelas de outros conselheiros, evitando assim chama-lo de “tutor, tenente, governador e nem regente” (*tutour, lieutenaunt, governou, nor of regent*). **PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504**. Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12, p. 40. Disponível em: <http://www.sd-editions.com/PROME/home.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

<sup>1278</sup> Worcester volta a se dirigir a Eduardo IV.

Refiro-me ao fato de que tanto homens de soldo como homens de armas<sup>1279</sup>, assim como todos aqueles que [*estarão*] sob as ordens de vossos representantes, como os comandantes e capitães, devem ter seus pagamentos realizados mensalmente [*como fazia John, o regente da França*], ou semanalmente, sem que quaisquer remuneração [*de uma dissimulada cortesia*], subornos, deduções, reduções, divisões ou arrecadações indevidas lhes sejam cobradas, tanto nessa terra como na Normandia, a fim de enganá-los, ou ainda que, em razão disso, façam com que empobreçam em territórios estrangeiros,<sup>1280</sup> como tem sido usual naquelas regiões. Por isso, é preciso que tais pagamentos sejam feitos sem atraso ou a necessidade de requerimentos demorados, devendo instituir-se uma punição razoável {para os responsáveis}, segundo as exigências de cada caso.

Também menciono que nenhum de vossos oficiais régios, nem aqueles que são subordinados<sup>1281</sup> e nem os que são comissários<sup>1282</sup>, deve ousar agir de forma controversa, cobrando subornos, tomando remunerações e desfalcando os pagamentos vindos do

---

<sup>1279</sup> Tal distinção proposta por William Worcester não necessariamente reflete dois tipos distintos de combatentes, pois aqueles que lutam na França o faziam, a princípio, pelo rei, o que não excluía a expectativa de serem remunerados para tal. É uma característica marcante do sistema de recrutamento inglês desde o século XIV, aprofundada no XV. De qualquer forma, a distinção que realiza é interessante pois fornece o indicativo de que há aqueles que lutam tão somente em troca de proventos, como de outros que possuem, efetivamente, algum tipo de obrigação militar junto à Coroa inglesa. O sistema de contratos amplamente empregado ao longo do século XIV e aprofundado ao longo do século XV é discutido por: AYTON, A. *Military service and the dynamics of recruitment in fourteenth-century England*. IN: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century**. Woodbridge: Boydell Press, 2011. p. 9-60; BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-15.

<sup>1280</sup> Muito embora a perspectiva de enriquecimento e acréscimo social fomentassem o desejo de muitos homens a partirem da Inglaterra nas hostes em direção ao continente, a possibilidade de empobrecimento e infortúnios rondavam sua atividade diariamente. É possível mencionar o caso de um certo Thomas Hostelle, o qual escreveu uma carta em 1429 adereçada ao monarca, explicando como, no cerco a Harfleur, em 1416, teve seus “olhos e queixo” feridos por um projétil de uma catapulta (*springholt*), bem como, um ano antes, em Agincourt, sua armadura foi esmagada e sua mão decepada por uma “bola de aço”, incapacitando-o para seguir no ofício de armas. O cronista Jean de Wavrin, escrevendo sobre o mesmo período, aponta que, após a vitória em Agincourt, os sobreviventes, mesmo feridos e doentes pela epidemia de cólera que se espalhou pela tropa, foram obrigados a vender todas os bens saqueados para comprarem comida e uma passagem de volta para a Inglaterra. STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861, v.1, p. 421; WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England**. Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864, v.2, p. 218.

<sup>1281</sup> Do original, “*debete*” (*deputy*). O verbete define: “um oficial subordinado”.

<sup>1282</sup> Do original, “*commissioner*”. O verbete define: “um oficial com poderes cedidos pelo rei ou um de seus principais oficiais para levar a cabo tarefas específicas de cunho administrativo, judicial ou fiscal”.

rei.<sup>1283</sup> Assim, nenhum de vossos soldados terá motivos para oprimir aqueles sob vosso poder ou cobrar deles, tomando seus mantimentos sem pagar pelos mesmos, algo que muitos deles têm feito de modo costumeiro e ininterrupto há cerca de 10 a 12 anos, em razão da falta de recebimento de seus proventos<sup>1284</sup>, ocasionando, conseqüentemente, na perda de territórios, sem reparações e nem punições, [como] veio a acontecer para grande ruína de vossos súditos. Essa foi uma das razões pelas quais seus corações se afastaram de nós, rompendo com sua aliança, devido a coerções de toda sorte, como pilhagens, opressões e extorsões.

Além disso, muitos dos oficiais superiores detêm sob seu comando mais representantes e oficiais inferiores do que o necessário, os quais devastam e destroem a vossos súditos por meio de cobranças indevidas, com o intuito de enriquecerem a si próprios. Muitos desses oficiais têm sido de pouca serventia para a salvaguarda de seus territórios, graças à negligência no exercício das armas em sua defesa e de sua proteção em tempos de necessidade. Nunca se ouviu dizer que qualquer território ou cidade bem progrediu no reino e no governo, seja onde for, de oficiais e governantes indolentes que apenas se escondem por detrás de seu suposto renome, os quais, na verdade, são praticantes de extorsões, pilhagens ou subornos.

Ó poderoso rei, bem como vós, poderosos nobres de vosso reino, caso fossem bem aconselhados e informados dos grandes tormentos e do modo como tais opressões e tiranias, rapinas e crueldades que muitos desses oficiais causaram contra os comuns e os camponeses do dito ducado da Normandia, {pelos quais} permaneceram impunes, é correto julgar que certamente vós, de natureza nobre e, portanto, naturalmente piedosos, não teriam permitido que tais faltas injustas permanecessem sem retificação e nem emenda por muito tempo, ou ainda que tal intrusão tivesse ocorrido, caso a realza da Justiça estivesse em vossas mãos naqueles tempos. Em muitas ocasiões, indivíduos que

---

<sup>1283</sup> Em ambos os casos, a advertência de William Worcester se assemelha àquela feita por William Pagula, no século anterior, acerca de uma prática que parece ter perdurado: a de oficiais régios, em nome da Coroa, se aproveitarem de seu poder e influência para desviarem víveres que deveriam abastecer as tropas em direção à França. NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham.** Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002. p. 73-140.

<sup>1284</sup> Ao contrário dos oficiais régios, William Worcester menciona aqueles que se deslocavam à França e permaneciam por lá por vários anos guarnecendo as fortalezas. Sem os pagamentos em dia, havia aqueles que desertavam, integrando grupos de criminosos ou mesmo companhias de mercenários. Havia ainda aqueles que continuavam a servir a Coroa, porém saqueavam as regiões ao redor das fortalezas, criando animosidades com os moradores que servirão para inflamar o apoio a Carlos VII a partir de 1449. Cf. WRIGHT, N. A. R. 'Pillagers' and 'brigands' in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History**, v. 9, n. 1, 1983.

se passavam por oficiais dispenderam os meios de subsistência [*de vosso predecessor*] mais do que o necessário; também permitiram que os súditos fossem ameaçados e surrados, além de ferir seus animais com suas armas; ações que os levaram a perder a razão devido a tristeza e, compelidos por meio de tais transgressões, a renunciarem ao reconhecimento de vosso título e de vossas leis<sup>1285</sup>, sendo que poderiam ter sido facilmente assistidos e socorridos.

Por conseguinte, eram costumeiramente sobretaxados de modo opressivo com o pagamento de indenizações, talhas<sup>1286</sup>, subsídios e tributos sobre suas rendas, liquidando sobre tais montantes outros mais insustentáveis, os quais eram custeados a vossos antecessores, em razão de seus respectivos poderios sobre aqueles domínios, bem como aos senhores que detinham direitos sobre tais regiões por meio de vossa graça. Muitos desses senhores, habitando nas marcas, cobravam o *appatis*<sup>1287</sup> também dos contendores adversários para que não fossem molestados, sendo, portanto, inúmeras as cobranças e incomensuráveis os tormentos perpetrados por eles, levando tais malefícios às últimas consequências.

Meu Deus! Eles estavam cientes de que aqueles eram cristãos e de que viviam sob vossa autoridade, sob vossas leis, respeitando-as como verdadeiros ingleses; pelas quais também vivemos, somos amparados e cuja guerra sustentamos e mantemos da melhor forma possível. Dito isso, por que deveríamos tolerar que tais tormentos e crueldades fossem lançados contra eles? Ó Deus, todo misericordioso e o maior dos juízes, soberano e justo, por quanto tempo mais afligirá esse reino sem desferir a vingança e a punição pela rendição e destituição daquele ducado?

---

<sup>1285</sup> Isto é, de sua autoridade como rei da França.

<sup>1286</sup> COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004. p. 270.

<sup>1287</sup> Áreas onde o exercício do poder régio era mais flexível tinham de lidar com o problema de serem taxadas pelos guerreiros enviados pelo monarca para proteger-lhes. Tratava-se de uma prática comum entre guerreiros que viviam sob a possibilidade de não serem pagos, e assim extorquiam aos habitantes da região. Uma das formas mais comuns do exercício dessa prática era a tomada de animais usados para a aragem da terra, os quais eram confiscados até que seus proprietários pagassem para tê-los de volta. Parte do sucesso inglês no governo dos territórios franceses deveu-se à percepção de capitães e mesmo do monarca Henrique V de que era preciso ganhar-lhes a confiança, e por isso mesmo, em suas ordenações, aquele monarca proibiu expressamente a prática, ameaçando “tomar os cavalos e armamentos” de quem a levasse a cabo, obrigando-lhes ainda a “restituir os valores dos danos causados na região onde tiver cometido tão ilicitude”. No entanto, conforme indica a admoestação de William Worcester, mesmo com as recomendações régias, a prática teria continuado sendo realizada. CURRY, A. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150-1500**. Woodbridge: Boydell Press, 2008. p. 248; WRIGHT, N. A. R. Ransoms of non-combatants during the Hundred Years War. **Journal of Medieval History**, v. 4, v. 17, 1991, p. 325.

Permita-me observar e explicar as grandes faltas que se seguiram. Pode-se entender que três fatos contribuíram para grandes danos. O primeiro foi a ira divina e o Seu cajado da vingança, que recaíram sobre nós como forma de Sua punição divina, permitindo que nossos adversários prevalecessem, causando a destruição de nossas terras<sup>1288</sup> por meio de repentinas fortunas [*de dissensões*] nesta terra<sup>1289</sup> no ano de 1450 da era de Cristo, quando vosso [*grande*] adversário perpetrou sua intrusão na mencionada Normandia, por compaixão de vossos respectivos súditos, que vinham sendo fortemente oprimidos, ouvindo, assim, seus clamores, gritos e imprecações.

O segundo foi a rebelião daqueles supramencionados, pois, graças à sua falta de fé<sup>1290</sup>, não confiaram na possibilidade de que um exército viria a seu socorro e alívio em tempo hábil, afastando-se de vossa suserania e obediência em favor de vossos contendores adversários. Viu-se, assim, realizarem tratativas ignóbeis à revelia daqueles que estavam comprometidos em salvaguardá-los, defendê-los e ampará-los.

O terceiro foi a escassez de mantimentos, a penúria de dinheiro, a falta de provisões de artilharia e o cuidado com as reservas de armamentos.<sup>1291</sup> Na falta desses, vossos súditos foram forçados a fugirem em direção a vosso contendor adversário, abandonando sua região de origem; ou então viriam a morrer em decorrência de tal pobreza e escassez extrema.

## CAPÍTULO 63

### **Uma advertência sobre como príncipes, senhores e oficiais régios devem reverenciar e salvaguardar a Igreja, defendendo-a de opressões**

Ademais, a fim de alcançar a grande compaixão e reverência de Deus, não permita que preladados da Igreja daquela terra, como arcebispos, bispos, abades, priores, deões, arcediagos e seus ministros sejam oprimidos, subjugados e aviltados, pois, nos dias de seu predecessor, eles eram tomados por pouca reverência ou obediência. É bem sabido,

---

<sup>1288</sup> Os territórios continentais

<sup>1289</sup> Na Inglaterra. Esse é um indício de que essa passagem deve ter sido escrita durante a Guerra das Duas Rosas.

<sup>1290</sup> O termo original empregado foi “*Vainhope*”.

<sup>1291</sup> “*Ordnance*” é mais genérico e por isso “armas”, pois pode ter havido a falta de outros materiais, como lanças, espadas, etc, uma vez que era incumbência da coroa providencia-las. Embora não se refira ao período, o estudo de Richardson aponta para o acréscimo na compra e estocagem de armamentos diversos na Torre de Londres, material aquele que serviria para abastecer as hostes em conflitos principalmente na França. RICHARDSON, R.T. **The medieval inventories of the Tower armouries**, 1320-1410. 374f. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2012. p. 165.

por meio da experiência, que homens ultrajaram-lhes por meio de cobranças excessivas e por meio de coerções ocultas, para que pudessem viver com mais tranquilidade junto aos meios de seu sustento. Pastores também foram obrigados a condescender com grandes taxas, pagamentos e recompensas, as quais foram gastas de forma indolente pelos administradores, governadores e senhores das marcas onde viviam ou possuíam seus meios de subsistência.

As pessoas bem estabelecidas e que geralmente eram visitadas por estrangeiros de grande status, tanto religiosos com laicos, em especial aqueles representantes e guardiães de poderes legais, também eram vítimas de pessoas indolentes que esbanjaram e os cobravam em demasia. Eles eram ordenados senão com o intento de manter o nome de sua instituição<sup>1292</sup>, orar aos seus patronos<sup>1293</sup> e [*manter a hospitalidade para*] alimentar os pobres e os necessitados em caso de dificuldades. Ó Jesus piedoso! Muitos escritores registraram em suas crônicas que Pompeu, um cavaleiro pagão plenamente dotado de {saberes da} Cavalaria dentre os romanos, teve como causa única de sua morte terrível e desdita o fato de que, em certa ocasião, desdenhou da prestação de reverência e honras a lugares sagrados, como igrejas e santuários, além de ter estabulado seu cavalo no templo do Salomão, no qual aquele último havia erigido a mais soberana igreja ou templo da terra para servir e adorar a Deus.

Segundo o exemplo dos últimos dias do rei João da França<sup>1294</sup>, diz-se que os comandantes que integravam seu exército antes de ele ser aprisionado na batalha de Poitiers jactaram-se de terem estabulado seus cavalos na igreja catedral de Salisbury. Após o monarca ser capturado e vislumbrar tal igreja, [*eles*] arrependeram-se. Portanto, nobilíssimo rei e poderosos e renomados senhores, permitam que um remédio apropriado e necessário seja prescrito e ministrado para nós a fim de sanar e reestabelecer-nos dessa enfermidade. Que o mesmo possa ser fornecido pelos fins corretos para que, ao fim e ao cabo, venha a agradar a Deus; que possamos nos afastar e deixar nossa governança vil, a qual permitiu que laicos governassem imoderadamente e, assim, viessem a oprimir a

---

<sup>1292</sup> O termo original “*fundacion*” é genérico e remete a qualquer tipo de organização coletiva, como guildas e hospitais, porém nesse contexto refere-se a monastérios. Possivelmente William Worcester pretendia alertar para o grave nível de desvios cometidos contra os súditos ingleses no continente, onde não apenas os comuns, mas também homens de estirpe e locais a princípio sem conexão imediata com o conflito, não eram poupados mesmo sendo “não-combatentes”. É preciso observar, contudo, os limites da concepção do termo, pois arvorar alguns anacronismos. COX, R. Asymmetric warfare and military conduct in the middle ages. *Journal of Medieval History*, Amsterdam, v. 38, n.1, p. 100-125, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13044184.2011.646745>. Acesso em: 01 ago. 2019. p. 104.

<sup>1293</sup> Ele se refere aos religiosos.

<sup>1294</sup> O do tempo de Eduardo III.

Igreja. Esperemos que essa injúria passada e esse súbito golpe de iniquidade, ocorridos nos dias de vosso predecessor, não sejam deliberados em nosso julgamento a ponto de serem decretados, apreciados e determinados como algo que ocorreu para nosso bem e vantagem, mas sim como uma punição de nossas más-ações, para que então possam ser relevadas ao momento de nossa salvação.<sup>1295</sup>

O que disse São Jerônimo entre suas pesarosas consternações acerca da profecia de Joel?<sup>1296</sup> [*Ele disse que*], caso não tenhamos conhecido a Deus na riqueza e na prosperidade, então, ao menos, que o conheçamos em nossa adversidade, de tal modo que, naquelas circunstâncias, nos desviemos da retidão e nos excedemos nas faltas, cometendo, portanto, crimes imputáveis e pecados das paixões, como a opressão e a avareza, mas especialmente o orgulho, a inveja, etc. Devemos nos afastar deles com a coragem que nos cabe, para que assim não sejamos castigados e nem punidos por esse súbito golpe de iniquidade e de vingança, e nem por outros tormentos como temos sofrido diariamente desde os dias de vosso antecessor, causados pelos vossos supramencionados adversários.

## CAPÍTULO 64

### **Como os filhos de senhores e nobres de nascimento devem se devotar à prática das armas em prol da defesa de sua terra**

Ademais, em prol da defesa de vossos reinos<sup>1297</sup> e da salvaguarda de vossos territórios em tempos de vicissitudes, e também para o desenvolvimento e acréscimo da Cavalaria e da reverência obtida por meio das armas, comande, funde, estabeleça e ordene que os filhos de príncipes, senhores, e aqueles que em sua maioria se originam e descendem de sangue nobre, como antigos cavaleiros, escudeiros, e outros homens de linhagem ancestral, que, ainda em sua juventude, sejam instigados, estimulados e

---

<sup>1295</sup> Possivelmente William Worcester pretendeu dizer que, muito embora os ingleses tivessem se beneficiado materialmente das ações descritas, elas devem ser vistas como desvios a serem corrigidos, para que não constem em suas almas à época da salvação.

<sup>1296</sup> O profeta aponta que pragas serão lançadas contra os ímpios, exortando aos pecadores à conversão autêntica. Joel, livro 2, versículos 11-17. **DOUAY-RHEIMS BIBLE**. Disponível em: <http://www.drbo.org/chapter/34002.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

<sup>1297</sup> Aqui o tom se altera em relação a outros momentos do tratado: Eduardo IV é tratado como rei da Inglaterra e França, título que foi assumido por Henrique V após ser nomeado herdeiro de Carlos VI. Com sua morte poucos meses depois, Henrique VI assume ambas as coroas com apenas nove meses de idade, adicionando um elemento de forte tensão nas disputas entre os Armagnac – Burgúndios. De qualquer forma, se Carlos VII já se auto nomeava rei da França antes de 1453, após a tomada dos territórios do controle inglês, ele passa a ser o rei *de facto*.

exercitados nas disciplinas, doutrinas e práticas das escolas de armas. Ali, devem acostumar-se a justar, a empregar uma carga com uma lança, a manusear o machado, espada, adaga e todas as outras armas para sua autodefesa.

Devem também aprender a luta corporal, a esquivar-se, a saltar e a correr, a fim de estimular<sup>1298</sup> seus corpos, deixando-os ágeis e em boas condições, pois quando vossa majestade e vosso reino, em tempos de vicissitudes, tiverem de contar com a assistência deles em expedições para a realização de feitos de armas, eles possuirão a experiência que os tornarão mais aptos e capacitados para prestarem seu auxílio em qualquer região onde venham a ser necessários. Dessa forma, eles não serão [*mal instruídos*<sup>1299</sup>], surpreendidos e nem ficarão atônitos quando tiverem de realizar tais expedições, ou mesmo quando desafiarem ou forem desafiados por outros de ascendência nobre a um duelo proclamado<sup>1300</sup>, sob certa pontuação, ou em um combate justo de ser lutado; e também no caso de necessitarem de assistência para preservarem, manterem e defenderem vosso reino contra vossos adversários em tempos de guerra.

Esse era o costume nos tempos de vossos nobres ancestrais, isto é, tanto os reis da França como da Inglaterra. Por exemplo, o rei Eduardo III impunha a exigência da mestria nessas artes a seu nobre filho Eduardo, príncipe, já em sua juventude, assim como aos filhos de todos os nobres, pois assim tornavam-se mais aptos no exercício das armas. [*Conforme fui informado pelo meu amparador*], o cavaleiro Henrique, [*o primeiro*<sup>1301</sup>]

---

<sup>1298</sup> Sobre a preparação física do corpo guerreiro para o combate, sobretudo a partir da perspectiva de letrados ingleses, cf.: BRUSO, S. Bodies hardened for war: knighthood in fifteenth-century England. *Journal of medieval and early modern studies*, North Carolina, v. 47, n.2, p. 255-277, mai. 2017; WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). *War and Literature*. Cambridge: D.S. Brewer, 2014. p. 21-40.

<sup>1299</sup> O termo original “*unkonnyng*” foi inserido posteriormente à primeira versão de William Worcester. Segundo o verbete do *Middle English Dictionary Online*, ele pode relacionar-se àqueles que não foram educados, de modo mais amplo, porém se afunila para questões que, de certa forma, relacionam-se ao modelo de cavalaria apresentado pelo letrado: ignorante de um costume ou lei; ignorante de uma verdade espiritual; tolo, imprudente, insensato, ignóbil; perverso; inapto, etc. Tal descrédito na prática das armas ou mesmo na observância dos códigos cavaleirescos apresentados no *Boke of Noblesse* dialogam com outros escritores contemporâneos.

<sup>1300</sup> Trata-se de um duelo com ritos procedimentais rígidos. Um exemplo contemporâneo desses regimentos é aquele escrito por John Tiptoft, conde de Worcester na segunda metade do Quatrocentos. HARRINGTON, H. *Nugae antiquae*: being a miscellaneous collection of original papers, in prose and verse. Selected from authentic remains by the late Henry Harrington, and newly arranged, with illustrative notes, by Thomas Park. London: J. Wright, 1804. p. 1-12.

<sup>1301</sup> Essa referência é confusa pois William Worcester não explicita quem é esse Henrique. Pode ser que tenha considerado os Henriques IV, V e VI como I, II e III no sentido de seu governo contínuo. Se for o caso, talvez ele se refira a Henrique IV, porém Fastolf só foi sagrado cavaleiro em 1416 e Henrique IV morreu em 1413, descartando tal hipótese. Pode ser também que ele realize então uma oposição entre Henrique V e VI, pois ao longo do texto o V é tido como um exemplo de rei cavaleiro, ao passo que o VI é mencionado apenas três vezes e de forma negativa. Tais leis de armas a que se refere podem ser justamente as ordenações organizadas pela Curry.

duque de Lancaster, atento às práticas cavaleirescas e conhecido por ter sido uma grande autoridade a instaurar as leis de armas, recebeu jovens cavaleiros, filhos de príncipes e senhores de regiões estrangeiras, como aqueles vindos da Espanha, Aragão, Portugal, Navarra e da França, para serem instruídos, informados e preparados em sua nobre corte na escola das armas, bem como para que atentassem à nobreza, à cortesia e à reverência. Dessa maneira, a honra deles se espalhou, aumentando seus renomes em todas as regiões onde estiveram.

Sob seu exemplo, nos tempos de vossos antecessores, outros nobres príncipes e senhores de grande nascimento estavam acostumados ao exercício de habilidades apropriadas à defesa {da prerrogativa do emprego} das armas e da nobreza que lhes pertencia. Contudo, ultimamente, é lamentável que muitos daqueles que descendem de sangue nobre e são nascidos para as armas, como os filhos de cavaleiros, escudeiros, e outros de sangue nobre, se dediquem a práticas incomuns e a conhecimentos e [habilidades] estranhas ao que lhes é apropriado, como o aprendizado dos usos da leis e os costumes do reino, ou seja, questões civis, dispendendo assim grande parte de seu tempo em tais afazeres inúteis, como ocupar um lugar no conselho da corte<sup>1302</sup>, ostentando um comportamento cheio de orgulho nas sessões dos condados. {Não bastasse isso}, também atormentam e governam os pobres e simples, cujo modo de vida ignorante faz com que desejem tão somente viver em paz.

E quem pode governar e dedicar-se ao mesmo tempo a tais questões? Do modo como as coisas tem ido, quem, dentre todos os estamentos, tem mais preparo do que aquele que se dedicou 30 ou mesmo 40 anos dos seus dias a grandes perigos nas conquistas e guerras [de vossos antecessores]?<sup>1303</sup>

Queira Jesus que eles sejam tão bem instruídos a serem bons homens de armas, comandantes ou capitães no campo de batalha onde quer que venham a estar, pois é lá onde a reverência e os atos de bravura devem ser demonstrados. Aquele é {um lugar} muito melhor, portanto, para {adquirirem tais conhecimentos a fim de} se tornarem capitães e governantes, {ao contrário} do que eles têm aprendido nas sessões diárias do

---

<sup>1302</sup> Muito embora os filhos da *gentry* viessem cada vez mais ocupando poderes terratenentes e deixando as armas de lado no XV, demonstrar socialmente seu vínculo com a atividade de armas era algo desejável. Por essa razão, não era incomum que assumissem armas heráldicas e títulos como o de *esquire* como um símbolo da mobilidade social entre si e em afastamento daqueles outros em hierarquicamente inferiores. ARMSTRONG, J.W. The development of the office of arms in England, c. 1413-1485. In: STEVENSON, K. (Ed.). **The herald in late medieval Europe**. Woodbridge: Boydell Press, 2009. p. 16.

<sup>1303</sup> Possivelmente essa é uma referência a John Fastolf, o qual se encontrava velho e com ampla experiência marcial na década de 1450. Entretanto, à época em que o tratado foi finalizado (1475), aquele cavaleiro, bem como boa parte dos grandes senhores a combaterem nas décadas finais do conflito, já haviam falecido.

condado, onde condenam falsamente e punem os ignorantes, levando aqueles últimos [*ao empobrecimento*], ao passo que enriquecem e se magnificam ainda mais. Ao invés disso, deveriam preocupar-se em fazer com que os representantes locais da justiça<sup>1304</sup>, bem como outros oficiais régios, mantivessem os bons costumes de vossas leis.<sup>1305</sup>

Dessa forma, haveria pouca necessidade de aborrecimentos, reflexões e de esforço para reconquistar vossa herança por direito, ou mesmo para defender o vosso reino de vossos inimigos. Tal prática incomum [*não*] deveria ser o costume e nem a ocupação [*inapropriada*] daqueles de nascimento nobre, [*mas sim apenas daqueles que, por serem o irmão mais jovem, não possuem meios para viver honestamente*].<sup>1306</sup> Se os valentes romanos tivessem permitido que seus filhos dispendessem o seu tempo com tais práticas incomuns, empregando alegações para oprimir [*por meio de costumes e da lei, eles não teriam conquistado por duas vezes*] a cidade de Cartago aos africanos.

## CAPÍTULO 65

**Como aqueles a ocuparem ofícios relativos à prática legal devem ser escolhidos, dentre aqueles de boa conduta, temperados e virtuosos na disposição de seu caráter, cabendo sua proteção aos senhores e homens de nascimento nobre**

Era corrente nos tempos de outrora que a prática e a instrução acerca dos costumes e das leis da terra deveriam ser destinadas tão somente àqueles de modos circunspetos, virtuosos e bem controlados, desde que descendessem de nascimento adequado para ocupar o ofício e que administrassem de forma correta e justa os estatutos e os costumes da lei de seu povo, sem interferir indevidamente em processos, agindo, portanto, contra a Justiça. Oficiais e administradores da lei devem ser protegidos e mantidos pelos príncipes, senhores e homens de reverência quando assim for o caso, especialmente aqueles últimos que vierem a defender-vos e a vosso reino e que possuem terras exclusivamente por meio de vossa graça em função de tais ofícios – que lhes foram transmitidas por vossos nobres ancestrais.

Por tal razão, devem ser instruídos e introduzidos no temor a Deus ao invés de, arrogantemente, ofenderem as Suas leis, razão pela qual ofereço tal exemplo. Está escrito

---

<sup>1304</sup> No original, “*justices*”. Conferir nota prévia sobre esse termo.

<sup>1305</sup> Isto é, os costumes do reino e as leis do reino.

<sup>1306</sup> Essa passagem é interessante pois o letrado aponta que os filhos mais velhos, e não os mais jovens, devem se dedicar ao exercício contínuo das armas.

no trigésimo sexto capítulo do profeta Jeremias que, em razão do menosprezo que Joaquim, rei de Judá, demonstrou as admoestações, advertências e as doutrinas divinas organizadas em livros e em outros escritos por Jeremias, aquele rei fez com que fossem lançados ao fogo e desdenhou em ouvi-las, empregando, em vez disso, apenas a sua própria obstinação e vontade, sem quaisquer conselhos. Em decorrência disso, Deus disse pela boca do profeta que ele não teria sucesso em produzir um herdeiro para continuar a sua linhagem e a governar o reino posteriormente. Ademais, Ele disse que o visitaria para castigá-lo, bem como aqueles de seu sangue também sofreriam da mesma forma. E fez-se cumprir a profecia.<sup>1307</sup>

Ó, vocês, que agem da mesma forma, afastem-se dos prazeres das paixões dessa ocupação imprópria, como se especificou anteriormente a respeito dos filhos de homens nobres.<sup>1308</sup> Deixem-se, em vez disso, ser iniciados e instruídos desde a juventude em coisas pertinentes e próprias [*à nobreza*], como o exercício das armas e em tais ocupações de reverência. Uma vez providenciadas e ordenadas, não permitam que se demorem, mas, ao invés disso, que imediatamente se persista em sua prática de modo constante, pois não duvidem de que Deus, que é todo piedoso e incessantemente nos socorre, não repreende os corações mais humildes e cheios de arrependimento, pois, em Sua infinita bondade, aceitará em Seu favor e em Sua graça nosso intento, estando conosco em todas as nossas boas ações e feitos.

## CAPÍTULO 66

### Como grandes gastos e a pompa no vestir-se devem ser evitados

Assim, em testemunho ao que foi dito, evitem e se afastem da superfluidade e excessos de ostentação e no modo de se vestir. Permitam que cada estado se vista do mesmo modo que os romanos faziam, ou seja, em épocas de aflições, tormentos ou angústias por ocasião de guerras e ações marciais, eles usavam um tipo de vestimenta, enquanto em tempos onde a prosperidade e a felicidade reinavam, empregavam outro.<sup>1309</sup>

<sup>1307</sup> Essa passagem, conforme declara William Worcester, está no trigésimo sexto capítulo do livro de Jeremias. **DOUAY-RHEIMS BIBLE**. Disponível em: <http://www.drbo.org/chapter/28036.htm>. Acesso em 26. nov. 2019.

<sup>1308</sup> Isso é, da função de letrados e homens das leis em detrimento do ofício das armas.

<sup>1309</sup> A partir dos saberes reunidos por Vegécio, era comum que tratados argumentassem a necessidade do emprego contínuo da armadura para que o corpo se acostumasse a seu peso e ao desconforto, parecendo mais leve e não causando impedimentos quando a situação real de batalha viesse a ocorrer. WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and Literature**. Cambridge: D.S. Brewer, 2014. p. 28.

Vosso adversário na França aplicou tais práticas e costumes, evitando todos os trajes, peças de vestuário e ostentações de vaidade de alto valor, expressamente deixando de lado o uso de peles e peliças. Tais vestimentas custosas e a atenção aos estilos em voga, usados em vosso reino, em especial entre aqueles pobres comuns, tem sido uma das grandes faltas que vem causando o empobrecimento de sua terra, além de reforçar o grande orgulho, inveja e raiva entre aqueles supracitados; sendo uma prática inapropriada a trazê-los para grande indignação e pobreza.<sup>1310</sup>

## CAPITULO 67

### **Como grandes danos e faltas recaíram sobre o reino devido ao não pagamento de forma correta dos credores que fizeram empréstimos a altos soberanos**

[*Nos tempos de vosso antecessor*], algo amplamente sabido, por meio de exemplos conhecidos, era que os pobres comuns não pagavam integralmente o que deviam por seus empréstimos, víveres e outras mercadorias, frequentemente realizados em nome de vosso predecessor, Henrique VI, denominado rei; e, de diversas formas, atrasavam e dispendiam grande parte daqueles bens. Igualmente estimavam seus débitos e pagamentos, fingindo não terem o suficiente e, assim, desobrigarem-se parcialmente de suas responsabilidades a fim de receberem a outra metade {do pagamento}, motivo de grande ônus e impedimentos aos súditos.

Assim, para evitar tais faltas, nobre e justo rei, por meio do aconselhamento prudente de seus nobres senhores, permita que vossos ricos tesouros sejam distribuídos amplamente entre vossos verdadeiros súditos, tanto joias, baús de ouro e prata, a fim, sobretudo, de auxiliar e impelir vossa conquista, bem como para o socorro de vossos súditos mais desamparados e necessitados. Em particular, tal tesouro pode ser empregado junto àqueles que perderem as suas terras, meios de subsistência e bens durante as guerras. Faça-o ser distribuído em forma de dinheiro, a fim de remediar e socorrer essa grande

---

<sup>1310</sup> Na tradução do “Segredo dos Segredos” produzida em 1448, é recomendado que em tempos de adversidades, sobretudo naqueles em que a “falta de dinheiro” leva ao “empobrecimento de territórios sob o seu governo”, o príncipe deve oferecer “alívio” aos seus súditos, dispondo de suas “riquezas” ligadas não apenas ao “ouro e outros tesouros”, mas também de “bebidas, alimentos” e também de “tecidos”. A noção era de que, em nome do bem comum, se evitasse a cobiça e o orgulho de sua demonstração, posse e aquisição. Um exemplo disso é o relato de John Capgrave sobre a proibição lançada em 1363 para que aqueles de estado inferior se abstivessem de usar jóias, ornamentos, peliças, bem como de consumirem carnes e bebidas de maior valor. CAPGRAVE, J. **The chronicle of England**. Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858. p. 222.; MANZALAOUI, M.A. (Ed.). **Secretum secretorum: nine English versions**. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 219.

consternação e necessidade, assim como para defender vosso reino contra seus adversários supramencionados. Costuma-se dizer que um reino se encontra em melhor situação quando está sem tesouros do que sem honra, e também é melhor levar uma vida pobre em um reino rico, em tranquilidade e paz do que ser rico em um reino pobre, onde as discordâncias e as contendas imperam. Caso venha a proceder dessa forma, todo homem, de acordo com o seu estado, também fará o mesmo. Portanto, provejam o exemplo para todos nós, audazes e poderosos homens de bons conselhos e importância, onde cada um deve fazê-lo segundo o seu estado.

## CAPÍTULO 68

**Como São Luís, rei da França, em seu testamento escrito de próprio punho, aconselhou seu filho [*para que*], após o término de seu reinado, cuidasse e protegesse as boas cidades de sua terra, tanto as de maior como as de menor porte, bem como empregasse a justiça e a paz.**

A fim de emular e laborar segundo os abençoados aconselhamentos de São Luís, rei da França, deve-se enumerar, dentre outras advertências e conselhos em seu testamento, um capítulo [*no qual ele*] adverte e prescreve a seu filho, Filipe, que reinou a seguir. Ele deveria empregar e fazer valer toda a sua diligência para que pudesse manter seus súditos em paz e Justiça, e especialmente para proteger e promover os interesses das boas cidades de seu reino, mantendo seus privilégios e liberdades de forma que elas pudessem se desenvolver e manter seu poderio, pois, se fossem bem cuidadas, os inimigos internos de seu reino ou os contendores adversários titubeariam e seriam cautelosos em realizar quaisquer ações marciais contra sua nobre majestade.

Caso os adversários venham a trabalhar contra a honra de vossa pessoa e o bem-estar de vosso reino, os ditos cidadãos, burgueses e bons comuns deverão demonstrar poderio e boa coragem, dispendo de seus corpos e bens com largueza a serem empregados para resistir-lhes. Assim, protejam e poupem aos pobres, em especial os necessitados, como um sinal de que em vossos corações podem recordar e relembrar a vingança das duras afrontas manifestadas contra esse reino, bem como para recuperar a reverência que esse reino perdeu recentemente.

Mesmo aqueles que não possuem habilidades corporais, ou costume de empregá-los na realização de feitos de armas e a compreensão de que tais atividades não lhes

competem, como no caso dos homens regulares e seculares, ainda assim os laicos pedirão que auxiliem com sua boa coragem, e não de modo forçado por meio do pagamento de taxas ou mesmo com servidão nos tempos que se avizinham, mas sim com o livre arbítrio, com um coração cheio de generosidade, como se faz tão apropriado e necessário atualmente. É dessa maneira que os ingleses probos deveriam fazê-lo, isto é, todo homem deveria dispor de seus bens de acordo com suas possibilidades. Assim, em reverência a Deus, que isso seja levado a cabo.

Deve-se mostrar agora, ou ao menos assim deveria ser, quem é considerado bom e vantajoso para o bem comum, e que, igualmente, se dispõe a laborar pelo avanço desse feito de grande necessidade. Aqueles que não dispuserem de meios pecuniários, bens ou tesouros, ainda assim empreguem sua boa vontade. Um nobre reino de grande distinção e de nobre renome como sempre o foi. Quando Deus anseia por demonstrar o Seu poder e quer que sejamos vitoriosos, quem pode se opor? Devem ser confundidos com pessoas de reputação mais simples do que a vossa, as quais vós {aristocratas} e vossos nobres progenitores conquistaram e sobrepujaram várias vezes anteriormente? Faz-se por bem compreender que não possuís guardiães, mantenedores, e nem defensores, mas tão somente Deus, cuja vontade para que assim seja, O faz ao mesmo tempo testemunha e agente.<sup>1311</sup> Alguns dizem que a enchente do Tâmis a faz transbordar em temporadas de chuvas, porém, apesar de tudo, como o poder e a graça de Deus, vós não estais na extremidade desses temporais, e nem seria possível que chegasse a essa situação de tanta indigência e necessidade.

## CAPÍTULO 69

**Sobre quando os romanos enfrentaram extrema carestia, em que tanto a carne como o dinheiro lhes faltaram e sua cavalaria foi destruída e, ainda assim, aqueles que [restaram], como viúvas e outros, sentiram-se encorajados ao ponto de conseguirem auxiliar Roma a reconquistar seus direitos e liberdades.**

Em certo momento, quando os romanos se encontraram em uma situação de grande carestia, faltou-lhes tanto a carne como o dinheiro para sustentar e amparar sua bravura, porém, nem mesmo assim lhe faltou a nobre coragem e a boa esperança. Dessa forma, quando o antigo sangue fidalgo foi vertido em batalha, eles sagraram seus servos

---

<sup>1311</sup> Talvez seja uma alusão a Henrique VI por ter dependido tanto tempo de guardiães.

como cavaleiros, objetivando prosseguir com sua conquista e para aumentar os números de suas hostes.<sup>1312</sup> Enquanto isso, as reverenciadas senhoras de Roma, em especial as viúvas carpideiras, que naquele tempo não estavam acostumadas a pagar e a sustentar a remuneração dos homens de armas, mesmo assim, quando a necessidade os atingiu, se ofereceram e trouxeram, liberalmente, suas joias e bens, ação pela qual receberam grandes agradecimentos e foram louvadas e, após a vitória, foram bem recompensadas e indenizadas.

Também pude ler acerca de um nobre exemplo no quinto livro de Tito Lívio sobre a segunda década das Guerras Púnicas. Naquela ocasião, os nobres romanos, nos tempos de guerras que há muito se estendiam contra seus adversários africanos, proveram para a defesa de seu território, o qual havia sido abandonado, por meio de impostos, talhas e tributos, além de cederem uma parte considerável de seus bens móveis, a ponto de não terem mais meios de sustento provindos senão de suas próprias terras. Nessa situação, veio a ocorrer que os territórios da Sicília e Sardenha necessitavam prover {o sustento de} um grande exército e uma multidão de pessoas, assim como dos homens que ficaram encarregados de defendê-los e mantê-los tanto por mar como por terra.<sup>1313</sup>

Por essa razão, os comuns de Roma suportaram uma grande quantidade de taxas até que não puderam mais tolerá-las, a menos que os senhores senadores e conselheiros de Roma também fossem taxados. Os comuns de Roma começaram a reclamar e a ressentir-se de tal modo nos mercados abertos contra os de grande estado e senadores, dizendo que eles vendiam os corpos e os bens dos comuns, que não podiam mais pagar por impostos e talhas. Os governadores de Roma, a fim de pacificarem o povo, disseram que iriam realizar um conselho e recomendar um dia para proverem o bem comum, e concluíram que, fosse certo ou errado, eles, senadores, homens de grande estado e governadores deveriam se desfazer amplamente de seus bens, pois assim serviriam como exemplos para os comuns na defesa do território da Sicília e na manutenção da terra e do mar contra os inimigos.

(Marco Valério) Levino<sup>1314</sup>, um nobre senador, proclamou que, uma vez que os senadores detinham primazia sobre os bens e o governo da cidade como {forma de}

---

<sup>1312</sup> Conforme destacada na primeira parte da investigação, a sagração de homens de origens incertas veio a tornar-se uma prática relativamente aceitável face ao cenário de afastamento da alta nobiliarquia das funções de armas.

<sup>1313</sup> Conforme aponta William Worcester, esse episódio é relatado no livro 23, capítulo 21 de Tito Lívio.

<sup>1314</sup> Sobre essa passagem, cf. WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature: 1430-1530**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. p. 121-122.

promoção da{s suas respectivas} reverência e dignidade, da mesma forma era razoável que eles devessem arcar com parte da responsabilidade em defender os comuns e dar o exemplo sobre as mesmas ordens que proferiam a esses últimos. Dessa forma, disseram aqueles nobres, permitam-nos dar o exemplo para os comuns ao dirigirmo-nos a feira ainda mais cedo do que vocês, trazendo grande parte de nossas moedas de ouro e prata, bem como aquelas outras cunhadas<sup>1315</sup> que cada um de nós senadores e homens de estado possuímos, de modo que nenhum de nós retenha para seu próprio uso nada a exceção de anéis e outras joias para fins de reverência de sua {respectiva} esposa e filhos tão somente.

Dessa forma, cada oficial não deve possuir recipientes de prata, à exceção de um relicário e de um aparador. Cada senador deve manter somente uma libra de prata cunhada; e cada homem casado com mulher e filhos deve manter para cada um deles mais ou menos uma onça de prata, e cada cidadão de posses e com certo grau de importância deve reservar tão somente cinco mil *pence* de moedas de latão, pois todo o restante de moedas de ouro, prata e latão deveria ser levado aos tesoureiros da cidade. Subsequentemente, os comuns de Roma, ponderando que os senadores e governantes, por sua própria vontade abriram mão de modo amplo e abundante de seu ouro e do tesouro em prol do bem comum, para a defesa e manutenção do mar com navios e marinheiros, para a defesa e o rechaço de seus adversários, trouxeram espontaneamente e com grande coragem, segundo seu poder e posses, ouro, prata e outras moedas para os tesoureiros e outros dedicados ao câmbio, que estavam compromissados em receber o dinheiro.

A exaltação era tão grande que eles não tinham tempo para escreverem os nomes dos nobres cidadãos, e nem de contar ou mesmo dizer a quantidade total e individual que cada homem trouxe. Por meio dessa boa vontade e dessa forma de procedimento, o bem comum foi acrescido a ponto de que os cavaleiros e outros guerreiros obtiveram mais do que o necessário para defender e manter os territórios da Sicília e Sardenha, bem como para controlarem o mar.

Todas as coisas e regulações pertinentes à guerra foram providenciadas e levadas a cabo de forma honrosa e com grande labor e trabalho, de forma que todos os senadores e conselheiros não precisavam mais tardar em sua atividade, mas, em vez disso, cada um

---

<sup>1315</sup> Talvez a distinção a que William Worcester se refere diga respeito a uma distinção presente no texto original citado por ele pertinente ao sistema monetário romano, onde o ouro e a prata foram mantidos junto ao emprego de lingotes e de moedas em situações diversas. Para uma discussão sobre o estado da questão, cf. HARRIS, W.V (Ed.). **The monetary systems of the Greeks and Romans**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 160-206.

deles se deslocou até seus respectivos territórios para realizarem suas próprias provisões. Os romanos nunca haviam enfrentado tal adversidade como nesse caso de urgência e, por meio dessa liberalidade, conseguiram se recuperar e foram trazidos novamente à reverência, prosperidade e bem-estar.

Que Deus, todo poderoso, permita que todos de coração avarento venham a agir com tal liberalidade e livre contribuição, às custas de seus bens móveis e tesouros, em favor do bem comum, assim como para defendermo-nos de nossos adversários, e para a manutenção tanto do mar como da terra, para que assim sejamos sempre capazes de ser senhores e mestres, nobres governantes como fomos outrora.

Aqui termina essa epístola, a respeito de emendas, no dia 15 de junho do ano de 1450 da era Cristo, décimo quinto do reinado do nobre rei Eduardo IV.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Corpus documental

**A COLLECTION of ordinances and regulations for the government of the Royal Household**, from King Edward III to King William and Queen Mary. London: Printed for the society of antiquaries by John Nichols, 1790.

**A CHRONICLE OF LONDON, from 1089 to 1483**. London: Longman, Rees, Orme, Brown and Green. 1827.

**A PARISIAN JOURNAL, 1405 - 1449**. Translated by Janet Shirley. Oxford: Clarendon Press, 1968.

**A translation of Glanville**. By John Beames to which are added notes, with introd. By J.H. Beale. Washington, Byrne, 1900.

ADAMS, R. **The book of the order of chivalry**. Huntsville, Texas: Sam Houston State University Press, 1991.

ALLMAND, C. (Ed). **Society at war: the experience of England and France during the Hundred Years War**. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1973.

**AN ANGLO-SAXON chronicle**. Edited by M.J. Swanton. Exeter: University of Exeter Press, 1990.

ARISTOTLE. **Nicomachean ethics**. Translated with an interpretive essay, notes, and glossary by Robert C. Bartlett and Susan D. Collins. Chicago; London: University of Chicago Press, 2011.

ARISTOTLE. **Nicomachean ethics**. Translated by C.D.C. Reeve. Indianapolis; Cambridge: Hacket Publishing Company, 2014.

AUGUSTINE OF HIPONA. **The city of God against the pagans**. With an English translation by George E. McCracken. Cambridge: Harvard University Press, 1957. Vol. 1.

BAKER, G. **The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook**. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

BEL, J. **The true chronicles of Jean Le Bel: 1290-1360**. Translated by Nigel Bryant. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

BELLIS, J. (Ed.). **John Page's the siege of Rouen**. Edited from London, British Library, Ms Egerton 1995. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2015.

BLAYNEY, M.S. **Fifteenth-century English translations of Alain Chartier's *Le traite de l'esperance* and *Le quadrilogue invective***. London: Oxford University Press, 1974.

BRIE, F.W.D. **The Brut, or the chronicles of England**. London: Early English Text Society, 1906 – 1908.

BRUNI, L. **History of the Florentine people**. Edited and translated by James Hankins. Cambridge, Massachusetts; London: Harvard University Press, 2007, vol. 1.

BYLES, A.T.P (Ed.). **Book of the ordre of chyualry**. Translated and printed by William Caxton. Abingdon: Routledge, 2010.

\_\_\_\_\_. **The book of fayttes of armes and of chyualrye**. Translated and printed by William Caxton. London: Oxford University Press, 1937.

BOETHIUS. **Tractates, de consolationi philosophiae**. Translated by H. F. STEWART and E.K. Rand. London: Heinemann, 1968.

BONET, H. **The tree of battles**. English version with introduction by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1949.

BÜHLER, C.F. (Ed.). **The dictes and sayings of the philosophers**. Translations made by Stephen Scrope and William Worcester and an anonymous translator. London: Early English Text Society, 1941.

\_\_\_\_\_. **The epistle of Othea**. Translated from the French text of Christine de Pisan by Stephen Scrope. Edited by Curt F. Bühler. London: Oxford University Press, 1970.

**CALENDAR OF PATENT ROLLS**. Henry VI, 1422 – 1461. London, H.M.S.O., 1901 - 1911. 6 v.

CAPGRAVE, J. **The books of the illustrious Henries**. Translated from the Latin by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts, 1858.

\_\_\_\_\_. **The chronicle of England**. Edited by Francis Charles Hingeston. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858.

CHANTILLON, W. **The Alexandreis of Walter of Chantillon**: a twelfth-century epic, a verse translation. Translated by David Townsend. Pennsylvania: University Press, 1996.

CHARNY, G. **A knight's own book of chivalry**. Introduction by Richard W. Kaeuper; translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia, PENN: University of Pennsylvania Press, 2005.

**CHRONICON** anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

CICERO, M.T. **De invention. De optimo genere oratorum topica.** With and English translation by H.M. Hubbell. London: Heinemann, 1949.

\_\_\_\_\_. **De officiis.** With an English translation by Walter Miller. London: Heinemann, 1913.

\_\_\_\_\_. **De re publica; De legibus.** With an English translation by Clinton Walker Keyes. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1928.

CURRY, A. Disciplinary ordinances for the English and Franco-Scottish armies in 1385: an international code? **Journal of Medieval History**, v. 37, p. 269 – 294, 2011.

\_\_\_\_\_. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. (Eds.). **War, government and aristocracy in the British isles, c. 1150 – 1500.** Woodbridge: Boydell Press, 2008.

DAVIES, J.S. (Ed.). **An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V, and Henry VI written before the year 1471.** London: Camden Society, 1856.

DIO. **Roman History.** Translated by Earnest Cary on the basis of the version of Herbert Baldwin Foster. London: Macmillan, 1914.

DOUGLAS, D. C. **English historical documents.** London: Routledge, 1996. v. 4.

DYBOSKY, R.; AREND, Z.M. (Eds.). **Knyghthode and bataile:** a XVth century verse paraphrase of Flavius Vegetius. Oxford: Early English Text Society: 1971.

EUTROPIUS. **Historiae Romanae, libri septem.** Edited by C. Bradley, with gramatical notes adapted to the public school latin primer by John T. White. London: Longmans, 1883.

FENN, J. **Original letters, written during the reigns of Henry VI, Edward IV and Richard III.** London: G.G.J. and J. Robinson, 1787.

FLENLEY, R. (Ed.). **Six town chronicles of England.** Oxford: Clarendon Press, 1911.

FORTESCUE, J. **On the laws and governance of England.** Edited by Shelley Lockwood. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997.

GAIRDNER, J (Ed.). **The historical collections of a citizen of London in the fifteenth century.** London: Camden Society, 1876.

GAIRDNER, J (Ed.). **The Paston letters, A.D. 1422 – 1509.** Edited with notes and introduction by James Gairdner. London: Chatto & Windus, 1904. 4 v.

**PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Chris Given-Wilson. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 9. Disponível em: <http://www.sd-editions.com/PROME/home.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

**PARLIAMENT ROLLS OF MEDIEVAL ENGLAND, 1275 – 1504.** Edited by Anne Curry. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 10-11. Disponível em: <http://www.sd-editions.com/PROME/home.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Edited by Anne Curry & Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 12. Disponível em: <http://www.sd-editions.com/PROME/home.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Edited by Rosemary Horrox. London: Boydell & Brewer, 2005. v. 13-14. Disponível em: <http://www.sd-editions.com/PROME/home.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

GRAY, T. **The Scalacronica: 1272-1363.** Edited and translated by Andy King. Durham: Surtees Society, 2005.

HOCCLAVE, T. **The regiment of princes.** Edited by Charles R. Blyth. Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 1999. Disponível em: < <http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/blyth-hoccleve-the-regiment-of-princes>>. Acesso em 07 mar. 2018.

HUNTINGDON, H. **Historia Anglorum: the history of the English people.** Edited and translated by Diana E. Greenway. Oxford: Clarendon, 1996.

JONES, M.; WALKER, S. (Eds). Private indentures for life service in peace and war 1278 – 1476. **Camden fifth series**, Cambridge, v.3, p. 1 – 190, jul. 1994.

KINGSFORD, C.L. (Ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Clarendon Press, 1905.

\_\_\_\_\_. **The first English life of king Henry the fifth.** Oxford: Clarendon Press, 1911.

LESTER, G. **The earliest English translation of Vegetius' De re militari.** Heidelberg: Winter, 1988.

LYDGATE, J. Measure is tresour. In: SPONSLER, C. (Ed). **Mummings and entertainments.** Kalamazoo, Michigan: Medieval Institute Publications, 2010. Disponível em: < <http://d.lib.rochester.edu/teams/publication/sponsler-lydgate-mummings-and-entertainments>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

MANZALAOUI, M.A. (Ed.). **Secretum secretorum: nine English versions.** Oxford: Oxford University Press, 1977.

MÉZIÈRES, P. **Letter to King Richard II: a plea made in 1395 for peace between England and France.** Original text and English version of Epistre au Roi Richart introduced and translated by G.W. Coopland. Liverpool: Liverpool University Press, 1975.

MONMOUTH, G. **The history of the kings of Britain.** Edited and translated by Michael A. Faletra. Peterborough, Ontario: Broadview, 2008.

MYERS, A.R. (Ed.). Some household ordinances of Henry VI. **Bulletin of the John Rylands Library**, Manchester, v.36, n. 2, p. 449 – 467, 1954.

NEDERMAN, C. (Ed.). **Policraticus**: of the frivolities of courtiers and the footprints of philosophers. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992.

NEDERMAN, C. (Ed.). **Political thought in early fourteenth-century England**: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Be: Brepols, 2002.

ROBBINS, R.H. (Ed.). **Historical poems of the XIVth and XVth centuries**. New York: Columbia University Press, 1959.

ROWE, J.H. Discipline in the Norman garrisons under Bedford, 1422 – 35. **The English Historical Review**, Oxford, v. 46, n. 182, p. 194 – 208, abr. 1931.

SCROPE, G.P. **History of the manor and ancient barony of Castle Combe in the county of Wilts**. London: J.B. Nichols, 1852.

STEVENSON, J. (Ed.). **Narratives of the expulsion of the English from Normandy, 1449 – 1450**. London: Longman, Green and Roberts, 1863.

STEVENSON, J. (Ed.). **Letters and papers illustrative of the wars of the English in France during the reign of Henry the Sixth, King of England**. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861 – 1864. 3v.

**GESTA HENRICI QUINTI**. The deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with introduction and notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press, 1975.

**THE CHRONICLE OF ADAM USK 1377 – 1421**. Edited and translated by C. Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 1997.

**THE CHRONICLE OF FLORENCE OF WORCESTER with the two continuations: comprising annals of English history, from the departure of the Romands to the reign of Edward I**. Translated from the latin with notes and illustrations by Thomas Forester. London: H.G. Bohn, 1854.

**THE CHRONICA MAIORA of Thomas Walsingham, 1376 – 1422**. Translated by David Prest; with annotations and notes by James G. Clark. Woodbridge: Boydell Press, 2005.

**THE CHRONICLE OF Enguerrand de Monstrelet**. Translated by Thomas Johnes. London: H. G. Bohn, 1810. 2v.

**THE CHRONICLE OF John Somer**. Edited by Jeremy Catto and Linne Mooney. **Camden fifth series**, Cambridge, v.10, p. 201 – 285, jul. 1994.

**THE CHRONICLE OF Pierre de Langtoft.** Edited by Thomas Wright. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer: 1866. 2 v.

**THE LIFE** of the Black Prince: by the Herald of Sir John Chandos. Edited from the manuscript in Worcester College, with linguistic and historical notes by Mildred K. Pope and Eleanor C. Lodge. Oxford: Clarendon Press, 1910.

**THE STATESMAN'S BOOK OF JOHN OF SALISBURY, being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from seventh and eight books, of the Policraticus.** Translated into English with an introd. by John Dickinson. New York: Russell & Russel, 1963.

TIPTOFT, J. The declamacion of noblesse. In: MITCHELL, R.J. **John Tiptoft (1427 – 1470).** London: Longmans, Green, 1938.

TREVISA, J. **The governance of kings and princes.** John Trevisa's middle English translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus. Edited by David C. Fower, Charles F. Briggs and Paul G. Remley. New York; London: Routledge, 1997.

TWISS, T (Ed.). **The black book of the Admiralty.** London: Longman, 1871. v. 1.

USK, A. **Chronicon Adae de Usk,** a.D. 1377 – 1421. Edition with a translation and notes by Sir Edward Maunde Thompson. London: H. Frowde, 1904.

VEGETIUS, F.R. **Epitome of military science.** Translated with notes and introduction by N.P. Milner. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

YONGE, J. **The gouernaunce of prynces.** STEELE, R. (Ed.). **Three prose versions of the secreta secretorum.** London: EETS, 1898.

WARKWORTH, J. **A chronicle of the first thirteen years of the reign of king Edward the fourth.** Edited by James Orchard Halliwell. London: Camden Society, 1839.

WARNER, G.F (Ed.). **The epistle of Othea to Hector or the Boke of Knyghthode.** Translated from the French of Christine de Pisan with a dedication to *Sir* John Fastol by George F. Warner. London: Nichols and sons, 1904.

WAVRIN, J. **A collection of the chronicles and ancient histories of Great Britain, now called England.** Translated by William Hardy. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1864. 3 v.

WENDOVER, R. **Flowers of History.** Translated from the latin by J.A. Giles. London: H.G. Bohn, 1849.

WORCESTER, W. **De senectute.** Westminster: printed by William Caxton, 1481. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A69111.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 20 jul. 2019.

WORCESTER, W. **The boke of noblesse**: addressed to King Edward the Fourth on his invasion of France in 1475. With an introd. by John Gough Nichols. Printed for the Roxburghe Club. London: J.B. Nichols, 1860.

WORCESTRE, W. **The topography of medieval Bristol**. Edited by Frances Neale. Bristol: Bristol Record Society, 2000.

WRIGHT, T. (Ed.). **Political poems and songs relating to English history**, composed during the period from the accession of Edward III to that of Richard III. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1861. v. 2.

### **Sites consultados:**

**DOUAY-RHEIMS BIBLE**. Disponível em: <http://www.drbo.org/index.htm>.

HARRISS, G.L. **Fastolf, Sir John (1380 – 1459)**. Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < <http://www.oxforddnb.com/view/article/9199>>. Acessado em: 05 set. 2016.

HUGHES, J. **Scrope, Stephen (1397 – 1472)**. Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < <http://www.oxforddnb.com/view/article/66283>>. Acessado em: 05 set. 2016.

**MIDDLE ENGLISH DICTIONARY ONLINE**. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/med/>.

ORME, N. **Worcester, William (1415 – 1480/5)**. Oxford Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: < <http://www.oxforddnb.com/view/article/29967>>. Acessado em: 05 set. 2016.

### **Obras de referência**

#### **Dicionários e enciclopédias**

BUNSON, M. **A dictionary of the Roman Empire**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

COREDON, C.; WILLIAMS, A. **A dictionary of medieval terms and phrases**. Cambridge: D.S. Brewer, 2004.

DREES, C.J. (Ed.). **The late medieval age of crisis and renewal, 1300 – 1500: a biographical dictionary**. London: Greenwood Press, 2001.

FRITZE, R.H.; ROBISON, W.B. (Eds.). **Historical dictionary of late medieval England**. Westport, CT: Greenwood Press, 2002.

LEE, S. Sir John Fastolf. In: STEPHEN, L. (Ed.). **Dictionary of national biography**. New York: Macmillan, 1889. v. XVIII.

WAGNER, J. A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. London: Greenwood Press, 2006.

\_\_\_\_\_. **Encyclopedia of the Wars of the Roses**. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2001.

### Estudos

AISLES, A. Heraldry in medieval England: symbols of politics and propaganda. In: COSS, P.R., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.

ALLMAND, C. **Lancastrian Normandy, 1415 – 1450: the history of a medieval occupation**. Oxford: Clarendon Press, 1983.

\_\_\_\_\_. The Anglo-French negotiations, 1439. **Historical Research**, Londres, v. 40, n. 101, p. 1 – 33, mai. 1967.

\_\_\_\_\_. **The De re militari of Vegetius: the reception, transmission and legacy of a Roman text in the Middle Ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.

\_\_\_\_\_. **The hundred years war: England and France at war c. 1300 – c. 1450**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. The Lancastrian Land Settlement in Normandy 1417 – 1450. **The economic history review**, v. 21, n. 3, p. 461 – 479, dez. 1968

\_\_\_\_\_. The reporting of war in the Middle Ages. In: DUNN, D. (Ed.). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

\_\_\_\_\_; KEEN, M. History and the Literature of War: The Boke of Noblesse of William Worcester. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

AIRD, W.M. **Robert Curthose, duke of Normandy: c. 1050 – 1134**. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2008.

ARMSTRONG, J.W. The development of the office of arms in England, c. 1413 – 1485. In: STEVENSON, K. (Ed.). **The herald in late medieval Europe**. Woodbridge: Boydell Press, 2009.

AYTON, A. Military service and the dynamics of recruitment in fourteenth-century England. In: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et. al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century**. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

BARKER, J. **Conquest: the English kingdom of France, 1417 – 1450.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

\_\_\_\_\_. The foe within: treason in Lancastrian Normandy. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen: essays in honour of Maurice Keen.** Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009. p. 305 – 320.

BARROW, G. W. S. **Robert Bruce and the community of the realm of Scotland.** Berkeley: University of California Press, 1965.

BARTLET, R. **England under the Norman and Angevin kings, 1075 – 1225.** Oxford:: Clarendon Press, 2000.

BEADLE, R. Sir John Fastolf's French books. In: In: CAIE, G.D.; REVENNEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context.** London: Routledge, 2008.

BELL, A.R.; CURRY, A.; KING, A. et al. (Eds.). **The soldier in later medieval England.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

BENHAM, J. **Peacemaking in the middle ages: principles and practices.** Manchester: Manchester University Press, 2011.

BLIESE, J.R.E. Rhetoric and morale: a study of battle orations from the central middle ages. **Journal of Medieval History**, v. 15, p. 201 – 226, 1989.

BOLTON, T. **The empire of Cnut the Great: conquest and the consolidation of power in Northern Europe in the early eleventh century.** Leiden; Boston: Brill, 2009.

BORNSTEIN, D. D. **The chivalric manual in fifteenth-century England.** 398f. Tese (Doutorado). New York University: New York, 1970.

\_\_\_\_\_. Military manuals in fifteenth-century England. **Mediaeval Studies**, Turnhout, v. 37, p. 469 – 477, 1975.

\_\_\_\_\_. William Caxton's chivalric romances and the Burgundian Renaissance in England. **English studies**, v. 57, n. 1, p. 1 – 10, 1976.

BOSSUAT, A. **Perrinet Gressart et François de Surienne, agentes de l'Angleterre.** Paris, E. Droz, 1936.

BOULTON, D.J.D. **The knights of the crown: the monarchical orders of knighthood in later medieval Europe 1325 – 1520.** Woodbridge: Boydell, 1987.

BRANDT, W.J. **The shape of medieval history: studies in modes of perception.** New Haven: Yale University Press, 1966.

BRIGGS, C.F. **Giles of Rome's De regimine principum: reading and writing politics at court and university, c. 1275 – 1525.** New York: Cambridge University Press, 1999.

BROADWAY, J. The afterlife of William Worcester. Disponível em: <<http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf> <http://xmera.co.uk/Worcestre.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

DAW, B.M. English knighthood in decline: the last years of the Hundred Years War, 1435 – 53. **Bulletin of the John Rylands Library**, Manchester, v.3, n. 87, 2001, p. 201 – 220.

BROUGH, M.W.; LANGO, J.W.; VAN DER LINDEN, H. (Eds.). **Rethinking the just war tradition**. Albany: State University of New York Press, 2007.

BRUSO, S. Bodies hardened for war: knighthood in fifteenth-century England. **Journal of medieval and early modern studies**, North Carolina, v. 47, n.2, p. 255 – 277, mai. 2017.

BRYANT, N. **The history of William Marshal**. Woodbridge: Boydell Press, 2016.

BUTTERFIELD, A. **The familiar enemy**: Chaucer, language and nation in the Hundred Years War. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CAIE, G.D. The manuscript experience: what medieval vernacular manuscripts tell us about authors and texts. In: CAIE, G.D.; REVENNEY, D. (Eds.). **Medieval texts in context**. London: Routledge, 2008.

CASTOR, H. **Blood and roses**: one family's struggle and triumph during England's tumultuous civil war. New York: Harper Collins, 2006.

CAUDREY, P. William Worcester, The Boke of Noblesse, and military society in East Anglia. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 52, 2008, p. 191 – 211.

CHAPLAIS, P. The making of the treaty of Paris (1259) and the royal style. **The English Historical Review**, Oxford, v. 67, n. 263, abr. 1952, p. 235 – 253.

CHILDS, W.R. 'Welcome, my brother: Edward II, John of Powderham and the chronicles, 1318. In: WOOD, I.; LOUD, G.A. (Eds.). **Church and chronicle in the middle ages**. Essays presented to John Taylor. London: Hambledon Press, 1991.

COLLINS, H.E.L. Sir John Fastolf, John Lord Talbot and the dispute over Patay: ambition and chivalry in the fifteenth century. In: DUNN, D. (Ed). **War and society in medieval and early modern Britain**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. **The order of the garter, 1348 – 1461**: chivalry and politics in late medieval England. Oxford: Clarendon Press, 2000.

CONTAMINE, P. **War in the middle ages**. Translated by Michael Jones. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

COPELAND, R. Pathos and pastoralism: Aristotle's rhetoric in medieval England. **Speculum**, Chicago, n. 89, v. 1, p. 96 – 127, 2014.

COSS, P. Bastard feudalism revised. **Past & present**, Oxford, v. 125, n. 1, p. 27 – 64, nov. 1989.

\_\_\_\_\_. Knighthood, heraldry and social exclusion in Edward England. In: COSS, P., KEEN, M. (Eds.). **Heraldry, pageantry and social display in medieval England**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **The knight in medieval England, 1100 – 1400**. Stroud: Sutton, 1993.

COX, R. Asymmetric warfare and military conduct in the middle ages. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 38, n. 1, p. 100 - 125, fev. 2012.

CURRY, A. **Agincourt: sources and interpretations**. Woodbridge: Boydell Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Guns and Goddams: was there a Military Revolution in Lancastrian Normandy 1415 – 1450? In: ROGERS, C.; DEVRIES, K.; FRANCE, J. (Eds.). **Journal of medieval military history**. Woodbridge: Boydell Press, 2010, vol. VIII.

\_\_\_\_\_. John, duke of Bedford's arrangements for the defence of Normandy in October 1434: College of Arms MS Arundel 48, fólios 274r – 276v. **Annales de Normandie**, Rouen, 62e année, v. 2, p. 235 – 251, 2012.

\_\_\_\_\_. Sex and the soldier in Lancastrian Normandy, 1415 – 1450. **Reading Medieval Studies**, Reading, v. XIV, p. 17 – 45, 1988.

\_\_\_\_\_. Soldiers wives in the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen: essays in honour of Maurice Keen**. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

\_\_\_\_\_. The English armies in the fifteenth century. In: \_\_\_\_\_.; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War**. Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994.

\_\_\_\_\_. The first English standing army? Military organization in Lancastrian Normandy, 1420 – 1450. In: ROSS, C. (Ed.). **Patronage, pedigree and power in later medieval England**. Gloucester: A. Sutton, 1979.

\_\_\_\_\_. **The hundred years war**. New York: St. Martin's Press, 1993.

\_\_\_\_\_. The military ordinances of Henry V: texts and contexts. In: GIVEN-WILSON, C.; KETTLE, A.; SCALES, L. **War, government and aristocracy in the British Isles, c. 1150 – 1500: essays in honour of Michael Prestwich**. Woodbridge: Boydell Press, 2008.

\_\_\_\_\_. The nationality of men-at-arms serving in English armies in Normandy and the *pays de conquête*, 1415 – 1450: a preliminary study. **Reading medieval studies**, Reading, v. 18, p. 135 – 163, 1992.

CUTTINO, G.P. **English medieval diplomacy**. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

DAVIES, N. The epistolary usages of William Worcester. PEARSALL, D.A.; WALDRON, R.A. **Medieval literature and civilization: studies in memory of G. N. Garmonsway**. London: The Athlone Press, 1969.

DAVIES, R.R. **Lords and lordship in the British isles in the late middle ages**. Edited by Brendan Smith. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DAW, B.M. English knighthood in decline: the last years of the Hundred Years War, 1435 – 53. **Bulletin of the John Rylands Library**, Manchester, v.3, n. 87, 2001, p. 201 – 220.

DEMURGER, A. **Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (sécs. XI – XVI)**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DESMOND, M.R. Reading and visibility in Stephen Scrope's translatio of Christine de Pizan's 'Epistre Othea'. In: GERTSMAN, E.; STEVENSON, J. (Eds). **Thresholds of medieval visual culture: liminal spaces**. Woodbridge, UK: Boydell Press, 2012. p. 95 – 122.

DICKINSON, J.G. **The congress of Arras 1435**. A study in medieval diplomacy. New York: Biblo and Tannen, 1972.

DILLON, V.H.; HOPE, W.H.J. Inventory of the goods and chattels belonging to Thomas, duke of Gloucester, and seized in his castle at Pleshy, co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their values, as shown in the escheator's accounts. **Archaeological Journal**, London, v. 54, n. 1, p. 275 – 308, 1897.

DODD, G. The rise of English, the decline of French: supplications to the English crown, c. 1420 – 1450. **Speculum**, Chicago, n. 86, p. 117 – 150, 2011.

DRIMMER, S. Failure before print (the case of Stephen Scrope). **Viator**, Medieval and Renaissance studies, California, v. 46, n. 3, p. 343 – 372, 2015.

FAULKNER, K. The Transformation of Knighthood in Early Thirteenth-Century England. **The English historical review**, Oxford, v. 111, n. 440, p. 1 – 23, fev. 1996.

FLORI, J. **A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Caballeros y caballería en la Edad Media**. Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001.

FOWLER, K. (Ed.). Truces. In: \_\_\_\_\_. **The hundred years war**. London: Macmillian, 1971.

FRANTZEN, A.J. **Blood good: chivalry, sacrifice and the Great War**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

FRIEL, I. Winds of change? Ships and the Hundred Years War. In: CURRY, A.; HUGHES, M. (Eds.). **Arms, armies and fortifications in the Hundred Years War**. Woodbridge, UK; Rochester, USA: Boydell Press, 1994.

GENET, J.P. The problem of tyranny in fifteenth century England. **Moreana**, Irving, TX, v. 50, n. 191 – 192, p. 43 – 66, jun. 2013.

GILLESPIE, A.; WAKELIN, D. (Eds.). **The production of books in England: 1350 – 1500**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GILLINGHAM, J. **Richard I**. New Haven; London: Yale University Press, 1999.

GIVEN-WILSON, C. **Chronicles: the writing of history in late medieval England**. London: Hambledon and London, 2004.

\_\_\_\_\_. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam: Rodopi, 2008.

GRANSDEN, A. **Historical writing in England I: c. 550 – 1307**. London: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. **Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century**. London: Routledge, 2000.

GREEN, D. **The Hundred Years War: a people's history**. New Haven: Yale University Press, 2015.

GREEN, R.F. **A crisis of truth: literature and law in Ricardian England**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Poets and princepleasers: literature and the English court in the late middle ages**. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1980.

GRIFFITHS, R.A. The English Realm and dominions and the king's subjects in the later middle ages: In: \_\_\_\_\_. **King and country: England and Wales in the fifteenth century**. London; Rio Grande, Ohio, USA: Hambledon Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **The reign of King Henry VI: the exercise of royal authority, 1422 – 1461**. London: E. Benn, 1981.

GRUMMITT, D. Changing Perceptions of the Soldier in Late Medieval England. **The fifteenth century**, London, v. 10, p. 189 – 202, 2011.

GRUMMITT, D. **Henry VI**. New York: Routledge, 2015.

\_\_\_\_\_. **The Calais garrison: war and military service in England, 1436 – 1558**. Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2008.

GUENÉE, B. **O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados.** Tradução de Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1981.

GUNN, S.; JAMME, A. Kings, nobles and military networks. In: FLETCHER, C.; GENET, J.P.; WATTS, J. (Eds.). **Government and political life in England and France, c. 1300 – 1500.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HANNA, R. Sir Thomas Berkeley and his patronage. **Speculum**, v. 64, n. 4, p. 878 – 916, out. 1989.

HARRIS, K. Patrons, buyers and owners: the evidence for ownership and the role of book owners in book production and the book trade. In: GRIFFITHS, R.A.; PEARSALL, D. (Eds.). **Book production and publishing in Britain, 1375 – 1475.** Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1989. p. 163 – 200.

HARRIS, W.V (Ed.). **The monetary systems of the Greeks and Romans.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

HARRISS, G.L. **King, parliament, and public finance in medieval england to 1369.** Oxford: Clarendon Press, 1975.

HAY, D. History and historians in France and England during the fifteenth century. **Historical research**, London, v. 35, n. 92, p. 111 – 127, nov. 1962.

HAWKYARD, A. Sir John Fastolf's 'gret mansion by me late edified': Caister castle, Norfolk. In: CLARK, L. (Ed.). **The fifteenth century V.** Of mice and men: image, belief and regulation in late medieval England. Woodbridge, Suffolk: Boydell, 2005.

HEATH, I. **Armies of feudal Europe: 1066 – 1300.** Sussex: Flexiprint, 1989.

HEEBØLL-HOLM, T.K. **Ports, piracy, and maritime war: piracy in the English Channel and the Atlantic, c. 1280 – c. 1330.** Leiden: Brill, 2013.

HEWITT, H.J. **The organization of war under Edward III, 1338 – 62.** Manchester: Manchester University Press, 1966.

HOLMES, G.A. The 'Libel of English policy'. **The English historical review**, Oxford, v. 76, n. 299, p. 193 – 216, abr. 1961.

HONEYWELL, M.L. **Chivalry as community and culture: the military elite of late thirteenth and fourteenth-century England.** 2006. 374f. Tese (Doutorado) – University of York, York, 2006.

HOSLER, J. D. **John of Salisbury: military authority of the twelfth-century Renaissance.** Leiden; Boston: Brill, 2013.

HUGHES, J. Stephen Scrope and the circle of Sir John Fastolf: Moral and Intellectual outlooks. In: HARPER-BILL, C; HARVEY, R. (Eds.). **Medieval Knighthood IV: papers from the fifth strawberry hill conference.** Woodbridge: The Boydell Press, 1992.

JONES, M. Breton soldiers from the battle of the thirty (26 march 1351) to Nicopolis (25 september 1396). IN: BELL, A.; CURRY, A.; CHAPMAN, A. et. al. (Eds.). **The soldier experience in the fourteenth century**. Woodbridge: Boydell Press, 2011.

JONES, M.K. The battle of Verneuil (17 August 1424): Towards a history of courage. **War in history**, v.9, n.4, p. 375 – 411. 2002.

JOHNSON, J.T. **Ideology, reason and the limitation of war**: religious and secular concepts. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1975.

KAEUPER, R. **Chivalry and violence in Medieval Europe**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Medieval chivalry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. **War, justice, and public order**. England and France in the Later Middle Ages. Oxford: Clarendon Press, 1988.

KAEUPER, R.; BOHNA, M. War and chivalry. In: BROWN, P. (Ed.). **A companion to medieval English literature and culture**, c. 1350 – 1500. Chichester, UK; Malden, MA: Willey-Blackwell, 2009.

KARRAS, R.M. **From boys to men**: formations of masculinity in late medieval Europe. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

KEEN, E. **Journey of a book**: Bartholomew the Englishmen and the Properties of things. Canberra: The Australian University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Brotherhood in arms. **History**, n. 47, 1964, p. 1 – 17.

\_\_\_\_\_. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **England in the later Middle Ages**: a political history. London: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. English diplomacy and the sack of Fougères in 1449. **The Journal of the historical association**, Oxford, v. 59, n. 197, p. 375 – 391, out. 1974.

\_\_\_\_\_. Henry V's diplomacy. In: KEEN, M. **Nobles, knights and men at arms in the middle ages**. London: Hambledon Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nobles, knights and men at arms in the middle ages**. London: Hambledon Press, 1996.

KEEN, M. The end of the Hundred Years War: Lancastrian France and Lancastrian England. In: JONES, M.; VALE, M. (Eds.). **England and her neighbours: 1066 – 1453**. London: Hambledon Press, 1989.

KEEN, M. **The laws of war in the middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965.

KEMPSHALL, M. **Rhetoric and the writing of history**. Manchester: Manchester University Press, 2011.

KING, A. Gunners, aides and archers: the personnel of the English ordnance companies in Normandy in fifteenth century. In: CURRY, A.; BELL, A.R. **Journal of medieval military history: soldiers, weapons and armies in the fifteenth century**. Woodbridge: Boydell Press, 2011, vol. IX.

KING, A. The English gentry and military service, 1300 – 1450. **History Compass**, Londres, v. 12, n. 10, 2014, p. 759 – 769.

KING, A. ‘Then a great misfortune befell them’: the laws of war on surrender and the killing of prisoners on the battlefield in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History**, v. 43, n. 1, p. 1 – 12, 2016.

KIRKLAND, D. Jean Juvénal des Ursins, and François de Surienne. **The English Historical Review**, Oxford, v. 8, n. 210, p. 263 – 267, abr. 1938.

KUIJPERS, E.; VAN DER HAVEN, C. (Eds.). **Battlefield emotions, 1500 – 1800: practices, experience, imagination**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

LAKE, J. (Ed.). **Prologues to ancient and medieval history: a reader**. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

LAMBERT, C.L. **Shipping the medieval military: English maritime logistics in the fourteenth century**. Woodbridge, Suffolk; Rochester, N.Y.: Boydell & Brewer, 2011.

LE GOFF, J. **Saint Louis**. Translated by Gareth Evan Gollrad. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2009.

LEWIS, K. Edmund of East Anglia, Henry VI and ideals of kingly masculinity. In: \_\_\_\_\_. CULLUM, P.H.; LEWIS, K.J. (Eds). Cardiff: University of Wales Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Kingship and masculinity in late medieval England**. London: Routledge, 2013.

LEWIS, P.S. War, propaganda and historiography in fifteenth-century France and England. In: \_\_\_\_\_. **Essays in later medieval French history**. London: Hambledon Press, 1985.

LOBANOV, A. The treaty of Amiens (1423): towards a reconsideration. **Proslogion**, St. Petersburg, v. 2, n. 14, p. 242-261, 2016.

MCCULLOCH, D.; JONES, E.D. Lancastrian politics, the French war, and the rise of the popular element. **Speculum**, Chicago, v. 58, n. 1, p. 95 – 138, jan. 1983.

MACDONALD, A. Courage, fear and the experience of the later medieval Scottish soldier. **The Scottish Historical Review**, Edinburgh, v. XCII, 2, n. 235, out. 2013, p. 179 – 206.

\_\_\_\_\_. Trickery, mockery and the Scottish way of war. **Proceedings of the Society of antiquaries of Scotland**, Edinburgh, v. 143, 2013, p. 319 – 338.

MCFARLANE, K.B. A business-partnership in war and administration, 1421 - 1445. In: \_\_\_\_\_. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981.

\_\_\_\_\_. **England in the fifteenth century**: collected essays. Introduction by G.L. Harris. London: Hambledon Press, 1981.

\_\_\_\_\_. The investment of Sir John Fastolf's profits of war. **Transactions of the Royal Historical Society**, Cambridge, v.7, 1953.

MADDOCKS, H.J.; THORPE, D. A petition written by Ricardus Franciscus. **Journal of the early book society**, New York, v. XV, p. 245 – 275, 2012.

MATHESON, L.M. **The prose Brut**: the development of a middle English chronicle. Tempe, Arizona: Medieval & Renaissance texts & studies, 1998.

MOFFAT, R. The importance of being harnest: armour, heraldry and recognition on the melee. In: BLEACH, L.; BORRILL, K. **Battle and bloodshed**: the medieval world at war. Newcastle upon Tyne, UK. Cambridge Scholars Publishing, 2013.

MURRAY, A. **Reason and society in the middle ages**. New York: Oxford Univerisy Press, 2002.

NALL, C. Moving to war: rhetoric and emotion in William Worcester's Boke of Noblesse. DOWNES, ST.; LYNCH, A.; O'Loughlin, K. (Eds.). **Emotions and war: medieval to romantic literature**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

\_\_\_\_\_. **Reading and War in Fifteenth-century England: From Lydgate to Malory**. Cambridge: D.S. Brewer, 2012.

\_\_\_\_\_. Perceptions of financial mismanagement and the English diagnosis of defeat. In: CLARK, L. **Conflicts, consequences and the crown in the middle ages**. Woodbridge: Boydell Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **The production and reception of military texts in the aftermath of the Hundred Years War**. 342f. Tese (Doutorado) – University of York, 2004.

\_\_\_\_\_. William Worcester reads Alain Chartier: Le Quadrilogue Invectif and its English readers. In: CAYLEY, E.; KINCH, A. (Eds.). **Chartier in Europe**. Cambridge, UK; Rochester, NY: D.S. Brewer, 2008.

NEILLANDS, R. **The hundred years war**. London: Routledge, 2001.

NEWHALL, R.A. **Mustur and review**: a problem of English military administration 1420 -1440. Cambridge: Harvard University Press, 1940.

ORME, N. **From childhood to chivalry**: the education of the English kings and aristocracy, 1066-1530. London; New York: Methuen, 1984.

ORMROD, W.M. England, Normandy and the beginnings of the Hundred Years War, 1259 – 1360. In: BATES, D.; CURRY, A. (Ed.). **England and Normandy in the middle ages**. London: Hambledon Press, 1994.

\_\_\_\_\_. The use of English: language, law, and political culture in fourteenth-century England. *Speculum*, Chicago, v. 78, n. 3, p. 750 – 787, jul. 2003.

PAINTER, S. **French chivalry**: chivalric ideas and practices in medieval France. Baltimore, MD: The John Hopkins Press, 1940.

PENMAN, M. *Anglici caudati*: abuse of the English in fourteenth-century Scottish chronicles, literature and records. In: KING, A.; PENMAN, M. (Ed.). **England and Scotland in fourteenth century**: new perspectives. Woodbridge: Boydell, 2007.

PETRINA, A. **Cultural politics in fifteenth-century England**: the case of Humphrey, Duke of Gloucester. Leiden; Boston: Brill, 2004.

PERKINS, N. **Hoccleve's Regiment of princes: counsel and constraint**. Cambridge: D.S. Brewer, 2001.

PERVELEY, S.L. Genealogy and John Hardyng's verse chronicle. In: RADULESCU, R.L.; KENNEDY, E.D. (Eds.). **Broken lines**: genealogical literature in late-medieval Britain and France. Turnhout: Brepols, 2008. p. 259 – 282.

\_\_\_\_\_. **John Hardyng's Chronicle: a study of the two versions and a critical edition of both for the period 1327 – 1464**. 760f. Tese (Doutorado). University of Hull, Hull, 2004.

PITT-RIVERS, J. Honour and Social Status. PÉRISTIANY, J.G. (Ed.). **Honour and shame**: the values of Mediterranean society. Chicago: Chicago University Press, 1966.

POLLARD, A.J. **John Talbot and the war in France, 1427 – 1453**. London: Royal Historical Society, 1983.

\_\_\_\_\_. **The wars of the roses**. Basingstoke: Macmillan Education, 1988.

POLWHELE, R. **Historical views of Devonshire**. Exeter: Cadell, 1793.

POWICKE, M. The English aristocracy and war. In: FOWLER, K. (Ed.). **The hundred years war**. London: Macmillan, 1971.

PRESTWICH, M. **Armies and warfare in the middle ages**: the English experience. New Haven: Yale University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Edward I**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **Plantagenet England: 1225-1360**. New York: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. The victualling of castles. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen: essays in honour of Maurice Keen**. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

POSTAN, M.M. The costs of the Hundred Years' War. **Past & present**, Oxford, n. 27, p. 34 – 53, abr. 1964.

RICHARDSON, R.T. **The medieval inventories of the Tower armouries, 1320-1410. 374f.** Tese (Doutorado) – University of York, York, 2012.

RICHMOND, C. William Worcester: 1459 – 1460. In:\_\_\_\_\_. **The Paston Family in the fifteenth century: Fastolf's will**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RIGBY, S.H. **Wisdom and chivalry: Chaucer's knight's tale and medieval political theory**. Leiden; Boston: Brill, 2013.

\_\_\_\_\_. Worthy but Wise?: virtuous and non-virtuous forms of courage in the later middle ages. **Studies in the age of Chaucer**, Baltimore, v. 35, p. 329 – 371, 2013.

ROGERS, C. The military revolutions of the Hundred Years' War. **The journal of military history**, Vancouver, v. 57, n. 2, p. 241 – 278, abr. 1993.

ROSENTHAL, J.T. Sir Richard Scrope and the Scrope and Grovesnor Depositions. In:\_\_\_\_\_. **Telling tales: sources and narration in late medieval England**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2003. p. 63 – 94.

ROWE, B.J.H. A contemporary account of the Hundred Years War from 1415 to 1429. **English Historical Review**, Oxford, n. 41, p. 504 – 513, out. 1926.

RUSSELL, F.H. **The just war in the middle ages**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1975.

SAUL, N. **Chivalry in medieval England**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011.

SAYGIN, S. **Humphrey, duke of Gloucester (1390 – 1447) and the Italian humanists**. Leiden, Boston: Brill, 2002.

SEWARD, D. **The hundred years war: the English in France, 1339 – 1453**. London: Constable, 1978.

SHINNERS, J. (Ed.). **Medieval popular religion, 1000 – 1500: a reader**. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

SHRADER, C.R. A handlist of extant manuscripts containing the De Re Militari of Flavius Vegetius Renatus. **Scriptorium**, Paris, v. 33, p. 280 – 305, 1979.

SMALLEY, B. **Historians in the Middle Ages**. London: Thames & Hudson, 1974.

SMITH, A. **Aspects of the career of Sir John Fastolf 1380 – 1459**. 231f. Tese (Doutorado). University of Oxford, Oxford, 1982.

SMITH, R.D.; DeVries, K. **The artillery of the dukes of Burgundy, 1363 – 1477.** Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2005.

STRATFORD, J. **The Bedford inventories:** the worldly goods of John, Duke of Bedford, regent of France, 1389 – 1435. London: Society of Antiquaries of London, 1993.

STRICKLAND, M. **War and chivalry:** the conduct and perception of war in England and Normandy, 1066 – 1217. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SUMMIT, J. The city of ladies in the library of gentlemen: Christine de Pizan in England, 1450 – 1526. In: \_\_\_\_\_. **Lost property:** the woman writer and English literary history, 1380 – 1589. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2000. p. 61 – 108.

\_\_\_\_\_. **Memory's library:** medieval books in early modern England. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SUMPTION, J. **The hundred years war:** divided houses. London: Faber and Faber, 2009.

\_\_\_\_\_. **The hundred years war:** cursed kings. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

\_\_\_\_\_. **The hundred years war:** trial by battle. London: Faber and Faber, 1990.

SWANSON, J. **John of Wales:** a study of the works and ideas of a thirteenth-century friar. Cambridge, Cambridgeshire; New York, NY: Cambridge University Press, 1989.

TAYLOR, A. Chivalric conversation and the denial of male fear. In: MURRAY, J. (Ed.). **Conflicted identities and multiple masculinities:** men in the medieval West. New York; London: Garland, 1999.

TAYLOR, C. D. **Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. English writings on chivalry and warfare during the Hundred Years War. In: COSS, P.; TYERMAN, C. (Eds.). **Soldiers, nobles and gentlemen:** essays in honour of Maurice Keen. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2009.

\_\_\_\_\_. Henry V, flower of chivalry. In: DODD, G (Ed.). **Henry V:** new interpretations. Woodbridge, U.K.: York Medieval Press, 2013.

\_\_\_\_\_. War, propaganda and diplomacy in fifteenth-century France and England. In: ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France.** Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

TAYLOR, J. English historical literature in the fourteenth century. Oxford: Clarendon Press, 1987.

TESTER, S.J. **A history of Western astrology.** Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 1987.

THORPE, D.E. **Writing and reading in the circle of Sir John Fastolf** (d. 1459). 2011. 391f. Tese (Doutorado). University of York, York, 2011.

VALE, M.G.A. **English Gascony, 1399 – 1453**: a study of war, government and politics during the later stages of the Hundred Years War. London: Oxford University Press, 1970.

\_\_\_\_\_. Sir John Fastolf's "report" of 1435: a new interpretation reconsidered. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, v. 17, p. 78 – 84, 1973.

\_\_\_\_\_. **The princely court**: medieval courts and culture in north-west Europe, 1270 – 1380. Oxford: Oxford University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **War and chivalry**: warfare and aristocratic culture in England, France and Burgundy at the end of the middle ages. London: Duckworth, 1981.

VERBRUGGEN, J. **The art of warfare in Western Europe during the middle ages**: from the eighth century to 1340. Translated by Sumner Willard and S.C.M. Southern. Amsterdam; New York: North-Holland Pub. Co., 1977.

VERDUYN, A. The politics of law and order during the early years of Edward III. **The English Historical Review**, v. 108, n. 429, p. 842 – 867, out. 1993.

VILLALON, L.J.; KAGAY, D.J. **The hundred years war (part II)**: different vistas. Leiden; Boston: Brill, 2008.

WADGE, R. **Verneuil 1424**: the second Agincourt, the battle of the three kingdoms. Stroud, Gloucestershire: Spellmount, 2015.

WAGNER, A.R. **Heralds and heraldry in the middle ages**: an inquiry in the growth of the armorial function of heralds. Oxford: Oxford University Press, 1956.

WAKELIN, D. **Humanism, reading, and English literature**: 1430 – 1530. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

WALKER, S. Janico Dartasso: Chivalry, Nationality and man at arms. **The Historical Association**, Oxford, v. 84, p. 31 – 51, 1999.

WALTER, K.T. Peril, flight, and the sad man: medieval theories of the body in battle. In: ASHE, L.; PATTERSON, I. (Eds.). **War and Literature**. Cambridge: D.S. Brewer, 2014.

WATTS, J. Henry VI and the politics of kingship. New York: Cambridge University Press, 1999.

WHETHAM, D. **Just wars and moral victories**: surprise, deception and the normative framework of European war in the latter Middle Ages. Leiden; Boston: Brill, 2009.

WOLFE, M. **Walled towns and the shaping of France**: from the medieval to the early modern era. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

WOOLGAR, C.M. **The senses in late medieval England.** New Haven: Yale University Press, 2006.

WRIGHT, N. A. R. 'Pillagers' and 'brigands' in the Hundred Years War. **Journal of Medieval History**, v. 9, n. 1, p. 15 – 24, 1983.

\_\_\_\_\_. Ransoms of non-combatants during the Hundred Years War. **Journal of Medieval History**, v. 4, v. 17, p. 323 – 332, 1991.

\_\_\_\_\_. "The Tree of Battles of Honoré Bouvet and the Laws of War." In: *War, Literature and Politics in the Late Middle Ages: Essays in Honour of G.W. Coopland.* Ed. C.T. Allmand. Liverpool: University of Liverpool Press, 1975, p. 12-31.